



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**André Sales dos Santos Cedro**

**A Modernização da Discriminação:**  
transformações tecnológicas e desigualdades raciais no policiamento em São  
Paulo

**São Carlos  
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**André Sales dos Santos Cedro**

**A Modernização da Discriminação:**

transformações tecnológicas e desigualdades raciais no policiamento em São Paulo

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos para obtenção de título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: **Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto**

**São Carlos  
2024**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado do candidato André Sales dos Santos Cedro, realizada em 28/06/2024.

**Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto (UFSCar)

Prof. Dr. Roberto Kant de Lima (UFF)

Prof. Dr. Renato Sérgio de Lima (FGV)

Profa. Dra. Maria Carolina de Camargo Schlittler (UFSCar)

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Será verdade, será que não  
Nada do que posso falar  
E tudo isso para sua proteção  
Nada do que posso falar  
A PM na rua, a guarda nacional  
nosso medo, sua arma, a coisa não tá mal  
A instituição está aí para a nossa proteção  
Pra sua proteção (Proteção, Plebe Rude).

## **Agradecimentos**

Realizar esta tese foi um dos maiores desafios que já encontrei na minha vida, pois às vezes ainda me questiono como fui capaz de realizar um trabalho de investigação sem bolsa de estudos, por quase três anos, durante a pandemia de Covid-19 e à sombra de um governo negacionista, fascista e inimigo da Ciência, em especial da Sociologia. Hoje acredito que a resposta está no fato de que todo trabalho acadêmico não se realiza sozinho. Há colaborações diretas que ocorrem no espaço de investigação como também há contribuições indiretas, na forma de apoio e cuidado em situações que não envolvem diretamente o fazer pesquisa. Por conta disso, tomarei a liberdade de escrever um extenso agradecimento, para assim, retribuir todos, todas e todxs que participaram no meu desenvolvimento individual e como pesquisador.

Portanto:

Agradeço aos meus pais, Ereni e Sales, por seu apoio durante esses cinco anos. Houve muitos momentos difíceis, em que perdemos parentes e amigos pela Covid-19, em que o desemprego se fez presente, em que a vontade de desistir parecia ser a melhor opção. Porém, o seu suporte, tanto financeiro quanto psicológico, me permitiram continuar e assim compreender que, mesmo na humildade, independentemente da idade, pais que amam e desejam o melhor para seus filhos se sacrificam para que eles possam realizar seus sonhos. Me resta agora apenas retribuir. Também gostaria de estender essas palavras aos meus irmãos Gabriel, Rebecca e Estevão. A minha cunhada Jésia e aos meus sobrinhos David, Gustavo e Pedro, meu primo Edvaldo e a meu tio João.

Agradeço a minha companheira Janete Rosales, que assim como eu, é doutoranda em Sociologia no PPGS, e esteve do meu lado praticamente durante todo o percurso de investigação. Não posso deixar de pensar que ela foi a pessoa que mais sofreu comigo, por mim e por minha culpa, mas que também compartilhou das alegrias de nossas conquistas, advindas desse processo de luta e resiliência. Te amo, e desejo que em um breve futuro você esteja me referenciando em seus agradecimentos.

Novamente, sou eternamente grato à minha orientadora, Jacqueline Sinhoretto. Já são 12 anos trabalhando juntos e, quando penso na trajetória desse doutorado, das dificuldades, da pandemia, do Bolsonaro, de fazer parte dele sem financiamento, eu automaticamente penso que sem o seu apoio eu não estaria vivendo esse momento. Jacque, você e João, me ofereceram

sua casa para morar e contrataram meus serviços como eletricista para me ajudar economicamente e, quando me vi sem condições de continuar com o doutorado, você buscou formas para eu me manter. Isso vai além das atribuições de uma orientadora, e meu desejo é continuar retribuindo e me doando ao máximo em nossos trabalhos para continuarmos tendo sucesso.

Também sou grato ao Prof. Dr. Roberto Kant de Lima, pelo aceite de participar de minha banca de Doutorado, e ao INCT-InEAC, que me concederam uma bolsa de estudos de um ano pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além do financiamento e publicação de meu primeiro livro, como também a participação em vários congressos nacionais e internacionais. Também sou agradecido ao PPGS, por me proporcionar uma bolsa da mesma agência de fomento, quando a do InEAC encerrou.

Fui gratificado, no exame de qualificação, pelas valiosas contribuições cedidas pelo Prof. Dr. Renato Sérgio de Lima e pela Dra. Maria Carolina Schlittler. Ambos pareceres me permitiram reestruturar a tese, minha proposta e questão de pesquisa, as literaturas a serem lidas e a organização dos capítulos. Suas colaborações me proporcionaram a oportunidade de realizar uma análise mais aprofundada, e espero que este trabalho tenha atendido às suas expectativas.

Agradeço ao Prof. Dr. Fábio Sanchez, pelo aceite de participar de mais uma banca minha e por seus anos de amizade. Fabio, em 2018 você me concedeu o grau acadêmico de mestre em sociologia, e agora em 2024 outorgou mais um “título” – o de doutor – a este palmeirense.

Sou grato os meus professores e aos funcionários do PPGS, e as amigadas que adquiri dentro da universidade como também para com meus colegas de turma, especialmente a Cristiane Melo, Ana Sabadin e Fernando Guimarães; e integrantes e ex-integrantes do Gevac: Henrique Macedo, Déborah Goldin, Isabela Araújo, Otávio Almeida, Thiago Coelho, Lorena Calixto, Juliana Tonche, Kênia Mattos, Bruno Paulo, Bárbara Pereira, Jade Cavalli, Lucas Feltrin, Eduardo Rossler, Bruna Ribeiro, Raphael Silva, Isabela Hamra, Otávio Macacari, Reginaldo Pereira, Paris Barbosa, Humberto Lourenção, Tomás Francisco, David Marques, Giane Silvestre, Felipe Athayde, Paula Paschoal, Julia Valentie, Jordana Pereira, Henrique Cezar, Gabriela Kater, Leticia Valli, Eduardo Dyna e Anna Virginia.

Por fim, gostaria de dedicar essa tese aos meus colegas Felipe Domingos, Tamilla Novikov, Valter Barbosa, Leonardo Monteiro, Rafael Melo, Murilo Roldão, Davi Guimarães, Danilo Lima, Isabela Vianna, Tamires Santos, Isabela Anacleto, Gabriel Sanches, Dionys Santos, Michel Barbará, Bruno Guilliard, Mayara Zago, Felipe Cará. Aos meus colegas de longa data de Carapicuíba, ao Ari e Márcia, Manoel e Vagna, Leandro, Rafael e Aline, Ney, Bruno, Juliana, André, Camila, Genilson e Alessandra; aos amigos do Núcleo de Consciência Negra da USP, Cursinho da Poli e do Preste Vestibulares. Enfim, a Dóris Aoshima e Gabrielli Canha.

Agradeço também aos interlocutores que concederam entrevistas a essa pesquisa e aos que facilitaram acesso ao trabalho de campo.



CEDRO, André Sales dos Santos. **A Modernização da Discriminação:** transformações tecnológicas e desigualdades raciais no policiamento em São Paulo

**Resumo:** A tecnologia modificou e está modificando o comportamento social, sobretudo, como mediadora das relações sociais. Porém, não são somente os indivíduos que estão sujeitos a serem transformados. As instituições, incluindo as públicas e policiais, também estão sujeitas às transformações em suas formas de agir e se relacionar – entre elas e com a população. O objetivo desta tese é analisar o impacto da modernização e das novas tecnologias no policiamento da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e como essas mudanças perpetuam desigualdades raciais. A metodologia usada é de caráter qualitativo e contou com métodos de observação de campo, etnografia e entrevistas com policiais militares. Chegou-se à conclusão de que a tecnologia visa mudanças nos comportamentos dos agentes de segurança e nas corporações para as quais estes prestam serviço constituindo um novo modo de exercer o controle do crime e das ações policiais. Porém, ao priorizar o policiamento ostensivo reativo ao invés de modelos comunitários e preventivos, a PMESP colabora com o recrudescimento das práticas vinculadas a períodos políticos anteriores e com o modelo de policiamento militarizado em que a discricionariedade e abordagem seletiva são as principais técnicas acionadas.

**Palavras-Chave:** Tecnologia; Polícia Militar; Racismo Institucional; Controle do Crime; Mídias Digitais.

CEDRO, André Sales dos Santos. **The Modernization of Discrimination:** technological transformations and racial inequalities in policing in São Paulo

**Abstract:** Technology has modified and continues to modify social behavior, especially as a mediator of social relations. However, it is not only individuals who are subject to transformation. Institutions, including public and police entities, are also subject to changes in their course of action and relating – among themselves and with the population. The objective of this thesis is to analyze the impact of modernization and new technologies on the policing of the São Paulo State Military Police and how these changes perpetuate social and racial inequalities. The methodology used has qualitative character and includes field observation, ethnography, and interviews with military police officers. We conclude that technology aims to change the behaviors of security agents and the organizations they serve, establishing a new way of exercising crime control and police actions. However, by prioritizing reactive overt policing instead of community and preventive models, the São Paulo State Military Police contributes to the resurgence of practices linked to previous political periods and the militarized policing model, where discretionary and selective approaches are the main techniques employed.

**Keywords:** Technology; Military Police; Institutional Racism; Crime Control; Digital Media.

## **Lista de Abreviaturas e siglas**

Asp. – Aspirante

BO – Boletim de Ocorrência

BPM/M – Batalhão de Polícia Militar Metropolitano

Cab. – Cabo

Cap. – Capitão

CAP – Coordenadoria de Análise e Planejamento

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CComSoc – Centro de Comunicação Social da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Cel. – Coronel

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CFO – Curso de Formação de Oficiais

CIE – Centro de Informações do Exército

CIPM – Centro de Inteligência da Polícia Militar

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CompStat – Compare Statistics

CONSEG – Conselhos Comunitários de Segurança

COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo

CPA – Comando de Polícia de Área

COP – Câmeras Corporais Portáteis

CPP – Cartão de Prioridade de Patrulhamento

CPRV – Comando de Policiamento Rodoviário

DAS – Domain Awareness System

DEC-PM – Diretoria de Ensino e Cultura da Polícia Militar

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

DPCDH – Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos

DOI/Codi – Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna

Evidence – Sistema de Gerenciamento, Custódia e Compartilhamento de Evidências Digitais

Fotocrim – Sistema de Fotos Criminais

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FNSP – Força Nacional de Segurança Pública

GECEP – Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial

GEVAC – Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos

GPS – Global Positioning System

GRO – Geração de Relatórios Operacionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INCT – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

InEAC – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos

Infocrim – Sistema de Informações Criminais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão

Maj. – Major

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MP – Ministério Público

MPSP – Ministério Público de São Paulo

MST – Movimento Sem Terra

NEV – Núcleo de Estudo da Violência

NYPD – New York Police Department

OBAN – Operação Bandeirantes

PAAPM – Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar

PBVP – Polícia, Bolsonarismo, Violência e Pornografia

PC – Polícia Civil

PCC – Primeiro Comando da Capital

PL – Partido Liberal

PM – Polícia Militar

PMESP – Polícia Militar de São Paulo

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

POP – Procedimento Operacional Padrão

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PPI – Plano de Policiamento Inteligente

PR – Partido Republicano

Premier MDC – Sistema de Computação Embarcada

PROAR – Programa de Acompanhamento de Policiais Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco

Prodesp – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Libel

RAC – Reuniões de Análise Crítica

RDO – Registro Digital de Ocorrências

PSL – Partido Social Liberal

ROCAM – Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas

ROTA – Rondas Ostensivas Tobias Aguiar

Sd. – Soldado

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIMS – Sistema Inteligente de Mapeamento de Suspeitos

SINESPJC – Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal

SINESP – Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas

SIOPM – Sistema de Informações Operacionais da Polícia Militar

SISUPA – Sistema de Supervisão e Padronização

SP – São Paulo

SSP – Secretaria de Segurança Pública

STF – Superior Tribunal Federal

TDM – Terminais Móveis de Dados

Ten. – Tenente

Ten. Cel. – Tenente Coronel

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

USP – Universidade de São Paulo

VUNESP - Vestibular da Universidade Estadual Paulista

## Índice de Quadros

|                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: Relação dos policiais militares entrevistados no estado de São Paulo .....                                     | 35  |
| Quadro 2: Distribuição de horas aula por disciplina conforme a área de ensino para a formação de praças da PMESP .....   | 95  |
| Quadro 3: Distribuição de horas aula por disciplina conforme a área de ensino para a formação de oficiais da PMESP ..... | 102 |

## Índice de Tabelas

|                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1: Despesas empenhadas na Função Segurança Pública em São Paulo entre os anos de 2011 e 2020.....            | 60  |
| Tabela 2: Previsão Orçamentária da PMESP - 2020 .....                                                               | 61  |
| Tabela 3: Distribuição de horas aula por áreas de ensino para a formação de praças da PMESP.....                    | 94  |
| Tabela 4: Distribuição de horas aula por áreas de ensino para a formação de oficiais da PMESP.....                  | 101 |
| Tabela 5: MDIP PEMSP por raça/cor – 2018-2023 .....                                                                 | 161 |
| Tabela 6: MDIP por Negros x Não negros – 2018-2023.....                                                             | 162 |
| Tabela 7: Taxa de Prisões em Flagrante (por 100 mil habitantes) em São Paulo.....                                   | 164 |
| Tabela 8: Razão de Prisões em Flagrante na Capital e Interior .....                                                 | 165 |
| Tabela 9: Quantidade de mensagens publicadas por membro do grupo PBVP.....                                          | 221 |
| Tabela 10: Quantidade de Mensagens por rede social compartilhadas entre 2021 e 2022 no grupo de WhatssApp PBVP..... | 226 |

## Índice de Figuras

|                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Mãe de uma vítima da operação policial na Comunidade do Jacarezinho clama por justiça. .... | 215 |
| Figura 2: Mulher portando fuzil durante uma comemoração. ....                                         | 215 |
| Figura 3: Sete de setembro será assim! .....                                                          | 220 |
| Figura 4: Beijo entre Marcelo Freixo e Jean Willys .....                                              | 223 |
| Figura 5: Santinho do Capitão Derrite com Bolsonaro e Tarcísio na eleição de 2022. ....               | 223 |
| Figura 6: Bolsonaro na PMESP .....                                                                    | 224 |
| Figura 7: Bolsonaro com a ROTA .....                                                                  | 224 |
| Figura 8: Jesus e Bolsonaro .....                                                                     | 225 |
| Figura 9: .....                                                                                       | 227 |
| Figura 10: Assim será com 13 .....                                                                    | 228 |
| Figura 11: Sugestão de agressão a Lula .....                                                          | 228 |
| Figura 12: Tabulação de dados coletados dos grupos de policiais bolsonaristas. ....                   | 231 |
| Figura 13: Aplaudam a nossa primeira-Dama .....                                                       | 232 |
| Figura 14: O Brasil virou um puteiro! .....                                                           | 233 |

## Sumário

|                                                                                                               |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Introdução .....</b>                                                                                       | <b>1</b>   |
| <b>Plano de Tese .....</b>                                                                                    | <b>13</b>  |
| <b>1. A construção da pesquisa e as dinâmicas da investigação .....</b>                                       | <b>15</b>  |
| 1.1. A escolha do objeto.....                                                                                 | 16         |
| 1.2. A escolha do recorte empírico .....                                                                      | 18         |
| 1.3. O que se observa em São Paulo? .....                                                                     | 19         |
| 1.4. Olhares distintos: experiências pessoais e alteridades em relação à Polícia Militar .....                | 20         |
| 1.5. Reflexões sobre a trajetória de pesquisa .....                                                           | 29         |
| 1.6. Percurso Metodológico .....                                                                              | 32         |
| Conclusão da seção.....                                                                                       | 39         |
| <b>2. Velhos comportamentos, novos procedimentos e inovações tecnológicas na PMESP .....</b>                  | <b>41</b>  |
| 2.1. Militarização e Autoritarismo: a história da PMESP .....                                                 | 41         |
| 2.2. Hoje a polícia é outra? .....                                                                            | 57         |
| 2.3. Controle do crime, do policiamento e a Tecnologia .....                                                  | 71         |
| Conclusão da seção.....                                                                                       | 78         |
| <b>3. A Polícia Militar do estado de São Paulo: tecnologia e novas formas de controle e policiamento.....</b> | <b>80</b>  |
| 3.1. Atuais características da PMESP .....                                                                    | 81         |
| 3.2. Complexidades e Dinâmicas na Formação Policial.....                                                      | 83         |
| 3.2.1. A formação de praças da PMESP .....                                                                    | 92         |
| 3.2.2. A formação de oficiais da PMESP .....                                                                  | 99         |
| 3.3. Polícia do papel vs. Polícia da rua: reflexões sobre a formação e prática policial .....                 | 104        |
| Conclusão da seção.....                                                                                       | 111        |
| <b>4. Os sentidos do uso de tecnologias formais e informais na PMESP .....</b>                                | <b>113</b> |
| 4.1. A PMESP e as tendências e inovações inspiradas no modelo Norte Americano.....                            | 113        |
| 4.2. Transformações tecnológicas na PMESP: da era artesanal ao policiamento científico .....                  | 116        |
| 4.2.1. Tecnologia e participação comunitária na segurança pública da PMESP....                                | 119        |
| 4.2.2. O Papel da informação no policiamento da PMESP .....                                                   | 121        |
| 4.3. Segurança Pública em Transformação: O Policiamento Preditivo em Foco.....                                | 127        |



|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.3.1. Programa Olho Vivo: Um Passo para a Transparência e a Redução da Letalidade Policial .....          | 135 |
| 4.4. Tecnologias informais na PMESP .....                                                                  | 140 |
| Conclusão da seção.....                                                                                    | 144 |
| 5. Racismo, Policiamento Ostensivo e Novas Tecnologias .....                                               | 146 |
| 5.1. Estado racial, colonialismo, racismo e policiamento.....                                              | 146 |
| 5.2. Violência Policial e Discriminação Racial em São Paulo.....                                           | 161 |
| 5.2.1. Os Métodos, técnicas e mecanismos de filtragem racial na PMESP.....                                 | 167 |
| 5.2.2. Disparidades sociais e geográficas no policiamento .....                                            | 173 |
| 5.2.3. Leitura corporal na identificação de suspeitos: a importância da corporalidade e da vestimenta..... | 177 |
| 5.3. Novas tecnologias no policiamento e recrudescimento das práticas de seletividade e racismo.....       | 181 |
| 5.4. Um olhar sobre o racismo institucional e as resistências sociais .....                                | 186 |
| Conclusão da seção.....                                                                                    | 192 |
| 6. Policiamento Ostensivo, Mídias Digitais e Redes Sociais .....                                           | 195 |
| 6.1. A Sociologia Digital .....                                                                            | 196 |
| 6.2. Sociologia Digital e Segurança Pública .....                                                          | 200 |
| 6.3. Notas metodológicas sobre o monitoramento das redes sociais da PMESP .....                            | 201 |
| 6.4. O Papel das redes sociais na atividade policial.....                                                  | 205 |
| 6.5. Militarização da política e policialização do estado: das redes para a rua.....                       | 233 |
| Conclusão da seção.....                                                                                    | 237 |
| Considerações Finais .....                                                                                 | 240 |
| Referências.....                                                                                           | 243 |

## Introdução

O objetivo desta tese se concentra na análise do impacto da modernização e adoção de novas tecnologias no policiamento, investigando como essas mudanças afetam a atuação da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e perpetuam desigualdades sociais, entre as quais, as raciais. O estudo examina a evolução das técnicas e tecnologias utilizadas pela PMESP, destacando o uso crescente de ferramentas de informação e comunicação no gerenciamento policial e nas atividades cotidianas dos policiais. Além disso, analisa a continuidade de práticas discriminatórias e autoritárias no policiamento, especialmente no contexto da crescente politização conservadora das polícias militares, após a eleição de Jair Bolsonaro à presidência. Assim, a pesquisa também investiga o papel das redes sociais na formação de identidades policiais e na percepção pública da polícia e do policiamento em uma sociedade democrática.

Nossas análises estão centradas nos modelos políticos e estratégicos, tanto formais quanto informais, de utilização das novas tecnologias – incluindo informação, dispositivos eletrônicos/microeletrônicos e mídias digitais – pelos policiais da PMESP. O propósito é entender as redes de relacionamentos entre os policiais, o impacto das principais tecnologias na gestão da segurança pública, e o uso político das redes sociais pela instituição e seus membros. A tese explora os desdobramentos contemporâneos das novas tecnologias em termos de vigilância, controle de condutas, regulação social da atividade policial militar dentro do contexto da governamentalidade (ALVES, 2011), filtragem racial e outras formas de seletividade policial. Além disso, examina as interações e os limites entre o uso formal e informal das novas tecnologias, considerando o emprego das mídias digitais no dia-a-dia da PM, bem como o papel das políticas de segurança e controle do crime no estado de São Paulo.

A hipótese levantada é de que as novas tecnologias contribuem – mesmo que de forma não planejada – no apoio estratégico e tático<sup>1</sup> desta instituição policial como também para o controle do crime<sup>2</sup> e da violência ratificando os tratamentos discriminatórios ao invés de reduzi-los.

Esta pesquisa está alinhada com as investigações anteriores realizadas pelo Grupo de Estudo sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC), e explorou as relações entre

---

<sup>1</sup> Estratégia e tática são termos distintos, tendo em vista tanto a teoria quanto o conceito nativo dos policiais. A estratégia implica a coordenação das forças militares, políticas, econômicas e morais para a administração de conflitos, enquanto as táticas se referem aos procedimentos e métodos aplicados por uma determinada estratégia. Portanto, deseja-se observar quais são os impactos gerados pelo avanço tecnológico nesses dois níveis de análise.

<sup>2</sup> O controle do crime se refere às formas, políticas e estratégias utilizadas pelos atores que compõem as instituições da segurança pública e justiça criminal no estado de São Paulo, mais precisamente policiais civis e militares, delegados de polícia, promotores de justiça e juízes (Sinhoretto, *et al.* 2014; Silvestre, 2017).

policciamento ostensivo, desigualdade racial, uso de tecnologias policiais e redes sociais pela Polícia Militar, oferecendo uma nova perspectiva sobre as dinâmicas sociais e políticas do policiamento. A pesquisa revela a complexidade das dinâmicas internas e externas da PMESP, destacando a seletividade racial e de classe nas abordagens policiais e a disputa simbólica em torno da produção do conhecimento sobre segurança pública.

A PMESP é uma instituição que desenvolve papel significativo na administração de conflitos e no controle do crime, além de manter relação constante com a sociedade civil. Na política de segurança pública de São Paulo, a PMESP vem exercendo um papel de protagonismo em relação às outras instituições (Sinhoretto; Lima, 2015). Este protagonismo é tanto político quanto operacional. A PMESP é responsável por garantir a segurança pública e a ordem social no estado, ou seja, a preservação da ordem pública, realizando patrulhamento ostensivo, respondendo a emergências, fiscalizando o trânsito, colaborando com outras forças de segurança, implementando programas de prevenção e executando mandados judiciais. Sua função principal é proteger a vida, a integridade física e o patrimônio dos cidadãos, assegurando a paz e a ordem social. A adesão ostensiva da marca se refere à função pública de dissuasão do policial fardado e armado, reforçada pelo aparato militar que simboliza uma corporação hierárquica e disciplinada (Rocha; Uziel, 2024).

A tecnologia se demonstra, tanto no cenário internacional quanto no nacional, significativa para as mudanças de modelos de policiamento, revelando-se, assim, um tema importante para investigação sociológica. A extensa literatura sobre o policiamento<sup>3</sup> – que abrange desde o desenvolvimento e reformas das instituições policiais, funções organizacionais, relações entre polícia e sociedade, entre outros temas – indica que, em diversas organizações policiais, em diferentes países, estados e épocas, os impactos dos avanços tecnológicos foram relevantes para a reorganização das instituições, seja na sua forma de exercer o controle do crime, a administração dos conflitos ou o policiamento ostensivo. Exemplos a serem considerados são as incorporações de automóveis no policiamento ostensivo, o gerenciamento de ocorrências por centrais de atendimento telefônico (Bittner, 2003), o uso de sistema de tabulação de dados e georreferenciamento, como Compstat<sup>4</sup> na

---

<sup>3</sup> Muitos autores tratam dos diversos temas mencionados e serão aprofundados no decorrer do texto, entre os clássicos mobilizados nesta tese estão Reiner, 2000; Bayley, 2001; Monjardet, 2002; Menke *et al.*, 2002; Bittner, 2003; Goldstein, 2003; Tonry; Morris, 2003; Manning, 2003; Bayley; Skolnick; 2006., Harcourt, 2008; Garland, 2008. A produção brasileira também é vasta: Fernandes, 1974; Adorno; 1995; Kant de Lima 1995 e 2014; Pinheiro, 1991; Muniz, 1999; Lima, 2000; Caldeira, 2000; Brito, 2003; Costa, 2004; Muniz; Silva 2010; Sinhoretto; Lima, 2015; Sinhoretto, *et al.* 2016; Guerra, 2016; Sinhoretto; Batitucci, (2019); Sinhoretto *et al.*, 2021 entre outros.

<sup>4</sup> O Compstat é o sistema de uniformização e georreferenciamento dos crimes, considerado central na reforma da polícia de Nova Iorque e já foi aplicado em alguns Estados brasileiros (Freitas, 2015). É um tema importante a ser

polícia de Nova Iorque (Costa 2004; Freitas, 2015; Byfield, 2018) ou os sistemas de videovigilância na França (Mucchielli, 2008) e no Brasil (Santos *et al.*, 2023; Silva, 2022; Cani; Nunes, 2022). Entretanto, outras pesquisas (Costa, 2004; Mingardi, 2007; Muniz; Proença Júnior 2014; Sinhoretto e Lima, 2015; Byfield, 2018; Silvestre, 2018), demonstram que o investimento para a modernização da polícia não significa necessariamente que haverá eficácia no combate ao crime como também não há indícios de redução da violência, dos preconceitos exercidos por policiais ou da letalidade policial (Sinhoretto *et al.*, 2014; 2016; 2021; Byfield, 2018).

Como nos demonstra Manning (2003 p. 379), a tecnologia é uma linguagem técnica e uma ciência aplicada que utiliza meios técnicos para atingir objetivos práticos. Ela engloba todos os meios empregados para fornecer objetos necessários ao sustento e conforto humanos, transformando matérias-primas em produtos acabados. Além de objetos materiais, a tecnologia também abrange características subjetivas, consequências, propósitos, usos e impactos sociais e organizacionais. No caso das instituições policiais, a tecnologia molda o policiamento, influenciando as interações entre níveis hierárquicos e padronizando processos operacionais.

Esta pesquisa apurou que as tecnologias incorporadas à PM paulista visam desde o controle das ações cotidianas dos agentes até a organização e planejamento de todo policiamento. A utilização de novas tecnologias é vista pelos agentes (oficiais e praças) como imprescindível para a evolução da instituição, já que pode contribuir para a melhoria da segurança dos policiais e controle de suas ações. Por outro lado, também constituem evidências criminais, sobretudo quando os agentes visam à incorporação de câmeras filmadoras em seus uniformes e viaturas. Os exemplos mencionados remetem às polícias norte-americanas, normalmente reconhecidas por usarem diversos recursos tecnológicos em seu favor.

Essa seria uma das características consideradas do uso oficial de tecnologias, pois elas são incorporadas pelas gestões governamentais e adquiridas através de recursos públicos. Em termos de eletrônicos, a PMESP se utiliza de um conjunto de aparelhos como computadores, notebooks, televisores, centrais de monitoramento, videovigilância e câmeras corporais (COP). Porém, a inovação mais significativa observada por essa pesquisa é a incorporação de *tablets* e celulares inteligentes no policiamento, visto que o uso das COP, quando essa pesquisa foi realizada, acabavam de ser introduzidas no policiamento paulista. Em relação aos sistemas

---

analisado devido, sobretudo, às grandes despesas geradas pela tecnologia da informação como também a ampliação de formas de vigilância.

inteligentes, foram mencionados programas como Sistema Detecta<sup>5</sup>, os Sistema Guardiã<sup>6</sup>, Fotocrim<sup>7</sup>, Infocrim<sup>8</sup>, sistema de tabulação de dados e georreferenciamento, todos ligados ao Plano de Policiamento Inteligente (PPI), sua interface entre o policiamento de rua ao 190<sup>9</sup> e ao Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo (COPOM online)<sup>10</sup>.

A aquisição de ferramentas digitais para aprimorar a eficiência dos processos burocráticos e o atendimento ao cidadão não é novidade no Brasil, sendo realizada por muitos órgãos públicos de diversos estados. Nas instituições de segurança, como a PM, a instalação de *tablets* nas viaturas modificou significativamente a dinâmica diária dos policiais que trabalham nas ruas (praças<sup>11</sup>). Junto com os *smartphones*, os *tablets* são descritos como fundamentais para o policial, pois auxiliam na orientação espacial, na consulta e incorporação de dados no sistema criminal, no preenchimento de boletins de ocorrência e na comunicação entre os agentes. Durante a pesquisa, alguns policiais descreveram os *tablets* e celulares inteligentes como uma ferramenta de transformação do trabalho policial. Além disso, o monitoramento via GPS<sup>12</sup> nos veículos possibilitou um maior controle do policiamento ostensivo, limitando a circulação dos policiais em locais e horários determinados. Esse procedimento é auxiliado pela aderência de programas quantitativos e permite a sistematização dos dados sobre os crimes ocorridos em um determinado local, proporcionando a identificação das manchas criminais<sup>13</sup>.

---

<sup>5</sup> O Detecta é um sistema de monitoramento inteligente implantado pelo Governo do Estado de São Paulo. Ele possui um sistema de vigilância através do uso de câmeras, é combinado com o maior banco de dados de informações policiais da América Latina, integrando a base de dados das polícias civil e militar.

<sup>6</sup> O Sistema Guardiã é uma ferramenta de investigação, monitoramento e armazenamento de dados.

<sup>7</sup> O Fotocrim é um sistema que permite a identificação e localização de um indivíduo a partir da consulta de fotografias e retratos falados de criminosos em uma base cadastral. É um software que permite o cruzamento biométrico de retratos falados com fotografias através de marcadores corporais. Foi desenvolvido em 1996 para serem incorporados na PMESP e na PC. Atualmente o sistema conta com mais de 60 mil criminosos e suspeitos. Para mais informações acessar: <http://www.citynet.com.br/retratofalado/fotocrim.htm> ou <http://www.invencoesbrasileiras.com.br/fotocrim/> [visualizado em 29/11/2020].

<sup>8</sup> O Infocrim é um sistema de informações criminais composto pelo sistema de Registro Digital de Ocorrências (RDO) que permite o acesso a informações, às polícias Militar e Civil, de Boletins de Ocorrências (B.O), mapas criminológicos e endereços postais. Foi implementado no ano de 2000. Para mais informações acessar: <http://catalogo.governoaberto.sp.gov.br/dataset/45-infocriminformacoes-criminais> [visualizado em 29/11/2018].

<sup>9</sup> O 190 é a central de chamadas de emergência da Polícia Militar.

<sup>10</sup> COPOM online é um sistema de apoio, acompanhamento e suporte ao policial. Através dele é possível entrar em contato com as centrais de atendimento, 190 como também adquirir informações de outros sistemas como o Infocrim e o Fotocrim.

<sup>11</sup> Praça é uma categoria inferior da hierarquia da PM. Nelas estão incluídos os militares com as graduações de soldado, cabo, os sargentos e suboficiais.

<sup>12</sup> Global Positioning System.

<sup>13</sup> As manchas criminais são adquiridas através do mapeamento de ocorrências e a integração de dados criminais. Essas informações podem ser visualizadas em painéis interativos que constam a localização dos crimes, as posições dos PMs e locais onde as probabilidades de ocorrerem crimes é maior.

No plano do discurso das instituições e de seus oficiais, o uso de câmera filmadoras em uniformes policiais, *tablets* em viaturas, novos modelos automatizados de gestão de pessoal, coleta e tratamento de dados quantitativos e sistemas inteligentes de georreferenciamento são mobilizados pelos agentes policiais para fazer comparações com o passado e demonstrar as diferenças com o policiamento atual, enfatizando grande potencial transformador vinculados a novas formas de gestão e tecnologia – o que teria tornado a polícia técnica e científica<sup>14</sup>. Em termos ideais, o uso dessas tecnologias permitiria um maior controle da atividade policial, diminuindo as ações dissonantes em relação a diretrizes do Procedimento Operacional Padrão (POP) e, supostamente, contribuiria para a redução da *criminalidade*<sup>15</sup>. Porém, averiguou-se que, ainda que essas tecnologias tenham apresentado “avanços”, na visão dos interlocutores, em relação aos modelos de policiamento anteriores, referidos como arcaicos e artesanais, a manutenção do modelo de policiamento ostensivo clássico e militarizado (Sinhoretto 2010), significativamente marcado por características proativas, reativas e punitivas, permitiu que práticas outrora questionadas fossem mantidas.

Essa constatação parte de análises acuradas sobre a atuação da PMESP (Sinhoretto; Silvestre; Schlittler, 2014; Silvestre, 2018; Schlittler, 2020; Sinhoretto *et al.*, 2021), em que fica evidente a gravidade das questões relacionadas à violência policial, ao racismo institucional e à seletividade das abordagens policiais. Os dados apresentados por esses autores revelam uma realidade alarmante: a letalidade policial afeta de forma desproporcional à população negra, jovem e masculina, especialmente nas áreas periféricas e metropolitanas do estado de São Paulo. A alta taxa de Mortes em Decorrente de Ação Policial (MDIP) e a manutenção de casos de abusos cometidos por policiais, recorrentemente noticiados em meios de comunicação e redes sociais, desafiam a tese do controle sobre a atividade policial.

Além disso, como demonstrado em Sinhoretto *et al.*, (2021) as prisões em flagrante enfocam o corpo negro, o que reforça ainda mais a preocupação com o viés racializado das ações policiais. Isso vem de uma complexa relação de métodos, técnicas e mecanismos de filtragem racial na atuação da PMESP em que fica evidente a complexidade e as nuances que envolvem a abordagem policial e a discricionariedade dos agentes de segurança pública. Abordagem, vigilância e identificação de suspeitos são atividades centrais no cotidiano

---

<sup>14</sup> Este tema será abordado na seção I à luz de uma bibliografia especializada sobre a evolução e desenvolvimento do policiamento.

<sup>15</sup> Os termos nativos serão escritos em itálico. Toma-se *criminalidade* como termo nativo por pressupor uma unidade intrínseca às diversas manifestações delitivas, as quais têm em comum apenas a característica jurídica de serem tipificadas em leis penais. Do ponto de vista sociológico, são agregados sob o termo *criminalidade* constelações muito distintas de práticas sociais.

policial, porém, representam um campo sensível onde a letalidade policial e o encarceramento em massa são intensificados, especialmente entre grupos vulneráveis como negros e jovens. Entende-se também que as metas do policiamento enfocam, predominantemente, em crimes de baixo valor financeiro, associado a indivíduos de baixa renda e estigmatizados socialmente, demonstrando uma abordagem seletiva e discriminatória por parte da polícia. Essa tendência contribui para a criminalização de segmentos historicamente marginalizados da sociedade, ampliando as desigualdades e alimentando o ciclo de violência e encarceramento em massa.

O contexto do sistema penitenciário brasileiro reflete essa discriminação e o viés racial presentes nas políticas de segurança pública. O hiperencarceramento, especialmente de homens jovens e negros, aponta para a urgência de reformas profundas não apenas na atuação policial, mas em todo o sistema de justiça criminal. É alarmante constatar que a população não branca está sujeita a uma probabilidade significativamente maior de ser alvo de ações policiais, resultando em taxas mais elevadas de prisões em flagrante.

Neste dilema, o caso norte-americano pode ajudar a compreender a questão central da tese, ou seja, as questões relacionadas à contribuição da tecnologia para a seletividade racial. A violência policial, tanto nos Estados Unidos quanto na América Latina, é profundamente enraizada em legados históricos de colonialismo e racismo. O conceito de Estado Racial, mobilizado por Byfield (2018), ilustra como a estrutura e as práticas policiais têm perpetuado a desigualdade e a discriminação contra comunidades negras e minoritárias. Nos Estados Unidos, as políticas policiais refletem uma longa história de controle e vigilância racial, enquanto no Brasil, o mito da democracia racial mascara as profundas disparidades raciais. A persistência dessas injustiças se reflete nas práticas policiais contemporâneas, marcadas pela violência, abuso e discriminação contra populações negras e marginalizadas. A análise desses sistemas revela a necessidade urgente de reformas policiais e políticas que abordem de maneira eficaz as raízes estruturais da violência policial.

A discricionariedade dos policiais na seleção de suspeitos é permeada por diversos elementos, incluindo aspectos culturais, territoriais e de classe social, o que pode resultar em práticas discriminatórias e violações dos direitos individuais. Em São Paulo, a fundada suspeita, embora seja legalmente estabelecida, carece de definições claras, deixando margem para interpretações subjetivas por parte dos policiais, o que pode culminar em abordagens injustas e desproporcionais. Os protocolos estabelecidos, embora busquem limitar a discricionariedade policial e garantir uma abordagem menos violenta e discriminatória, muitas vezes não são seguidos na prática, o que reflete a necessidade de uma maior fiscalização e responsabilização por parte das instituições policiais. A coexistência entre o conhecimento

formal e a racionalidade prática dos policiais também gera conflitos, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais integrada e coerente na formação e atuação dos agentes de segurança.

Em vista disso, os enormes investimentos e incorporações de tecnologias no policiamento em São Paulo e no Brasil, que são distribuídos de forma desigual entre as instituições policiais, não representam, nesse sentido, avanços para transformação dos modelos de policiamento, redução da letalidade policial, controle da discricionariedade e dos abusos cometidos. A preferência de governos por privilegiar substancialmente o policiamento ostensivo militarizado – proativo e repressivo – em detrimento do policiamento comunitário, preventivo e investigativo (Sinhoretto; 2010; Sinhoretto *et al.*, 2014; Silvestre, 2018; Sinhoretto *et al.*, 2021; Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022) colabora para a manutenção do policiamento seletivo e racializado, porém, agora auxiliadas e reforçadas por mapas criminológicos.

Diante das reflexões sobre o impacto das novas tecnologias no policiamento e o recrudescimento das práticas de seletividade e racismo, emerge uma análise complexa e multifacetada das dinâmicas do sistema de segurança pública em São Paulo. A introdução de tecnologias como sistemas de georreferenciamento, análise de dados criminais e câmeras corporais representou uma tentativa de modernizar e padronizar as práticas policiais, visando aumentar a eficiência e reduzir as ações não conformes aos padrões estabelecidos. No entanto, constata-se que essas inovações tecnológicas não foram capazes de mitigar as questões raciais e de seletividade presentes no policiamento.

Em relação ao policiamento preditivo, baseado na coleta e análise de dados para antecipar e prevenir crimes futuros, há preocupações sobre vieses raciais e a racialização da vigilância, com comunidades pretas e pardas sendo alvo de um hiperpoliciamento intensificado. A fusão de raça e outros marcadores biométricos na governamentalidade representa um desafio para os direitos fundamentais e a privacidade dos cidadãos. Neste campo, a implementação das câmeras corporais nos uniformes dos agentes tem sido a política mais significativa para as aspirações progressistas, pois resultou em uma redução significativa na letalidade policial, indicando uma ferramenta eficaz na promoção da transparência e na prestação de contas das ações policiais. A adoção das câmeras operacionais portáteis também contribuiu para a diminuição das mortes violentas de adolescentes, evidenciando o potencial das tecnologias para promover mudanças positivas no policiamento. Contudo, após a eleição de Tarcísio de Freitas, político conservador e alinhado ao bolsonarismo, ao Governo do Estado de São Paulo, o programa corre sérios riscos de ser sucateado ou extinto.



Peron e Alvarez (2019) argumentam que, mesmo após a democratização em São Paulo, o sistema de justiça criminal mantém um forte viés racial e as políticas de segurança pública continuam sendo elitistas, influenciadas pelas elites locais. Isso resulta em práticas policiais violentas direcionadas principalmente a pessoas negras e pobres, contribuindo para a formação de padrões de segregação na cidade – recordando Caldeira (2000) – incluindo a criação de enclaves fortificados e condomínios privados sob vigilância de empresas de segurança privada. A ascensão de um governo democrático não produziu efetivas mudanças nos modelos e procedimentos de policiamento, pelo contrário, em conjunto do processo tardio de reconhecimento da cidadania de populações marginalizadas, como afrodescendentes, mulheres e da população LGBTQIA+, contribuiu para a manutenção de uma relação discriminatória que ocorre na interação entre o policiamento e indivíduos de estratos sociais marginalizados.

Pode-se conceber tal fenômeno como resultado do fracasso das reformas policiais no Brasil, propostas no final do século XX, que não foram suficientes para tornar a polícia, em diversos países, uma instituição plenamente democrática e orientada totalmente por padrões humanitários (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022). Isso ocorre por conta de que os valores liberais rivalizam com os valores tradicionais, e a busca por distanciar a polícia de práticas autoritárias concorrem com a reincorporação de ideias arcaicas e burocráticas que pouco produzem resultados.

Sinhoretto e Tonche (no prelo), argumentam que a concepção bélica do trabalho policial influencia outras forças de segurança, justiça criminal e punição, promovendo a supressão de direitos em nome da ordem, disciplina e segurança. Elementos como letalidade, seletividade policial, identificação de suspeitos, investigações sigilosas, superlotação de presídios e abandono da ressocialização caracterizam essa abordagem. O encarceramento em massa resulta na eliminação de garantias constitucionais, justificando-se pelo combate ao crime e manutenção da ordem social, sob uma política de segurança que enfatiza o controle social punitivo. A complexidade do contexto em que a PMESP está inserida revela que, embora não seja mais a mesma polícia associada à ditadura militar, ainda conserva traços e práticas remanescentes desse período. A seletividade, o abuso de poder e a persistência de altos índices de letalidade são os principais fatores que impedem a PM de ser reconhecida como uma instituição adequada para uma sociedade democrática, esta que requer o monopólio legítimo e legal da força física (Kant De Lima, 1995; Adorno; Dias, 2014).

Ademais, a PM de São Paulo tem por característica ser uma instituição fechada, por isso, recorda-se o argumento de Bayley (2001) de que quanto maior o acesso à polícia, seus dados e avaliações, mais democrática ela é. As transformações que ocorreram na PMESP não

a tornaram uma polícia "mais humana" para atender às demandas de uma sociedade moderna. Focando no policiamento ostensivo e repressivo, a PMESP perpetua práticas militarizadas desenvolvidas mesmo antes do Regime Militar de 1964 e contribui para a manutenção das desigualdades desde a colonização (Fernandez, 1974). A polícia ignora injustiças sociais históricas, como racismo e disparidade de classes, acreditando que reprimir antecipadamente grupos marginalizados é a melhor prevenção. Em São Paulo, a PM não tem proximidade com comunidades pobres, e o suspeito criminal típico é o homem negro, jovem e periférico.

A PMESP é uma instituição de dupla entrada, ou seja, que permite a contratação de novos policiais por meio de concursos públicos divididos entre nível técnico e superior. O nível técnico é realizado nas Escolas de Formação de Soldados, sendo direcionada à formação de soldados e cabos – conhecidos como praças. A formação superior é realizada na Escola de Formação de Oficiais (graduação, mestrado e doutorado) sendo voltada para aqueles que desejam se tornar comandantes, maiores e coronéis da PMESP. É uma instituição composta exclusivamente por funcionários treinados em suas escolas, academias ou universidades. Este é outro ponto de interesse desta investigação, a importância de compreender os aspectos de formação e os critérios de seleção de profissionais. Questionar a formação é necessário devido à complexidade das funções, altamente especializadas, que exigem profissionais treinados em academias de polícia, detentoras de um saber específico, preparados para enfrentar o crime e manter a paz social.

Esse desenvolvimento será aprofundado nas seções desta tese, porém é importante expor antecipadamente a necessidade do debate sobre a formação dos policiais. Esse tema já está associado à questão da desigualdade na composição da força de trabalho da PMESP, seja de classe, gênero, sexualidade ou raça. Por exemplo, durante as entrevistas para a pesquisa, observou-se uma grande diferença entre os interlocutores oficiais e praças. Entre os oficiais, há um maior número de homens brancos enquanto os policiais praças são compostos majoritariamente por homens negros e mulheres negras<sup>16</sup> (em menor número), pertencentes a camadas populares da sociedade, normalmente oriundos de periferias.

Os autores clássicos da sociologia da polícia, em suas ponderações sobre o futuro do policiamento, perceberam que mudanças estariam por vir e que o policiamento seguiria as tendências dos avanços tecnológicos. Tais mudanças se refletem na adoção de tecnologias mais avançadas para coleta e análise de dados, bem como nas influências sobre o controle das

---

<sup>16</sup> A categoria negro(a) será considerada conforme a classificação étnico-racial feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual estão contidas as denominações preto(a) e pardo(a).

operações policiais, seja pela instituição ou pela comunidade. A evolução tecnológica está redefinindo as práticas policiais e a interação com a sociedade, delineando um novo cenário para a aplicação dos modelos de policiamento. No contexto das instituições de segurança pública, o uso dessas tecnologias engloba duas dimensões de ação inter-relacionadas: os controles formais, sob responsabilidade das instituições estatais, e os controles informais, integrados às atividades diárias e às interações com a sociedade civil. Os agentes das corporações que atuam no policiamento ordinário frequentemente conduzem o uso informal dessas tecnologias.

O uso informal da tecnologia pelos policiais da PMESP também compõe um dos objetivos específicos desta pesquisa. Durante a coleta de dados foi possível observar que é comum policiais se utilizarem de ferramentas tecnológicas não oficiais em seu trabalho cotidiano. Essas tecnologias servem tanto para complementar o trabalho policial como para burlar os controles estabelecidos. Talvez, o que mais represente esse fenômeno seja o uso de *smartphones* e das redes sociais. Os *smartphones*, por exemplo, são constantemente usados para filmar ações dos agentes, tanto por policiais quanto pela sociedade civil. Os conteúdos produzidos podem ser usados como evidência criminal, denúncia de abusos praticados por policiais, normalmente compartilhados em redes sociais. Desta forma, o uso informal da tecnologia influencia no policiamento e em suas relações com a sociedade.

Em relação às redes sociais, essa pesquisa verificou que elas são constantemente usadas por funcionários das instituições policiais para a comunicação entre os agentes e, em algumas ocasiões, no apoio tático em diligências, como no caso de comunicação via *WhatsApp*, muito comum entre policiais praças. Outro uso comum é a constante divulgação de conteúdos de ações policiais em redes sociais vinculados a perfis com um ideal político conservador (Sinhoretto; Macedo; 2019). Esses dados foram observados e coletados em grupos do *WhatsApp* e em diversas páginas do *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*. Em redes abertas a maioria dos vídeos compartilhados são de intervenções e perseguições policiais, pertencentes a canais não oficiais. Alguns supostamente pertencem a PMs, outros a admiradores e demonstram vídeos e imagens de grupos especializados na perseguição e apreensão de suspeitos. Nos grupos privados de *WhatsApp*, aos quais a pesquisa teve acesso, as informações compartilhadas possuem características conservadoras com um ideal punitivista ainda maior do que em outras redes sociais. Não há restrições para compartilhamento de imagens extremamente violentas de corpos baleados sem vida, execuções e torturas cometidas por policiais ou bandidos. Durante a observação, os integrantes dos grupos – policiais e admiradores, todos do sexo masculino – aparentam ter um frenesi por violência, pornografia e

antipetismo. A masculinidade e a virilidade são requisitos de socialização, os integrantes aparentam ter prazer por ver imagens mórbidas e degradantes de homicídios brutais, seguidos por fragmentos de filmes pornôs. A exaltação se eleva quando um suspeito é baleado ou morto, o que está veemente associado à máxima “bandido bom é bandido morto”. Outra característica é o alinhamento político ao bolsonarismo e suas prerrogativas como a liberação do porte de armas, redução da maioria penal, pena de morte, defesa da ditadura militar e compartilhamentos de *Fake News*. Dentro do grupo, o pensamento conservador impera e vozes dissonantes são silenciadas.

O que a pesquisa nos grupos de policiais bolsonaristas demonstrou é que a exploração de eventos violentos, criminais e fatais, além de produzirem o rastro do medo do crime também constituem a construção de uma represália violenta por parte da polícia. O medo incita um policiamento mais militarizado ao mesmo tempo que constituem uma identidade policial hipermasculinizada. Pauta que está associada a uma visão política conservadora, quase intocável, que por fim vai determinar a agenda da segurança pública.

Dentro desses espaços virtuais, as questões políticas muitas vezes são reduzidas a discussões morais, resultando não na construção de consenso, mas sim de conflito. Esse fenômeno é exacerbado pelo surgimento de bolhas de opinião formadas pela automatização e por algoritmos, que promovem a troca de opiniões semelhantes e desencorajam pontos de vista divergentes. Essa dinâmica é particularmente evidente em redes fechadas, onde a contestação encontra menos espaço do que em redes abertas.

Em contrapartida, páginas associadas ao Movimento Negro ou periférico denunciam ações abusivas de PMs. Nesse sentido, a tecnologia tem provocado profundos impactos na relação entre polícia e sociedade quando divulga a violência policial em redes sociais produzindo, assim, denúncias de abusos contra populações negras. Esse tipo de publicação tem ganhado destaque nos últimos anos nos Estados Unidos, como podemos observar no caso de George Floyd em 2020, um homem negro que foi sufocado até a morte por um policial branco na cidade de Minneapolis. Várias manifestações foram deflagradas contra as instituições policiais nos EUA e levantaram questões, não somente para o policiamento estadunidense, sobre abordagens e o uso legal e controlado da força.

No Brasil, os movimentos negros tendem a responsabilizar a polícia e o Ministério Público (MP) pelo genocídio da população negra, o que tem gerado uma grande pressão para a mudança na atuação policial. O acesso à produção de imagens tem se constituído como uma ferramenta de incriminação dessas práticas, que pressionam as instituições policiais a modificarem suas ações.

Analisar as informações e os discursos sobre crime, violência, polícia e controle do crime, disseminados nas mídias digitais, colabora para interpretar as atitudes e representações sociais que expressam o pensamento dos agentes fora do ambiente das corporações, bem como os usos políticos do policiamento em redes sociais. Trata-se de uma disputa de narrativas que determina quais práticas podem ser consideradas como abusivas – a depender do período histórico, local, controle social exercido, regime político e a própria relação entre política de segurança pública e o policiamento.

Os dados coletados para esta pesquisa foram adquiridos através de entrevistas com agentes da PMESP, observação participante em grupos de policiais em redes sociais e contou também com estatísticas de prisão em flagrante e letalidade policial<sup>17</sup>. O processo de análise está direcionado às condutas dos funcionários da PMESP e à importância dos aparelhos eletrônicos, das novas tecnologias da informação e das mídias digitais nas suas funções cotidianas, bem como a relação que os policiais estabelecem com os aparelhos, sistemas, redes e quais implicações esse fenômeno produz no policiamento ostensivo.

Assim, a presente pesquisa procura revisitar temas clássicos (sempre a partir da observação da incorporação de novas tecnologias) sobre policiamento, que abrangem discussões sobre as suas funções e obrigações; os efeitos gerados por distintas formas de controle; o desempenho das forças policiais no enfrentamento ao crime; e as relações entre polícia e a comunidade; seletividade policial na escolha de suspeitos e; o preconceito racial dentro das instituições policiais.

Deste modo, essa pesquisa é uma abordagem inovadora de um tema clássico e de difícil acesso aos pesquisadores. É possível afirmar que, independentemente da formalização e contratação de serviços por vias oficiais, as novas tecnologias estão modificando a forma de ação dessas instituições. Acredita-se que as instituições de segurança irão aderir, cada vez mais, às novas formas de interação via mídias digitais e às novas tecnologias de informação e comunicação para administrar conflitos. Portanto, o exame das características, relações, conexões e ações dos agentes policiais e suas respectivas instituições na utilização, formal e informal, dessas tecnologias são importantes para o entendimento dos processos que envolvem o controle do crime, da violência, das desigualdades e do policiamento no Brasil.

---

<sup>17</sup> As entrevistas foram desenvolvidas em conjunto com o Grupo de Estudos Sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC), do qual o presente pesquisador é membro e pode ser verificado <http://www.ufscar.br/gevac/>. 25 entrevistas foram realizadas como parte do projeto apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) “Policiamento ostensivo e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime” (SINHORETTO *et al.*, 2021).

## **Plano de Tese**

A primeira parte desta tese aborda os fundamentos, a seleção do objeto de estudo, o escopo geográfico, os aspectos metodológicos e os desafios enfrentados durante uma pesquisa sobre o uso de tecnologias pelas forças policiais. O percurso metodológico envolveu métodos qualitativos, como entrevistas e etnografia digital, revelando percepções sobre práticas policiais, motivações e interações nas redes sociais.

A segunda parte apresenta o debate sobre o policiamento militarizado em São Paulo, comparando passado e presente para compreender o uso das tecnologias na polícia. Inclui uma análise das transformações nas formas, estrutura e práticas policiais ao longo do tempo. Inicialmente, revisa-se a história da PMESP, destacando sua militarização e manutenção de padrões autoritários. Em seguida, discute-se a percepção atual da PMESP, segundo relatos de policiais, que a veem como uma instituição mais democrática e profissional, influenciada pela adoção de novas tecnologias e abordagens de policiamento.

Na terceira parte, inicia-se com uma apresentação das características atuais da PMESP e destaca-se a formação teórica e prática de praças e oficiais, visando a profissionalização e conhecimento específico. A formação ainda apresenta desigualdades, variando conforme a função desempenhada. No Brasil, a profissionalização do policiamento mudou com as últimas décadas, com as polícias militares adotando estruturas, filosofias e técnicas mais modernas. Os cursos de formação se tornaram mais abrangentes, cobrindo áreas como direito, humanidades, economia e tecnologia. No entanto, desafios persistem, como a influência da doutrina militar e a socialização profissional que reforça práticas tradicionais. A PMESP tem aprimorado seus programas de formação, especialmente após incidentes como o Massacre do Carandiru e repressões em manifestações, introduzindo disciplinas como controle de manifestações e direitos humanos. Apesar desses esforços, desafios como equilibrar tradição e inovação, adequar currículos às demandas contemporâneas e promover uma cultura que valorize ética e direitos humanos permanecem.

Na quarta parte, este estudo explora a influência de modelos e tecnologias do Norte global, especialmente dos EUA, no policiamento ostensivo em São Paulo, analisando como essas práticas moldam a operação e a relação da polícia paulista com a comunidade. A pesquisa qualitativa identifica as ferramentas mais utilizadas pelos policiais e avalia suas percepções sobre o impacto dessas tecnologias em seu trabalho diário. Além disso, aborda-se o debate sobre o controle, o crime e as ações da polícia militar, considerando a influência das novas tecnologias no policiamento. A incorporação dessas tecnologias e novos padrões de policiamento está diretamente ligada ao controle da atividade policial e do crime. Observa-se

um aumento nas demandas sobre o policiamento, tanto internas quanto externas, que pressionam por mudanças. Paralelamente, há uma ampliação dos dispositivos de vigilância social para acompanhar as transformações sociais, resultando em novas formas de crime e controle. Apesar do investimento em modernização do policiamento, persistem problemas antigos, como a violência policial. Isso ressalta a necessidade de tornar o policiamento mais inteligente e sofisticado, com reivindicações por definições operacionais melhores e especialização de funções.

Na quinta parte discute-se a conexão entre racismo, uso de tecnologias e policiamento ostensivo, evidenciando os efeitos discriminatórios resultantes dos procedimentos policiais, frequentemente apoiados por tecnologia. Estudos em São Paulo destacam a abordagem como técnica predominante, sendo que seu uso recorrente promove uma filtragem racial que reforça a seletividade contra pessoas negras, especialmente nas periferias. Apesar dos investimentos em modernização tecnológica pela PMESP e pelo governo, a abordagem policial continua sendo a principal técnica, o que, juntamente com a implementação de práticas discriminatórias, contradiz a agenda política de enfrentamento às desigualdades raciais.

Na sexta e última parte, abordaremos as análises das redes sociais da PMESP e dos policiais militares, explorando os efeitos políticos e as representações sociais geradas pelo uso das mídias sociais. Este estudo dialoga com a sociologia digital, que reflete sobre os usos das mídias digitais na cultura contemporânea. A pesquisa busca compreender a relação das mídias digitais com a segurança pública e administração de conflitos, reconhecendo sua importância na pesquisa social. Além disso, refletiremos sobre a aplicabilidade da sociologia digital na sociologia da violência e administração de conflitos, dada a presença ubíqua das mídias digitais e redes sociais na sociedade atual.

## 1. A construção da pesquisa e as dinâmicas da investigação

Esta seção explora os desdobramentos desta pesquisa, delineando os motivos que a fundamentaram, a seleção do objeto de estudo, o escopo geográfico abordado, os aspectos metodológicos e os desafios encontrados durante o processo investigativo.

A presente pesquisa teve origem em 2018, após o encerramento das investigações da dissertação de mestrado realizada em Luziânia, Goiás, que explorou o uso de tecnologias pelas forças policiais, destacando o uso generalizado de *smartphones* e *tablets* como ferramentas de trabalho essenciais para agentes da Polícia Civil (PC) e da PM. As observações revelaram a adaptação dos policiais à escassez de recursos, especialmente evidenciada pela substituição do rádio pelo *WhatsApp* em algumas situações. A presença de tecnologias em um município considerado pequeno levantou questões sobre as mudanças nos métodos policiais e a incorporação das novas ferramentas.

Devido ao tenso cenário político no Brasil em 2019, marcado pela redução dos recursos para pesquisas acadêmicas, optou-se por selecionar o estado de São Paulo como recorte espacial da pesquisa. Tal escolha provém do desejo de facilitar a entrada em campo, estabelecer conexão com interlocutores, e reduzir custos para a realização da investigação, pois dito estado é o local de residência do pesquisador. Ainda assim, após o ingresso no doutorado, a pesquisa enfrentou condições adversas, para além do mencionado corte de gastos voltados para a área da pesquisa, a pandemia de Covid-19 limitou o acesso ao campo e dificultou o andamento planejado do estudo. Por conta disso, optou-se por realizar uma reflexão, nesta seção, sobre os impactos de eventos sociais, culturais e políticos na natureza da investigação.

Apesar das dificuldades financeiras, políticas e pandêmicas, é importante mencionar que as bolsas oferecidas pelo Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC) e posteriormente pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) permitiram avanços na pesquisa, que resultou em publicações significativas e participação em congressos.

Esta seção ainda apresenta uma reflexão sobre a relação pessoal do autor com a polícia, que é marcada por experiências negativas de abordagens abusivas e violência policial vivenciadas na periferia de São Paulo. Esses episódios alimentaram uma visão crítica e desconfiada da polícia, baseada em traumas enraizados. No entanto, o autor se depara com perspectivas divergentes, incluindo a experiência de um amigo que se tornou policial militar. O autor reconhece a heterogeneidade de perspectivas dentro da instituição policial e a necessidade de um olhar sociológico diferenciado para compreender essas complexidades.



Por fim, é descrito o percurso metodológico da pesquisa. Utilizando uma abordagem qualitativa, foram empregados métodos de entrevistas e etnografia digital. A pesquisa buscou compreender as práticas policiais, as motivações dos policiais e as interações nas redes sociais. Foram enfrentadas diversas barreiras, como a resistência da instituição policial, a pandemia de Covid-19 e as restrições de acesso aos dados. Ainda assim, a análise das informações coletadas permitiu uma compreensão mais ampla das dinâmicas do policiamento militarizado e das percepções dos policiais sobre questões políticas e sociais. A etnografia digital revelou *insights* importantes sobre o comportamento dos policiais em ambientes *online*, destacando temas como racismo, homofobia e apoio político.

### 1.1. A escolha do objeto

Esta pesquisa tem origem no ano de 2018, após o encerramento das investigações referentes à dissertação de mestrado realizada em Luziânia, Goiás, sobre homicídios e o sistema de reciprocidade negativa através da vingança (Cedro, 2023). Naquela investigação, as tecnologias utilizadas por agentes de polícia se constituíram como um elemento das observações de campo e demonstraram pertinência sociológica. Embora ela estivesse concentrada nas relações de violência letal, o uso pela PC e PM de novas tecnologias como *smartphones*, computadores, *softwares*, *tablets* e redes sociais manifestavam uma nova forma de organização e procedimento das instituições de segurança pública. Ao adentrar nas delegacias, para além das ferramentas tecnológicas tradicionais, era possível observar que os agentes frequentemente utilizam seus *smartphones* pessoais como instrumento de trabalho.

O *smartphone* com *internet* móvel, pago pelos próprios funcionários, era uma espécie de recurso obrigatório, um equipamento imprescindível para os policiais. O uso não se restringia às questões pessoais, era utilizado pelos agentes em suas funções profissionais cotidianas. Algumas vezes, em ocorrências, foi possível observar que o aplicativo *WhatsApp* substituiu o rádio comunicador, neste caso, porque a PC de Luziânia não possuía o equipamento em suas novas viaturas. Alguns policiais chegaram a afirmar que preferiam usar o *smartphone* e o *WhatsApp* ao invés do rádio, por conta da facilidade de manuseio e velocidade no compartilhamento de informações de textos, áudios, imagens, vídeos e arquivos.

Nas viaturas da PM de Luziânia, por outro lado, em quase todos os carros, o suporte com um *tablet* se encontrava em frente ao motorista para auxiliá-lo durante os patrulhamentos na cidade. Quando não havia tal equipamento, policiais utilizavam um pedestal para seus *smartphones* pessoais com a mesma intenção e objetivo de uso dos computadores de bordo.

A presença destas tecnologias em um município considerado pequeno em relação a outras cidades brasileiras, já levanta por si indagações. As observações realizadas em Luziânia demonstravam que os policiais se adaptam à realidade de escassez de ferramentas de suporte, e que seus métodos se modificaram conforme suas experiências com novas tecnologias. Todavia, somente a falta de recursos não daria conta de explicar um fenômeno complexo.

A despeito do uso, sendo institucional ou não, ficou demonstrada que as novas tecnologias estavam sendo incorporadas no policiamento. Isso ficou mais claro com o avanço da pesquisa e a importância que as redes sociais apresentavam durante a investigação dos fenômenos de violência letal em Luziânia. As constantes publicações de casos de crimes em redes sociais, tanto pelos agentes policiais quanto pela população, demonstravam, aos poucos, outros fatores pertinentes ao tema aqui abordado. O padrão nas postagens policiais era a demonstração do trabalho bem feito, a resposta ao público sobre serviços realizados pela polícia, uma espécie de propaganda preparada pelos próprios delegados, agentes e comandantes de ambas as instituições. As redes sociais se tornaram um meio para conseguir prestígio, “coletar curtidas”, e assim reconhecimento e importância social. O objetivo era realizar uma espécie de “prestação de serviços” para, assim, angariar mais fundos e diminuir a imagem negativa da polícia, seja por conta dos abusos cometidos seja pela ineficácia em lidar com as demandas e obrigações cotidianas.

De antemão, devido ao uso das redes sociais, já se fazia perceber a existência de uma competição entre as instituições policiais. A PC, por ter menos recursos e por suas próprias características – por ser uma polícia investigativa e pouco visível – é considerada pela população uma polícia de baixa competência. Havia, com toda a certeza, uma ânsia por reconhecimento que provocou uma busca por meio das redes sociais de mudar o estigma associado. Após algumas conversas com um dos delegados responsáveis pelo policiamento investigativo de homicídios no município e que gerenciava as páginas da PC no *Facebook* – oficiais e pessoais – esta hipótese foi confirmada.

Por outro lado, faltou investigar as possibilidades de comportamentos similares em outras delegacias ou mesmo em instituições diferentes. Entretanto, observando postagens em grupos policiais no *Facebook*, *Youtube*, *Instagram* e *WhatsApp*, já era possível afirmar que não era um fenômeno singular, uma vez que é fácil encontrar conteúdos similares nessas redes sociais.

O uso da tecnologia e as ferramentas digitais demonstravam um potencial transformador e com impactos significativos à segurança pública. O número elevado de homicídios, furtos e roubos – em Luziânia – e a divulgação destas ocorrências em redes sociais

foram determinantes para a ampliação do medo do crime (Caldeira, 2000) e, consequentemente, para a formação de redes comunitárias de vigilância solidária dentro de grupos privados do *WhatsApp*, em que participavam policiais militares e setores da sociedade civil.

Outro fator importante é o caráter político do uso das redes sociais e mídias digitais pelas polícias. Os conteúdos normalmente carregavam a visão moral e política de seus gestores, que possuíam natureza conservadora e de oposição à esquerda. Este período foi marcado pelo impeachment da então presidenta Dilma Rousseff<sup>18</sup> e mais tarde, com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República<sup>19</sup>, a volta de militares ao governo<sup>20</sup> e o aumento significativo de policiais a cargos governamentais<sup>21</sup>, esse tema se tornaria componente indispensável a esta pesquisa.

Porém, a investigação do mestrado estava centralizada nas dinâmicas da violência letal e questões em torno do policiamento ficaram à espera de uma análise sociológica mais profunda.

## 1.2. A escolha do recorte empírico

A escolha do recorte espacial desta pesquisa tem a ver diretamente com o processo político complexo e conturbado no qual o Brasil se encontrava no ano de 2019. Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República, político conservador e inimigo declarado das Ciências Humanas (especialmente da Sociologia), vislumbra-se uma redução

---

<sup>18</sup> O processo de impeachment de Dilma Rousseff, conhecido por “pedaladas”, teve início em 2 de dezembro de 2015. A cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos, ocorreu em 31 de agosto de 2016 após o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha dar prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Fonte: Agência Senado. Para mais informações acessar: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. [Descarregado, 26/08/2023]. Em agosto de 2023, o TRF-1 confirmou o arquivamento de ação de improbidade contra Dilma por supostas ‘pedaladas’. Fonte: Carta Capital. Para mais informações acessar: <https://www.cartacapital.com.br/politica/trf-1-confirma-arquivamento-de-acao-contra-dilma-por-supostas-pedaladas> [Descarregado, 26/08/2023].

<sup>19</sup> Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), foi eleito o 38º presidente da República, com 55,54% dos votos válidos, nas eleições de 2018 ao derrotar em segundo turno o petista Fernando Haddad. Fonte: G1. Para mais informações acessar: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghml>. [Descarregado, 26/08/2023].

<sup>20</sup> De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir de 2019 houve um aumento de 60% de militares em cargos e funções comissionadas. Para mais informações acessar: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT\\_Presenca\\_de\\_militares\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf) [Descarregado, 26/08/2023].

<sup>21</sup> De acordo com um levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), houve um aumento de 27% de candidaturas de policiais nas eleições gerais do Brasil. Em 2022, foram registrados 1.866 candidatos oriundos das forças de segurança pública e defesa contra 1.469 em 2018. Para mais informações acessar: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/numero-de-candidaturas-de-policiais-nas-eleicoes-gerais-de-2022-cresce-27-em-relacao-a-2018/> [Descarregado, 26/08/2023].

significativa dos recursos para pesquisa de pós-graduação que, mais tarde, naquele mesmo ano, se confirmou.

A seleção do recorte espacial considerou, mesmo antes do ingresso no doutorado, a impossibilidade de obter uma bolsa de estudos. Já eram visíveis bloqueios dos fundos destinados às pesquisas acadêmicas, o que resultou numa menor quantidade de recursos para os estudantes dos programas de pós-graduação. Assim, considerando o cenário negativo que se aproximava, optou-se por realizar a investigação no estado de São Paulo, devido ao fato do pesquisador residir na cidade de Carapicuíba, localizada na grande São Paulo – área metropolitana e periférica do estado.

No Grupo de Estudo sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC), o objetivo desta tese se encaixava perfeitamente em uma das linhas de investigação iniciadas no ano de 2017. Aquela pesquisa analisou as relações entre policiamento ostensivo e a produção da desigualdade racial, sobretudo com foco nas dinâmicas da seletividade nas abordagens policiais. Essa pesquisa viabilizou a primeira incursão em campo, pois já havia autorização para a realização de entrevistas com oficiais e praças da PMESP. Assim, foi possível contribuir com uma perspectiva diferente para a pesquisa que passou a relacionar as dimensões do uso de novas tecnologias no policiamento ostensivo; os efeitos políticos e sociais do uso de mídias digitais pela Polícia Militar e seus agentes; e a temática que aborda a seletividade racial praticadas no policiamento.

### **1.3. O que se observa em São Paulo?**

O foco desta tese está na análise das mudanças provocadas pela modernização e implementação de novas tecnologias nos padrões de policiamento e a manutenção de desigualdades em relação à atuação da PMESP. Isso implica em analisar os efeitos desse processo na instituição policial, no policiamento ostensivo e nas ações dos policiais.

Olhar para a instituição nos permitiu compreender quais técnicas e tecnologias estão sendo adotadas pelo policiamento ostensivo nas últimas décadas. Dessa forma, buscou-se descrever quais materiais, métodos, técnicas, táticas e instrumentos são utilizados e como foram incorporadas pela PMESP. É correto afirmar que as estratégias atuais fazem uso constante de novas tecnologias de informação e comunicação, sendo percebidas no gerenciamento do policiamento e cotidiano dos policiais. Esses efeitos são observados de forma objetiva nos discursos institucionais que visam a melhora do desempenho da instituição, mas que também interferem na compreensão do policial em relação ao policiamento e ao significado do mandato policial.

Assim, contemplar o passado e compará-lo com o presente possibilita análises dos padrões de policiamento militarizado durante o regime democrático, viabilizando a identificação e os sentidos das mudanças mediadas pela inserção de novas tecnologias e saberes. Por outro lado, também nos permite indagar e compreender a manutenção de práticas e ações incompatíveis com uma polícia em uma democracia, sobretudo por conta dos esforços pela modernização das estratégias e profissionalização do policiamento.

Dessa forma, a dimensão das desigualdades, expressada nas práticas de seletividade racial exercidas pelo policiamento, se torna um elemento desta análise, não só pela permanência das discriminações, mas pelo recrudescimento de tais práticas e ações. Observa-se que as atuais estratégias de policiamento e a manutenção de alguns padrões operacionais geram continuidades autoritárias dentro das polícias militares.

A investigação também se centrou no uso das redes sociais e mídias digitais por policiais da PMESP. Percebeu-se que as redes sociais têm implicações na (re)configuração das identidades policiais e nas percepções da polícia e em relação ao fazer policiamento em uma sociedade democrática. A adesão de policiais militares ao bolsonarismo e suas pautas ultraconservadoras encaminharam parte da pesquisa a analisar os debates sobre os efeitos da politização conservadora das polícias militares, sobretudo após a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República e de vários ex-policiais militares a cargos do legislativo.

#### **1.4. Olhares distintos: experiências pessoais e alteridades em relação à Polícia Militar**

A minha relação pessoal com a polícia se manifesta de forma contrária à experiência com policiais no ambiente de pesquisa. Sendo morador de uma das maiores periferias paulistas, foi comum presenciar e sofrer ações abusivas cometidas por policiais, o que formou um arquétipo do que é a polícia e do que esperar de um policial.

Para ilustrar, uma dessas situações ocorreu em 2010, quando voltava de ônibus para casa após assistir a um show do Nação Zumbi<sup>22</sup> que ocorria na cidade de Santana de Parnaíba. Peguei a última condução em direção a Carapicuíba com colegas e, no caminho de volta, tive o desprazer de ter uma das piores noites da minha vida, após ser abordado por policiais militares desprovidos de qualquer respeito pelos direitos civis e individuais.

---

<sup>22</sup> Nação Zumbi (originalmente Chico Science e Nação Zumbi) é uma banda brasileira, nascida no início da década de 1990 na cidade do Recife. Surgiu da união do Loustal, banda de pós-punk, com o bloco de samba-reggae Lamento Negro, liderada pelo vocalista e compositor Chico Science. Para mais informações acessar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Na%C3%A7%C3%A3o\\_Zumbi](https://pt.wikipedia.org/wiki/Na%C3%A7%C3%A3o_Zumbi) [Descarregado no dia 13/12/2023].

Tudo começou por conta de uma denúncia realizada pelo motorista do ônibus que se sentiu intimidado e insatisfeito pela solicitação verbal agressiva de alguns passageiros, para que ele aguardasse outras pessoas que corriam para pegar a condução, a última da noite. O motorista, irritado e nervoso, dirigiu até uma base da PM mais próxima e fez com que todos tivessem uma péssima experiência.

Dois policiais militares entraram no veículo armados com metralhadoras e, de forma truculenta, obrigaram todos os passageiros homens a descer para serem revistados do lado de fora. Como chovia naquele momento, ficamos encharcados. As nossas mãos estavam espalmadas e encostadas na condução. Rendidos e sem esboçar nenhuma resistência, recebemos o típico tratamento policial conhecido como “esculacho<sup>23</sup>”: pontapés nas pernas, socos na virilha e tapas na cabeça.

Durante duas horas, aguentamos em pé as agressões físicas, verbais e o frio, enquanto recebíamos conselhos das mulheres que aguardavam do lado de dentro. Elas diziam para termos calma e não reagir, com receio de que os policiais pudessem ser ainda mais truculentos, de sermos presos por desacato ou algo pior, sermos mortos e largados em algum terreno baldio.

Um dos outros abordados chegou a questionar a conduta dos policiais. Não demorou muito para ele ser feito pelos policiais de exemplo aos demais, foi algemado e levado para dentro da delegacia aos prantos, preso por desacato e nada mais se soube dele.

Assim que fomos liberados, foi nos permitido voltar a condução. Todos encharcados, com dor e frio. Uma passageira se levantou e questionou o policial que iniciou a abordagem. A resposta, do PM, foi simples e grossa, “*você queria que eu abordasse com um buquê de rosas na mão?*”, mostrando a arma para ela. Em seguida, o PM a aconselhou, ironicamente, a procurar a corregedoria da PMESP e fez uma reprimenda a todos: “*se houver mais alguma perturbação, todos serão presos, inclusive as mulheres*”. Por fim, calados, com medo e exaustos, seguimos nossos destinos dentro ônibus, acompanhados pela viatura da PMESP durante quase todo o trajeto com destino a Barueri.

Em 2010 não tínhamos celulares com câmera filmadoras, ferramenta que poderia servir como inibidor de ações abusivas e posterior prova dos maus tratos. Tão pouco havia drogas, armas ou qualquer coisa que embasasse uma fundada suspeita para justificar tal tipo de abordagem a não ser a denúncia do condutor, o que demonstra uma desproporcionalidade nesta

---

<sup>23</sup> Esculacho é o efeito de esculachar que significa a ação de maltratar, agredir ou violentar.

atuação da polícia militar em relação ao que considera “cidadãos de bem<sup>24</sup>” e transgressores. Os policiais em nenhum momento se permitiram ouvir o outro lado e tão pouco se preocuparam com uma resolução não violenta para este conflito.

Na minha vida, tais experiências foram sistemáticas e usuais, são partes dessas vivências pessoais receber o questionamento, com apenas 10 anos de idade: “*ei moleque, aonde fica a boca<sup>25</sup>?*”; sofrer uma abordagem durante um jogo de futebol e mesmo estando sem camisa ser obrigado a levantar as mãos para ser revistado; ser forçado pelos policiais a deitar no chão e ter o corpo e a roupa toda suja de lama; mastigar um pincel marcador porque a posse era considerada de um possível pichador<sup>26</sup>; ter uma arma apontada para o rosto, terceiro olho, ao ser parado em uma blitz<sup>27</sup>. Outros exemplos particulares poderiam ser citados e aprofundados no sentido de esclarecer que não se trata de casos isolados, ou praticados pelos mesmos policiais. Entretanto, o desejo é ilustrar a relação dessas vivências negativas do pesquisador com o objeto de pesquisa.

Como demonstrado em um recente relatório do Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo<sup>28</sup> (NEV-USP), a filtragem racial e a seletividade das abordagens estão presentes desde muito cedo na vida de adolescentes negros, sendo mais precoces e violentas em relação a adolescentes pretos. Ser vítima de abordagens abusivas é algo marcante, que cicatriza na memória e configura-se como um trauma. O cenário descrito é explorado em testemunhos similares contidos na cultura e no discurso dos movimentos negros como também é apresentado em trabalhos sobre tais experiências traumáticas de jovens que vivem nas periferias paulistas (Besen; Ansara, 2021). A experiência desagradável da violência física e psicológica exercidas por policiais militares concebe a imagem, incômoda e não aceita pela instituição, de que a polícia é violenta e que seus agentes cometem abusos com base em critérios de raça e classe. Mesmo que o discurso da PMESP seja contra as ações extrajudiciais e institucionalmente respalde os valores democráticos, práticas de excessos e violações são reiteradas e fazem parte do cotidiano do policiamento militarizado.

---

<sup>24</sup> Cidadão de bem, como bem definido por Costa (2021 p. 8), não se trata de um sujeito concreto, mas de uma figura de linguagem, uma representação discursiva que visa conferir legitimidade a determinadas práticas sociais e formas identificar sujeitos. É uma noção que não está limitada apenas a designação oposta da figura do “bandido” ou “vagabundo”, pelo contrário, representa uma sociedade fraturada e hierarquizada entre cidadãos de primeira e segunda categoria.

<sup>25</sup> “Boca” ou “Boca de Fumo” é uma forma nativa de se referir a ponto de venda de drogas.

<sup>26</sup> Substantivo masculino. Aquele que picha, que aplica piche (substância negra e grudenta). Quem pinta rabiscos nas fachadas de prédios, em muros ou outras superfícies, geralmente como forma de protesto. Gíria]. Algo ou alguém que diz mal de outra coisa ou pessoa. Para mais informações acessar: <https://www.dicio.com.br/pichador/>. [Descarregado, 26/08/2023].

<sup>27</sup> No termo nativo, blitz significa uma batida policial sem aviso, com um número elevado de policiais.

<sup>28</sup> Theodoro, Renan; Piccirillo, Debora; GOMES, Aline M. 2023.

Por conta disso, por anos julguei a polícia como mal preparada, mal-intencionada e preconceituosa. Por outra perspectiva, a prestação de serviços de proteção, oferecidos pela PM, nunca atenderam às nossas necessidades. Quantas vezes foram requeridas uma intervenção e a polícia não aparecia ou chegava atrasada e incapacitada para resolver qualquer situação? As forças policiais aparentavam ter uma tendência a ignorar as reivindicações dos usuários moradores de periferias. A presença da viatura nesse espaço significava a caça a um indivíduo ou o recebimento de propina. Nessas situações, era mais provável que a polícia gerasse um prejuízo ao invés de prover algum auxílio. Ter medo da Polícia Militar sempre foi algo comum, recomendado pelos pais, por vizinhos, por amigos. Não à toa, antes de ingressar na universidade, minhas opiniões, baseados na experiência e no medo, compunham um imaginário da PM: a polícia mais vigiava e punia do que oferecia proteção à população.

Assim como descrito por Bittiner (2003), a população tem boas razões para ter medo da polícia, principalmente aquelas que vivem em zonas deterioradas. Nestes locais, uma mescla de preconceitos baseados em um conjunto de crenças que é reforçado pelos dados atuariais<sup>29</sup> ativam o medo do policial contra certos tipos sociais, tornando-os mais cautelosos. O que motiva a truculência e a violência contra a população que ali reside (Sinhoretto *et al.*, 2021).

Depois desses anos de formação no campo da sociologia da violência, compreendo que a literatura sobre policiamento registra e analisa essa convivência negativa entre periferia e policiais militares no qual me encontro inserido. Geralmente, o modelo de policiamento empregado nas periferias é o repressivo proativo em que se efetuavam as técnicas de abordagens descritas pelos estudos sobre policiamento (Schlittler, 2020; Sinhoretto *et al.*, 2021). A minha experiência é questionadora da *atitude suspeita*, mencionada pelos interlocutores desta pesquisa, como procedimento e técnica de seleção, uma vez que, ela se harmoniza com o argumento de que certos grupos sociais, a partir de suas características pessoais como gênero, raça e classe, despertam uma maior suspeição.

Mesmo com menor possibilidade de encontro, o medo de sofrer uma abordagem violenta ou ser morto, em uma ação em que policiais matam e perguntam depois, crescia com a presença da Rondas Ostensiva Tobias Aguiar (ROTA). A presença da ROTA significava que algo ruim pudesse ocorrer. Todos sabíamos que os policiais estavam “caçando” potenciais “bandidos” na região. Essa tensão cresceu a partir dos anos 2000, com os conflitos entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e a PM. Em Carapicuíba, haviam toques de recolher

---

<sup>29</sup> As Ciências Atuariais (Atuária) é a ciência que analisa e gerencia riscos e expectativas de quaisquer naturezas: econômicas, financeiras e biométricas, com o objetivo de prover proteção social.



estipulados pelo comando e por policiais, e a sensação do medo tomou conta da vida cotidiana da periferia. A dicotomia entre “cidadão de bem” e “bandido” não fazia sentido em um cenário em que os efeitos colaterais, provocados pela guerra entre as forças de segurança do estado e o crime organizado, eram ignorados.

Assim, compreendi que tais experiências estavam de acordo com estudos sociológicos que argumentam que os métodos e estratégias de dominação da Polícia Militar, principalmente de suas forças especializadas, estão vinculadas às formas de infligir violência física e psicológica através da manipulação do medo. Tais métodos, que também incluem a tortura e extermínio, foram apreendidos no regime ditatorial e ainda são percebidas no regime democrático. São continuidades de saberes e práticas herdadas (Pinheiro, 1991) que permaneceram na democracia e culminaram em um processo de militarização da política com reflexos na segurança pública (Macedo; Cedro, 2020).

Ir para a universidade modificou minha relação com a polícia e o policiamento. Por um lado, deixei de ser alvo de abordagens, possivelmente por não carregar marcadamente os estereótipos raciais vinculados à suspeição e por não circular com frequência em espaços para os quais são designados o policiamento repressivo. Porém, ainda havia hostilidade, não mais embasada pela experiência repressiva, mas pela aquisição de conhecimento acadêmico e participação em movimentos sociais negros.

Assim, pude compreender que a PMESP é uma instituição de segurança pública com um longo passado histórico e que apesar de haver denominações diferentes, sua fundação remete ao período colonial como apresentado por Fernandes (1974). A função da polícia na época era direcionada à repressão dos escravos, pois havia a necessidade de preservar as relações de produção derivadas da escravidão. No processo de desenvolvimento do policiamento, seja no período pós-escravidão, republicano, ditatorial ou democrático, tais desigualdades permaneceram devido a um processo complexo que retroalimentou/a o racismo no Brasil e contribuí para que o negro não deixasse de ser um alvo por excelência da ação policial. Por conta disso, as pesquisas atuais – que relacionam raça, policiamento ostensivo e segurança pública – levam ao entendimento de um racismo pós-colonial em que as instituições de segurança pública desempenham um papel fundamental. Tais estudos indicam que o negro ainda é o alvo preferencial das abordagens policiais e das prisões em flagrante, por consequência, compõem parte significativa da população prisional (Sinhoretto; Silvestre; Melo, 2013; Schlittler, 2020, Sinhoretto *et al.*, 2021; Sinhoretto; Macedo, 2024).

Em razão das experiências pessoais e da visão crítica acerca do policiamento, desenvolvi uma antipatia pela polícia que levou a atitudes de distanciamento, inclusive com

colegas que entraram na Polícia Militar. Só tive noção que tais sentimentos afetariam a investigação depois de anos, ao iniciar a pesquisa de doutorado, quando convidei um dos poucos que ingressaram na PMESP, para participar das entrevistas. O desejo era testar nosso roteiro de pesquisa com policiais conhecidos, antes de iniciarmos as entrevistas dentro dos batalhões da PMESP. Selecionamos meu amigo, o Cabo J.<sup>30</sup>. Entretanto, tinha esquecido que externalizei minha repulsa para com a polícia quando ele conseguiu ingressar na PM, o que gerou uma mágoa exposta quando perguntei se ele sofreu racismo e preconceito dentro da instituição, o mesmo me respondeu da seguinte forma:

**Cabo J.** – (...) cara, para mim não interfere em nada a minha cor de pele, nunca me desrespeitaram por cor de pele, mas já pela farda! Você se lembra da primeira coisa que você me falou quando eu entrei na PM?

**André** – Não, não lembro.

**Cabo J.** – Você não lembra? Você me deu um abraço e falou: pô, cara, acho que a gente não vai poder mais ser amigo. Você lembra?

**André** – Não, não lembro disso não. Mas acho que quando ...

**Cabo J.** – Não. Você falou assim: porque agora eu to seguindo uma via diferente... vou estudar tal e você, agora policial, vai trabalhar pro estado, tal. Só que eu falei assim: meu, o André vai crescer, ele vai ver que não é isso. E, pô, a gente está aqui trocando ideia.

**André** – Eu não lembro disso não cara.

**Cabo J.** – É sério, minha mãe, minha mãe falou assim: nossa... mas nossa, o André falando isso? Eu falei: é, mãe, para você ver. Mas é aquela coisa, porque a visão pelo que você falou para mim, na época assim, que o Policial Militar, ele trabalhava para o Estado e deixava claro que “foda-se o cidadão”, tem que fazer o que o Estado quer. Agora você trabalha com isso, você vai perceber que não é bem assim. A mentalidade nossa, a minha mentalidade quando eu entrei na PM mudou, porque a minha ideia era sempre tratar todo mundo bem (...).

**André** – Eu também não lembro disso, cara. Juro para você. Eu lembro que a gente conversou, mas não lembro se falei isso sério.

**Cabo J.** – Não, você veio e falou: pô, cara, parabéns aí que você conseguiu. Mas eu vou fazer uma faculdade aí, sociologia, mexer e trabalhar com pessoas. Aí você até falou (fala rindo): se um dia eu tiver numa manifestação lá, tiver que lutar pelos direitos do povo, você vai ter que dar uns tiros em mim. Aí eu falei: Sério que você está falando isso? Aí minha mãe: Não to entendendo ele.

<sup>30</sup> Com intenção de preservar a identidade dos interlocutores desta pesquisa, os nomes foram substituídos por letras do alfabeto sem levar em consideração a patente, sexo ou cor dos entrevistados. Os padrões foram mantidos de acordo com a pesquisa “Policiamento ostensivo e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime” (Sinhoretto *et al.*, 2021). A relação de entrevistados se encontra em uma tabela no subitem que apresenta a metodologia utilizada. Além disso, os textos que estão entre parênteses servem para indicar as reações, ações ou gestos dos interlocutores. As palavras em itálico têm por objetivo distinguir as falas dos interlocutores ao imitar falas de outras pessoas, algo comum nas entrevistas. Já as palavras em letras maiúsculas demonstram uma fala com tom mais alto, normalmente associado a gritos.

**André** – Faz muito tempo isso aí?

**Cabo J.** – Faz, pô, eu tinha acabado de entrar, meu! Eu tava na Escola de Soldado ainda, deve ter uns sete anos isso. Faz tempo, mas o tempo passa, a nossa visão do mundo muda, né? Por mais que, não sei a visão de vocês, mas por mais que vocês sejam críticos em relação à PM, com os estudos que vocês fazem, vocês estão vendo assim: pô, eu posso não gostar do que é feito, mas tem um porquê de ser feito desta forma.

Refletindo após a entrevista, compreendia que na época eu realmente acreditava que cursar Ciências Sociais reforçaria o antagonismo ao policiamento militarizado. Em relação ao Cabo J., julgava haver discordâncias políticas, sobretudo por conta da visão conservadora que acreditava ser hegemônica dentro das instituições policiais, fora as outras questões já mencionadas. De todo modo, tais posturas anteriores me causaram desconforto e vergonha durante a entrevista. Por mais que ainda aceite ser justificável a relação adversa, por conta das experiências que tive, essa investigação me permitiu um novo olhar sobre a Polícia, o policiamento e os policiais.

Meu amigo, Cabo J., seguiu a carreira de policial militar porque necessitava de um trabalho que propusesse estabilidade, sendo que seu desejo, pelo que recordo na época, era ingressar em um curso superior. Sempre foram poucas as oportunidades de acesso em universidades, sobretudo públicas, e o sistema de cotas, que concedeu a minha entrada, não assegurou a admissão do Cabo. Sua escolha pela carreira de praça do policiamento militarizado não foi pela vocação, mas por falta de oportunidades educacionais, pelo desejo de obter estabilidade laboral e prover suporte financeiro a família. Isso não é algo incomum, pelo contrário, é recorrente entre os/as praças da PMESP.

**Cabo J.** – Eu tinha acabado de me formar em metalurgia – técnico metalurgia – aí teve uma... entre 2004 – 2006, tem aquela crise mundial, e o primeiro setor a ser afetado são os setores metalúrgicos, e eu tinha acabado de me formar, tinha que ajudar meu pai e minha mãe, e não conseguia emprego – só emprego temporário. Resolvi prestar concursos públicos, prestei 11, passei em oito e eu fiquei em dúvida entre o Banco do Brasil e a PM. [...] E então, dizendo porque que eu entrei na PM, inicialmente eu não tinha opção, eu tive que ajudar os meus pais, tinha que arranjar um emprego, e por pelo fato de (**o pai e o tio do Cabo J.**) dizendo que não ia conseguir, eu falei – *ah, vou lá! Se eu realmente não conseguir fazer o que, não? Consegui!* – E graças a Deus, já vou fazer quase oito anos na PM, não me arrependo, não me arrependo de ter entrado (...).

As entrevistas com praças do policiamento ostensivo nos permitiram entender que a escolha pela carreira é motivada não somente pela vontade de ser policial, mas pela segurança econômica proporcionada pelo concurso público. A atividade é citada como uma opção entre várias em relação aos desejos profissionais pretendidos antes do ingresso na PMESP. Esse tema será abordado de forma mais detalhada na seção III, porém ressalta-se que tal fenômeno perdura há décadas nas polícias, sendo comum entre os policiais militares oriundos das

periferias e dificilmente ocorre com os policiais que optam pelo oficialato. Um caso descrito por Macedo (2022) sobre seu pai, policial militar, que ingressou na corporação no início da década de 1990 e atualmente está aposentado, é exemplo destes policiais que escolheram a carreira por conta da estabilidade financeira. O mesmo ocorreu com o Cabo J., quase duas décadas depois, que fez a escolha pela profissão pela necessidade econômica. Para o Cabo J., como para outros, a função do policiamento não é o ofício desejado, é só uma situação temporária que irá lhe permitir alcançar outras atividades laborais.

**Cabo J.** – Hoje estou formado em Direito, se Deus quiser semana que vem eu passo na OAB e eu vou tentar a carreira judiciária.

Eu e o Cabo J. crescemos no mesmo bairro, porém nossa perspectiva em relação à polícia é oposta. Acredito que minhas dinâmicas de lazer estavam mais associadas a comportamentos sociais e culturais que despertavam o tirocínio policial. Já o Cabo J. tinha uma personalidade mais retraída e geralmente não participava dessas atividades. Talvez, por essa distinta experiência, o Cabo J. não tenha incorporado essa hostilidade em relação à polícia.

Durante a década de 1990, a arquitetura urbanística de Carapicuíba era de ruas de terra, esgoto a céu aberto, terrenos baldios e casas simples em processo de construção. Cenário compatível com a descrição dos estudos da época (Caldeira, 2000, Manso, 2000, Lima, 2000) que caracterizam o período pela desorganização da criminalidade, grandes crises sociais, pobreza extrema da sociedade brasileira e um despreparo das instituições de segurança pública em relação ao controle do crime. Esse conjunto de problemas sociais conformou a periferia como um espaço desencadeador da suspeição.

**Cabo J.** – Nunca tinha sido abordado, nunca tinha visto o Proerd na escola, nunca acompanhei ocorrência quando tinha na rua de casa – não tinha curiosidade, pra mim os problemas dos outros são problemas dos outros! Então nunca fui ver viatura, ver arma, eu nunca tinha mexido em uma arma antes. E falei – *olha vou entrar na polícia, vou ver o que dá, se eu não achar legal vou pedir pra sair.*

Entendo que estas situações constrangedoras em relação às abordagens policiais me levaram a associar o policiamento como algo ruim. Já o Cabo J., por não ter tido esse tipo de vivência, não alimentou preconceitos em relação à PM. Ao refletir sobre essas duas perspectivas, compreendendo que existir de forma não reclusa nos espaços públicos periféricos, como frequentar shows, festas, jogar bola, é por si um indicativo de suspeição.

Ainda que o interesse desta pesquisa tenha sido influenciado por observações que não estão ligadas diretamente à vida pessoal do pesquisador, ignorar certos vieses pode ser mais prejudicial à objetividade de investigação. Assim, essa pesquisa segue, em parte, o enfoque metodológico de Haward Becker (2008), no tocante a importância de inserir-se no campo de

estudo com o objetivo de observar mais de perto as interações entre os indivíduos e de considerar o indivíduo um objeto de análise importante, assim como as “microsociologia” das interações entre eles. Por outro lado, eu também familiarizo com a questão da proximidade ao campo, a importância do conhecimento os mecanismos e moralidades dos indivíduos e da sociedade, algo que ocorre desde a investigação de mestrado no município de Luziânia.

Esta relação com o campo também é narrada por Macedo (2022) em sua tese de doutorado, porém, sua proximidade com a PMESP é distinta em comparação à minha. Devido ao contexto familiar, por seu pai ser policial militar, as construções e representações sobre a polícia são diferentes. Macedo descreve que sua vida foi atravessada pelo convívio com policiais militares e o quanto isso foi importante em sua trajetória, inclusive como sociólogo. Contudo, quando menciona os processos de abuso e violência, seu foco está nas relações internas da instituição e entre os agentes. A vulnerabilidade da profissão, a perda de confiança na corporação, perseguições por superiores, preconceito entre policiais, falta de assistência à saúde mental são elementos contidos em sua experiência de vida que quase levaram seu pai ao suicídio.

As situações narradas por Macedo (2022) sintetizam a complexidade das dinâmicas internas da polícia militar, enquanto as minhas experiências condensam parte do que apresentamos como seletividade racial e de classe na atuação policial. Na descrição feita por Macedo, a construção do inimigo “criminoso” se constitui como uma ameaça indeterminada, são casos esporádicos que foram mediados por parentes. De forma oposta, apresento um caso concreto dos sentidos da violência estatal expressada no dia a dia. Há uma extensão ampla e brutal, na qual os policiais torturam para impor “ordem”, existente na mediação entre polícia e sociedade, em que a carreira criminal pouco importa.

Essas experiências, por mais ricas e relevantes que sejam, geram um misto de apreensão e medo. Ser crítico à instituição da Polícia Militar acarreta para seus pesquisadores um olhar desconfiado dos agentes e da instituição que veem nos estudos acadêmicos uma crítica intencional e não científica ao trabalho da polícia. A constatação de que há uma disputa pela produção do conhecimento sobre segurança pública e policiamento pode ser encontrada de forma mais detalhada no relatório sobre Policiamento Ostensivo e Relações Raciais (Sinhoretto *et al.*, 2021) e na tese de Macedo (2022). Nesses textos são apresentados os argumentos que embasam a existência de uma competição simbólica sobre os modos de produção de conhecimento em segurança pública como também os receios da instituição PMESP que tendem a afastar “competidores” com “ideologias perigosas” que poderiam influenciar políticas de segurança pública (Macedo, 2022 p. 83).

Após a experiência com o Cabo J., entrar em uma delegacia ou batalhão, entrevistar policiais, compreender seus medos, anseios, ações, intenções, obrigações, desejos e representações permitiu a essa pesquisa e ao próprio pesquisador um olhar sociológico diferenciado em relação a investigações que, mesmo não isentas de qualquer perspectiva pessoal, possuem uma relação distinta com o objeto. Nesta complexa relação, me encontrei com distintos policiais, aqueles que conversaram comigo formalmente através de autorização da PMESP para entrevistas, os que são amigos de longa data e conhecidos. Assim, compreendo que a minha interação é heterogênea, o que possibilita o acolhimento de perspectivas diversas.

### **1.5. Reflexões sobre a trajetória de pesquisa**

A descrição desta trajetória de pesquisa é uma tentativa de análise sociológica do processo de investigação em situações adversas, ao mesmo tempo que é uma reflexão sobre eventos sociais, culturais e políticos que alteram a natureza de um objeto de pesquisa, de interlocutores, dos métodos de investigação e até mesmo do próprio investigador. Os eventos narrados aqui levam ao entendimento que fenômenos sociais são passíveis das mais improváveis mutações e eles influenciam diretamente nas circunstâncias em que são realizadas uma pesquisa, provocando alterações forçadas no projeto de investigação científica.

O esforço de autoanálise parte da compreensão de que a inserção no campo científico das Ciências Sociais nos permite a possibilidade de nos tornarmos sujeitos da nossa própria produção analítica e teórica. No entanto, nos cobra uma sinceridade e transparência constrangedora que nos acompanha durante todo o processo investigativo.

Fazer um doutorado em um contexto pandêmico, sem subsídio e durante uma crise política e financeira foi um processo doloroso e incomum, pois não só gerou dificuldades ao planejamento inicial de pesquisa como alterou todo o processo de investigação.

Durante os anos de 2019, 2020 e parte de 2021, o pesquisador não contou com qualquer financiamento estudantil. Este doutorado foi auto subsidiado com a venda de bens materiais e com trabalhos esporádicos que não tinham nenhuma relação com a sociologia e com o campo acadêmico. Se tratando de um pesquisador pardo<sup>31</sup>, pobre e periférico, uma fonte de renda era

---

<sup>31</sup> Nogueira (2006), Schlittler (2020) e mais recentemente Mattos (2023) fazem um interessante debate sobre a categoria pardo, uma classificação que possui forte componente situacional, composta por pessoas afrodescendentes que não carregam ou modificam as marcas que remetam às matrizes africanas. Em vista disso, as relações de discriminações podem ser explícitas ou dissimuladas, como também provocam uma concepção do “mestiço” como não-negro, invisibilizando a negritude dos indivíduos pardos, alocando-os em de num lugar, uma incerteza de autoidentificação ou de identificação a critério do outro. Vale ressaltar que a definição elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) considera que pretos e pardo formam a categoria negro.

essencial para o próprio sustento e manutenção do doutorado, o que em si já gerava dificuldades em relação à dedicação exclusiva à tese.

Somente para a realização de algumas entrevistas, vinculadas à pesquisa sobre Policiamento Ostensivo e Relações Raciais, houve auxílio pago em forma de diárias pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)<sup>32</sup>, para ajudar com os custos de transporte e alimentação.

Os cortes no orçamento da educação superior, realizados pelo governo Bolsonaro<sup>33</sup>, afetaram as agências de fomento do governo e outras que poderiam servir de recurso para esta pesquisa. Em consequência, o tempo concentrado para o desenvolvimento da tese teve que ser dividido com empregos temporários. Assim, para realizar este estudo era necessário separar períodos de trabalhos provisórios para arrecadação de recursos com intervalos de dedicação à investigação, o que de fato, em comparação a um cenário ideal, prejudicou o andamento das análises.

Nesse período, o mundo enfrentou a epidemia de Coronavírus, que ganhou contornos drásticos no Brasil<sup>34</sup>. O ano de 2020 foi marcado por desafios até então não experienciados em que a doença, a morte, a depressão e a falta de renda conviviam com o dever de investigar, produzir e desenvolver a qualificação da tese. O auxílio emergencial<sup>35</sup>, disponibilizado pelo Governo Federal após tanta insistência da oposição, amenizou um cenário adverso permitindo minimamente a continuidade dos trabalhos relacionados à tese.

O isolamento social dificultou a possibilidade de adquirir recursos, inviabilizou a continuidade das entrevistas que estavam sendo realizadas junto ao GEVAC e qualquer possibilidade de observação de campo relacionado ao doutorado. Assim, durante a Pandemia de Covid-19, entre os anos de 2020 e 2021, buscou-se concentrar os esforços no tratamento dos

---

<sup>32</sup> Refere-se ao financiamento da Chamada Universal CNPq/MCT 01/2016.

<sup>33</sup> Desde a implementação da **Emenda Constitucional 95/2016**, conhecida como Teto de Gastos, a Educação brasileira vem passando por diversos cortes orçamentários. Em 2019, o decreto presidencial de Bolsonaro autorizou uma redução de R\$32,6 bilhões na educação. Em 2020 o orçamento do Ministério da Educação (MEC) foi reduzido em R\$18,8 bilhões. Em 2021 o corte foi de 18,16% e em 2022 foi de R\$1,6 bilhão. Para mais informações acessar:

<https://comunica.ufu.br/noticia/2023/02/cortes-na-educacao-cronologia-da-precariedade> [Descarregado no dia 28/08/2023].

<sup>34</sup> A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Para mais informações acessar: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>. De acordo com os dados do Painel Coronavírus, foram confirmados 37.759.545 casos e 705.170 óbitos. Para mais informações acessar: <https://covid.saude.gov.br/>. [Descarregado no dia 28/08/2023].

<sup>35</sup> O benefício do Auxílio Emergencial foi concedido em caráter de proteção emergencial aos cidadãos para o enfrentamento à crise causada pela epidemia de Coronavírus - COVID 19, em conformidade com a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Para mais informações acessar: <https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>. [Descarregado no dia 28/08/2023].

dados já coletados e na leitura de uma bibliografia especializada. Deu-se seguimento e conclusão da pesquisa “Policiamento Ostensivo e Relações Raciais: Estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime”, que mais tarde seria publicada no formato livro (Sinhoretto *et al.*, 2021).

Somente em junho de 2021, após a qualificação, foi logrado uma bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) concedida pelo INCT-InEAC<sup>36</sup>, com duração de um ano, para o desenvolvimento da pesquisa. No ano de 2022, a bolsa, da mesma agência de fomento, foi substituída por uma com duração de 9 meses pelo PPGS-UFSCar. Tais circunstâncias permitiram um melhor desenvolvimento da pesquisa, entretanto, os valores da bolsa eram insuficientes para prover uma manutenção de vida digna. Desta forma, trabalhos para complementação de renda tiveram que ser realizados, o que novamente prejudicou um cenário ideal de dedicação exclusiva.

De modo algum desejo apenas demonstrar as dificuldades encontradas ou justificar ausências que podem existir na análise desta investigação. Este é um exercício para expressar a indignação com o atual cenário e os desafios para se fazer pesquisa no Brasil, pois se não fosse pela paixão e dedicação pela ciência, não só minha, mas de tantos colegas e profissionais acadêmicos, investigações como esta não se realizariam. Por outro lado, a intenção é também salientar os pontos que revelam o interesse para a execução de tal pesquisa, como também apresentar fatores fundamentais que justificam sua importância.

Devido a esse esforço, durante essa trajetória, foi possível realizar publicações significativas, como o livro já mencionado sobre policiamento ostensivo e relações raciais; o livro *Mortes Recíprocas: Sentidos das Violência em Luziânia* (Cedro; 2023), o ensaio intitulado “Militarização e bolsonarização na segurança pública: heranças do autoritarismo no Brasil”, publicado no livro *Extremo: O mandato Bolsonaro* (Macedo; Cedro, 2021); artigos publicados em revistas; o primeiro sobre o vínculo entre racismo, tecnologia e policiamento ostensivo (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022); o segundo se trata de uma análise comparativa que contrasta os resultados da investigação sobre a desigualdade nas abordagens do policiamento militarizado em Minas Gerais e São Paulo (Macedo; Cedro; Batittucci, 2023); e o terceiro sobre o uso de mídias digitais pela polícia militar e seus agentes e sua relação com o bolsonarismo e seus discursos discriminatórios (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2023) como também a

---

<sup>36</sup> Instituto de Ciência e Tecnologia (INCT); Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC).



participação em congressos nacionais e internacionais. Estes trabalhos foram relevantes para esta pesquisa e compõem a espinha dorsal desta tese.

### **1.6. Percurso Metodológico**

O percurso metodológico desta tese segue a estratégia qualitativa em que foram usados, preferencialmente, métodos de entrevistas e etnografia digital. Entretanto, simplificar esta trajetória esconderia as complexidades, dilemas e dificuldades deste trabalho como também de pesquisadores que se habilitam a investigar temas relacionados ao policiamento militarizado.

Diferentemente dos relatórios pragmáticos, em que se apresentam as ferramentas e procedimentos utilizados, optou-se por um detalhamento do processo de investigação. São expostas as dificuldades em relação ao desenvolvimento da pesquisa que vão desde a falta de recursos, o cenário político e social brasileiro, a Pandemia de Covid-19 e as próprias dificuldades inerentes aos estudos sobre instituições de segurança pública. O desejo é oferecer uma reflexão, em conjunto de outras investigações, sobre a metodologia, métodos e o fazer pesquisa sobre policiamento.

Como aponta Kant de Lima (2014), a escolha pelo método etnográfico e comparativo por contraste é indispensável para o estudo das corporações policiais e para a compreensão das motivações que impulsionam as ações de seus membros. Devido ao abismo entre as regras escritas e as práticas profissionais, o método qualitativo pode evidenciar as contradições das condutas formais exigidas e saberes práticos realizados durante as funções diárias ou no policiamento ostensivo.

Neste sentido, Cresswell (2010, p. 39) aponta que a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. Ela consiste em coletas de dados no ambiente do participante, seja através da etnografia, observação ou de entrevistas com o(s) sujeito(s) da pesquisa. Posteriormente, a interpretação dos significados dos dados fica a cargo do(a) pesquisador(a). Isso caracteriza a análise como uma descrição densa, munida de uma intenção interpretativa acima de tudo, na qual é realizada uma espécie de diagnóstico *post facto*, sendo que “o objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados” (Geertz, 1978 p. 38).

Seguindo tais orientações metodológicas, a princípio, o método utilizado foi a coleta de narrativas através de entrevistas com policiais militares, os sujeitos desta pesquisa, que atuam

no estado de São Paulo. Foram realizadas, transcritas e analisadas 24 entrevistas<sup>37</sup> – com praças e oficiais de diferentes batalhões da PMESP da capital do estado.

O acesso foi estabelecido a partir da autorização concedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP) e pela PMESP para a realização e aplicação de entrevistas nos batalhões. A intenção da investigação era contemplar um conjunto de três pesquisas que se relacionavam – esta pesquisa; o estudo comparado sobre policiamento ostensivo e relações raciais em quatro unidades federativas distintas (Sinhoretto *et al.*, 2021) e a investigação, posteriormente tese de doutorado, de Henrique Macedo (2022) sobre a política da polícia militar. Em decorrência disso, alguns dados aqui apresentados coincidem com os trabalhos mencionados acima.

Os membros do GEVAC vinculados a estas pesquisas, cientes da dificuldade impostas pela PMESP em relação às investigações propostas, atravessaram um longo período até a autorização de entrevistas e fornecimento de dados estatísticos. O processo teve início no ano de 2017, entretanto, somente após uma exaustiva persistência, no ano de 2019, as solicitações foram aceitas pela secretaria e comando geral da PMESP.

No livro “Policiamento ostensivo e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime” (Sinhoretto, *et al.*, p. 264-270), no qual o autor dessa tese colaborou tanto na coleta de dados quanto da análise e produção textual, é realizada uma descrição da trajetória metodológica referente àquele momento de pesquisa. Como descrito no texto, os primeiros contatos se estabeleceram com a Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH) da PMESP que recomendou a produção de ofícios e o contato com instâncias superiores da instituição. A fim de anular os obstáculos que oficiais poderiam oferecer à pesquisa, seguiram-se as recomendações hierárquicas da instituição.

Elaborou-se um questionário com perguntas que contemplavam as três pesquisas que, em conjunto, produziram uma grande quantidade de dados – 34 horas de áudio transcritos em 480 páginas. Havia perguntas relacionadas à estrutura da PMESP; o sistema de formação de cadetes e oficiais; plano de metas; relações internas e externas; uso de tecnologias; uso de redes sociais; seletividade em abordagens; discriminação racial; entre outras. As entrevistas foram sobrepostas e sintetizadas na busca de compor categorias que pudessem ser analisadas. Assim, cada pesquisa, artigo ou ensaio já publicado se utilizou de uma rica base de informações que

---

<sup>37</sup> Foram entrevistados quatro soldados, dois cabos, um sargento, seis capitães, quatro majores, três coronéis, quatro tenentes, um tenente-coronel e um aspirante a capitão.

possui assuntos que podiam ser trabalhados distintamente, mas que estão intrinsecamente relacionados.

As entrevistas foram realizadas, em grande parte, no ano de 2019 e interrompidas pela epidemia de Covid-19 no ano de 2020. Foram entrevistados policiais militares de diversas patentes, raça, gênero, idade, classe social e função no policiamento (administrativa ou ostensiva). Todos os interlocutores, com exceção do Cabo J., foram selecionados pela Diretoria de Ensino e Cultura (DEC) da PM que cedeu às solicitações de recorte racial e de gênero, mas que impediu o acesso às redes internas da corporação, o que impossibilitou a indicação de outras entrevistas através do método “bola de neve” (Sinhoretto *et al.*, 2021 p. 266).

Excepcionalmente, sobre o Cabo J., é importante repetir que se trata de um amigo de infância deste pesquisador, que foi solidário ao dispor-se para uma entrevista exploratória no qual se pretendia testar as perguntas do questionário. Longe de ser algo descartável, as narrativas oferecidas pelo Cabo J., em um diálogo que teve três horas de duração, apresentaram uma riqueza de informações. O interlocutor, oriundo de periferia e negro, trabalhava em uma das bases do COPOM, e forneceu detalhes significativos em relação aos temas abordados pelas pesquisas mencionadas.

A partir deste momento, optou-se por aplicar questionários abertos a fim de contemplar todas as linhas de pesquisas e estabelecer uma relação agradável evitando pressões e constrangimentos aos interlocutores. Experiências anteriores de pesquisadores do GEVAC serviram como indicativos para uma melhor interação, pois em estudos como de Sinhoretto *et al.*, (2014) e Schlittler (2020) se evidenciou que abordar o tema racismo na PMESP era algo incômodo. Debater a questão da raça produz constrangimentos e reações de negação do problema pelos interlocutores e até mesmo repúdio institucional aos resultados de pesquisa.

O acesso à polícia é problemático, pois ela é politicamente sensível, desconfiada e possui interesses próprios (Bayley, 2001). No decorrer desta investigação, se notou uma tensão, e a cooperação entre pesquisador e instituição estava suscetível a mudanças e tentativas de controle. Os filtros impostos pela PMESP limitaram a amostragem e novas burocracias, impostas pela pandemia de Covid-19 e pelas alterações nos comandos, sobretudo quando um General do Exército foi nomeado como Secretário de Segurança Pública, nos impedindo de prosseguir com o planejamento inicial investigação. Nesse processo foi possível compreender que há gestões que permitem a pesquisadores um acesso limitado, enquanto outras tornam a polícia uma entidade ainda mais reclusa. Isso varia em relação ao batalhão, companhia ou destacamento.

Independente disso, concordando com Bayley e Skolnick (2001), a sociologia deve fazer esse trabalho para assim compreender melhor o desenvolvimento do policiamento, com o fim de tornar a polícia e a segurança pública algo melhor, e no caso brasileiro, mais compatível com a democracia. Há uma grande necessidade de avaliação e análise do trabalho policial de tempos em tempos, mesmo que nosso conhecimento sobre sociologia da polícia seja colocado em questão. De fato, essa experiência demonstrou que, para alguns setores da PMESP, há uma disputa pela legitimidade de conhecimento do campo das políticas de segurança pública.

As entrevistas consolidadas (ver tabela 1) foram realizadas em colaboração com a Diretoria de Ensino e Cultura, Centro de Altos Estudos de Segurança com alunos do “Mestrado Profissional” ou Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Academia Militar do Barro Branco; na Escola Superior de Soldados; no 44º BPM/M<sup>38</sup> (Guarulhos); no 37º BPM/M (Zona Sul/Capão Redondo), no 12º BPM/M (Cumbica) e na Escola de Formação de Oficiais do Barro Branco (Sinhoretto *et al.*, 2021).

Quadro 1: Relação dos policiais militares entrevistados no estado de São Paulo

| Número | Entrevistado/a                       | Patente | Cor/Raça | Gênero | Anos de serviço |
|--------|--------------------------------------|---------|----------|--------|-----------------|
| 1      | Cap. A                               | Capitão | Negro    | Homem  | 23              |
| 2      | Cap. B                               | Capitão | Branco   | Homem  | 25              |
| 3      | Cap. C                               | Capitão | Branco   | Homem  | 20              |
| 4      | Cap. D                               | Capitão | Branco   | Homem  | 22              |
| 5      | Cap. E                               | Capitão | Branco   | Homem  | 23              |
| 6      | Cel. F                               | Coronel | Branco   | Homem  | –               |
| 7      | Maj. G                               | Major   | Branco   | Homem  | –               |
| 8      | DPCDH - Altos cargos, várias pessoas | –       | –        | –      | –               |
| 9      | Maj. H                               | Major   | Branco   | Homem  | 28              |
| 10     | Cab. I                               | Cabo    | Negro    | Homem  | 20              |
| 11     | Cab. J                               | Cabo    | Preto    | Homem  | 7               |
| 12     | Sd. K                                | Soldado | Negra    | Mulher | 4               |
| 13     | Sd. L                                | Soldado | Branco   | Homem  | 11              |

<sup>38</sup> Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (BPM/M).

|    |             |           |        |        |    |
|----|-------------|-----------|--------|--------|----|
| 14 | Sd. M       | Soldado   | Negra  | Mulher | 24 |
| 15 | Sd. N       | Soldado   | Negra  | Mulher | 3  |
| 16 | Sgt. O      | Sargento  | Negro  | Homem  | 16 |
| 17 | Cel. P      | Coronel   | Branco | Homem  | 30 |
| 18 | Maj. Q      | Major     | Branco | Homem  | –  |
| 19 | Ten. Cel. R | Ten. Cel. | Negro  | Homem  | 33 |
| 20 | Cap. S      | Capitão   | Branca | Mulher | –  |
| 21 | Maj. T      | Major     | Negro  | Homem  | 28 |
| 22 | Cel. U      | Coronel   | Negra  | Mulher | 27 |
| 23 | Ten. V      | Tenente   | Branco | Homem  | 9  |
| 24 | Asp. X      | Aspirante | Negro  | Homem  | 26 |

Fonte: Policiamento ostensivo e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime (SINHORETTO *et al.*, 2021).

Durante a coleta de dados, foram realizadas pequenas incursões em delegacias e observações do cotidiano de policiais. Isto permitiu um olhar diferenciado sobre o sujeito policial que contradizia as perspectivas pessoais que tinha em relação ao policiamento militarizado. Percebeu-se complexidades e heterogeneidade das ações e representações dos agentes da PMESP, tanto entre os PMs entrevistados quanto das observações de PMs em suas funções cotidianas e em redes sociais.

Para compreender as perguntas levantadas nesta pesquisa, exigiu a adição de novos métodos, pois como mencionado no relatório: a “visão que tivemos sobre a PMESP foi exatamente a visão que os oficiais daquela diretoria nos permitiram ter” (Sinhoretto *et al.*, 2021 p. 263). Além disso, foi utilizado o acervo, pertencente ao GEVAC, com materiais documentais e estatísticos. Esses dados foram coletados durante vários anos por pesquisadores do grupo, possuindo uma riqueza de informações indispensáveis. Ademais, as reflexões encontradas no relatório acima mencionado, assim como, outras realizadas pelo grupo são incorporadas na tese, fruto da colaboração e empenho de pesquisadores do GEVAC há mais de uma década.

Como já dito, as entrevistas foram interrompidas antes da previsão devido à Pandemia de Covid-19 em 2020. As restrições que foram impostas extinguiram a possibilidade de adquirir novas narrativas junto aos batalhões da PMESP, principalmente aqueles que foram contra a participação de seus agentes, por mais que houvesse tentativas de marcação e remarcação. Este foi um dos significativos prejuízos sofridos por esta investigação, pois devido

ao afastamento e ao longo período de isolamento social houve um enfraquecimento dos laços antes estabelecidos.

A PMESP também aderiu ao isolamento social, entre os anos de 2020 e 2022, impedindo a entrada de pessoas não vinculadas a instituição, mesmo período em que houve alterações nos comandos da instituição que dificultaram o retorno da equipe de pesquisa aos batalhões. Era necessário repetir todo o percurso burocrático, fazer novas solicitações, requerimentos, aguardar aprovação dos comandos, o que se tornou inviável após o retorno parcial das atividades pós-pandemia.

Em decorrência disso, alterações nos métodos se tornavam cada vez mais necessárias. Decidiu-se, então, por tratar e analisar os dados qualitativos e quantitativos já coletados. Realizou-se uma análise abrangente do problema de pesquisa permitindo desvelar um denso emaranhado de significados sobre os métodos de seletividade no policiamento ostensivo, como também as formas de organização do policiamento e a utilização das novas tecnologias e microtecnologias da informação, o que inclui a produção estatística.

Neste período, deu-se início a etapa de etnografia digital da pesquisa. Por etnografia digital, entende-se como: uma forma especializada de etnografia que utiliza comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na *internet*. Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, *blogs* e redes sociais (Silva, 2015. p. 339). Os métodos etnográficos relacionados às mídias digitais, por exemplo, fundamentam que o ciberespaço é um espaço de interação social, e, portanto, passível de ser objeto de uma etnografia em que é possível recolher dados de forma multidimensional, ou seja, nos “mundos” *online* e *off-line* (Hine, 2000).

Dessa forma, se realizou uma etnografia digital das interações sociais dos policiais militares com a intenção de compreender a importância das redes sociais na vida cotidiana dos funcionários das instituições de segurança e os impactos que causam no gerenciamento da segurança pública. Para a etnografia digital, alguns aplicativos de celulares foram monitorados a fim de estabelecer contato com as dinâmicas policiais cotidianas.

Para coletar informações compartilhadas pela PMESP ou seus agentes em redes sociais, a análise se concentrou nas interpretações das possíveis intenções das postagens e seu provável impacto social e político. O período foi marcado pela instabilidade política do governo Bolsonaro e por ameaças de tentativa de golpe de estado. Um novo componente analítico aos poucos se tornava parte essencial das investigações e abordava diretamente a adesão de PMs às pautas antidemocráticas bolsonaristas. Nelas estavam incluídas questões como racismo, xenofobia, sexismo e a homofobia.

As redes foram divididas em duas categorias, as redes oficiais vinculadas diretamente à PMESP; e as não oficiais pertencentes a policiais militares, mas que não possuem vínculo institucional. Elas também foram distinguidas entre abertas e fechadas, sendo as abertas as redes sociais que não necessitam de uma autorização para o ingresso da comunidade *online* e seu conteúdo é de livre acesso. Esse é o caso de redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*. Já as redes sociais fechadas necessitam da autorização de terceiros para a participação, acompanhamento e interação, como nos grupos de *WhatsApp*.

A pesquisa teve acesso a dois grupos particulares do *WhatsApp* integrados por alguns PMs que nomearei de “Grupo do PM” e “Polícia, Bolsonarismo, Violência e Pornografia”<sup>39</sup> (PBVP). O acesso foi estabelecido através do contato com alguns participantes que concordaram com o monitoramento, todavia, considerando a preservação de seus dados e nomes. É relevante evidenciar que os demais integrantes não sabem da investigação e das ações deste pesquisador na análise de seus comportamentos. Assim, estabeleceu-se o compromisso ético de demonstrar somente conteúdos importantes para esta pesquisa de modo que não comprometa a vida de seus interlocutores.

Os grupos do *WhatsApp* mencionados são compostos por policiais de São Paulo e outros estados, por pessoas próximas, parentes e amigos. Eles transmitem conteúdos variados que não estão apenas associados a atividades policiais, necessitando assim de uma seleção de conteúdo.

É importante destacar que nestes grupos de *WhatsApp*, o pesquisador, com o desejo de evitar conflitos, não questionou posicionamentos ou contrariou membros do grupo, exceto se fosse extremamente necessário. Se trata de interlocutores extremamente conservadores, aliados ao bolsonarismo e suas pautas ultraconservadoras. Havia sempre o temor de ser descoberto e dos constrangimentos que poderiam surgir por conta de posicionamentos políticos distintos. Assim, neste caso, a observação e coleta de dados foram privilegiadas em relação à participação e interação com os sujeitos de pesquisa. Os métodos centraram-se na descrição dos comportamentos dentro dos espaços digitais.

Foram selecionadas publicações de textos, áudios, vídeos e mensagens escritas, no período de 2021 a 2023, sobre perspectivas políticas e sociais desses agentes de segurança.

Já as redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*, permitiu a observação de páginas policiais oficiais e não oficiais. Porém, sua relevância comparada aos grupos do *WhatsApp* foi bem menor devido à reprodução das informações e dos filtros instituídos (ou

---

<sup>39</sup> O primeiro nome escolhido teve a intenção de manter a característica do nome original do grupo. O segundo, por ser um nome incomum, foi nomeado conforme o perfil de postagem do grupo, sem aludir diretamente com o título original. Optou-se por essa escolha a fim de preservar a identidade dos grupos e seus integrantes.

seja, quando a própria rede social não permite a reprodução, produção ou compartilhamento de determinado conteúdo), pelas próprias redes sociais e pela PMESP, tema que será aprofundado na seção VI.

Todas as mensagens foram organizadas em 3 categorias: a) vinculadas a ação policial sobre: abordagens; ações cotidianas; violência policial; letalidade policial; mortes de policiais; b) Políticas: engloba a ameaça de golpe, ataques ao Superior Tribunal Federal (STF); ataque ao Ministro Alexandre de Moraes, ataque ao Presidente Lula, ataque à Primeira Dama Janja; fraudes nas urnas; antipetismo; apoio ao Bolsonaro; apoio a Sérgio Moro; Pandemia de Covid-19; C) Preconceitos: homofobia; racismo; xenofobia e; machismo. Cabe ressaltar que, dentro de uma mesma postagem, um ou mais elementos podem ser encontrados como, por exemplo, a relação entre homofobia e antipetismo.

Foram excluídas da contagem qualquer vídeo, texto, áudio que não estivesse relacionado com o tema da pesquisa. Isso inclui mensagens pessoais, vídeos de comédia e a pornografia, sobretudo, por sua grande quantidade.

Optou-se por apresentar, na sexta seção dessa tese, os detalhes da etnografia digital, ou seja, uma descrição mais delimitada do percurso metodológico escolhido, a imersão no campo, as formas de armazenamento e tratamento de dados e os modelos de análise, para que assim o leitor não se distancie do tema.

### **Conclusão da seção**

Esta tese oferece uma análise perspicaz das transformações no policiamento ostensivo e das dinâmicas sociais racializadas que permeiam a atuação da PMESP. A escolha do recorte espacial reflete não apenas a necessidade de investigar as mudanças provocadas pela modernização e adoção de novas tecnologias no policiamento, mas também de compreender as persistentes desigualdades raciais dentro da instituição policial e em suas práticas. Ao confrontar o passado com o presente, a pesquisa revela tanto as continuidades autoritárias quanto os esforços pela profissionalização e modernização do policiamento. Além disso, ao examinar o uso das redes sociais pelos policiais, destaca-se a influência da polarização política e do conservadorismo no ambiente institucional, especialmente após a ascensão de Bolsonaro e de ex-policiais militares ao poder legislativo.

O relato da interação com o Cabo J. destaca a complexa dinâmica entre o pesquisador e o tema abordado, fenômeno que também pode ser compreendido, e como veremos mais adiante, na relação entre a população, especialmente os residentes das periferias, e a Polícia Militar, revelando um cenário marcado por desconfiança, hostilidade e abusos de poder por



parte dos agentes de segurança. As experiências individuais compartilhadas ilustram a seletividade nas abordagens policiais, assim como as consequências traumáticas para as comunidades afetadas. No entanto, o texto também ressalta a diversidade de perspectivas dentro da própria instituição policial e entre os indivíduos que a compõem, destacando a necessidade de uma abordagem sociológica para compreender as relações entre a polícia e a sociedade. Essa compreensão mais profunda pode orientar o desenvolvimento de políticas públicas mais justas e eficazes em relação à segurança e ao policiamento, visando construir uma sociedade mais igualitária e segura para todos os seus membros.

## **2. Velhos comportamentos, novos procedimentos e inovações tecnológicas na PMESP**

Esta seção tem por objetivo apresentar o debate sobre o policiamento militarizado em São Paulo, comparando o passado e o presente, a permanência de desigualdades e inovações, para a compreensão dos sentidos da utilização das tecnologias no policiamento. Faz-se necessário analisar as transformações que ocorreram nas formas de policiamento, em sua estrutura, padrões, práticas e ações para, assim, realizar a comparação histórica.

A análise parte de uma revisão bibliográfica que tem por base uma perspectiva crítica em relação à história e desenvolvimento da PMESP. Assim, no primeiro tópico é apresentada, resumidamente, a história da PMESP, os processos que a levaram à militarização e autoritarismo, como também a manutenção da estrutura e dos padrões operacionais originados em outros regimes políticos, incompatíveis com a democracia, no policiamento atual. Esse histórico de desenvolvimento concedeu à PMESP um protagonismo entre as instituições de segurança que atuam no controle do crime no estado de São Paulo.

O segundo tópico debate uma questão originada na interação com policiais militares. Através das entrevistas, os interlocutores afirmaram que “hoje a polícia [militar] é outra”, ou seja, uma nova PMESP. Eles a descreveram como baseada em procedimentos científicos, profissionais, democráticos e compatível com as exigências atuais de proteção aos direitos humanos e civis da população. Uma constatação que parece se fixar na aquisição de novas tecnologias e padrões de policiamento.

Por fim, o debate passa estar focado no âmbito teórico do controle, do crime e das ações dos agentes da polícia militar, e sua relação com a aquisição de novas tecnologias. O controle sobre a atividade policial e sua principal função de controle do crime se relaciona diretamente com a incorporação dos avanços tecnológicos e de novos padrões de policiamento. Assiste-se a um aumento das múltiplas exigências, conservadoras ou humanitárias, tanto internas quanto externas, que pressionam as instituições policiais e modificam o campo do fazer policiamento.

### **2.1. Militarização e Autoritarismo: a história da PMESP**

O militarismo desempenha um papel significativo na segurança pública brasileira, especialmente nas forças policiais, onde os valores e métodos militares são adotados, especialmente pela Polícia Militar, influenciando suas abordagens ao crime. Essa filosofia defende a predominância do componente militar na vida política e administrativa de uma nação,

buscando expandir as práticas militares para todos os aspectos da sociedade<sup>40</sup>. Isso pode resultar na supremacia da classe militar sobre os civis ou em sua forte influência nas decisões políticas, incluindo a presença de militares em cargos políticos e operações policiais táticas e armadas, às vezes resultando em alta letalidade.

De acordo com Sinhoretto (2010) e Silvestre (2018), a militarização<sup>41</sup> é uma estratégia do campo estatal de controle do crime. Ela vai além da organização policial e prisional, englobando saberes, práticas e concepções sobre crime e criminosos, uma estratégia que busca controlar o crime de forma militarizada e se estende para além das forças policiais, abrangendo outras instituições responsáveis pela gestão estatal de conflitos (Sinhoretto, 2010). A militarização se caracteriza por suspeição, sigilo, inquisitorialidade, entre outros aspectos. Além de influenciar culturas organizacionais, tem respaldo na opinião pública e é até mesmo cultuada como um modo de vida em certos contextos populares, alimentada pelo medo e amplamente explorada pelos defensores dessa abordagem. Esse contexto justifica políticas alinhadas à estratégia militarizada, priorizando a segurança do Estado em detrimento dos direitos individuais e fundamentais dos cidadãos.

De acordo com Sinhoretto (2010), dentro do campo institucional de administração de conflitos e da segurança pública, não há apenas uma estratégia única para gerenciar os conflitos; existem pelo menos quatro abordagens distintas: (i) a militarizada inquisitorial, (ii) a clássica, (iii) a de prevenção e (iv) a das alternativas penais e ao penal. Essas diferentes estratégias, que envolvem diversos atores e instituições, competem entre si por espaço dentro do campo da segurança pública.

A estratégia de controle militarizado, principal foco desta seção, tem o policial militar como seu protagonista central. Sua atuação visa neutralizar os inimigos da população, combater o crime e realizar operações ostensivas, frequentemente resultando em alta letalidade. Fundamenta-se em uma abordagem bélica, com hierarquia rígida, ordem e disciplina, onde a violência e a morte são consideradas resultados desejáveis. O policial alocado nesta estratégia se afasta da concepção da segurança pública como um direito humano e das atividades de assistência à população (Sinhoretto; 2010).

A inquisitorialidade, como nos demonstrou Kant de Lima (2023), é um modelo de administração de conflitos entre desiguais, em que o condutor do processo, acima da sociedade,

---

<sup>40</sup> Para mais informações acessar <https://www.infoescola.com/filosofia/militarismo/> [Descarregado no dia 09/12/2023].

<sup>41</sup> Militarização é o ato ou efeito de militarizar, de dar feição militar. Para mais informações acessar <https://www.dicio.com.br/militarizacao/> [Descarregado no dia 09/12/2023].

garante que não haja acusações infundadas. Esse sistema presume a possibilidade de culpa antes da acusação, conduz investigações sigilosas, substitui a defesa por interrogatórios, prioriza instruções escritas e secretas, coleta indícios para transformar presunções em realidade e prioriza o interesse público lesado pelo delito. No processo do inquérito policial, que traduz os resultados de uma investigação em linguagem jurídica e transforma fatos sociais em fatos jurídicos para o Judiciário, a verdade é apurada sigilosamente, registrada por escrito e avaliada preliminarmente para decidir se as acusações devem ou não seguir para julgamento judicial. O sigilo do inquérito é defendido como proteção à intimidade e à presunção de inocência do acusado, embora o modelo inquisitorial seja caracterizado por quem investiga também julgar. O autor ainda argumenta que a inquisitorialidade é uma fonte de suspeições sistemáticas que visa obter por todos os meios a confissão do acusado, que corroborará as informações levantadas nas investigações e depoimentos.

Esta pesquisa reconhece que a estratégia militarizada inquisitorial presente nas forças repressivas é um fenômeno que existiu em outros períodos políticos se reconfigurando ao longo de diversos regimes: Colônia, Império, República, Ditadura Vargas, Ditadura Militar e na Democracia. Desta forma, tal perspectiva tende a compreender que a estratégia militarizada adotada pelo policiamento no Brasil desempenha um papel na reprodução e manutenção de processos de dominação e desigualdade que têm raízes históricas profundas.

A história da polícia no Brasil está marcada pelo uso da violência, abusos e violações dos direitos de minorias. Como aponta Costa (2004, p. 125), a violência (incluindo a institucional) esteve tradicionalmente incorporada à vida social brasileira desde a colonização, valorizada como forma de resolução de conflitos e marcada por um vazio institucional. Já Fernandes (1974) descreve que a criação da Polícia Militar se relaciona a um processo amplo de reconstituição do próprio aparelho estatal na fase de autonomização política da classe dominante (p. 18). Isso significa que a função da força policial está relacionada à preservação da ordem vigente, por exemplo, durante o período colonial a força repressiva mantinha as relações de produção derivadas da escravidão, ou seja, a manutenção dos processos de apropriação e dominação colonial e na repressão aos escravos.

Durante o Império, as forças policiais e militares sofreram um processo de reorganização e o aparelho repressivo teve que se adaptar a uma nova situação marcada pelas pressões dos abolicionistas. As forças repressivas foram utilizadas como contrapeso do governo para lidar com insubordinações do povo e das forças sociais contestadoras da ordem social existente (p. 70). Fernandes descreve este momento histórico como o desenvolvimento da força originária da atual Polícia Militar, um processo amplo marcado pela reelaboração das

forças repressivas que permite a dominação política exercida através da repressão física pela classe dominante. Por conta das campanhas abolicionistas, há um aumento do Corpo Policial Permanente<sup>42</sup> com a ampliação dos efetivos e aperfeiçoamento funcional. A função ostensiva foi acentuada e ampliada para conter as contestações ao regime imperial e a escravatura, ao mesmo tempo que visavam a manutenção da ordem pública, defesa da constituição, da liberdade, da obediência às leis e a independência e integridade do Império.

Este processo culmina no aumento do poder coercitivo das forças policiais do período. A autora enfatiza que nesse decurso, a força policial ganha características de uma organização híbrida, em que se misturam a estrutura militar e funções policiais ligadas à manutenção da ordem. Essas características irão permanecer nos regimes subsequentes. De 1889 a 1901, as forças repressivas estaduais sofreram contínuas transformações. O período imperial termina com uma organização policial-militar bipartida constituída por duas forças repressivas: o Corpo de Permanentes e a Companhia de Urbanos<sup>43</sup>. Posteriormente, a única força não extinta é o Corpo de Permanentes, a força mais militarizada e necessária ao aparelho repressivo estadual (Fernandes, 1974. p. 150).

A abolição da escravidão afetou o trabalho policial e produziu alterações no tipo de controle social. A repressão deixou de visar o escravo e passou a focar nas ações contestatórias da classe operária e no enfrentamento de greves durante um período marcado pela industrialização do Estado. O Corpo de Permanentes foi herdado do regime anterior no processo de recalibragem das forças repressivas estaduais, sofrendo modificações que o constituem como uma força militarizada que garantisse a ordem interna. As transformações mantiveram os parâmetros de organização do Império, por conta da manutenção da ênfase militarizada, produzindo uma mudança do inimigo a ser combatido, mas não da estrutura repressiva.

Já a passagem do regime imperial para o republicano provoca uma mudança do regime político que altera a estrutura de dominação política. Em consequência, há necessidade de reestruturação das forças repressivas do Estado. Costa (2004) observa que no período da Primeira República surge uma nova legalidade a ser defendida em uma sociedade complexa, marcada pelo aumento das cidades, que exige maior vigilância. Todo esse processo é

---

<sup>42</sup> Durante o período colonial não houve nenhuma força repressiva de caráter permanente. Eram criadas e destituídas milícias conforme a necessidade dos senhores de terra. A primeira força repressiva organizada instituída é a Guarda Nacional e a Guardas Municipais em 1831, durante o Império. O Corpo de Permanentes, que Fernandes considera a força originária da Polícia Militar, surge a partir dessa organização.

<sup>43</sup> Em 1981 o Corpo de Permanentes é incorporado ao Corpo de Urbanos. Sua denominação é alterada para Corpo Militar de Polícia. Em 1892 é denominado de Força Policial e 1897 retorna para a configuração do período do Império, mas é nomeado de Brigada Policial (Fernandes, 1974).

acompanhado pela federalização dos estados<sup>44</sup>, que fortalece a política local e fornece poder político aos governadores pelo processo eleitoral e a ampliação da contestação pública (Fernandes, 1974). Novas exigências de atuação são definidas e as forças repressivas passam por uma profissionalização e racionalização organizacional que repercutem na prestação qualitativa e quantitativa de serviços (p. 153).

De acordo com Fernandes, durante o Império as forças repressivas que atuaram na então província de São Paulo foram: a Guarda Policial (1834-1866); Companhia de Pedestres (1850-1854); Guarda Municipal da Província (1866-1868); Polícia Local (1868-1888), Guarda Urbana (1875-1969); a Guarda Nacional (1831-1850); e a Guarda Municipal (1831-1831), substituída posteriormente pela Guarda Municipal Permanente (Corpo de Permanentes) em 1832, sendo a única preservada no processo de transição. Em 1891, o Corpo de Permanentes passa a ser denominado de Força Militar de Polícia do Estado, em 1892 de Força Policial e em 1897 de Força Pública.

Tais exigências, advindas da adaptação a uma nova estrutura econômica-social que requerem uma reorganização das forças repressivas, tornam a polícia mais profissional e militarizada. As transformações acabam por adquirir peso qualitativo na ampliação dos efetivos, aperfeiçoamento do armamento e garantias econômicas-sociais, sobretudo aos Praças, tornam-se requisitos. Nesse período, como descreve Costa (2004), houve uma busca por modernização dos instrumentos de controle social. Em 1890, como aponta o autor, houve uma reforma do Código Penal que visou o controle dos *habitus* e práticas de determinada classe social classificada como perigosa<sup>45</sup>. Por conta do crescimento urbano, da expansão dessa classe social e da complexidade que a sociedade adquire, as instituições policiais assumiram maior caráter profissional e militarizado, o que as levou a realizar reformas e adotar inovações. Entre elas, por exemplo, em 1907, a organização de mapas estatísticos, o Serviço Médico-Legal, o Serviço de Identificação e a Escola de Polícia (em 1912).

---

<sup>44</sup> Durante o período da República no Brasil, a federalização dos estados refere-se ao processo de descentralização política e administrativa que ocorreu com a implementação do sistema federativo. Esse processo teve início com a Proclamação da República, em 1889, e foi consolidado com a promulgação da Constituição de 1891. Antes desse período, o Brasil era uma monarquia centralizada, na qual o poder político e administrativo estava concentrado nas mãos do imperador e do governo central. Com a proclamação da República e a adoção do sistema federativo, o país passou a ser dividido em estados autônomos, que possuíam certa independência política e administrativa, além do governo central (Faoro, Raymundo, 2015).

<sup>45</sup> Tomo como exemplo a "Lei da Vadiagem", aplicada no período colonial e na era Vargas, era um instrumento de controle social que visava punir pessoas ociosas sem trabalho produtivo. No Brasil colonial, era usada para disciplinar a população pobre e escravizada, levando à prisão e trabalho forçado para os desempregados. Na era Vargas foi reintroduzida para coibir a desocupação. A "Lei da Vadiagem" é criticada por ser discriminatória e não abordar as causas do desemprego e da marginalização social.

As tensões entre os governos centrais e estaduais acentuaram o caráter militar das organizações policiais, sobretudo da Força Pública, criando exércitos estaduais à disposição dos governadores. A Força Pública cresce belicamente, ainda como uma força auxiliar do Exército, militarmente organizada, instruída, disciplinada e armada e destinada à manutenção da ordem pública. Tais ações dos governos foram respostas ao crescimento industrial e ampliação da classe operária, que exigiram a especialização das forças repressivas para defesa e preservação das relações sociais de produção. Esse processo de profissionalização tem por referência a contratação da Missão Francesa para instruir a Força Pública<sup>46</sup>, que determina um novo marco na história do policiamento em São Paulo e inaugura, durante a Primeira República, o período áureo da Força Pública (Fernandes, 1974). O aperfeiçoamento militar transformou essa força repressiva em um pequeno exército detentor de um grande poderio militar. Até 1930, a Força Pública adquire melhoramentos contínuos que permitem um grande poder de repressão ostensiva (p. 162).

É durante a Primeira República que as modificações introduzidas produzem transformações na carreira policial, tornando-a mais profissionalizada a partir da definição dos padrões de instrução, promoção e seleção. Há preocupações com a instrução intelectual dos oficiais e praças, entretanto, essa instrução ainda é militar e com forte educação moral. Ainda, durante a Primeira República, são definidos critérios objetivos para ascensão e a criação de cursos preparatórios e de aperfeiçoamento. Neste período, são formuladas as regras para o ingresso no oficialato, considerado uma carreira elitista por favorecer uma classe social abastada. Isso é decorrência da incompatibilidade das exigências do processo seletivo em relação às desigualdades de ensino público no Brasil, visto que a educação de qualidade historicamente é um privilégio. Outro motivo para esse desequilíbrio está vinculado às regras da instituição que não permitem a promoção de praças ao oficialato através da hierarquia do sistema interno (Fernandes, 1974). Esta é uma das desigualdades presentes no policiamento militarizado herdadas deste regime, pois como veremos na próxima seção, ainda há uma disparidade de raça, classe e gênero no oficialato da PMESP, principalmente quando comparado ao quadro de praças.

A própria vinculação da Polícia Militar ao Exército estava intimamente ligada à governança centralista e à tentativa de controle das animosidades entre grupos políticos locais e o governo central. Ou seja, uma fase de militarização intensa, da constituição da pirâmide

---

<sup>46</sup> A Missão Francesa chegou em São Paulo em 1906, sendo precursora das missões militares estrangeiras no Brasil. O Exército só recebe instrução da Missão Francesa em 1918. A Força pública adquire grandes semelhanças com a Gendarmerie (Fernandes, 1974. p. 157).

hierárquica, de aumento de efetivo, da profissionalização, da padronização e aperfeiçoamento da instituição. Houve a aquisição de novos prédios, melhores condições de higiene, iluminação elétrica, mobiliário, vestuário, alimentação, biblioteca, canil, pombal, cavalaria, tipografia, escola de aviação, etc., (Fernandes, 1974). Essas alterações, causadas pela mudança do regime político, do imperial para o republicano, produziram mudanças qualitativas e quantitativas que permitiram a Força Pública atuar de forma diferente ainda que não tenha sido modificada estruturalmente, pois o investimento e racionalização definiram novos padrões de atuação em uma nova sociedade regida por um diferente sistema político e econômico.

Contudo, parte das funções da Força Pública eram ordenadas pela Polícia Civil, aquelas vinculadas ao policiamento ostensivo, e que mais tarde dariam origem às tensões entre a Polícia Civil e Militar. Também gerou duas correntes internas ainda presentes na PMESP: a civilista, que evoca a função de policiamento preventivo; e a militarista, que privilegia a função militar, a polícia repressiva (p. 189). Durante esse período, a instituição incorpora a disciplina como necessidade inerente e constitutiva do policiamento, o que permite a padronização do soldado; simultaneamente, o Estado proporciona condições mínimas de segurança física e econômica, ascensão à hierarquia, constituindo assim uma infraestrutura para o policiamento (p. 195). Ainda, como aponta Fernandes, na República há um processo de doutrinação e treinamento unilateralmente articulado, possibilitando o surgimento de um “espírito militar”, diferentemente do período imperial em que a institucionalização das forças repressivas se restringiu ao nível funcional que garantiu o “exercício despersonalizado da força”. A disciplina e a hierarquia são os princípios reguladores do sistema de organização da Força Pública, compostos de uma ideologia homogeneizadora e unificadora. Portanto, foi estabelecida uma estrutura militar em que se prezam a hierarquia, disciplina, armamento e uniformes.

A mudança mais significativa do período ocorreu a partir da incorporação da Guarda Cívica, que permitiu a Força Pública exercer funções tipicamente policiais, agregando ao mesmo tempo a função militar de manutenção e/ou restabelecimento da “ordem social” e a função policial na manutenção da ordem urbana (p. 209). Esse caráter híbrido designava à Força Pública a vigilância da segurança individual, da propriedade e proporciona um contato mais íntimo com a população, apesar de sua cordialidade ser direcionada apenas à classe branca privilegiada. Por conta disso, Fernandes descreve a Força Pública como instrumento de dominação burguesa, que devido à industrialização e urbanização necessitava de ampliação e aperfeiçoamento para lidar com as greves operárias e movimentos negadores do próprio sistema capitalista de produção.



Pinheiro (1991) define a Primeira República pelo autoritarismo legalizado, pois é intensificada a repressão política e controle das forças repressivas sem participação das classes populares. O legado do autoritarismo perdura e é reforçado na Era Vargas (1930-1945). Entretanto, o controle do aparato repressivo deixa de se submeter aos governos estaduais e passa a ser subordinado diretamente ao presidente da República (Costa, 2004. p. 96). Houve uma ampla reforma na estrutura da polícia com ampliação da capacidade repressiva do aparato policial, principalmente contra crimes políticos (p. 94-95). Esse período marca, novamente, uma intensificação da aproximação das forças repressivas com o exército, devido à nova ordem política que produziu mudanças nos quadros policiais. As forças repressivas do Estado são incumbidas da manutenção do regime autoritário e do controle de grupos políticos dissidentes.

Como aponta Pinheiro (1991), a repressão política contra as revoltas militares permite ao aparelho de Estado a suspensão das garantias institucionais através da Doutrina da Segurança Nacional<sup>47</sup>. Neste processo, o Estado derruba a fronteira entre exercício da repressão política e da repressão comum, assim, o regime de exceção instituído pela Ditadura do Estado Novo favorece a repressão ilegal aos criminosos comuns (Guerra, 2016).

Com o fim da Ditadura Vargas em 1946, as organizações policiais foram reformadas e entregues aos governos estaduais. Contudo, não houve uma grande reforma no policiamento com mudanças de princípios ou formas de agir. As alterações se restringiram aos modelos de governança, organização e modernização. Como veremos adiante, durante o Regime Militar de 1964, há uma recentralização por parte do governo federal do policiamento que se encerra apenas no período de distensão – com o início da abertura política e da diminuição da repressão do governo ditatorial no país em 1980. Durante um curto período, vigorou no Brasil um regime democrático que foi interrompido pelo golpe militar de 1964. Porém, se mantém o sistema de vigilância política criado por Vargas, com mudanças nos quadros políticos institucionais, mas não na cultura política (Costa, 2004. p. 97). O projeto de centralização política desmantelou a capacidade militar das polícias estaduais, tornando-as, uma vez mais, forças reservas do Exército (p. 96). A força policial foi designada à contenção de opositores, no combate a um inimigo interno. Os organismos responsáveis por essa repressão passam a agir sem limites de acordo com as necessidades dos grupos dominantes. Neste período também foi criada a Justiça

---

<sup>47</sup> A Doutrina de Segurança Nacional foi um decreto elaborado pela Escola Superior de Guerra que permitiu ao regime ditatorial perseguir e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, aqueles que eram considerados pela ditadura como ameaças à ordem estabelecida por questionarem e se oporem ao regime autoritário. Para mais informações acessar: <https://memoriasdaditadura.org.br/saibamais/doutrina-de-seguranca-nacional/#:~:text=A%20Doutrina%20de%20Seguran%C3%A7a%20Nacional,se%20oporem%20ao%20regime%20autorit%C3%A1rio.> [Descarregado no dia 14/10/2023].

Militar que permitiu aos próprios militares julgar os crimes cometidos por seus agentes, proporcionando assim, um caráter de legalidade às ações repressivas.

O Regime Militar restringiu a participação política, ampliou o poder das Forças Armadas e permitiu que a violência policial fosse um instrumento de repressão política marcado por abusos, torturas, prisões e assassinatos. As Guardas Civis são incorporadas à Polícia Militar, que passa ser a única força ostensiva de patrulhamento, submetida como força auxiliar do Exército<sup>48</sup> e encarregada da repressão política. Foram introduzidos procedimentos e normas vinculadas às Forças Armadas para o policiamento, tornando a Polícia Militar uma instituição hipermilitarizada, detentora do monopólio coercitivo, chefiada por oficiais e integrada ao sistema de informações do Exército (Guerra, 2016).

Finda a ditadura, grande parte do aparato repressivo instituído pelo Regime Militar deixou de existir, mas as estruturas das polícias militares foram mantidas. No final da transição democrática, em 1985, não houve uma diminuição das competências da justiça militar. Pelo contrário, em 1988 há uma ampliação do *status* militar das polícias, que mais tarde permitiria a criação de tribunais militares estaduais (Costa, 2004 p. 111). Permanece no policiamento um corporativismo militar que permite a existência de uma estrutura jurídica interna dentro das corporações, responsável por julgar e disciplinar os seus próprios membros em questões relacionadas ao serviço e à conduta. Trata-se de um sistema de justiça próprio distinto do sistema judiciário civil, regido pelo Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar, leis específicas para as corporações militares e regulamentos internos. Os tribunais ou órgãos responsáveis pela Justiça Militar são compostos por membros das próprias instituições militares, como oficiais e juízes militares, e seguem procedimentos estabelecidos para investigação, julgamento e aplicação de penalidades disciplinares aos membros da polícia militar que cometem infrações ou violações das normas internas. As infrações disciplinares podem variar desde questões administrativas, como violação de protocolos e regulamentos internos, até questões mais graves, como abuso de autoridade, uso indevido de armas de fogo e até mesmo a letalidade<sup>49</sup>.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) conservou os vínculos formais entre polícia e Exército. O modelo policial militar e as estruturas herdadas não foram totalmente rechaçadas por políticos da época, os governadores obtiveram o controle das polícias civis e militares, e

---

<sup>48</sup> Promulgada durante a Constituição Federal de 1967, para mais informações acessar [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm) [Descarregado no dia 14/10/2023].

<sup>49</sup> Para mais informações recomendo a leitura do Código Penal Militar, sobretudo o art. 9 inciso I, II, II) disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1001.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm) [Descarregado no dia 14/10/2023].

recuperaram a prerrogativa de nomear os comandantes e chefes de polícia, mas não havia interesse e poder suficiente para reestruturar a polícia. Por um lado, a regulação e funcionamento ainda eram controlados pela legislação federal, por outro lado, a liberalização controlada permitiu a forças policiais benefícios políticos que concederam a instituição autonomia e poder de oposição (Macedo, 2022).

Os militares estabeleceram um acordo para que a Assembleia Nacional Constituinte mantivesse na constituição o caráter de duplicidade das polícias, aquele apontado por Fernandes (1974), o civilista e o militarista. A área de segurança pública permaneceu com as suas atribuições de defesa do Estado<sup>50</sup>, e ainda, mesmo que não igualmente, vinculada ao Exército. A mudança para o regime democrático não foi impactante o suficiente para produzir uma alteração profunda no policiamento, permitindo, assim, uma tradição autoritária (Guerra, 2016).

A estrutura das polícias não foi alterada, sendo que a transição foi marcada por exigências das Forças Armadas que exerceram poder de veto em relação a reformas na área de segurança pública (Macedo; Cedro, 2021). As forças policiais militarizadas não foram extintas, apenas passaram por um processo de reformulação ou adaptação ao regime democrático, adequando-se a normas de controle da força policial. Alguns destacamentos especializados em tortura e assassinatos, como a OBAN<sup>51</sup> e DOI/CODI<sup>52</sup>, foram desmantelados, porém a ROTA, criada no auge da repressão da ditadura, um batalhão que apresenta uma alta taxa de letalidade em que a prática de extermínio é ainda presente na atuação do grupo (Barcellos, 1992; Macedo, 2015), e considerada como exemplo de competência dos batalhões da PMESP (Silvestre, 2018), sobreviveu à transição.

A partir das leituras de Macedo (2015) e Guerra (2016), compreende-se que a não extinção da ROTA está relacionado à transformação do destacamento em uma força de apoio, permanecendo nos quartéis para atender casos especiais. Diferentemente da OBAN e do DOI-

---

<sup>50</sup> Compreende-se o estado de defesa como uma medida emergencial que concede poderes especiais para suspender garantias constitucionais, visando restabelecer a ordem em crises institucionais ou situações de guerra.

<sup>51</sup> OBAN – Operação Bandeirantes, foi o maior centro de tortura e assassinatos na ditadura, foi criada para centralizar as investigações e o desmantelamento das organizações de esquerda – armadas ou não –, sob direção do Centro de Informações do Exército (CIE). O objetivo era dar mais eficiência à repressão, coordenando os diversos aparelhos policiais (militares e civis) e as Forças Armadas. Para mais informações acessar: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> [Descarregado no dia 28/12/2023].

<sup>52</sup> DOI-Codi - Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna, Inspirado no modelo da Operação Bandeirante (Oban), que reunia forças civis e militares, o DOI-Codi iria centralizar e organizar toda a repressão aos adversários do regime, sob o comando de Geisel e do chefe do Estado-Maior do Exército. Para mais informações acessar: <http://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-a-maquina-de-torturar-e-matar> [Descarregado no dia 28/12/2023].

Codi, que foram reabsorvidas pela área militar, com o fim da ditadura e das ações de guerrilha, a ROTA passou a dispor de uma missão particular, realizando patrulhamentos e sendo orientada na repressão de crimes comuns. Esse processo é característico da transição democrática brasileira em que a repressão política se torna repressão ao crime comum (Caldeira, 2000). O então governador de São Paulo, Paulo Maluf, em 1980, autoriza a ROTA a atuar na rua com o mandato de combate à criminalidade. Mesmo havendo vários episódios de violência, práticas de tortura e execuções, como nos demonstra Macedo (2015), a “doutrina de ROTA” não foi alterada e com isso persistiu o “jeito de trabalhar”.

A “Doutrina de ROTA” é um conjunto de regras não formais, não escritas e desprovidas de sanções administrativas, que seriam aceitas tácita e voluntariamente pelos “homens de ROTA”, que a reconheceriam como elemento fundamental e diferenciador na qualidade do trabalho policial. Essa doutrina pretende incidir sobre todos os aspectos da vida do policial que pertence à unidade, dentro ou fora da atividade policial; é ela que direciona, para os policiais “de ROTA”, todas as suas ações no exercício de suas atribuições e, no limite, coloca o uso da letalidade como forma de “mudar o mundo”, “limpando” as ruas de sujeitos considerados como “bandidos” e “criminosos” (Macedo, 2015 p. 85).

A atual definição de competência da ROTA é a execução de ações de controle de distúrbios civis, de contra guerrilha urbana e de ações de policiamento motorizado. Após a consolidação da CF/88, a ROTA contribuiu significativamente para elevadas taxas de letalidade policial no estado de São Paulo. A sua atuação no policiamento ostensivo é marcada por intervenções com números elevados de mortes de suspeitos. O caso mais recente e controverso que envolve a ROTA se trata da Operação Escudo, iniciada em agosto de 2023 na Baixada Santista, localizado no litoral paulista, após a morte do soldado Patrick Bastos Reis. Foi deflagrada uma megaoperação que resultou na morte de 39 pessoas pela PMESP em situações contestáveis, além de diversas denúncias de moradores que relataram abordagens violentas, invasões sem mandado, torturas e ameaças de morte<sup>53</sup>.

A CF/88 reiterou a organização dos aparelhos repressivos formulados pela ditadura e permitiu a continuidade da violência ilegal. Esta linha de pensamento contrasta com os estudos de Pinheiro (1991), Nóbrega Júnior (2010) e Guerra (2016), os quais sugerem que a militarização da atual Polícia Militar está associada aos vestígios da organização que remontam à ditadura, mesmo durante o período democrático. Para Pinheiro (1991), o controle institucional

<sup>53</sup> Para mais informações da operação escudo acessar: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/08/02/moradores-do-litoral-de-sp-protestam-e-dizem-que-operacao-policial-foi-chacina.ghtml> e <https://www.global.org.br/blog/chacina-na-baixada-santista-reforca-politica-de-seguranca-pautada-na-vinganca-e-no-extermínio/> [Descarragado no dia 29/12/2023] e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/sobe-para-39-os-mortos-por-policiais-militares-na-baixada-santista#:~:text=Para%20a%20soci%C3%B3loga%20Giane%20Silvestre,em%2040%20dias%20de%20dura%C3%A7%C3%A3o.> [Descarragado no dia 23/02/2024].

da violência ilegal praticada pelas autoridades públicas contribui para a manutenção de práticas violentas de policiais e a convivência das instituições com os crimes cometidos por seus agentes. O controle judicial da polícia pela polícia produz investigações enviesadas, passíveis de suspeitas, pois são realizadas pelos agentes da própria instituição, o que se configura como um obstáculo para a justiça e democratização da PM. O discurso oficial, na maior parte das vezes, ostenta um repúdio retórico que não se traduz em ações concretas, consagrando a impunidade para a violência ilegal. Assim, como observado pelo autor, o autoritarismo desvenda na prática o que nas fases democráticas fica dissimulado: o caráter da repressão autoritária e os contornos da violência física ilegal.

O processo de militarização da polícia com reflexos na segurança pública produz continuidades de saberes e práticas do regime autoritário. Os métodos dos regimes de exceção que ocorreram durante os governos militares permanecem nas polícias após a transição democrática. Pode-se pontuar, a partir da leitura de Pinheiro (1991) e Guerra (2016), que as continuidades são: a) a repressão política que politiza a luta contra o crime tornando o criminoso comum em inimigo interno (Doutrina de Segurança Nacional); b) tolerância com a repressão ilegal do estado (Justiça Militar); c) anistia política de policiais que serviram à ditadura e continuaram a exercer suas funções; d) o arbítrio, que marca a prática dos aparelhos repressivos do Estado, tanto em nível individual quanto institucional e; e) militarização e protagonismo concedidos à PMESP.

Diante do exposto, é correto afirmar que a militarização do policiamento ostensivo foi consagrada pela CF/88 e que a política de segurança pública continua sendo a mesma da violência explícita da ditadura. Como aponta Pinheiro (1991, p. 50), os governos da transição trataram os aparelhos policiais como se fossem aparelhos neutros capazes de servir à democracia e subestimaram o legado autoritário de suas práticas. A democratização do governo não implica automaticamente na hegemonia dos princípios da democracia no funcionamento do aparelho repressivo. Há uma continuidade dos dispositivos disciplinares, das práticas e dos aparelhos de funcionamento de várias instituições de controle.

O policiamento foi reconfigurado pela ditadura, mas o reforço da militarização foi determinante para a não incorporação efetiva das garantias aos Direitos Fundamentais, a proteção da cidadania e dos Direitos Humanos, como pautado no artigo 144 da CF/88. Assim, a conservação do modelo militar é a herança, que produz efeitos perversos (Boudon, 1979), desde o período colonial, que persistiu durante os regimes políticos subsequentes e ainda está presente no policiamento ostensivo militarizado. A conservação desse modelo de policiamento em que a ordem é o objetivo principal da segurança gera uma concepção militarizada, um

legado autoritário, no nível ideológico e das práticas, extremamente flexível e transtornado (Pinheiro, 1991, p. 47).

Outras análises, como a de Souza e Serra (2020), relacionam a militarização da segurança pública mediante a participação das Forças Armadas em operações de segurança de garantia da Lei e da Ordem, como também mencionam a adoção de uma lógica de guerra contra o inimigo interno ou como um dispositivo de militarização. Já Miranda (2014) vincula a militarização a uma concepção autoritária de ordem e segurança nacional, muitas vezes contraposta aos direitos humanos, e que pode influenciar políticas de segurança com objetivos de "pacificação".

Entre 1983 e 1987, durante o governo de Franco Montoro, houve tentativas de implementação de políticas mais progressistas em relação à segurança pública, mas a resistência da opinião pública e dos meios de comunicação reivindicaram uma política de segurança mais “dura”, portanto, mais punitiva, no combate à criminalidade (Silvestre, 2018). Houve uma expansão das polícias em São Paulo, marcado pelo recrudescimento punitivo e por discursos de autoridades em apoio ao extermínio de bandidos<sup>54</sup>, proporcionando uma alta letalidade da PM paulista que atingiu níveis alarmantes.

Na década de 1990, os eventos ocorridos em São Paulo como o Massacre do Carandiru<sup>55</sup>, em 1992, a Chacina da Favela Naval<sup>56</sup>, em 1997, a existência de grupos de extermínio, as denúncias de abordagens truculentas, uso excessivo da força e alta letalidade policial expuseram os ranços autoritários presentes na Polícia Militar. Esses casos elevaram a visão negativa da opinião pública e foram motivadores para reformas e exigências de controle da atuação policial (Ferreira *et al.*, 2012; Bueno, 2014; Schlittler, 2020). Também foram os casos mais citados pelos interlocutores como modo de identificar uma mudança institucional no policiamento:

**Maj. H.:** Talvez a filosofia de Policiamento Comunitário depois da Favela Naval, uma coisa teve, mudou quatro anos e existe hoje em dia, mas na época foi bastante,

<sup>54</sup> Governo Quérucia e Fleury Filho. (Silvestre, 2018 p. 64-65).

<sup>55</sup> O Complexo Carandiru já foi considerado o maior presídio da América Latina, e chegou a abrigar mais de oito mil presos. Em 2 de outubro de 1992, no Carandiru, após uma rebelião iniciada no pavilhão 9, a intervenção da Polícia Militar, autorizada pelo Governo do Estado, assassinou 111 cidadãos sob a custódia. Trata-se de um dos maiores massacres ocorridos em um presídio. Passados vinte anos, nenhuma autoridade competente foi capaz de atribuir responsabilidades pelo Massacre do Carandiru (Ferreira, L. M. A.; Machado, M. R. de A., 2012). O Carandiru foi desativado e parcialmente demolido em 2002 dando lugar a uma área de lazer e educação, o Parque da Juventude.

<sup>56</sup> Como aponta Neme (1999, p. 80), em 1987, policiais militares foram flagrados (filmados), extorquindo, agredindo, fisicamente e moralmente, e assassinado cidadãos da Favela Naval na cidade de Diadema (SP). As imagens foram amplamente exibidas na mídia brasileira tornando-se um escândalo nacional, com repercussão internacional. Tal escândalo afetou a polícia militar e provocou a implantação do projeto de policiamento comunitário, cujos propósitos estão declaradamente voltados para a constituição de uma concepção de segurança pública mais democrática em São Paulo.

isso foi... teve uma dinâmica, investimento, formação, mas depois acabou também quatro anos acabou, três, quatro, cinco anos acabou.

**Cel. U.:** A Polícia Militar, é dado público, ela tem dois momentos muito críticos na sua história recente, um foi o evento do complexo penitenciário do Carandiru que foi uma situação, todos acompanharam e sabe do desenrolar dela, e tivemos aquela situação da Favela Naval lá em Diadema, então foram dois momentos críticos para a polícia militar que veio então se empenhando, acho que foi em 1992, depois em 1997, foram momentos que a polícia precisou realmente rever toda a sua filosofia.

**Maj. H.:** Agora eu, que 1995 tava na rua, eu era tenente bem novinho, eu peguei esse momento Rambo aí, o que eu vi mudar foi a relação das pessoas com a polícia, ficou muito tenso, muito ruim, foi uma época muito complicada de dois, três anos de muita agressividade das pessoas em relação a gente. Agora dizer que a... assim, com todo respeito, com profundo respeito, dizer que a Favela Naval mudou alguma coisa na dinâmica de policiamento, também não vejo não, também não vejo não. (Grifo nosso)

No fim da década de 1990, pelas pressões sofridas em decorrência dos abusos, assassinatos e massacres, houve tentativas de implementação de políticas mais humanitárias na área de segurança pública. No entanto, ainda é questionável a profundidade dessas mudanças em vista que as alterações nas práticas institucionalizadas implicam transformações no campo organizacional, seja pela incorporação de novos atores, seja pela reorientação das estratégias. Como observado por Costa e Lima (2014), às instituições, principalmente as policiais, são estabelecidas para assegurar a persistência de determinadas práticas através do tempo e o desafio da segurança pública é legitimar e viabilizar a mudança dessas determinadas práticas vistas como violentas, ilegais e arbitrárias. Isso significa que o desafio é fazer com que as transformações progressistas e de caráter humanitário introduzidas no policiamento permaneçam, independentemente da natureza política que governará o estado e a polícia.

Nas transformações da organização policial militar em São Paulo, o modelo de policiamento comunitário rivalizou com as rondas ostensivas no final dos anos 1990. No entanto, a cultura de rua e a liderança minimizaram a dissidência até a emergência do PCC, uma organização criminal em rede. Isso fortaleceu a militarização e relegou o policiamento comunitário ao esquecimento, lançando uma "guerra ao crime" contra o PCC (Sinhoretto, 2010). No início da década de 2000, em razão da adoção de uma estratégia de enfrentamento ao PCC, por conta de eventos que direcionaram a política de segurança pública do estado ao combate violento contra o crime organizado, percebe-se um recrudescimento da estratégia militarizada do controle do crime, uma virada conservadora em relação às tentativas reformistas dos modelos de policiamento (Sinhoretto, 2010; Silvestre, 2018). O discurso de "guerra ao crime" em São Paulo resultou em investimentos significativos em aumento de efetivo, equipamentos e sistemas de informação. Todos os esforços se concentraram no fortalecimento da instituição policial, orientada para o combate bélico do inimigo interno.

Modernizada, o policiamento militarizado se torna um ator central no controle do crime (Silvestre, 2018; Macedo, 2021), como também assume o poder de decisão sobre a morte, semelhante ao contexto de guerra, ao enfrentar um inimigo fabricado. A gestão militarizada confunde o combate bélico com políticas de segurança, considerando a morte violenta como um objetivo. A justiça criminal, ao validar a militarização da segurança pública, sugere que ações letais não são delitos, mas consequências aceitáveis do dever (Souza e Serra 2020).

Convém salientar que o PCC conquistou uma hegemonia nas redes criminais dentro e fora dos presídios paulistas, consolidando-se como a principal facção criminosa atuante nas prisões em São Paulo (Dias, 2012). Entre 2006 e 2012, o PCC produziu ataques a policiais demonstrando sua capacidade de gerar crises violentas no campo da segurança pública (Sinhoretto *et al.*, 2021). Atualmente o PCC exerce domínio do tráfico de armas e drogas de algumas regiões do país e disputam o controle do crime organizado em algumas fronteiras internacionais, por exemplo, a do Paraguai.

Desde a década de 1990, as polícias incorporaram novas tecnologias de informação, comunicação, sistemas eletrônicos e *softwares*. Esse processo foi intensificado na PMESP nos anos 2000, com a intenção de combater o crime organizado, que se tornou uma das principais metas da PMESP. O investimento em inteligência, principalmente em tecnologia da informação, permitiu a PMESP possuir sua própria base de dados de informação e fotografias, de pessoas presas e egressas do sistema prisional (Silvestre, 2018 p. 210). Como descreve a autora, a parceria entre Ministério Público (MP), permitiu a PMESP a possibilidade de realizar investigações, mesmo a PMESP não possuindo fundamento constitucional e em detrimento da PC, acirrando os conflitos e disputas entre as três instituições (p. 233). Outro exemplo interessante está relacionado a política do Governo do estado e do Ministério Público de São Paulo (MPSP) que entregaram à PMESP, em 2006, uma Central de escuta telefônica, localizada em Presidente Prudente, para exercer o monitoramento do PCC.

As mudanças que observamos na história do policiamento militarizado em São Paulo não tratam de uma grande reforma com mudanças de princípios ou formas de agir. Elas estão relacionadas ao desenho de governança, organização e implementação de tecnologias. Após a redemocratização, as duas primeiras vão esvaecendo, persistindo apenas as inovações tecnológicas. Como apontado por Lima e Sinhoretto (2012), as abordagens tradicionais na gestão de conflitos permanecem relevantes, enquanto novos discursos, práticas e conceitos surgiram para promover e garantir a segurança.

Portanto, a PMESP é uma instituição que desempenha um papel central na política de segurança pública no estado de São Paulo, sendo que, desde a redemocratização, a PMESP



vem exercendo protagonismo em relação às outras instituições de controle do crime na política de segurança pública, sendo este protagonismo tanto político quanto operacional (Sinhoretto e Lima, 2015). O protagonismo da Polícia Militar refere-se à posição central que esta instituição ocupa no contexto da segurança pública. A PM assume um papel de destaque e liderança nas operações de segurança em suas respectivas áreas de atuação, abrangendo atividades como o patrulhamento das ruas, o combate ao crime, a realização de operações especiais e a manutenção da paz em eventos públicos, entre outras. Esse protagonismo não se limita apenas à definição de recursos, mas também abrange a determinação de objetivos e uma crescente autonomia na condução das atividades centrais para o controle do crime, tais como flagrantes, letalidade policial e investigações sigilosas.

No âmbito da política de segurança pública, as polícias militares assumiram um papel preponderante no controle do crime, condicionando as demais instituições. Esse protagonismo é tanto operacional, na medida em que as PMs selecionam os tipos de crimes e criminosos a serem alvo da atuação policial, quanto político, devido à expansão da interface entre as carreiras policiais e a política convencional. Este aspecto caracteriza o protagonismo operacional da PM na seleção de crimes e alvos da repressão, com impacto na definição de todo o fluxo da justiça criminal e da administração penitenciária. É da responsabilidade das polícias militares a vigilância cotidiana e a seleção dos tipos de crimes e criminosos, sendo a PMESP dominante a ponto de “determinar o conteúdo prático do conceito de ordem pública e as fronteiras do legal e do ilegal” (p. 127). O cenário de preponderância da Polícia Militar, de acordo com esses autores, é consequência da renúncia ao protagonismo pela justiça criminal e da diminuição das forças das atividades judiciais relacionadas às apurações de crimes como também pelo perfil dos secretários de segurança pública de São Paulo, oriundos da PM ou MP (Silvestre, 2018). Além disso, este protagonismo é ratificado dentro da ideologia de combate militarizado em que o inimigo é um criminoso que deve ser abatido, neutralizado ou morto.

Compreende-se que o atual período corresponde à consolidação de uma política de segurança pública baseada no protagonismo crescente da Polícia Militar e do modelo de policiamento ostensivo em São Paulo (Sinhoretto; Lima, 2015). Além disso, o alinhamento do policiamento com as pautas políticas conservadoras durante o governo Bolsonaro promoveu um recrudescimento punitivo e reforço da lógica do enfrentamento violento ao crime. Eventos recentes em que policiais militares expressaram apoio ao bolsonarismo e suas pautas ultraconservadoras, entre elas, em defesa da Ditadura Militar de 1964 e da volta para um estado de exceção, tema que será melhor debatido na sexta seção desta tese, são demonstrações que a permanência da ênfase militarizada no policiamento ostensivo pode facilitar a transição ao

autoritarismo e ao recrudescimento de ações abusivas e práticas de extermínio, distanciando a polícia da proteção do cidadão e, portanto, sua adaptação à democracia. Como bem demonstrado por Souza, (2020); Figueiró e Dimenstein (2019), essa perspectiva de militarização não se limita à presença de militares em cargos públicos, mas abrange a adoção de modelos, doutrinas e procedimentos militares em atividades civis. Os militares ainda ocupam cargos importantes em órgãos públicos, enquanto a militarização da polícia, desde a década de 1960, transformou cidadãos em potenciais inimigos, adotando uma abordagem bélica militar para combater ameaças nacionais.

A aproximação entre polícia e exército, a ameaça de um golpe de estado com amplo apoio e participação de policiais militares, fortalecem a tese de que o não rompimento com os modelos anteriores de policiamento, antecedentes a consolidação do regime democrático, permitirá à polícia militar fazer a transição, sem muitos constrangimentos, para o autoritarismo.

## 2.2. Hoje a polícia é outra?

**“Hoje a polícia é outra”** (Ten-Cel. R.), é a frase que sintetiza a representação de oficiais e praças da PMESP sobre o policiamento ostensivo praticado em São Paulo. A imagem dessa “nova polícia” é resultado de transformações recentes, marcada pela adesão de tecnologias, e derivam das comparações com o policiamento realizado nas décadas de 1980 e 1990. Tais mudanças, de acordo com os interlocutores, podem ser observadas na instituição quando se referem: a) às mudanças nos processos de seleção e nas diretrizes curriculares de formação; b) na implementação de novas técnicas e táticas de policiamento; c) as formas de gestão que vão definir como exercer o policiamento, em quais locais, com quais procedimentos e intenções; d) as ações de policiais, no que tange aos mecanismos de controle e segurança dos agentes.

Esta constatação faz parte da reflexão dos policiais militares e é expressa nas comparações com o passado, uma narrativa comum entre os interlocutores, que buscam demonstrar as diferenças entre o policiamento de tempos remotos, que tinha por características o trabalho manual, pouco especializado e constituído por tecnologias consideradas obsoletas, para uma profissão complexa, moderna e exigente. Nos relatos de policiais, sobretudo de praças mais antigos, foi comum ouvir o quanto era penoso fazer os relatórios à mão, como desperdiçaram tempo no contato com as centrais de operação para consulta de documentos e antecedentes criminais, ou o quanto era complicado distribuir informações. Todo esse processo é descrito como uma espécie de transição entre uma polícia antiquada, que exercia um modelo de policiamento “artesanal” para uma polícia moderna, descrita como “científica”.

A “*polícia militar do passado*”, para os policiais, interlocutores dessa pesquisa, apesar das contradições, não é a polícia militar da Ditadura Militar e sim a polícia militar do início da transição democrática. Retratada de forma negativa, em decorrência da falta de profissionalização e controle das ações dos policiais, ela é acionada como parâmetro para exemplificar a evolução da PMESP. Os interlocutores descrevem o perfil do policial das décadas anteriores, como a de 2000, como a de um agente truculento, violento, de qualidade inferior aos atuais (Sinhoretto *et al.*, 2021) e associam essa inferioridade a uma série de fatores como as mudanças nos modelos de policiamento e sua relação com a população, mas há realce em relação à questão da escolarização.

**Entrevistadora** – O perfil do policial mudou nesses últimos anos?

**Maj. H.:** Os caras da década de 1990 eram meio semianalfabetos, meio jagunços<sup>57</sup>.

**Cap. C.:** Eu acho que mudou, eu acho que o policial é mais comunitário hoje. Ele já vem de uns dez, doze anos pra cá... Aqueles policiais que entraram na polícia há trinta anos atrás, no fim da década de oitenta, exigia-se uma escolaridade um pouco mais baixa, era até a quarta série, hoje você exige o ensino médio completo, o segundo grau completo. Hoje a cabeça é outra, você não tem mais o policial truculento, hoje... esse povo aposentou, ou foi mandado embora, ou foi preso. Então hoje você tem muito mais comunitário, hoje é muito mais fácil a aproximação com a comunidade com esses policiais de um tempo pra cá, tá muito mais integrado, visões diferentes. É muito bom! Eu achei que nós andamos bem pra frente. (Grifo nosso).

As considerações dos interlocutores, como as exemplificadas acima, são feitas em relação ao agente, e pouco refletem acerca da cultura e da estrutura do policiamento militarizado. Elas nos levam a entender que o policiamento está passando por uma renovação, que envolve uma seleção mais rigorosa e exigência de melhor escolarização dos candidatos, através da incorporação de agentes jovens. O entendimento é a de que a substituição desses policiais “mais velhos” por “mais novos” e mais escolarizados deveria significar uma redução efetiva da truculência e dos abusos, assim como uma melhora qualitativa da prestação do serviço policial.

Contudo, nossos interlocutores narram a permanência da tradição da instrução do policial, entre o mais antigo e o mais novo, o que pode ser considerado um exemplo da conservação das práticas informais de ensino como também a transmissão de conhecimentos e técnicas de procedimentos vinculados a períodos políticos anteriores. O tema sobre o Regime Militar foi pouco acionado nas entrevistas, porém, quando mencionado, não foi no sentido de

<sup>57</sup> De acordo com o dicionário Jagunço pode significar: cangaceiro, criminoso foragido ou qualquer homem violento contratado como guarda-costas por indivíduo influente (p.ex., fazendeiro, senhor de engenho, político) e por este homiziado.

afastar a PM do regime ou de valorizar o período, algo muito diferente da experiência com policiais em redes sociais, abertas e fechadas, que defendem a ditadura e desejam sua volta. Como já dito anteriormente, nossos interlocutores apresentaram um perfil menos conservador em comparação aos policiais monitorados em redes digitais. Percebeu-se um sentimento de desconforto e de vitimização dos agentes em relação às críticas que comparam as polícias dos dois regimes políticos, o que sobre ótica deles, produz um preconceito para com os policiais:

**Ten. V.:** Agora o problema é muito maior, o problema é social, o problema é das origens do Brasil, não é uma coisa nova. É muito mais fácil lembrar do tempo da ditadura, lembrar do tempo disso, daquilo, e falar que a polícia é repressora, que a polícia é racista, que a polícia fascista, né, sem... isso é um prejulgamento, isso também é um preconceito social para com a polícia e para com os policiais. (Grifo Nosso).

Como apresentado na seção anterior, não houve um processo de ruptura com a estrutura da segurança pública do regime ditatorial para o democrático, e, em decorrência disso, policiais que foram formados e atuavam na repressão ditatorial se tornaram o exemplo dos policiais que viriam a ingressar posteriormente no policiamento após a CF/88. Coube a esses agentes, pregressos do Regime Militar de 1964, a instrução teórica e prática, formal e informal, dos novos oficiais e praças do policiamento militar (Pinheiro, 1991; Guerra, 2016). O autoritarismo foi passado de “mão e mão”, em outros termos, através da troca de experiências entre os policiais antigos e mais novos (Kant de Lima, 1995).

**Asp. X.:** A relação é assim, isso até doutrinário né, normalmente você pega o mais novo que tá chegando agora e coloca o policial mais antigo que é quem vai ensinar para ele as dificuldades da área ali, como se faz o policiamento, como que se aborda, ele vai aprender ali agora na prática. (...) O Capitão né, toma esse cuidado de colocar esses mais novos com policiais já mais antigos e que vai passar experiências boas para esse, porque ele vai acabar sendo referência para esse policial. Então a coisa, ela vai dando filhos né. Então, muitos policiais se espelham: aquele cara ali para mim a referência de policial, e acaba se espelhando naquele cara. Então daí a responsabilidade de estar colocando esse policial como policial que realmente vai passar coisas, coisas boas para esse, para esse mais novo entendeu. (Grifo nosso).

Por um lado, a PM superou a falta de sofisticação de gerenciamento de pessoal investindo em conhecimento, reciclando e inovando técnicas, adquirindo novas tecnologias. Por outro lado, tais inovações convivem com a manutenção da estrutura, hierarquias e hábitos, sobretudo no que diz respeito à atuação de policiais da ponta, de modelos anteriores.

Em nível estrutural, as mudanças que ocorreram no policiamento nas últimas duas décadas estão relacionadas ao crescente protagonismo da polícia militar no campo da segurança pública em São Paulo, que possibilitou uma maior capacitação de recursos e viabilizou sua modernização. Os interlocutores mencionaram a implementação de novas tecnologias que são destinadas, principalmente, ao aprimoramento de estratégias operacionais e procedimentos já

consolidados. O aperfeiçoamento tecnológico no policiamento ostensivo em São Paulo, no entendimento deles, visaria uma melhor eficiência do controle do crime, especialmente para a superação das metas de policiamento.

Desde a redemocratização houve um processo de reequipamento das polícias estaduais, treinamento e capacitação profissional, implantação de policiamento comunitário e de sistemas de informações e estatística policial (Costa, 2004. p. 116). As narrativas que comparam os investimentos destinados à polícia militar descrevem que a polícia carecia de material básico de escritório, computadores, viaturas e equipamentos de proteção individual.

**Maj. H.:** Bom, sei lá cara, muita coisa mudou a gente não tinha nem papel higiênico na década de 90, não tinha papel higiênico, simplesmente não tinha, tinha nada, não tinha folha, não tinha porra nenhuma, não tinha nada. Em 2000 já não falava, mas pô, você sentia falta, pô, tá faltando isso, tá faltando aquilo, na época não tinha mesmo, não tinha mesmo sabe. Hoje não, hoje tem uma melhor condição que tanto quanto faltava as pessoas: *porra, caramba tá faltando papel sulfite! Ah não, mas tá chegando, já chegou. Tá faltando papel higiênico! Ah não, tá chegando. A viatura tá baixada há mais de 30 dias, sabe. Então, a situação tá melhor em termos tecnológico, financeiros, de tudo.* (Grifo nosso).

Em São Paulo, alguns estudos sobre as condições das instituições policiais (Silvestre, 2018; FBSP, 2018) demonstram que a segurança pública obteve muito investimento nos últimos 15 anos (ver tabela 1). Como descreve Silvestre (2018), no estado de São Paulo, em relação aos investimentos, a PMESP foi privilegiada e fortalecida durante os governos tucanos<sup>58</sup>, a partir da década de 2000, ano de criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), em detrimento da Polícia Civil, que passou por um processo de sucateamento. Por mais que o investimento tenha crescido, entre 2005 e 2015, para todas as instituições, o orçamento da Polícia Militar era quatro vezes maior do que o da PC. Isso permitiu à PMESP iniciar, em 2006, atividades de investigação com monitoramento de escutas telefônicas, principalmente em casos que envolviam o PCC, com respaldo do ministério público, mesmo sendo considerado um procedimento inconstitucional (p. 287).

Tabela 1: Despesas empenhadas na Função Segurança Pública em São Paulo entre os anos de 2011 e 2020

| Ano  | Qtd            | Taxa_100mil_hab |
|------|----------------|-----------------|
| 2011 | 12.970.253.094 | 31.188.102.85   |
| 2012 | 13.284.276.320 | 31.703.794.39   |
| 2013 | 13.420.623.937 | 30.736.363.31   |
| 2014 | 14.251.272.080 | 32.363.287.60   |
| 2015 | 14.060.774.029 | 31.670.917.97   |

<sup>58</sup> Governos tucanos se referem aos 28 anos do comando do estado de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

|      |                |               |
|------|----------------|---------------|
| 2016 | 12.623.118.259 | 28.208.275.23 |
| 2017 | 12.833.788.528 | 28.459.533.57 |
| 2018 | 12.259.800.262 | 26.921.578.19 |
| 2019 | 12.321.963.973 | 26.834.100.97 |
| 2020 | 11.935.651.973 | 25.784.886.49 |

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Desde 2006, a rubrica “inteligência policial” passa a constar na previsão orçamentária da PM. Em 2008, se projeta a ampliação e atualização dos sistemas inteligentes de polícia para o desenvolvimento de novos sistemas, digitalização das comunicações, centralização dos centros de atendimento e despachos de viaturas (p. 298).

A última emissão orçamentária da PMESP estimou os custos em cerca de 10 bilhões de reais. 87,59% dos recursos são destinados para a gestão de pessoal. Para o programa de modernização da segurança pública foram destinados cerca de 3,7% dos recursos. A tabela seguinte apresenta os custos das ações de inteligência policial, que estão focados na implementação do sistema de rádio comunicação digital, nas ações de videomonitoramento policial ostensivo e na modernização contínua dos equipamentos da polícia.

Tabela 2: Previsão Orçamentária da PMESP - 2020

| 2.1.1. Unidade Orçamentária 18004 – Polícia Militar do Estado de São Paulo: |                                                                           |                                                                                  |                      |                       |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Programas</b>                                                            | <b>Ações</b>                                                              | <b>Produto</b>                                                                   | <b>Grupo Despesa</b> | <b>Recursos (R\$)</b> |
| Programa 1818 - Modernização da Segurança Pública.                          | Inteligência Policial                                                     | Implementação do sistema de radiocomunicação digital                             | Custeio              | 182.282.538           |
|                                                                             |                                                                           |                                                                                  | Investimento         | 39.800.000            |
|                                                                             | Videomonitoramento policial ostensivo                                     | Implantação e manutenção de sistemas de videomonitorização                       | Custeio              | 2.798.196             |
|                                                                             |                                                                           |                                                                                  | Investimento         | 3.100.000             |
|                                                                             | Aparelhamento e modernização contínua dos equipamentos da polícia militar | Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos para atividade policial - PMESP | Investimento         | 145.000.010           |
| Programa 1819 - Proteção e Defesa ao Cidadão                                | Construção e reforma de quartéis                                          | Expansão e adequação da infraestrutura                                           | Investimento         | 33.969.456            |
|                                                                             | Administração Geral da Polícia Militar                                    |                                                                                  | Custeio              | 152.077.423           |
|                                                                             | Polícia ostensiva e preventiva                                            | Serviços de segurança pública por meio do policiamento ostensivo e preventivo    | Pessoal              | 8.704.988.172         |
|                                                                             |                                                                           |                                                                                  | Custeio              | 602.047.265           |

|                                            |                                                                                                                |              |                      |
|--------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------------------|
| Formação e capacitação do policial militar | Formação e capacitação de profissionais Policiais militares aptos para as atividades de policiamento ostensivo | Custeio      | 34.553.411           |
| Atendimento à saúde do policial militar    |                                                                                                                | Custeio      | 33.496.410           |
|                                            |                                                                                                                | Investimento | 3.516.000            |
| Comunicação social da polícia militar      | Informações de interesse público relacionados à área de segurança pública                                      | Custeio      | 531                  |
| <b>Total</b>                               |                                                                                                                |              | <b>9.938.159.881</b> |

Fonte: Lei Orçamentária (Lei nº 17.244, de 10 JAN 20).

A necessidade de uma polícia mais efetiva na redução dos indicadores de criminalidade direcionaram os investimentos, prioritariamente, na aquisição de materiais e métodos (armamento, viaturas e tecnologias da informação) que dariam sustentação à melhoria de desempenho. Os investimentos, descritos como incrementalismo por Costa e Lima (2014), apenas reforçaram a estratégia militarizada de policiamento (baseada em seletividade, barreiras de acesso à justiça, práticas discriminatórias), mantendo saberes e práticas já consolidadas.

Ao investir na ideia de fortalecimento do policiamento para a redução do crime, as gestões da segurança pública abdicam do reconhecimento de que o problema do controle do crime é muito maior e complexo (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022). Como já apontado por Costa (2004 p. 47), “a ocorrência de crimes não guarda uma forte relação com o número de policiais e tampouco com o orçamento destinado às polícias”. O aumento de gastos com intervenções policiais possui altos custos, independente do estado da federação, e a relação dos gastos aplicados em instituições policiais não está diretamente relacionada com a eficiência produzida por elas. Costa expõem que em São Paulo, da mesma forma que ocorreu nos EUA, os índices criminais não foram afetados por investimentos na contratação de pessoal e equipamento policial.

Além disso, estudos sobre policiamento em São Paulo (Adorno, 1995; Caldeira, 2000; Lima, 2000; Sinhoretto, 2001; 2009; Manso, 2012; Adorno; Dias, 2014; Silvestre, 2018) demonstram que os altos gastos em segurança também não produziram resultados significativos em relação à diminuição da letalidade policial, aos abusos de poder e do controle institucional, sendo que, punições mais severas, desde o cárcere até punições físicas, ainda são vistas como forma de controle apropriado da criminalidade (Sinhoretto *et al.*, 2021).

De fato, como apontado por Costa e Lima (2014), houve avanços que permitiram às instituições policiais uma atuação mais adequada ao regime democrático. Tais inovações estão na base da modernização da polícia desde o fim dos anos 1990 e seus marcos foram mapeados por um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)<sup>59</sup>. Foram apontadas modificações em relação ao aumento da transparência e qualidade de dados estatísticos; melhora no desempenho da atividade policial; aproximação das polícias com a comunidade; a preocupação com os Direitos Humanos; a incorporação de novos atores no campo organizacional e de reorientação das estratégias de segurança pública; e a profissionalização e modernização das instituições policiais.

Ao que concerne às inovações tecnológicas, são salientadas:

- a coleta, análise e divulgação de dados estatísticos: a partir da implementação da Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), em 1983; a determinação de publicação de estatísticas criminais, em 1995; o compartilhamento dos dados entre PM e PC, em 1998; aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais, em 2000, e posteriormente em 2013, com a criação da Câmara Técnica de Análise, Pesquisa e Estatísticas em Segurança Pública e Atividade Policial.
- Inovações tecnológicas: em 1999 é inaugurado o **Fotocrim**, um banco de dados de fotografias de criminosos presos pela Polícia Militar, o **Infocrim**, um sistema de georreferenciamento e análise espacial dos registros de ocorrências criminais desenvolvido pela SSP/SP, e o **Registro Digital de Ocorrências**<sup>60</sup> (RDO), para informatizar o registro dos Boletins de Ocorrência (BO); em 2001, é implementado o **Disque Denúncia**, atualizado em 2013, como uma ferramenta para recebimento de denúncias via *internet*, **WebDenúncia**; neste mesmo ano, são implementadas as **Centrais de Flagrante**, criadas com o objetivo de atender à população em até 30 minutos e liberar rapidamente os policiais militares que registram a prisão em flagrante para o retorno ao patrulhamento; em 2002, a PM inaugura o **COPOM Online**, com a utilização de *softwares* que georreferencia as chamadas recebidas pelo telefone 190 e os atendimentos realizados pelas viaturas da Polícia Militar. Em 2014, o COPOM ganha uma nova sede, mais moderna, na Capital; em 2004, é desenvolvido um projeto de **digitalização das comunicações por rádio** e sua integração das polícias, tornando a comunicação menos suscetível a interceptações. Nesse processo também estavam incluídos os **terminais móveis de dados** e computadores portáteis nas viaturas como também a **monitoração via GPS** dos veículos; em 2005, através do convênio entre PM e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), é implementado o **Sistema Koban**, para a reorientação do modelo de policiamento comunitário desenvolvido no estado; em 2008, a Polícia Militar inaugura sua **Central de Videomonitoramento** com

<sup>59</sup> Para mais informações acessar: <https://memoria.forumseguranca.org.br/infografico/#apresentacao> Descarregado [23/08/2023].

<sup>60</sup> O RDO foi criado para informatizar o registro de Boletins de Ocorrência (BO) e Termos Circunstanciados (TC). Inicialmente implementado pela Polícia Civil em 1998 via intranet, o sistema permitiu armazenar informações diretamente no banco de dados do RDO, facilitando o acesso para consultas pela Secretaria de Segurança Pública e integração com outros sistemas, como o Infocrim. O RDO padroniza BO, armazena em bancos de dados e permite consultas entre unidades policiais. Também possibilita a preparação virtual de TC e outras atividades da Polícia Civil, melhorando a gestão da informação na segurança pública paulista (Memória da Segurança Pública do FBSP).



o objetivo de aumentar a capacidade de patrulhamento e a sensação de segurança da população. Além das informações citadas pelo Fórum, deve-se considerar o **Compstat**<sup>61</sup>, o **Sistema Detecta**<sup>62</sup>, o **Sistema Guardião**<sup>63</sup>, o uso de *smartphones* e mais recentemente, as **câmeras corporais**, implementadas em 2020.

- Planejamento inteligente do policiamento: em 2003, é inaugurado o Sistema de Informações Operacionais da Polícia Militar (SIOPM), uma plataforma que integra as informações de diversos sistemas informatizados da Polícia Militar; em 2010, o SIOPM é vinculado ao Centro de Inteligência da Polícia Militar (CIPM), o órgão responsável pelo assessoramento do Comandante Geral nestas atividades.

Outros marcos, apontados pelo Fórum, também são relevantes para a compreensão das transformações ocorridas no policiamento ostensivo militarizado em São Paulo. Seriam eles: os novos programas do policiamento ostensivo, a implementação do policiamento comunitário, as políticas de controle do policiamento e inovações no processo de formação. Tais temas, assim como as informações mencionados acima, as especificidades e características da atual PMESP, serão mais bem detalhadas na próxima seção.

A intenção no momento é compreender como o avanço tecnológico tem produzido mudanças significativas no policiamento ostensivo militarizado em São Paulo e como seus agentes compreendem essas mudanças.

Como aponta Manning (2003), a tecnologia está inserida em todas as dimensões do policiamento e faz parte de todo o seu processo de desenvolvimento. O autor nos apresenta que desde a década de 1960, nos Estados Unidos, as inovações tecnológicas têm gerado uma expectativa em relação a uma melhoria do *status* policial e do exercício do policiamento em áreas urbanas. Ele exemplifica esse processo mencionando o uso do telégrafo, do rádio de comunicação, automóveis, despacho com auxílio de computadores, sistema de administração de informações, central de chamadas como inovações significativas que modificaram o modo de exercer o controle do crime. O objetivo da incorporação dessas tecnologias foi o de reduzir o tempo de processamento de dados, a chegada da polícia na cena do crime, efetuar mais prisões e até mesmo economizar dinheiro. A informação, os meios para obtê-la, as ferramentas utilizadas e o seu manejo se tornaram determinantes para o planejamento do policiamento e sua execução:

<sup>61</sup> O Compstat é o sistema de uniformização e georreferenciamento dos crimes, considerado central na reforma da polícia de Nova Iorque e já foi aplicado em alguns Estados brasileiros (FREITAS, 2015). É um tema importante a ser analisado devido, sobretudo, às grandes despesas geradas pela tecnologia da informação como também a ampliação de formas de vigilância.

<sup>62</sup> O Detecta é um sistema de monitoramento inteligente implantado pelo Governo do Estado de São Paulo. Ele possui um sistema de vigilância através do uso de câmeras, é combinado com o maior banco de dados de informações policiais da América Latina, integrando a base de dados das polícias civil e militar.

<sup>63</sup> O Sistema Guardião é uma ferramenta de investigação, monitoramento e armazenamento de dados.

A polícia depende de informações e nisso sua fonte básica é a população, para entender as funções da polícia é muito importante entender como ela obtém, processa, codifica, decodifica e usa tais informações. Há pelo menos três tipos de informações policiais (primária, secundária e terciária), inteligência (prospectiva, retrospectiva e aplicada) e estratégias operacionais (preventiva, prospectiva e reativa), cada uma das quais interage de forma complexa com a tecnologia (p. 375).

A partir dessa leitura, considera-se que os investimentos na PMESP, devido sua predisposição por estratégias operacionais reativas e proativas, focaram seus investimentos preferencialmente em inteligência retrospectiva. Ou seja, uma inteligência voltada para análise e interpretação de dados ou informações históricas para identificar padrões, tendências ou eventos passados relevantes. Por exemplo, em segurança pública, as agências de inteligência podem analisar dados históricos de crimes para identificar padrões de comportamento criminoso em determinadas áreas ou períodos, o que pode ajudar na formulação de estratégias de prevenção e combate ao crime no futuro.

O mapeamento de áreas criminais é um dos elementos definidores utilizados para descrever esse novo policiamento. O que antes era feito à mão, ou através de mapas impressos, agora é realizado por *softwares* agregados ao COPOM Online, que fornece mapas de calor e incidência criminal que permitem uma análise mais rápida e criteriosa dos dados quantitativos coletados de ocorrências.

Do ponto de vista da atuação dos agentes, como já apontado na pesquisa sobre policiamento ostensivo e relações raciais (Sinhoretto *et al.*, 2021) e no artigo, *New Technologies and Racism in Ostensive Policing in São Paulo* (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022), a tecnologia é muito importante para a parametrização do trabalho policial, sendo fundamental para o planejamento operacional. As entrevistas com oficiais e praças da PMESP permitiu entender que a tecnologia produz transformações progressivas no que tange a melhoria na segurança dos agentes da polícia, no controle do policiamento e suas ações, no modo de administrar os conflitos da sociedade e exercer o controle do crime. Essa transição para um policiamento considerado “moderno” seria em virtude da incorporação dos programas de policiamento, do policiamento inteligente e das ferramentas tecnológicas.

**Ten. V.:** O planejamento é feito através de estudos dos índices criminais, então através de índices criminais a gente vê os locais, horários, as circunstâncias e daí a gente cria um, a gente cria um roteiro, digamos assim, para viaturas seguir e ela prevenir aquilo em cima do nosso estudo dos índices criminais.

**Cap. E.:** (...) as ferramentas tecnológicas de inteligência elas fazem toda a diferença, elas têm feito toda a diferença no nosso trabalho. Então na polícia hoje nós temos o COPOM online que eu consigo ver pelo meu computador, monitorar onde está cada viatura, que que ela tá fazendo, se tá atendendo, eu consigo ver o rastro dela, as ruas que ela passou, (...) eu consigo saber o que que tá acontecendo online. Eu tenho o Infocrim, que eu consigo verificar o mapeamento das ocorrências criminais, que tá acontecendo na minha área, as manchas onde estão para eu poder direcionar o efetivo.

Eu tenho o Fotocrim que tem as fotos das pessoas que já foram presas (...), para eventualmente passar para os policiais a foto: olha, esse indivíduo aqui é procurado tá, ele que cometeu o delito, foi reconhecido pela vítima tal. Então tem condição de saber quem são os indivíduos pelo Fotocrim. Você tem dentro da viatura o *tablet* (...), a polícia militar já implantou em toda a instituição a elaboração de boletim eletrônico. Pelo *tablet*, o policial consegue fazer a consulta do RG, dos dados da pessoa, a verificação da placa do veículo (...)

De acordo com Cel. U, os novos padrões de policiamento são definidos a partir de três dimensões; Planejamento Policial Inteligente (PPI), o Padrão de Policiamento Inteligente (POP) e as experiências individuais. O policial planejador, uma das figuras considerada das mais importantes, elabora o PPI que tem por função a orientação de todo o policiamento ostensivo. O PPI influencia diretamente os programas de policiamento e os Cartões de Prioridade de Patrulhamento (CPP). Tanto o CPP quanto o POP tem por atribuição direcionar e controlar as ações individuais dos policiais. A seção de operações e planejamento é encarregada de elaborar diretamente o CPP, o qual direciona o policiamento e estabelece o percurso prioritário para a viatura. A elaboração do CPP leva em consideração estatísticas criminais compiladas a partir de diversas fontes. O comandante da companhia, juntamente com o capitão que atua na seção de operações do batalhão e em outras áreas, recebe o suporte de auxiliares, funções desempenhadas por cabos e soldados. Assim, cada viatura que sai para seu turno de serviço é atribuída com um CPP para seguir (Sinhoretto *et al.*, 2021). Já POP é um conjunto de diretrizes, instruções e normas que regulam as atividades operacionais realizadas pelos membros da corporação. Esses procedimentos são elaborados com base nas melhores práticas, regulamentos internos, leis e protocolos de segurança pública.

O POP da PM tem o objetivo de padronizar e orientar as ações dos policiais em diversas situações, desde o patrulhamento de rotina até o enfrentamento de crises e ocorrências de maior complexidade. Ele abrange procedimentos para abordagens, prisões, uso de armamento, gestão de ocorrências, comunicação, entre outros aspectos relacionados ao trabalho policial. A adoção de POPs pela PM visa garantir maior eficiência, segurança e transparência nas operações policiais, além de contribuir para a prestação de um serviço de qualidade à comunidade e para o respeito aos direitos individuais dos cidadãos. Contudo, o que a interlocutora enfatiza, na fala anterior, como “experiência” são os valores morais, disciplinares e de respeito à hierarquia dos policiais como também o saber adquirido pelo tempo de trabalho de rua, transmitido pelas gerações entre policiais, que está fora dos POPs incluso nos costumes da atividade cotidiana (Schlittler 2020; Macedo, 2022).

Muitos oficiais se distanciaram do patrulhamento de rua e exercem suas funções majoritariamente dentro dos batalhões da PM, onde possuem diversos aparatos tecnológicos

que auxiliam na administração à distância dos efetivos policiais. Anteriormente, antes dos avanços em tecnologia, as suas funções se restringiam apenas ao gerenciamento de efetivos policiais. Atualmente suas responsabilidades agregam a gestão de indicadores criminais e planejamentos operacionais que exigem um conhecimento técnico e especializado cada vez maior. Atualmente, os oficiais contam com sistemas de georreferenciamento e geoposicionamento de viaturas, mapas interativos, sistemas de tabulação de dados e equipamentos que auxiliam no planejamento inteligente e na organização das atividades policiais.

**Maj. H.:** (...) então, sei lá, na década de 90 você era Tenente, você era Capitão, simplesmente a sua força era tomar conta dos polícias (policiais) ali, gerenciar uma questão ou outra, depois já na segunda fase não, você era responsável por índices criminais, isso gerava tabelas, isso gerava gráficos no Excel, tinha um comando superior, teve uma exploração interna, isso aí, (...) plano de policiamento inteligente. Então quando eu chegar, eu falei – caralho, agora tem plano de meta, tem não sei o quê, os caras olham como foi o crime do mês passado, do ano passado, faz comparativo, tem reunião semanal, tem reunião semana, caralho, puta que pariu! Então eu vi que o policiamento deu uma melhorada também. (...) o serviço ficou um pouco mais técnico, digamos nessa palavra assim, profissional.

Isso significa que muitos oficiais se distanciaram do patrulhamento de rua e exercem suas funções majoritariamente dentro dos batalhões da PM, onde possuem diversos aparatos tecnológicos que auxiliam na administração à distância dos efetivos policiais.

Como aponta Silvestre (2018), 30% do efetivo da PMESP não se dedica ao policiamento ostensivo de rua, pois exercem outras funções laborais focadas na inteligência, administração e investigação. Essas tarefas também são realizadas por parte dos Praças, informação que pôde ser constatada durante as entrevistas. Historicamente, como aponta Denari (2016), esses trabalhos são delegados a mulheres do policiamento, como é o caso da Sd. M e da Sd. K., e considerados de menor valor em comparação ao policiamento de rua, descrito como o “verdadeiro trabalho de polícia”.

**Sd. M.:** Tem oito meses que eu saí do policiamento de rua, exatamente de rua e vim para o administrativo e estou na seção que trabalha com eventos, trabalha com estatística, com índice criminal e essa parte que eu tô me adaptando agora, nesse momento eu estou fazendo isso.

**Sd. K.:** Quando eu trabalhei no administrativo, a base é que a gente tá no batalhão né e por coincidência, o CPA (Comando de Polícia de Área) é aqui, mas a gente tem as companhias onde ele vai trabalhar numa companhia, a companhia lá embaixo. Quando eu trabalhei no administrativo, eu trabalhava lá na companhia, aí quando eu passei, eu já sabia que eu queria voltar para o mesmo lugar. (...) eu entrei para o cargo efetivo, eu entrei em 2015, então tem quatro anos, vai fazer quatro anos agora de polícia, eu entrei por um outro concurso que eu tinha feito, há um tempo atrás tinha um concurso temporário que era um soldado temporário que ele só ia trabalhar na parte administrativa da Polícia, ele não saía para a rua, mas ele respondia pelo regime, pelo militarismo, mas só trabalhava no administrativo. Então tudo que era papel a gente trabalhava com isso, nisso que eu me apaixonei pela polícia.

Descritos de forma pejorativa como “polícia de maçaneta”, o trabalho administrativo é generalizado, pois há distintas atribuições e funções que vão desde a gestão dos comandos, secretariado, comunicação social ou serviços de inteligência. Como percebido por Denari (2016), tais funções também foram mencionadas por interlocutores como uma espécie de punição ao policial que desrespeita a hierarquia ou comete deslizes em relação à lisura do comportamento militarizado. Há também casos de policiais que são envolvidos em situações suspeitas de incriminação em que a instituição opta pelo afastamento do agente de rua para o administrativo.

**Maj. H.:** Às vezes o cara volta (da punição), muitas vezes volta e aí ele fica de restrição, fica lá no serviço administrativo, ele fica lá meio que – *ah, o fulano que trabalhava no P3, que tá chegando agora, aconteceu isso, aconteceu isso, tá lá, tá vendo. E aí você tromba com cara – e aí como é que tá a sua ocorrência?*

Em relação especificamente ao setor de inteligência, as entrevistas nos permitiram entender que, por ser uma instituição fechada, com pouca participação social, a seleção de quem vai realizar as funções de planejamento são delegadas a agentes que têm experiências pregressas com a tecnologia. Não se trata de um profissional com formação em estatística, computação, matemática, tecnologia da informação, etc. mas sim um policial que “entende de computador”:

**Cabo J.:** Eu trabalhei a noite um ano, depois mais uns dois meses entre ronda escolar e horário intermediário na base Comunitária, então fui para a administração, depois eu voltei para a rua e trabalhei na ronda escolar de manhã e na administração novamente. (...) Eu estava no policiamento diurno, eu estava no meu horário de almoço, fui para a companhia para almoçar e uma das policiais falou: ó capitão, ele entende de computador! Aí o Capitão: você pode ficar no lugar dela? Você pode ajudar ela? Eu falei: *posso!* Mas eu pensei que era para resolver alguma coisa ali na hora. Aí ele: *ah, então tudo bem, você começa amanhã.* Aí eu: *como assim, amanhã?* A partir de amanhã você tá no P4, na seção de logística, porque depois de amanhã ela vai para operação verão (Disse o capitão para o Cabo J.). Aí eu: *Tá, mas o que eu faço? Não, pelos próximos dois meses e meio você vai ficar no lugar dela e vai cuidar de toda a sessão de logística.* Então é viaturas, questão do fardamento, abastecimento, a conferência do material da companhia. E era bem uma época de inventário, então tinha que fazer levantamento de tudo que entrava e saía. *Quando que tem de entregar esse inventário? Olha, o prazo estourou faz dois dias.* Aí eu que fiquei no P4, na logística e quando ela voltou, o policial que cuidava da seção de estatística ele tinha sido transferido para o batalhão e não tinha ficado ninguém, e eu já pretendia começar a faculdade, o Sargento falou então para eu ficar no lugar desse policial, então eu estou na seção de estatística desde então. (Grifo Nosso).

Diferentemente da visão negativa vinculada ao “policial de maçaneta”, o policial militar que desempenha funções de planejamento e inteligência aparenta ser valorizado. De acordo com os interlocutores, cada vez mais, estão sendo incluídas nas grades curriculares dos alunos das escolas de cadetes conteúdos sobre tecnologia de informação. Os colégios de formação de policiais militares reconhecem a necessidade de os policiais terem habilidades em manusear ferramentas inteligentes.

Outro ponto relevante está relacionado a automação dos impulsos humanos, um fator desejável para parte das cúpulas superiores da polícia. Nota-se um aumento de sistemas de controle institucionais, de um conjunto de regras e adesão de tecnologias que visam a regulação das ações e dos procedimentos operacionais (Sinhoretto *et al.*, 2021 p. 54). Mas há também controles que são exercidos à revelia das instituições e impactam diretamente nas determinações do policiamento como, por exemplo, as pressões populares.

Um exemplo de pressões populares nos Estados Unidos é a violência policial histórica contra minorias, principalmente negros, que gerou grandes manifestações desde a década de 1960 até a atualidade. Casos como o de Amadou Diallo, Rodney King, Abner Louima e o mais recente, de George Floyd<sup>64</sup>, foram estopins de revoltas que exigiam a reforma da polícia ou até mesmo sua extinção. Por conta da grande pressão popular a Polícia de Nova Iorque e de outros estados tiveram que estabelecer normas de conduta e adequar técnicas de ação. Além disso, tiveram que criar mecanismos de supervisão e treinamento de proteção à vida. Houve um investimento em policiamento motorizado, respostas rápidas às investigações criminais, maior envolvimento da sociedade nas políticas de segurança visando um controle social mais democrático, diminuição do papel reativo da polícia e aumento do preventivo (Costa, 2004).

Em São Paulo, a pertinência do uso das tecnologias na vigilância das ações policiais pela observação do público passou a constituir um novo elemento de denúncia incorporado aos apelos de movimentos negros contra a violência praticada pelas instituições policiais à comunidade negra. A polícia está sendo vigiada, já que qualquer pessoa em qualquer lugar pode possuir um celular com câmera filmadora. As ações e comportamentos que desviam do padrão estipulado pelos comandos tinham e têm a possibilidade de serem gravadas e as queixas tem potencial de ganhar destaque nas mídias convencionais e redes sociais.

Ainda, em São Paulo, ocorreram diversas ações para o controle do policiamento desde a redemocratização, marcos sinalizados pelo FBSP<sup>65</sup>, como: a criação da Corregedoria da Polícia Militar (1990); do Programa de Acompanhamento de Policiais Envolvidos em

---

<sup>64</sup> Amadou Diallo foi morto com 41 tiros por quatro policiais, sem uma motivação plausível em 1999 em Nova Iorque. Rodney King foi espancado até a morte em 1994 em Los Angeles, mesmo havendo uma gravação das ações abusivas dos policiais, eles foram inocentados por um júri branco, o que gerou uma grande revolta popular. Abner Louima foi torturado e sodomizado por quatro policiais em 2001 em Nova Iorque, neste caso a New York Police Department teve que pagar uma indenização aos familiares (Costa, 2004; Vitale, 2021). O caso emblemático mais recente é de George Floyd, que foi asfixiado até a morte durante uma abordagem policial na cidade de Minneapolis. Após o ocorrido, várias manifestações foram deflagradas contra a polícia e suas formas de atuação. Outros casos de violência contra negros também provocaram transformações nas instituições policiais e foram relatadas por diversos pesquisadores como Bittner, 2003; Bayley; Skolnick; 2001; Tonry; Morris 2003; Goldstein, 2003; Byfield, 2018.

<sup>65</sup> Para mais informações acessar: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> [Descarregado no dia 28/12/2023].

Ocorrências de Alto Risco (PROAR) (1995); da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo (1995); da comissão Especial para Redução da Letalidade em Ações envolvendo Policiais (2001); do Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM) (2002); dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) (2002); do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GECEP) (2003); Resolução SSP-05/2013 – de preservação dos locais de ocorrências de crimes contra a vida ou contra o patrimônio resultantes em morte, inclusive em decorrência de intervenção policial – (2013) e também de tecnologias como a monitoração de viaturas através do GPS e da já mencionada implementação de câmeras corporais – Programa Olho Vivo (2020)<sup>66</sup>.

Contudo, como apontado por Manning (2003), a inclinação de certos tipos de tecnologias depende das estratégias operacionais designadas ao policiamento. No Brasil e em São Paulo, o nosso diagnóstico (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022) é que os governos privilegiam o policiamento ostensivo, especificamente as práticas reativas e proativas de policiamento ao invés do policiamento comunitário, preventivo ou investigativo. Assim, a política de segurança pública tende a focar na punição de certos indivíduos:

A política de segurança paulista há décadas está baseada exclusivamente em punir certos indivíduos, sem alterar as condições sociais, urbanas e econômicas em que os delitos proliferam. Os investimentos em tecnologia e reforço do aparato em policiamento é, deste modo, parte de um projeto caracterizado como neoliberal (Garland, 2008, Harcourt, 2008), uma forma de gerenciamento de risco associada ao modelo reativo/proativo de policiamento marcado pelo recrudescimento da punição e pela filtragem racial. Ao passo que o policiamento comunitário e as políticas de prevenção da violência definham no estado paulista, não sendo sequer consideradas nos *inputs* dos sistemas, muito menos como clientes legítimas de uma política de gestão da informação em segurança pública (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022 p. 821, tradução nossa)<sup>67</sup>.

Assim, compreende-se que essa “nova polícia” se trata de uma instituição que está em processo de disputa, que ao mesmo tempo que incorporam novas tecnologias, novos padrões de operação e instituem sistemas de controle da atuação policial visando uma atuação mais

<sup>66</sup> O Programa Olho Vivo da Polícia Militar de São Paulo introduziu câmeras operacionais portáteis (COP) em 62 batalhões entre 2020 e 2022. Houve uma redução significativa na letalidade causada por policiais em serviço, de adolescentes mortos em intervenções policiais e de vitimização dos policiais. As COP são vistas como um importante controle do uso da força e proteção policial, mas não devem ser vistas como solução completa para os desafios do uso da força. A implantação do Programa Olho Vivo é parte de um projeto mais amplo para fortalecer a governança e responsabilização na gestão da PMESP (FBSP, 2023).

<sup>67</sup> No original: For decades the São Paulo security policy has been based exclusively on punishing certain individuals without altering the social, urban, and economic conditions under which crime proliferates. The investments in technology and reinforcing the apparatus of policing are consequently part of a project characterized as neoliberal (Garland, 1995; Harcourt, 2008), a form of risk management associated with the reactive/proactive model of policing marked by the resurgence in punishment and racial profiling. Meanwhile, ostensive policing and violence prevention policies have withered in São Paulo state, not even considered in the inputs into the digital systems, much less as legitimate clients of a policy for public security information management.

condizente com a democracia e os direitos humanos há permanência de práticas polinizadoras das estratégias policiais, heranças dos modelos de policiamento de regimes anteriores.

As exigências atuais determinam que o policiamento deve ser capaz de lidar com os problemas de uma sociedade urbana, capitalizada e industrial. A racionalidade e objetividade se tornaram requisitos para definir um bom policiamento, que passa a ter como prioridades a prevenção e controle do crime. Contudo, é impossível tornar o policiamento mais adequado à democracia apenas alterando os padrões de comportamento e investindo em tecnologia, é necessário profundas alterações na organização institucional (Costa; Lima, 2014; Guerra, 2016). A questão da democratização das polícias no Brasil passa por procedimentos internos e engajamento político que envolve os oficiais superiores e os Praças que estão na base do policiamento. As reformas foram os primeiros passos para o que conhecemos hoje como policiamento ostensivo, porém, as diretrizes são basicamente centralizadas no crime de rua, que frequentemente envolvem violência e requerem o uso coercitivo da força.

### **2.3. Controle do crime, do policiamento e a Tecnologia**

O controle do crime constitui a principal missão da polícia, uma instituição crucial que se enraíza diretamente no poder executivo e judiciário, desempenhando um papel fundamental nas sociedades democráticas contemporâneas (Bittner, 2003). No Brasil, as reformas no policiamento durante o regime democrático, por mais que tenham almejado aderir a cartilha das reformas ocidentais, que rejeitam os modelos anteriores controlados pela política, considerados corruptos e ineficientes, para uma que exige total independência em relação ao sistema político e um policiamento orientado pela razão e objetividade, produziram modificações mínimas que não afetam a arquitetura institucional da segurança pública e dos modelos de policiamento.

No Brasil, há permanência de formas tradicionais de gestão, hierarquização e organização do policiamento ostensivo que remetem ao passado antidemocrático (Fernandes, 1974; Pinheiro, 1991; Costa, 2004; Guerra, 2016). A não ruptura com os antigos modelos de policiamento permitiram continuidades autoritárias dentro das forças policiais como também o recrudescimento militar e punitivo das polícias.

Pinheiro (1991) e Guerra (2016) apontam que após a transição democrática, policiais militares, oficiais e praças, envolvidos diretamente nos processos de repressão do regime ditatorial, até mesmo os que se envolveram em situações de tortura e assassinato, não deixaram de exercer seus cargos. Pelo contrário, foram privilegiados pela anistia, mantendo suas funções ou recebendo promoções, contribuindo, assim, para a continuidade da arquitetura institucional



da segurança pública criada pelo Regime Militar. O que se seguiu após a consolidação democrática foi um processo de reprodução de desigualdades e recrudescimento da violência estatal, da arbitrariedade policial e da seletividade penal. Os estudos sobre a atuação do policiamento militarizado ostensivo em São Paulo nas décadas de 1980 e 1990 (Barcellos, 1992; Adorno, 1995; Lima, 2000; Caldeira, 2000; Manso, 2010) descrevem esse período como extremamente violento, composto por inúmeros casos de abusos, torturas e assassinatos cometidos por policiais. Assim, em vez de transições temos continuidades, um movimento de reprodução ou limitações das possibilidades de transformações no âmbito da cultura e da ideologia do fazer policiamento.

Somado a isso, a permanência de desigualdades sociais promove uma violação dos direitos civis de parte dos cidadãos brasileiros, principalmente negros. Observa-se que estes direitos, que foram garantidos formalmente pela constituição não são efetivos para algumas parcelas da população. A realidade social demonstra que a depender de categorias como classe, gênero, raça/etnia ou nível educacional o procedimento policial é diferente em relação ao grau de violência aplicado. A ascensão de um governo democrático não produziu efetivas mudanças no policiamento e na qualidade do tratamento, devido, em parte, ao processo tardio de reconhecimento da cidadania de populações marginalizadas (Fernandes, 1974), afrodescendentes e mulheres, tendo como consequência um processo discriminatório dentro da atuação policial.

O estado de direito, ou seja, a efetividade das garantias dos direitos fundamentais para parte da população não passa de uma mera referência ritual (Pinheiro, 1991). A conquista tardia e incompleta do direito à cidadania formal por esses determinados perfis sociais, a resistência das instituições governamentais em reconhecer a existência dessas discriminações (Pasinato, 2015) e a permanência de resíduos autoritários, tanto nos níveis ideológicos quanto práticos, contribuem para a continuidade das desigualdades raciais presentes em nossa sociedade.

Como veremos na quinta parte desta tese, para negros e pobres, o contato com o estado não é estabelecido pelas garantias dos direitos civis, mas pela atuação repressiva de uma polícia militarizada e uniformizada que atua de forma arbitrária e alimentada por estereótipos que tendem a orientar o policiamento, inclusive com uso de novas tecnologias.

A dificuldade de entender as forças policiais está relacionada com a conceitualização da sua atribuição em uma sociedade democrática e como tal papel será colocado em prática. Como já citado, as continuidades autoritárias influenciam na permanência de um caráter ideológico do policiamento ostensivo, em determinados momentos civilista, preventivo e comunitário, em outros militarista, repressivo e punitivo (Fernandes, 1974). Esses modelos

distintos de gerenciamento do crime são empregados de diferentes formas a depender da localidade e do perfil de pessoas que ali residem.

Isso ocorre porque a polícia não tem uma determinada diretriz já no momento em que ela entra em contato com a sociedade e suas demandas. Muniz e Proença Jr. (2014) observam que é impossível predeterminar a ação de cada policial em cada situação, isso por conta das dinâmicas multi-interativas dos eventos a que estão sujeitos. A definição de policiamento ostensivo é ambígua nos documentos oficiais e carece de precisão. O policiamento ostensivo, como descrito institucionalmente, serve como uma estrutura abrangente, com programas criados para dividir e atender às diversas demandas policiais.

As informações coletadas durante as entrevistas nos permitiram compreender que a maioria dos/as praças define o policiamento ostensivo com base em suas atividades diárias, enquanto os oficiais se baseiam em documentos legais. Assim, as definições do policiamento refletem a prática cotidiana, sendo visto como patrulhamento para prevenir e reprimir crimes, manter a ordem pública e prestar assistência à população. A variedade de respostas reflete uma falta de diretrizes claras para a atuação dos policiais, resultando em diferentes interpretações sobre o papel da PMESP. Isso questiona a ideia de uma padronização universal, apesar dos princípios subjacentes estarem presentes, sendo interpretados de maneiras diversas pelos policiais, especialmente devido à experiência no policiamento de rua. No entanto, a ideia do crime e do criminoso é um ponto comum nas discussões sobre o planejamento policial organizacional (Sinhoretto *et al.*, 2021).

As experiências divergentes revelam que, apesar das diretrizes formais, a organização informal influencia a finalidade da polícia, conforme observado por Monjardet (2003). Essas variações entre unidades policiais dentro da PMESP indicam a adoção de diferentes propósitos. Dado o mandato amplo da polícia militar (Muniz; Silva, 2010), cada policial encarregado do policiamento ostensivo define ou adota sua própria finalidade, sugerindo que a PMESP opera com múltiplas finalidades em diferentes níveis.

Observa-se que, mesmo de modo lento e incompleto, a cúpula superior da PMESP vem aprimorando suas diretrizes internas com a intenção de controlar as ações policiais na tentativa de diminuir a arbitrariedade e escolhas individuais dos agentes. Atualmente, a instituição não apenas limita o comportamento dos indivíduos, mas também condiciona sua identidade, suas preferências e valores (Costa, 2004, p. 71). O POP visa estabelecer normas de conduta, há uma busca de controle do poder discricionário (tirocínio) dos policiais que atuam nas ruas. Entretanto, o POP se trata de uma nota de instrução e não uma norma, um reforço da hierarquia e da disciplina e não uma regulação das atividades de policiamento (p.104).

A possibilidade do uso da força ainda caracteriza a atividade policial, sendo o tipo de controle social exercido no cotidiano. Este tipo de manutenção da ordem pública é uma opção político-institucional que permite uma autonomia delegada a policiais militares praças, que atuam na ponta, e interagem cotidianamente com a população. O uso da força está no centro do conceito de mandato policial, sendo a polícia autorizada e delegada a utilizar a força. Mas o uso da força no exercício policial tem limites, ao mesmo tempo que ela pode impor uma solução imediata, esta solução é parcial e finita no tempo (Muniz; Proença Jr., 2014).

Autores clássicos como Monjardet (2002), Bayley (2001), Bittner (2003), Bayley; Skolnick (2006), argumenta que tanto a polícia quanto os cidadãos percebem essa questão do uso da força; que a população cria expectativas ao solicitar o policiamento e deseja para si que o uso da força seja acionado conforme seu desejo, diferentemente da sensação para quem o uso da força é dirigido. Os cidadãos compreendem que caberia ao policial decidir sobre o uso da força empregado. Assim, tais autores levantaram a problemática sobre a dificuldade de estabelecer um parâmetro de quando deve ser usada força ou não. Salientam que este fenômeno é corrompido pelas desigualdades e dependem diretamente do regime político e da opinião pública em relação aos limites do uso da força pelo policiamento.

Em São Paulo, observamos que por mais que haja diversos procedimentos e diretrizes de atuação, os controles institucionais e externos da força policial têm produzido pouca efetividade na redução da letalidade e do abuso policial. Além disso, a corporação ainda está sujeita a influências de preferências partidárias como também possui canais limitados para participação social na formulação de políticas de segurança:

O caso da PMESP está distante da doutrina de divisão de responsabilidades no controle da força policial e muito próxima do “cheque em branco”. Sendo dependente do orçamento e dos fins atribuídos pelo Executivo estadual, mas não submetida a efetivos controles institucionais, acaba também atrelada a preferências partidárias. São muito reduzidos os canais de participação social na definição das políticas de segurança ou na fiscalização e controle externo das polícias (BUENO, 2014), o que redunde em rotineiro abuso da força, com uma das taxas de letalidade policial mais altas do mundo. (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022 p. 804, tradução nossa)<sup>68</sup>.

Nesse sentido, pode-se afirmar que não houve uma ruptura com os modelos anteriores de policiamento e sim um processo de combinação ou adaptação. No entanto, não há dúvida que o policiamento ficou mais esperto, centrado e tecnológico, sendo que tecnologias da

---

<sup>68</sup> No original: The case of the PMESP is far from the doctrine of a division of responsibilities in the control of the police and much closer to this blank cheque. Dependent on the budget and finalities allocated by the state Executive but without being submitted to any effective institutional controls, the PMESP ends up bound to political party preferences. The channels for social participation in the definition of security policies or in the external supervision and control of the policies are extremely limited (Bueno, 2014), which leads to a routine abuse of power with one of the highest rates of police killings in the world.

informação e de gerenciamento se combinaram para produzir maior controle de recursos e condutas. As instituições policiais também se tornaram mais flexíveis e começaram a desenvolver vínculos, na tentativa de somar forças ao invés de monopolizar os esforços (Garland, 2008. p. 368). Entretanto, não há reorganização básica das polícias enquanto agência pública, as novas práticas e modalidades coexistem com os modos de operação anteriores.

Essas questões – há muito tempo debatidas – esclarecem que o controle do crime, por mais que seja considerado a principal função da polícia, não dá conta da complexidade de definição do mandato policial. A simples descrição de prevenção e combate ao crime é insuficiente para explicar o que é policiamento, tendo em vista que os policiais desempenham diversas funções que necessariamente não são criminais. Autores como Bittner (2003), Monjardet (2002), Bayley (2001) perceberam que a polícia não tinha uma diretriz determinada e suas decisões eram definidas através do contato com a sociedade conforme a necessidade das variáveis demandas, que necessariamente não eram criminais. O tema do mandato policial apresentado nestes estudos clássicos acentuou a importância das reformas no policiamento do século XIX e XX, sobretudo pelo distanciamento dos modelos de controle anteriores, marcados pela corrupção e ineficiência.

Não há dúvidas de que as instituições policiais são indispensáveis para as democracias e determinantes para a administração dos conflitos nas atuais sociedades modernas (Bittner, 2003). Porém, por sua essência paliativa, são incapazes de solucionar por completo o problema do crime, em vista que, as suas origens não se relacionam diretamente com a existência ou não do policiamento.

Nos Estados Unidos, tais autores perceberam que a legitimidade do policiamento estava ou ainda está associada a um ideal de uma minoria dominante. A força policial naturalmente era autorizada por um grupo social a ser aplicada a outro grupo distinto. Essas relações eram marcadas por recortes raciais, e em parte, explicam as ocupações e formas de policiamento em comunidades negras e latinas.

Portanto, o que esses autores demonstram é que a polícia nasce das relações de desigualdades e sua função é administrá-las. Desde as primeiras reformas, o policiamento passou por diversas transformações, os modelos anteriores de controle associados a sistemas políticos considerados corruptos e ineficientes foram substituídos por um ideal que buscou aperfeiçoar o policiamento e torná-lo independente dos regimes políticos. A polícia deveria se tornar uma entidade politicamente neutra, devotada à manutenção da ordem pública (Bayley, 2001), ao policiamento criminal, a prevenção do crime, a evitar o pânico, a violência e o caos, lidando com todo tipo de conflito e dificuldade (Bittner, 2003).

No entanto, a atualidade da segurança pública revela que o desenvolvimento das instituições de justiça criminal e a inclusão de setores governamentais no gerenciamento do crime e dos criminosos interferem na infraestrutura formal do modo de operação de controle do crime. Entre as consequências mais significativas estão as parcerias público-privadas, mecanismos de policiamento comunitário e rotinas de trabalho multiagenciais, cujas atividades dizem respeito ao problema do crime e da segurança (Garland, 2008. p. 369). Este campo é composto por uma multiplicidade de agências, práticas, políticas e discursos diferentes. As fronteiras formais não são mais marcadas pelas instituições do Estado de Justiça Criminal, envolvendo os atores e agências da sociedade, o que torna o controle do crime responsabilidade também da sociedade e de diversos grupos econômicos.

O que aconteceu é que as instituições da justiça criminal alteraram suas prioridades e o campo do controle do crime se expandiu para suas novas direções, à medida que as agências do Estado e da sociedade civil se adaptam ao crescimento da criminalidade e da insegurança trazido pela pós-modernidade (Garland, 2008. p. 374).

A presença do Estado fez com que o monopólio do controle do crime pelo Estado de Justiça Criminal fosse redistribuído para diversos setores e adaptado ao mercado de segurança privada, que vem apresentando crescimento ao longo dos anos. Portanto, a formação de alianças do Estado com agências não estatais permite o surgimento da segurança, policiamento e encarceramento privados. Deste modo, a segurança pública passaria a ser tratada como um investimento, e não como um direito, sendo que os gastos seriam monitorados e avaliados para assegurar o retorno das aplicações de capitais (Garland, 2008). Esta relação permitiu que mecanismos de regulação específicos surgissem na forma de parcerias voluntárias ou de acordos comerciais. Porém, o avanço neoliberal tornou essa avaliação uma tendência geral devido às políticas neoliberais que amplificam a tensão do custo sobre os gastos públicos (Harcourt, 2008). Nota-se uma dinâmica de transformações do policiamento e da forma de exercer o controle do crime. O envolvimento de setores governamentais exerce pressões que tendem a distanciar a política do retributivismo, da intimidação e da reforma, aproximando-a da prevenção, da redução de danos e do gerenciamento de risco.

No contexto das políticas de segurança, o neoliberalismo preconiza a redução do Estado nas políticas sociais, a desregulamentação dos mercados e uma ampliação do papel estatal na punição, seguindo uma lógica de mercado e uma epistemologia que nega a construção social do crime em favor do modelo de escolhas individuais. Harcourt observa como essas políticas têm impactado nas penalidades, resultando em penas mais severas e um foco crescente na criminalização da dissidência. Isso tem sido marcado pelo uso de práticas como o policiamento

baseado em tolerância zero e teoria das janelas quebradas, além do aumento progressivo do encarceramento.

O Estado de justiça criminal, segundo Garland (2008), surgiu com o desenvolvimento dos Estados-nação e, posteriormente, com a expansão da democracia nos quais o poder soberano se transformou em um poder público e começou a ser aplicado pelas instituições estatais. De acordo com o autor, faz parte de um processo histórico pelas quais as atividades do policiamento, a acusação e a punição se tornavam cada vez mais monopolizadas e reguladas pelas autoridades estatais (p. 96-97).

Mesmo com o surgimento de uma profissionalização policial que exigia conhecimentos teóricos, habilidades técnicas e autonomia, tais contradições entre o controle do crime da atividade policial e a liberdade das ações individuais se mantiveram como impasse para os especialistas em policiamento. O controle sobre a atividade policial sempre foi um dilema, um desafio para sociólogos e estudiosos do tema, e também para o Estado contemporâneo, pois demonstra os limites estatais na pós-modernidade.

O clamor público também tem grande impacto nas formas de atuação rotineiras de agências estatais de controle do crime. Isso torna esse controle responsabilidade de diversos atores sociais, devido, sobretudo, às pressões exercidas pela população, que exige medidas e respostas rápidas. Bayley e Skolnick (2006), Monjardet (2002), Bittner, (2003) demonstram que nos Estados Unidos, há um sentimento de que os criminosos não estão sendo suficientemente punidos, ou de que indivíduos perigosos não estão sendo adequadamente controlados.

A ideia de que a punição seria o modo mais efetivo de coibir as ações criminosas consentida em uma racionalidade, uma rede de sentidos que tem uma unidade baseada em sistemas de pensamento e discursos históricos que servem como uma empiria para justificar a sua própria existência. Neste sentido, a racionalidade produz uma relação inevitável entre crime e pena, e naturaliza a punição. Os discursos mobilizados são justificações das práticas de combate ao crime pautadas na ideia de punição, sobretudo a pena de morte e erradicação dos considerados outros. As ações policiais estão diretamente relacionadas à legitimidade imputada pela sociedade e as interpretações determinam a ilegalidade ou legalidade das práticas de policiamento, que variam conforme o estrato social, território e a época. O que se observa, é que na história da polícia, as revoltas sociais contra as atitudes violentas praticadas por policiais tiveram um grande impacto para transformações da atividade policial (Bayley, 2001).

De fato, o controle do crime é um universo complexo que envolve políticas e estratégias utilizadas pelos atores que compõem as instituições da segurança pública e justiça criminal,

possuindo cada uma suas próprias características e especificidades. Por um lado, Bayley descreve reformas progressistas, enquanto Garland faz referência a reformas punitivistas. Ainda assim, esses autores descrevem movimentos contraditórios e ambíguos que nos ajudam a vislumbrar a complexidade do controle do crime em São Paulo.

A PM de São Paulo adotou predominantemente a rota do punitivismo em detrimento das reformas centradas na prestação de contas. Enquanto a tensão entre a manutenção da ordem e o exercício democrático do poder, durante os anos 1990, forçaram as principais polícias do mundo a implementarem reformas de alto impacto, em que foram desenvolvidos modelos de policiamento baseados em proximidade, melhoria da relação com as comunidades policiadas e a inserção de tecnologias que buscavam o controle das ações policiais, a política de segurança pública de São Paulo direcionou os investimentos no policiamento repressivo e proativo. Os programas preventivos e assistenciais perderam espaço para uma abordagem punitiva, apesar das diferentes visões em disputa. A PMESP adotou uma abordagem de linha dura e militarizada na segurança, divergindo das propostas mais voltadas ao bem-estar social. A política de segurança em São Paulo historicamente se concentra na punição de indivíduos sem abordar as condições sociais, urbanas e econômicas que contribuem para o aumento da criminalidade. Os investimentos em tecnologia e reforço policial fazem parte de um projeto caracterizado como neoliberal, associado a um modelo de policiamento reativo/proativo que enfatiza a punição e a filtragem racial.

### **Conclusão da seção**

Diante da análise realizada sobre o controle do crime, o papel do policiamento e a integração da tecnologia nesse contexto, torna-se evidente a complexidade e os desafios que permeiam as instituições de segurança pública. Desde as reformas democráticas até os dias atuais, o cenário brasileiro reflete uma continuidade de práticas autoritárias e desigualdades estruturais, evidenciando lacunas na efetivação dos direitos civis e na prestação de um policiamento democrático e eficiente.

A persistência de modelos tradicionais de gestão e hierarquização, aliada à resistência em reconhecer as discriminações sociais racializadas, contribui para a reprodução de injustiças e violações de direitos por parte das forças policiais. A falta de clareza nas diretrizes do policiamento e a ambiguidade na definição de seu papel refletem a ausência de uma abordagem unificada e democrática no enfrentamento do crime.

Apesar dos avanços tecnológicos e das tentativas de controle mais efetivo por parte das instituições policiais, a implementação de políticas de segurança ainda se mostra marcada por

práticas punitivas e reativas, distantes de uma abordagem preventiva e comunitária. A crescente influência do neoliberalismo nas políticas de segurança pública ressalta a priorização da punição em detrimento da abordagem de fatores estruturais que contribuem para a criminalidade.

Nesse contexto, é crucial reconhecer a necessidade de uma abordagem holística e inclusiva no enfrentamento do crime, que considere não apenas a aplicação da lei, mas também as causas sociais e econômicas subjacentes. A construção de políticas de segurança mais eficazes requer o envolvimento ativo da sociedade civil, a promoção dos direitos humanos e a busca por uma maior transparência e prestação de contas por parte das instituições policiais.

Em suma, o controle do crime e a promoção da segurança pública são desafios multifacetados que exigem uma abordagem integrada e colaborativa, capaz de reconhecer e enfrentar as desigualdades estruturais que permeiam nossa sociedade.



### **3. A Polícia Militar do estado de São Paulo: tecnologia e novas formas de controle e policiamento**

Na parte anterior, exploramos a história da PMESP, examinamos os processos que perpetuaram as desigualdades e analisamos a percepção dos agentes em relação a essas disparidades. Nesta seção, vamos expor os desdobramentos dos avanços tecnológicos na PMESP, partindo de uma análise da instituição em suas últimas duas décadas.

Optamos por começar com uma breve apresentação das principais características atuais da PMESP. Em seguida, destacamos os principais aspectos da formação, tanto teórica quanto prática, dos/as praças e oficiais do policiamento, enfatizando a conformidade com as exigências de profissionalização e conhecimento específico. Dessa forma, buscamos elucidar os avanços e as necessidades do processo de aprendizado no policiamento, conforme percebidos pelos seus interlocutores. Observa-se que a formação é marcada por desigualdades e assimetrias, as quais variam de acordo com a função desempenhada.

No Brasil, esse processo de profissionalização do policiamento está intrinsecamente ligado às mudanças ocorridas nas últimas décadas. As polícias militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo em muitos estados, passaram por alterações em suas estruturas, filosofias e técnicas de atuação. Os cursos de formação para oficiais e praças se tornaram mais abrangentes, exigindo conhecimentos multidisciplinares em áreas como direito, humanidades, economia e tecnologia. No entanto, apesar dos avanços, persistem desafios no processo de formação policial como a influência da doutrina militar e da segurança nacional que ainda se faz sentir, mantendo uma abordagem voltada para a defesa do Estado nacional. Além disso, a socialização profissional dentro das instituições policiais muitas vezes reforça práticas e valores tradicionais, dificultando a implementação de mudanças efetivas.

Diante desse contexto, a PMESP tem buscado aprimorar seus programas de formação, especialmente após incidentes que evidenciaram a necessidade de revisão das práticas policiais, como o Massacre do Carandiru e episódios de repressão durante manifestações. A introdução de disciplinas específicas, como Controle de Manifestações e Direitos Humanos, reflete um esforço para promover uma abordagem mais ética e profissional no policiamento ostensivo.

No entanto, apesar dos esforços para modernizar a formação policial, ainda há desafios a enfrentar. Questões como o equilíbrio entre tradição e inovação, a adequação dos currículos às demandas contemporâneas e a promoção de uma cultura organizacional que valorize a ética e os direitos humanos permanecem em destaque.

### 3.1. Atuais características da PMESP

A PMESP conta com um efetivo de aproximadamente 80 mil agentes<sup>69</sup>, o maior do país, para a realização do policiamento ostensivo. A instituição está subordinada ao governo do estado, como prevê o artigo 144 da Constituição Federal<sup>70</sup>.

"Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados.

A PMESP hierarquicamente é dividida em duas categorias: oficiais e praças. Praça é uma categoria inferior da hierarquia das polícias militares, mas constituem a base da corporação. Em São Paulo, praças correspondem a 93% do efetivo. Em ordem ascendente, o corpo de praças é organizado hierarquicamente da seguinte forma: Soldados (Soldado de 2º classe e Soldado de 1º classe), Cabos, Sargentos (Terceiro Sargento, Segundo Sargento, Primeiro Sargento) e SubTenente<sup>71</sup>. Já o quadro hierárquico de oficiais da PMESP é composto pelas categorias: Aspirante, Segundo Tenente, Primeiro Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel.

A PMESP é uma instituição de dupla entrada, ou seja, que permite a contratação de novos policiais por meio de concursos públicos divididos entre os níveis superior-técnico e superior. O nível superior-técnico é realizado nas Escolas de Formação de Soldados, direcionado à formação de praças. A formação superior é realizada na Escola de Formação de Oficiais com cursos de graduação, mestrado e doutorado.

Os Cabos e Soldados correspondem aproximadamente a 84% dos agentes da ativa da PMESP. A jornada de trabalho dos/as praças, de acordo com o site da PMESP, é de 40 (quarenta) horas semanais, para aqueles que atuam em atividades administrativas. Os/as praças que atuam em atividades operacionais normalmente cumprem a jornada em regime de escala de 12 (doze) horas de serviço por 36 (trinta e seis) horas de folga. Entretanto, podem ser estabelecidos outros regimes de escala de acordo com as peculiaridades da função e do local de atuação. A remuneração inicial, conforme a Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado

<sup>69</sup> Dados obtidos pela Folha mostram que a PM possui um efetivo de 79.392 agentes. Contudo, há um déficit de 15% sendo a previsão de 93.802. Para mais informações acesse: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/autoridades-de-sp-tem-a-disposicao-mais-pms-do-que-630-cidades-paulistas.shtml>. Descarregado no dia [08/15/2023].

<sup>70</sup> Para mais informações acessar: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/projetos/PEC/msg975-970902.htm#:~:text=de%20seguran%C3%A7a%20p%C3%BAblica.%22-%22Art.,pela%20Uni%C3%A3o%20e%20pelos%20Estados](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/PEC/msg975-970902.htm#:~:text=de%20seguran%C3%A7a%20p%C3%BAblica.%22-%22Art.,pela%20Uni%C3%A3o%20e%20pelos%20Estados). Descarregado no dia [08/15/2023].

<sup>71</sup> O subtenente da Polícia Militar atua fazendo a ponte entre os/as praças e seus superiores, os oficiais, supervisionando e apoiando o trabalho dos soldados, cabos e sargentos. Ele desempenha o papel de adjunto de comando das tropas, que estão envolvidas diretamente no operacional das ruas.

de São Paulo<sup>72</sup>, de um aluno oficial é de R\$ 4.047,60. Após se tornar Cabo, a remuneração passa para R\$ 4.651,69.

Ainda, segundo as informações da PMESP<sup>73</sup>, aos praças cabe o exercício da missão constitucional policial que abrange o policiamento ostensivo, a manutenção da ordem pública e a aplicação da lei, priorizando a defesa da vida, integridade física e dignidade humana. O cargo mencionado se refere ao policial operacional, responsável por fornecer serviços de segurança pública nas ruas de São Paulo, atuando em diferentes programas de policiamento, como a Radiopatrulha, Policiamento Escolar, ROCAM, Policiamento de Trânsito, Força Tática, Policiamento Comunitário, entre outros.

O/a praça que deseja ascender ao oficialato necessita realizar o concurso público para oficiais da PMESP, pois não há progressão automática. Ao se tornar aluno da Escola Superior de Oficiais, ocorre a promoção a Aspirante a Oficial da PM, e após cumprir o estágio probatório, progride para o posto de 2º Tenente PM. Para exercer a função dos demais postos é necessário realizar o curso de mestrado profissional e, posteriormente, doutorado, além de obedecer às regras de promoção.

Assim como os/as praças, a jornada de trabalho dos oficiais é de 40 (quarenta) horas semanais, para aqueles que atuam em atividades administrativas, e para os que atuam em atividades operacionais a jornada em regime de escala de 12 (doze) horas de serviço por 36 (trinta e seis) horas de folga<sup>74</sup>. Entretanto, podem ser estabelecidos outros regimes de escala de acordo com as peculiaridades da função e do local de atuação. A remuneração inicial do cargo de Aluno-Oficial PM do 1º CFO<sup>75</sup> é de R\$ 4.126,90, a remuneração, no posto de 2º Tenente PM, é de R\$ 8.615,94.

Sobre as competências dos oficiais o site da PMESP descreve que: os oficiais da Polícia Militar são responsáveis pela supervisão, gestão e comando do efetivo envolvido no policiamento ostensivo, além de serem encarregados da análise, aprimoramento e administração dos processos jurídicos e administrativos relacionados à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo. Suas atribuições devem estar em conformidade com políticas de qualidade, filosofia de polícia comunitária e de direitos humanos, bem como outras determinações legais.

---

<sup>72</sup> Para mais informações acessar:

<http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/retribuicao.asp?pagina=policia1> Descarregado no dia [08/15/2023].

<sup>73</sup> Para mais informações acessar: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/concurso/carreiras/quadro-de-praca> Descarregado no dia [08/15/2023].

<sup>74</sup> Conforme o previsto no artigo 3º e 5º do Decreto nº 52.054, de 14 de agosto de 2007.

<sup>75</sup> Curso de Formação de Oficiais.

Nos últimos 30 anos, a PMESP tem desempenhado um papel central no policiamento ostensivo e tem sido a instituição policial mais favorecida em termos de recursos estatais. Operando como uma entidade híbrida, entre os modelos militar e burocrático de administração, a PMESP mantém uma estrutura disciplinar interna sólida, embora a implementação de suas práticas ostensivas no campo seja influenciada pelas decisões individuais dos policiais e suas habilidades. A principal missão do policiamento é assegurar a ordem pública, prevenindo a ocorrência de pânico, violência e caos, enquanto enfrenta uma ampla gama de conflitos e desafios. Graças ao seu protagonismo e aos investimentos recebidos, a PMESP pôde expandir seu efetivo, modernizar sua frota de veículos, adquirir armamentos e equipamentos de proteção individual, reformular o processo de formação, além de incorporar tecnologias para diversas finalidades.

De acordo com uma recente pesquisa realizada pelo JUSTA<sup>76</sup>, São Paulo se destaca como o estado que mais investe em suas polícias e sistema prisional, com um gasto anual total que supera os R\$ 19 bilhões. Apesar desse alto investimento em termos absolutos, proporcionalmente São Paulo é o estado que menos direciona recursos para suas forças policiais em comparação a outras unidades federativas. A distribuição desses recursos reflete as prioridades político-orçamentárias vigentes. Da fatia destinada às polícias, a maior parte é direcionada para a Polícia Militar (66,6% ou R\$ 9,8 bilhões), seguida pela Polícia Civil (27,5% ou R\$ 4 bilhões) e pela Polícia Técnico-Científica (5,1% ou R\$ 748 milhões). Além disso, cerca de R\$ 122 milhões são destinados a despesas compartilhadas entre essas instituições. No ano de 2021, o investimento total nas polícias foi de R\$ 13,8 bilhões, enquanto em 2022 esse montante aumentou para R\$ 14,7 bilhões. Esse funil de investimentos evidencia as atuais prioridades estabelecidas no orçamento do estado de São Paulo, destacando a ênfase dada à segurança pública e à polícia militar.

### **3.2. Complexidades e Dinâmicas na Formação Policial**

Em seu estudo clássico, Bittner (2003) argumenta que o policiamento ostensivo, por se tratar de uma função centrada no crime de rua e envolvida em situações frequentes de violência, era considerado uma profissão de baixo nível, um trabalho semiqualeficado relegado a indivíduos pouco instruídos, mas minimamente capazes e dispostos a reagir, sem atitudes críticas, a todas as ordens recebidas. Os atributos requeridos para a função eram as “virtudes

---

<sup>76</sup> Para mais informações acessar: <https://www.justa.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Funil-de-investimentos-em-2022-1.pdf> Descarregado no dia [08/15/2023].

masculinas” como a agressividade, coragem, lealdade e honestidade. Com a profissionalização do policiamento, a busca por autonomia e a rejeição dos modelos anteriores – controlados pelas máquinas políticas e condenados pelos reformadores, como Augusto Valmer e J. Wilson, por serem corruptos e ineficientes – instituiu-se um processo de formação de profissionais do policiamento que requer uma educação baseada em conhecimento teórico, habilidades técnicas e autonomia prática. Os policiais passaram a desempenhar tarefas de uma ocupação complexa e assim, obter competências e habilidades para o desenvolvimento do fazer policial. A polícia passou a ser direcionada por objetivos e orientada pela razão para assim ser capaz de estabelecer funções que visem a prevenção do crime e de questões não criminais.

Como demonstram Menke, White e Carey (2002), o policiamento busca se tornar uma profissão altamente especializada, mesmo para policiais que atuam nas ruas, e detentora de um conhecimento exclusivo e legítimo dentro do campo das políticas de segurança pública. Neste cenário, a relevância da educação policial tem aumentado, pois esse “conhecimento exclusivo e especializado dá os fundamentos e as justificativas para a existência da ocupação e para a reivindicação de uma especialidade singular” (p. 89). Nota-se que o policiamento atual e moderno exige que os agentes policiais sejam alfabetizados, não mais apenas para ler instruções e escrever relatórios, mas serem habilitados para desempenhar uma tarefa complexa que exige uma diversidade de conhecimentos práticos e teóricos.

No caso brasileiro, esse processo está relacionado, como demonstra Muniz (2001), com as evoluções que ocorreram no policiamento nos últimos 30 anos. Houve alterações nas organizações policiais, em suas filosofias, técnicas, estratégias e táticas como também implementação de tecnologias que exigem novas formas de saberes para lidar com instrumentos cada vez mais computadorizados. Os cursos de formação de policiais militares, para oficiais e praças, atualmente requerem conhecimentos multidisciplinares, em áreas jurídicas, humanas, econômicas ou tecnológicas, além das habituais práticas doutrinárias e de condicionamento físico. No Brasil, a depender da formação (superior ou técnica), as exigências por uma educação específica, baseada em conhecimentos teóricos e práticos, são definidores institucionais para determinar que o policiamento está adequado às demandas contemporâneas e para as questões de uma polícia urbana.

Paula Poncioni (2021) define esse processo como novo paradigma para a área de segurança pública associado com os preceitos democráticos. De acordo com a autora, a atual proposta brasileira para formar o novo policial visa adotar um modelo de profissionalismo policial inovador, baseado numa visão ampla da Segurança Pública. Isso implica reconhecer uma gama diversificada de atividades realizadas por diferentes agentes, tanto dentro quanto

fora da polícia. Inspirada na pesquisa internacional sobre educação policial, a abordagem educacional brasileira enfatiza que ensino e treinamento são complementares, utilizando uma metodologia que promove uma compreensão crítica do trabalho policial. Essa abordagem é realizada através de um processo de aprendizado reflexivo que integra teoria e prática profissional, permitindo uma análise aprofundada das experiências relacionadas à atividade policial.

Assim como observou Kant de Lima (2003, p. 108-109), a formação dos policiais deve incluir processos de socialização acadêmica e profissional que os atualizem em práticas de construção da verdade e administração de conflitos. O autor ainda adverte que a dinâmica da formação escolarizada é mais importante do que os currículos propriamente ditos, pois ela deve ser centrada em "treinamento" ou "instrução", com foco na padronização de procedimentos por meio de repetições mecânicas. Como aponta o autor:

a política de emprego da polícia numa sociedade democrática é parte da política geral de expressão da cidadania e da universalização dos direitos; a polícia é um serviço público para a proteção e defesa da cidadania; o fundamento da autoridade policial é a sua capacidade de administrar conflitos (Kant de Lima, 2003, p. 99).

Nesse sentido, Kant de Lima argumenta que os cursos devem socializar alunos nos princípios contemporâneos de produção da verdade, incluindo ciências exatas, naturais, humanas e sociais. Para abordagem e intervenção, devem ensinar técnicas de negociação e neutralização de conflitos, evitando o uso indiscriminado de tecnologias bélicas, exclusivas das forças armadas. Um núcleo básico de formação deve ir além de disciplinas tradicionais, incluindo seminários e atividades práticas como também incluir disciplinas complementares e cursos especializados. Ainda, de acordo com o autor, não se trata de formar apenas os policiais que entrarão na polícia, mas o de também formar policiais já “formados” anteriormente, no sentido de desconstruir paradigmas de pensamento e ação, dentro de uma nova concepção, em que todos os cidadãos, inclusive os policiais, independentemente de sua condição social, sejam vistos como sujeitos de direitos e destinatários da proteção da polícia (p. 98-99).

As ações da polícia requerem o uso da força comedida dentro dos princípios da legalidade e da legitimidade. Por conta disso, o processo de formação policial foi repensado e mudanças nos currículos dos cursos passaram a considerar questões relacionadas a diferenças sociais, Direitos Humanos e atendimento comunitário como uma tentativa de conscientização do contingente policial sobre os problemas da desigualdade brasileira (Sinhoretto *et al.*, 2021) como também são requisitos para a promoção e consolidação da cidadania brasileira e do fortalecimento do Estado Democrático.

De acordo com Poncioni (2021 p. 233), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), criada em 4 de setembro de 1997, lançou em 1999 um documento básico para orientar a formação dos profissionais na área de segurança do cidadão em todo o país. Esse documento estabelece um perfil ideal para esses profissionais, suas competências básicas, princípios pedagógicos e áreas de conhecimento. Ele serve como guia para o desenvolvimento do currículo, incluindo disciplinas e temas centrais. O currículo básico é composto por seis áreas de estudo: missão policial, técnica policial, cultura jurídica, saúde do policial, eficácia pessoal e linguagem e informação. Essas áreas são orientadas por seis temáticas centrais: cultura, sociedade, ética, cidadania, direitos humanos e controle de drogas. Esses eixos têm como objetivo principal guiar o processo de formação profissional, fornecendo a base para definir as áreas temáticas. Em 2005, o documento foi revisado pela primeira vez, incluindo diretrizes pedagógicas para a formação dos profissionais de segurança pública, além da criação de uma malha curricular nacional.

Vale salientar que a aderência a um modelo de policiamento considerado moderno e adequado à democracia, em São Paulo e no Brasil, não ocorreu de forma imediata. Trata-se de um processo de superação que esbarra na permanência de conhecimentos, técnicas e hábitos que ainda estariam refletindo as doutrinas e mentalidades herdadas do passado autoritário (Muniz, 2001. p. 178). Esta barreira está também vinculada ao processo formativo e a um legado cultural institucional das polícias militares que possuem ainda um modelo de organização profissional com técnicas tradicionais de adestramento militar. Por mais que tenha havido modificações significativas em relação à instrução e formação durante todo o percurso histórico do policiamento, os períodos da Primeira República e da Ditadura Militar definiram o caráter das ideologias orientadoras do policiamento militar atual. A conservação de um modelo militarizado e das estruturas organizacionais do policiamento, mesmo após a CF/88, permitiram a preservação da estratégia clássica e militarizada de policiamento (Sinhoretto, 2010).

Após a CF/88, em relação à formação, há uma maior preocupação com os assuntos policiais, ainda assim, são mantidos os modelos tradicionais pedagógicos associados ao militarismo, em outras palavras, adestramento e condicionamento voltados para a constituição de uma força de combate (Muniz, 2001). O policial não é concebido como um servidor público, mas é um agente à serviço do Estado, integrante de uma corporação fechada (Guerra, 2016).

Um exemplo de trabalho empírico que demonstra a permanência da ênfase militarizada na formação de policiais militares é o de França e Silva (2022). Os autores constataram que nas escolas militares da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) a iniciação

policial militar é fortemente influenciada por um currículo misto com aulas formais e que emulam a pedagogia militar do Exército (p. 487). Nestes laboratórios, são formadas as novas identidades morais dos agentes através de um processo de iniciação militar marcada por ritos e símbolos de caserna que são desempenhados e naturalizados pelos alunos em um ambiente pedagógico. Esse processo cria nos novos recrutas um conflito identitário permanente entre duas distintas visões de mundo – o da caserna que cultua os valores tradicionais da instituição militar e o da rua – ao mesmo tempo que contempla os valores universais do indivíduo moderno e seus atributos de igualdade e liberdade (p. 486). Produz-se assim, um *ethos* guerreiro associado a um *habitus* militar como parte da profissão que mais tarde produzirão efeitos no policiamento ostensivo cotidiano. Trata-se de um processo de socialização militar marcado pelo sofrimento físico e de uma cultura de formação que modela corpos e identidades na construção da imagem do que deve ser um policial militar, assim como de seu grupo de pertencimento.

Para Kant de Lima, essa abordagem dentro das academias de formação policial reforçam uma ideologia repressiva e punitiva, reduzindo a capacidade reflexiva dos policiais em situações complexas. De acordo com o autor, o *ethos* militar influencia negativamente a polícias militares no sentido de; a) prejudicar as relações com outras instituições da sociedade; b) submete os oficiais das PMs aos da Forças Armadas, porque, embora as nomenclaturas sejam semelhantes às do Exército, a carreira dos oficiais das PMs se limita ao posto de Coronel, sem alcançar o posto de General; c) impõe obediência pela hierarquia militar estrita e nega a autonomia – situação que seria adequada em cenários de guerra, mas problemática na atuação policial; d) reduz a capacidade de decisão nas funções profissionais do policial; e) influencia a avaliação da conduta policial, que deveria focar na eficácia da mediação de conflitos e no sucesso das negociações, em vez de se basear exclusivamente no cumprimento de ordens superiores (p. 107-108). O autor ainda argumenta que:

Ora, este *ethos* repressivo e esta organização em segmentos excludentes da polícia têm sido reforçados, no Brasil, seja pelos valores de nossa cultura judiciária, seja pelo *ethos* militar que tem definido a atuação das polícias militares, tradicionalmente organizadas como exércitos, tanto antes de 1964, quanto depois desta data (Kant de Lima, 2003, p. 107).

Estudos como de Pinheiro (1991), Caldeira (2000), Muniz (2001) e Guerra (2016) nos permitem entender que prevaleceu nas polícias militares uma lógica voltada para a segurança interna e de defesa do Estado nacional, apesar da instituição passar a prestar serviço civil à população. Por conta disso, há um descompasso entre os objetivos do policiamento, consequências da manutenção dessa identidade subalterna (Kant de Lima, 2003, p. 105) que



se produz e reproduz nos processos de socialização informais e formais<sup>77</sup>, o que permite a ambiguidade entre os valores democráticos que são contraditórias as práticas de manutenção da ordem em uma sociedade desigual. Como argumenta o autor (2003 p. 98), a formação policial no Brasil ainda é marcada por uma concepção autoritária do emprego da polícia, e que os próprios policiais não são contrários aos valores culturais de uma sociedade fortemente preconceituosa e hierarquizada.

A história da PMESP demonstra que durante a Ditadura Militar as polícias militares se tornaram uma força auxiliar do exército, e a instrução foi reforçada pelas lógicas militares<sup>78</sup>. A formação variava conforme as diretrizes de cada estado, mas geralmente incluía disciplinas sobre doutrina, hierarquia, abordagem, armamento e defesa pessoal. Muitos estados tinham academias de polícia militar que ofereciam cursos sobre legislação, ordem pública, táticas de policiamento, direitos humanos (em menor escala) e práticas de segurança. A influência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) levava os policiais a atuar de forma repressiva contra movimentos sociais e ativistas políticos, visando manter a "ordem" conforme determinado pelo regime militar. Essa formação moldou a base da Polícia Militar atual.

Os legados da DSN mobilizou, direcionou e constituiu a missão do policiamento deixando suas marcas na instrução e ensino de policiais militares, comprometendo a formação de novos agentes durante décadas. Por mais que a DSN fosse substituída nos currículos de formação, ela ainda se faz presente no policiamento e é conformadora da identidade policial (Muniz, 2001). A autora ainda salienta que as reformas não superaram a doutrina militar dentro da corporação, ela passa a coexistir com uma formação policial voltada para as ciências jurídicas, o bacharelismo, em que se destacam uma perspectiva criminal do direito e da gramática da linguagem penal. De acordo com a autora, o ensino do direito penal na PM se tornou tradição dentro do policiamento, sendo que as disciplinas jurídicas ocupam parte expressiva da formação policial. Nesse processo, há um reforço de uma visão criminalizante da ordem pública, um imaginário excessivamente penal, revestido de uma aparência legalista que tende a produzir e multiplicar os fatores criminógenos através de métodos como da suspeição, como veremos na seção V desta tese. A questão criminal é orientadora do planejamento e a elaboração do trabalho da polícia como também das metas relativas a

---

<sup>77</sup> Por mais que Kant de Lima mencione em seu texto somente os processos informais, considero que os processos formais, de diferentes polícias militares no Brasil, reproduzem as contradições entre os valores democráticos e autocráticos.

<sup>78</sup> Esse processo já havia ocorrido antes, durante a Era Vargas, onde as tensões entre o governo central e estaduais acentuaram o caráter militar das organizações policiais, no qual as polícias militares se tornaram uma força auxiliar do exército à disposição dos governadores.

resultados e, portanto, tem grande influência na formação policial. Ainda assim, quando realizou seu estudo, Muniz compreendeu que havia um consenso, dentro e fora das polícias, de que os processos de formação e instrução estavam defasados e inadequados. Por conta disso, oficiais buscaram suprir as carências profissionais com a consolidação de uma estrutura de ensino própria e unificada.

De acordo com recente estudo de Poncioni (2021), na Academia de Polícia, o processo formal de socialização profissional geralmente envolve a seleção de temas teóricos e práticos específicos, bem como eventos relevantes. Ele prepara os novos profissionais para as tarefas típicas do cargo e fornece diretrizes comportamentais para diversas situações no ambiente de trabalho. Esse processo enfatiza o conhecimento abstrato sobre a realidade policial, focando mais em diretrizes normativas do que em instruções específicas para ação. Os currículos dos cursos de formação profissional geralmente consistem em disciplinas com conteúdos específicos, organizadas dentro de um período definido. Eles moldam a identidade profissional do policial e refletem intenções específicas no processo de ensino e aprendizagem. Esses currículos são campos de disputa onde diferentes atores competem para influenciar a direção da formação profissional, dentro de um contexto histórico, social e cultural. O treinamento formal na academia prioriza os aspectos técnicos do trabalho policial, com poucos palestrantes externos convidados. É considerado um rito de passagem com foco instrumental, mas também oferece aos recrutas a oportunidade de absorver a tradição do departamento.

De forma similar ao que foi abordado pela literatura sobre formação policial, esta pesquisa verificou, através de relatos colhidos durante as entrevistas com praças e oficiais da PMESP, que a formação atual é considerada técnica, moderna e científica. A intenção é oferecer uma base para a constituição de uma visão de “mundo profissional” para a instrução do/as praças e oficiais da PMESP, o que os tornariam especialistas e profissionais com saberes exclusivos em Segurança Pública.

Em São Paulo, as modificações no processo de formação de novos membros são decorrentes de críticas da população e de segmentos organizacionais que mencionam o despreparo e baixa qualificação profissional como motivadores para o uso abusivo da força e da letalidade cometidas pela PM. Os eventos como o Massacre do Carandiru e a Chacina da Favela Naval, previamente discutidos neste estudo, juntamente com a criação de grupos de extermínio e a elevada taxa de letalidade policial, têm sido catalisadores para a PMESP implementar mudanças na formação de seus agentes, principalmente em relação ao procedimento em abordagens, pois como descrito por Schlittler (2020), tais situações exigiram reformas que abrangeram o modelo de seleção de policiais, construção de protocolos de atuação

e o controle de atividade policial. Durante as entrevistas, um interlocutor fala sobre esse processo:

**Cb. I:** Sim, sim. Veja, quando eu entro na escola e 1999, a Polícia Militar passava por uma ressignificação, por conta do advento do caso do Rambo, do policial Rambo, que tinha o vulgo Rambo, esse apelido, Rambo, que aconteceu aquela problemática na Favela Naval em São Bernardo, e aí houve toda uma mudança. Lembro que nós fomos considerados uma... uma turma piloto, uma escola piloto dentro do Centro de Formação de Soldados na época, porque hoje é Escola Superior de Soldados. Então, eu mesmo cheguei a contar, nós tínhamos cerca de... junto com o policiamento específico, o curso específico, porque foram nove meses, quase dez básicos, e depois nós fomos fazer o específico numa unidade mais operacional, mas tínhamos aulas e aos fins de semana, feriados trabalhavam no estágio operacional, foram ali mais quatro, quase cinco meses, foi um período longo, então, se eu não me engano, eu cheguei contar na disciplina quase 60 matérias, quase 60 disciplinas, assim.

Nota-se que após episódios de abuso de força e repressão excessiva cometidos por policiais, é comum que disciplinas anteriormente abolidas ou novas sejam (re)introduzidas nos cursos de formação. Isso ocorreu, por exemplo, em 2013, durante as manifestações que resultaram em um elevado número de vítimas feridas por balas de borracha e gás lacrimogêneo, levando novamente à revisão da formação policial no sentido de capacitar as forças policiais no controle de manifestações (Sinhoretto *et al.*, 2021). Mais recentemente, em 2020, após casos de violência policial em São Paulo, o governador João Doria anunciou o programa Retreinar, que teve como objetivo reforçar a capacitação dos policiais militares do estado. O treinamento previsto foi direcionado as todas as hierarquias da corporação, iniciando pelo alto comando e se estendendo até os soldados enfocando disciplinas como direitos humanos, gestão e polícia comunitária e na prevenção de comportamentos abusivos<sup>79</sup>.

Assim como aponta Kant de Lima (2003, p. 97), a diferença entre policiais e transgressores deve estar no treinamento profissional fornecido pelo Estado, e não no poder de fogo. Em um contexto de treinamento adequado, abordagens que coloquem a polícia no mesmo nível dos transgressores seriam injustificáveis, além de que, a visão de que a polícia deve ser heroica e enfrentar transgressores diretamente ignora o papel do Estado em proteger a população como um todo, incluindo policiais, transgressores e transeuntes.

Como mencionado anteriormente, a admissão na Polícia Militar de São Paulo ocorre por meio de dois sistemas: o concurso para o Curso de Formação de Oficiais da PMESP e o concurso para ingresso no Quadro de Praças Policiais Militares. Esse processo é compatível a tradição militar brasileira, que, como bem aponta Kant de Lima (2003, p. 108), é marcada por um sistema de múltiplas entradas na carreira, que separa oficiais e subalternos, criando uma

<sup>79</sup> Para mais informações acessar: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/apos-atos-de-violencia-pm-de-sao-paulo-passara-por-novo-treinamento> [Descarregado no dia 22/01/2025].

divisão interna entre grupos considerados “superiores” e “inferiores”. Essa segmentação reforça uma hierarquia rígida, que muitas vezes encontra justificativa em uma visão elitista sobre a sociedade brasileira. Tal visão atribui a suposta “indigência cultural” do povo a uma vocação natural para a miséria e a barbárie, ignorando que essa realidade é, na verdade, consequência da falta de acesso universal à educação e aos bens culturais. Além disso, a hierarquia tanto militar quanto civil no Brasil é excludente e estruturada em formato piramidal, impedindo a mobilidade entre os diferentes segmentos da corporação. Enquanto as camadas superiores, como oficiais e delegados, assumem posições de comando e gestão, as tarefas operacionais e, muitas vezes, as mais difíceis, são delegadas às camadas inferiores. Essa organização reforça a separação entre os níveis da corporação, mantendo as funções mais árduas distantes das esferas superiores e perpetuando um sistema de desigualdade interna (p. 106-107).

Por mais que o processo de seleção se tornou mais rigoroso, exigindo ensino médio completo para os/as candidatos/as que desejam ser tonar praças e vestibular para ingressar no ensino superior para aqueles/as que buscam ser oficiais, a formação policial convive com a disputa entre avanços progressista, no sentido de aproximar o policiamento aos valores democráticos, e retrocessos conservadores, que remetem às práticas dos regimes anteriores.

Por outro lado, nos altos escalões, o reconhecimento do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi recorrentemente acionado pelos oficiais da PMESP entrevistados para demonstrar sua relevância científica e acadêmica, sobretudo em relação a outros profissionais externos a corporação que reivindicam o reconhecimento de especialistas no trabalho sobre polícia. Assim, a promoção de um ensino com uma grade curricular comum de doutrinas, conhecimento e práticas, isto é, um sistema profissional de ensino policial integrado e vinculado diretamente às agências policiais, é considerado, pelos operadores da PMESP, um exemplo de abordagem transversal e interdisciplinar na formação em Segurança Pública, pois abrange os temas cruciais como Direitos Humanos, etnia, gênero e orientação sexual. Contudo, como veremos no próximo subtítulo, em que são apresentados os atuais aspectos de formação de oficiais e praças da PMESP, tais tópicos possuem pouca carga horaria e destaque na educação de praças e oficiais.

### 3.2.1. A formação de praças da PMESP

O curso para praças é realizado na Escola de Formação de Soldados em Pirituba, localizada na Zona Cardeal da cidade de São Paulo. Trata-se de um curso superior técnico<sup>80</sup>, com duração de um ano, ministrado em período integral. Para ingressar no curso, o/a candidato/a deve ser brasileiro; estar quite com as obrigações militares; ter entre 18 e 30 anos; ter estatura mínima de 1,55 metros, para mulheres, e de 1,60 metros, para homens; não registrar antecedentes criminais; ter concluído o ensino médio ou equivalente; possuir boa saúde, higidez física, mental e perfil psicológico compatível com o cargo; ser habilitado para condução de veículo entre as categorias “B” e “E”<sup>81</sup>.

A formação é direcionada à manutenção da ordem pública e ao atendimento de ocorrências criminais e não criminais, como também visa estabelecer uma relação comunitária com o público em geral. O/a praça formado é designado para a função operacional de polícia, ou seja, aquele que presta diretamente os serviços de segurança pública nas ruas paulistas. Ele é integrado em algum dos Programas de Policiamento, como Radiopatrulha – Atendimento “190”, Policiamento Escolar, Policiamento com Motocicletas (ROCAM)<sup>82</sup> –, Policiamento de Trânsito, Força Tática, Policiamento Comunitário, entre outras modalidades.

Esse modelo de formação permite a progressão na carreira, por promoção, tempo de serviço (antiguidade) ou concurso interno. O ingressante que inicia sua carreira como Soldado de 2º classe, após o término do curso, passa pelo estágio probatório e é elevado para Soldado de 1º classe. Já a promoção a Cabo pode ocorrer através de concurso, merecimento, antiguidade ou bravura. Os soldados que optam pela progressão de carreira automática são promovidos somente após 10 anos de serviço. Os concursos internos possibilitam uma ascensão mais rápida para os soldados, porém eles devem cumprir um ano de serviço e aguardar a abertura de vagas. Há concursos que permitem a progressão direta para 3º Sargento, entretanto, exigem o cumprimento de 5 anos de serviços como Soldado ou Cabo, e aprovação no Curso de Formação

---

<sup>80</sup> Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública.

<sup>81</sup> Ainda, praças engajados nas Forças Armadas devem apresentar autorização por escrito de seus respectivos comandos para prestarem o concurso. Se o candidato for servidor público não pode ter respondido a processos administrativos, cujo fundamento possa incompatibilizá-lo com a função de policial militar. É permitido o uso de tatuagem, desde que sua simbologia não seja conflitante com os valores policiais-militares e não faça alusão a condutas ilícitas; Para mais informações acessar: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/concurso/carreiras/quadro-de-praca>.

<sup>82</sup> O programa de policiamento ROCAM foi implementado em abril de 2005 em todos os batalhões da Polícia Militar de São Paulo. Originado em 1982 no 1º Batalhão de Polícia de Choque (ROTA), inicialmente visava áreas comerciais e bancárias. Em 1986, transferido para o 2º Batalhão de Polícia de Choque, ampliou sua atuação para controle de distúrbios civis e eventos culturais. Inspirado na ROCAM do Batalhão de Choque, o policiamento ROCA/RPM foi estendido a todos os batalhões da PM em 2005 (FBSP). Para mais informações acessar: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> [Descarregado no dia 28/12/2023].

de Sargentos; do contrário, por antiguidade, é necessário cumprir 20 anos de serviço, dez deles como Cabo. As patentes de Segundo Sargento, Primeiro Sargento e Subtenente seguem os parâmetros de antiguidade e merecimento<sup>83</sup>.

A progressão por ato de bravura, são raras, premiam os atos de coragem, sobretudo quanto estão relacionadas às ocorrências de grande importância para o Estado, ou seja, aquelas que ultrapassem os limites normais do cumprimento do dever, bem como praticar atos úteis ou indispensáveis às operações militares, que sirvam de exemplos para os demais integrantes da Corporação<sup>84</sup>. O soldado que desejar seguir a carreira de oficial, pode optar pelo concurso público de acesso público civil destinado ao curso superior para formação de oficiais ou, após cumprir 15 anos de serviço, prestar um concurso interno, ao ser aprovado, está habilitado para exercer o cargo de Segundo Tenente. Não é possível acessar o oficialato pela antiguidade ou merecimento.

É interessante observar que a formação e ensino de policiais praças possui similaridades com modelos de formação anteriores, por exemplo, os critérios de seleção, em vista que em 1986 os candidatos deveriam ter entre 18 a 40 anos, idoneidade comprovada, condições físicas aptas para exercer a função. Além disso, sublinha-se a ênfase na instrução militar, ainda presente nos bancos escolares do policiamento atual. Em 1896 foi criada a primeira Escola de Recrutas, com a intenção de aplicar uma formação homogênea e instruir praças para o serviço militar. O treinamento para o manuseio de armas de infantaria foi adotado com a criação da Companhia Escola em 1910 (Fernandes, 1974). Ainda, no período da Nova República, em 1906, a formação de policiais foi concedida a Missão Francesa, o que proporcionou o fortalecimento da instrução militar que já era presente desde os tempos coloniais. Neste período, a estrutura da Força Pública era militar, possuía funções nitidamente militares e prevalecia o zelo pela hierarquia, disciplina, armamento e uniforme.

Ainda assim, a militarização excessiva da polícia foi muito criticada no período, o que levou em 1907 a implementação de uma formação direcionada ao policiamento em que se abordaram deveres e obrigações com a sociedade, direcionados primeiramente à Guarda Cívica, que mais tarde, em 1924, seria incorporada à Força Pública. Na época, o Curso de Recrutas focava no ensino militar marcado por uma forte educação moral, enquanto a Escola

---

<sup>83</sup> Graduação de Soldado – militar com menos de 10 anos de carreira; Cabo – militar com 10 e menos de 20 anos; Graduação de 3º Sargento – militar com 20 e menos de 30 anos; 2º Sargento – militar com 30 ou mais anos de carreira. Para mais informações acessar: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2013/lei.complementar-1224-13.12.2013.html>. [Descarregado no dia 28/02/2023].

<sup>84</sup> Para mais informações acessar: <https://jurispm.com.br/promocao-de-militares/promocao-de-policial-militar-carreira/>. [Descarregado no dia 28/04/2023].

de Soldados desenvolvia um ensino de caráter considerado mais científico voltado para o policiamento (Fernandes, 1974).

Geralmente, a PMESP abre concursos para contratação de um número considerável de soldados (em 2022 foram 2.700 e em 2023 foram mais de 8 mil). Esse número é elevado para a capacidade da Escola Superior de Soldados de Pirituba e por esse motivo, outras repartições servem como unidades de ensino (Sinhoretto *et al.*, 2021). A estrutura curricular do curso de formação é composta por ensinamentos práticos, teóricos e treinamento de campo. O curso é subdividido em oito áreas: Humanas, Biológicas, Institucional, Jurídicas, Policiais, Técnicas Policiais, Bombeiros e Técnicas de Bombeiros.

Tabela 3: Distribuição de horas aula por áreas de ensino para a formação de praças da PMESP

| Áreas de Ensino       | Horas aulas | Porcentagem |
|-----------------------|-------------|-------------|
| Técnicas Policiais    | 488         | 34%         |
| Jurídicas             | 344         | 24%         |
| Institucionais        | 194         | 13%         |
| Biológicas            | 182         | 13%         |
| Policiais             | 136         | 9%          |
| Humanas               | 64          | 4%          |
| Técnicas de Bombeiros | 48          | 3%          |
| Bombeiros             | 0           | 0%          |
| Total                 | 1456        | 100%        |

Fonte: Requerimento de informação 806/2020.

Como podemos ver na tabela acima, a área de Técnicas Policiais, Jurídicas e institucionais correspondem a 71% do curso. A disciplina que possui maior carga horária do campo das Técnicas Policiais é a de Metodologias de Ensino de Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi<sup>85</sup>, com 13% em relação ao total de horas do processo de formação, seguida pelos Procedimentos Operacionais Padrão e Defesa Pessoal com 12%, e Defesa Pessoal com 6%. A segunda área de maior carga horária são as Jurídicas, em que se destaca a

<sup>85</sup> O Método Giraldi de Tiro Defensivo na Preservação da Vida é uma abordagem policial baseada na necessidade e conveniência do uso de armas de fogo durante ações policiais. Segundo a Polícia Militar, não é apenas uma instrução de tiro, mas uma doutrina que visa proteger a sociedade e o policial, priorizando a resolução pacífica de conflitos. Criado em 1997 e utilizado desde 2002 pela PM de São Paulo, o método é oferecido a policiais de diversos estados em parceria com a SENASP e o CICV. Desenvolvido pelo Coronel Nilson Giraldi, enfatiza treinamentos práticos para condicionar o policial a reagir de forma racional em situações tensas, visando evitar tiroteios. O treinamento ocorre em seis etapas e é baseado em entrevistas com policiais, análise de ocorrências e assessoramento de profissionais da área médica e psicológica (FBSP). Para mais informações acessar: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> [Descarregado no dia 28/12/2023].

Disciplina de Direito Penal<sup>86</sup>, com 11%. Educação Física, com 11%, é a única matéria com longa extensão que se encontra em outras subáreas, no caso, Biológicas.

Quadro 2: Distribuição de horas aula por disciplina conforme a área de ensino para a formação de praças da PMESP

| Técnicas Policiais                                                               |             | Jurídicas                            |             | Institucionais                         |             |
|----------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------------------------------|-------------|----------------------------------------|-------------|
| Áreas de Ensino                                                                  | Horas aulas | Áreas de Ensino                      | Horas aulas | Áreas de Ensino                        | Horas aulas |
| Metodologias de Ensino de Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi | 192         | Direito Penal                        | 130         | Escrituração Profissional              | 56          |
| Procedimentos Operacionais Padrão                                                | 176         | Direitos Humanos e Ações Afirmativas | 48          | Legislação Policial Militar            | 32          |
| Defesa Pessoal                                                                   | 88          | Direito de Trânsito                  | 44          | Tecnologia da Informação e Comunicação | 32          |
| Menor Potencial Ofensivo                                                         | 16          | Direito Penal Militar                | 32          | Comandos e Exercícios de Ordem Unida   | 24          |
| Polícia de Choque                                                                | 16          | Direito Processual Penal             | 30          | Comunicação Social                     | 18          |
|                                                                                  |             | Direito Disciplinar Militar          | 24          | História da PMESP                      | 16          |
|                                                                                  |             | Direito Civil                        | 12          | Inteligência Policial                  | 16          |
|                                                                                  |             | Direito Constitucional               | 12          |                                        |             |
|                                                                                  |             | Direito Administrativo               | 12          |                                        |             |
| Total                                                                            | 488         | Total                                | 344         | Total                                  | 194         |
| Policiais                                                                        |             | Humanas                              |             | Biológicas                             |             |
| Áreas de Ensino                                                                  | Horas aulas | Áreas de Ensino                      | Horas aulas | Áreas de Ensino                        | Horas aulas |
| Direção Policial Preventiva de Viaturas                                          | 48          | Criminologia                         | 16          | Educação Física                        | 166         |
| Doutrina de Gerenciamento de Crise                                               | 16          | Comunicação e Expressão              | 32          | Medicina Legal                         | 16          |
| Doutrina de Polícia Comunitária                                                  | 16          | Psicologia                           | 16          |                                        |             |
| Doutrina de Polícia Ostensiva                                                    | 32          |                                      |             |                                        |             |
| Prevenção Mediação e Resolução de Conflitos                                      | 24          |                                      |             |                                        |             |
| Total                                                                            | 136         | Total                                | 64          | Total                                  | 182         |

Fonte: Requerimento de informação 806/2020.

<sup>86</sup> A área de bombeiros conta com o curso de Sistema de comando de operações de emergência com 16 horas. A técnica de Bombeiros tem as disciplinas de Incêndio, produtos perigosos, Resgate, Salvamento Aquático, Salvamento em Altura e Salvamento terrestre.



As disciplinas de Metodologias de Ensino de Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi, Procedimentos Operacionais Padrão, Defesa Pessoal, Direito Penal e Educação Física corresponde a 51% do curso, o que nos permite entender que a formação de praças é voltada para o adestramento e doutrinação militar como também visa o controle das ações individuais. Trata-se de perspectivas instrumentais de formação, voltadas principalmente para a aprendizagem dos métodos e técnicas policiais (Muniz, 2001). Desde a criação do Sistema de Supervisão e Padronização (SISUPA), criaram-se instrumentos de supervisão de procedimentos para regular a ação policial. Esse é o caso do POP, que descreve como deve ser a conduta do policial e o orienta no exercício do poder discricionário, além de servir de avaliação da atuação, porém não obriga o policial a agir de determinada forma (Schlittler, 2020). Além disso, a ênfase no desenvolvimento do condicionamento físico e o treinamento do método Giraldi de tiro defensivo visam uma melhor eficiência do trabalho, proteção do policial e o controle da letalidade policial, através do treino do policial para as situações nas quais ele poderá ter que utilizar a arma. Não obstante, como demonstra a autora, criaram-se expectativas de que estes mecanismos normativos possibilitassem uma minimização de abusos e fizessem do policial um aplicador da lei. Entretanto, Schlittler descreve que o policial considera tais controles restrições profissionais que tornam mais difícil a realização do policiamento. Assim, os policiais conhecem os procedimentos, mas utilizam as normas do POP a favor da discricionariedade, ao contrário das expectativas de reduzi-la.

Antes de 1960, a autora destaca que a discricionariedade era considerada parte integrante do conhecimento profissional. No entanto, após esse período, passou a ser interpretada como uma autoridade pessoal e subjetiva. A discricionariedade do policial começou a ser valorizada e orientada por um nível elevado de educação e treinamento, deixando de ser vista como uma transgressão ao modelo profissional no Brasil. Assim, os policiais são influenciados por diversas normas éticas e tradições, que são moldadas por sistemas de regras, teorias e práticas embasadas em valores que podem ser complementares, contraditórios ou até mesmo opostos aos princípios institucionalizados em protocolos.

Todo esse complexo processo de formação policial revela um paradoxo intrigante: ao mesmo tempo em que a instituição procura uniformizar condutas através de procedimentos padronizados e punir desvios, também valoriza a qualidade individual de cada agente. Portanto, um bom policial não só segue os protocolos estabelecidos, mas também demonstra discernimento ao tomar decisões que possam ser consideradas benéficas, mesmo que não estejam claramente definidas nos procedimentos operacionais. De acordo com Gomes (2018), as polícias exercem um biopoder de forma normalizadora e repressora, controlando os corpos

por meio da vestimenta, expressão corporal e linguística. As corporações são rígidas e desumanizadoras, punindo qualquer desvio do regulamento, incluindo a discriminação racial. No mesmo sentido, Sansone (2002) argumenta que os valores militares de respeito à ordem e hierarquia contribuem para o isolamento da instituição e para a promoção do silêncio, capacitando-a a operar sem interferências externas, desta forma, a carreira militar exige um alto preço: uma personalidade autoritária, celebração do machismo, e uma severa distinção entre "nós" e "eles".

Como França e Lima (2022) apontam, as PMs reproduzem a organização social do Exército, conectando o microespaço (ordem no ato performático) ao macroespaço (estrutura militar sustentada pela ordem) (p. 502). Em um único ato, continuam os autores, expressam-se elementos-chave da estrutura militar: a relação mando-obediência, o sofrimento corporal nas formações e o sofrimento psíquico, necessário para aprender sobre a força e a honra por meio da humilhação. O corpo do cadete, por meio de rituais de rebaixamento de *status*, aprende a autossuperação e a se perceber como especial e distinto. Deste modo, durante a formação na PM, o/a praça é moldado para ser rígido, resistente e inclinado a se impor sobre os mais fracos, reforçando uma crença de invencibilidade (p. 500).

O ensino jurídico também compõe boa parte do quadro de disciplinas, pois permite uma perspectiva normativa-legal orientada para a valorização dos ensinamentos técnicos do campo do direito, sobretudo, o direito penal. Além disso, de acordo com a nova Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios<sup>87</sup>, especificamente o art. 39, define como requisito de escolaridade para ingresso na instituição militar, o bacharelado em Direito ou Ciências Policiais, isso quando as instituições militares não optem por oferecer aos novos integrantes um curso de formação equivalente à educação superior. Isso demonstra a predominância do saber jurídico, para os operadores da Segurança Pública, o que poderia aproximar às PMs ao um modelo mais profissional de polícia. Na PMESP, especificamente, a ênfase no saber jurídico é predominante nos cursos de formação de praças, como mencionado por alguns interlocutores:

**Sd. L.:** Sim, sim, é... primeiro porque abrange muita parte de direito né, então tem Direito Constitucional, Direito Administrativo, Código Processual Penal, Código Penal.

**Cb. J.:** Nós tivemos muitas matérias relacionadas ao direito, o direito penal, processual penal, direito administrativo. Acredito que o que você vai usar depende também da região em que trabalha. Periferia você não vai usar praticamente acho que nada de direito administrativo, por exemplo, ou empresarial para tentar dar uma

<sup>87</sup> Para mais informações acessar: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14751.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14751.htm) [Descarregado no dia 28/12/2024].

solução ali para as pessoas, um norte para elas, atitude que deve ser tomada a partir dali. Já no direito criminal é o tempo todo, então tem que ter um conhecimento legal do Código Penal, do procedimento, da persecução criminal. A gente não vai trabalhar com isso, isso é parte da Polícia Civil, mas essa persecução criminal é legal ter uma noção para poder direcionar a coleta de dados que a gente vai fazer ali também, e também a instrução para as pessoas para ver o que ela pode fazer, qual é o direito que ela tem ali no momento ou não. Então as matérias de direito eu achei relevante, mas eu acho que seria focar no direito penal e direito civil. Grifo nosso.

Como apontado por Kant de Lima (2003, p. 108), O *ethos* militar e a cultura judiciária influenciam negativamente a atividade policial, pois focam no combate ao inimigo e na punição dos transgressores, respectivamente. Essas posturas são inadequadas para o *ethos* policial, que deve se concentrar na administração imparcial dos conflitos na sociedade, aplicando as regras sem emitir juízos de valor desnecessários.

Outro ponto relevante da formação tem relação com o avanço tecnológico, pois há exigências para que agentes possuam e adquiram conhecimentos básicos para o manejo de tecnologias passaram a ser obrigatórios nas grades curriculares de formação, sendo indispensáveis para a realização do policiamento ostensivo. Há um reconhecimento da necessidade de os policiais terem habilidades em manusear ferramentas inteligentes. Para os policiais que atuam nas ruas, a instrução enfoca basicamente o manejo dos Terminais Móveis de Dados (TDM), *tablets* e celulares, e os aplicativos que serão mobilizados como o uso do RDO, o Infocrim, Fotocrim, GPS e na comunicação com o COPOM. Contudo, as disciplinas de Inteligência Policial e Tecnologia da Informação correspondem apenas a 3% de toda a carga horário do curso. Isso significa que os conhecimentos sobre o manejo de ferramentas inteligentes estão mais vinculados a saberes adquiridos antes da formação na instituição.

Por fim, em seu período de formação na Escola de Soldados, as disciplinas de Direitos Humanos e atendimento comunitário são uma tentativa de conscientizar o contingente policial sobre os problemas da desigualdade brasileira. A perspectiva humanista, voltada para a valorização da dimensão reflexiva do trabalho policial, ainda assim, é pouco mobilizada no curso de formação correspondendo apenas a 3% da carga horária. Tal discussão, sobre Direitos Humanos e segurança pública no Brasil, ganhou destaque durante o processo de redemocratização (1975-1985), culminando na sua consolidação como um dos fundamentos éticos e jurídicos na Constituição Federal de 1988 (Macedo *et. al.* 2024). A inclusão dos Direitos Humanos na formação dos profissionais de segurança pública ocorreu a partir da reformulação da Matriz Curricular Nacional entre 2005 e 2007, sendo oficializada em 2009.

Tanto a Matriz Curricular quanto o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, de 2014, enfatizam a necessidade de incorporar conceitos de democracia e Direitos Humanos nos currículos das academias militares e policiais (SENASP, 2014). No entanto, enquanto a

Matriz Curricular orienta sobre a inclusão transversal dos Direitos Humanos em todas as disciplinas, análises mostram que, na prática, essa abordagem pode não estar sendo efetivamente implementada, com a redução das horas-aula dedicadas ao tema. A falta de transparência institucional dificulta a obtenção de informações precisas sobre o tempo destinado aos Direitos Humanos nos cursos de formação de policiais. Há uma ampla variação na distribuição das horas-aula nos Cursos de Formação em Direitos Humanos nas distintas PMs do Brasil, com carga horária que varia de 18 a 60 horas-aula, sendo 30 horas-aula a mais comum. Ainda assim, a Matriz Curricular não estabelece diretrizes específicas sobre a carga horária da disciplina, deixando essa definição a cargo das Academias de Polícia.

Em geral, tanto a organização dos cursos quanto a ministração das disciplinas são realizadas predominantemente por policiais militares, o que levanta questões sobre a possibilidade de uma abordagem não militarizada do tema. Críticas mais comuns de pesquisadores<sup>88</sup> que se debruçam sobre o tema estão relacionadas à visão autoritária e militarizada do ensino de Direitos Humanos, que contrasta com os princípios de diálogo e reflexão crítica preconizados pela Matriz Curricular. Outras críticas destacam a falta de importância atribuída pela instituição ao tema e a desconexão entre a vivência prática dos policiais e a abordagem acadêmica dos Direitos Humanos. Essas lacunas empíricas podem representar um obstáculo para a compreensão da compatibilidade entre Direitos Humanos e eficiência policial.

### **3.2.2. A formação de oficiais da PMESP**

A vinda da Missão Francesa também modificou o processo de formação de oficiais, em 1906, quando foram estabelecidos cursos especiais para sua instrução intelectual. Com a criação do Curso de Instrução Geral, houve uma padronização da carreira de oficial em que se adotou um sistema de ensino, inclusive para praças que desejavam subir na carreira. Os cursos tiveram um tipo de instrução acadêmico-científica e alguns deles tinham o objetivo de aperfeiçoar os conhecimentos profissionais, como também desenvolver a capacidade de comando dos oficiais (Fernandes, 1974, p. 179). A Missão Francesa incentivou no policiamento a composição de critérios racionais e requisitos intelectuais para seleção de

---

<sup>88</sup> Este assunto está sendo brevemente abordado devido à sua complexidade. Tive o privilégio de contribuir com um artigo em parceria com Henrique Macedo, Isabela Araújo e Bruna Cinquini, recentemente publicado em um relatório da Organização Não Governamental (ONG) Vladimir Herzog. O artigo, intitulado "Os Direitos Humanos e a Ausência das Recomendações da Comissão Nacional da Verdade na Formação Policial". Quando me refiro às críticas, me apoio na seguinte literatura: Borges (2011); Brito (2005); Couto (2017); Donato (2014); Ferrari (2014); Garcia (2013); Leite (2018); Luiz (2003), Queiroz (2015) e Santos (2015).

oficiais, e assim, a especialização profissional passou a ser uma exigência inerente às promoções ao oficialato.

Por um tempo, o oficialato foi restrito apenas aos praças da instituição, contudo, devido ao seu caráter elitista, existente desde o período colonial, a Força Pública desenvolveu um modelo de seleção pautado na educação formal que privilegiava as classes médias. Apesar da carreira de oficialato ser aberta à população civil, a polícia deixou de financiar a instrução dos praças e aderiu ao sistema competitivo que premiava os esforços individuais em uma sociedade marcada pela desigualdade:

A solução deste problema tem implicações sociais importantes. Se o curso permanecesse restrito apenas ao pessoal da própria instituição, a Força Pública seria, além de “fechada”, popularizada, desde que apenas os indivíduos das camadas mais baixas da estrutura social se predispõem a galgar uma carreira que tem seu início no posto inferior da hierarquia militar. Em termos de estratificação social, estaria aberta a estas camadas sociais uma opção de carreira que, a curto e/ou médio prazo, significaria uma ascensão social individual como relação à situação de origem. Por outro lado, esta restrição dificultaria o interesse das camadas médias da população por esta carreira que, ao menos inicialmente, significa uma real descensão social do indivíduo com relação a sua origem (Fernandes, 1974. p. 180).

Esse modelo de profissionalização do oficialato, retratado por Fernandes (1974), é configurado como um sistema de privilégios direcionados a uma minoria que tem acesso a uma educação de excelência. Tal arquétipo ainda permanece na estrutura da PMESP, no processo de seleção, formação e na composição do oficialato. Ou seja, um ofício destinado a poucos, por conta do processo incompatível com a realidade social e educacional brasileira, já que, por mais que a educação esteja mais democratizada, ainda há disparidades em relação à qualidade do ensino no país. Desta forma, o oficialato se torna uma função de prestígio e poder restrita a poucos, destinada a uma classe social abastada e composta por homens brancos, e que reproduzem históricas desigualdades de classe, raça e gênero, sobretudo quando comparados os quadros de oficiais e praças. Inclusive, tais distinções foram observadas na composição dos interlocutores desta pesquisa.

Para o ingresso na carreira como oficial da PMESP, o candidato deve ser brasileiro, ter no máximo 26 anos (completados até 31 de dezembro); altura mínima de 1,66m (homem) e 1,60m (mulher); ser solteiro; ter concluído o ensino médio (2º grau), além de não registrar antecedentes criminais. Os homens devem, ainda, ter cumprido com as obrigações militares<sup>89</sup>. O processo seletivo é realizado através de vestibular aplicado pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp). Trata-se de uma academia de ensino superior que

89

Para mais informações acessar: <https://www.ssp.sp.gov.br/fale/institucional/answers.aspx?t=5#:~:text=O%20candidato%20deve%20ser%20brasileiro,comandos%20para%20prestarem%20o%20curso>. [Descarregado no dia 28/12/2023].

oferece o curso, reconhecido pelo MEC, de bacharel em Ciências Policiais de Segurança e Ordem pública. Além disso, a Academia De Polícia Militar do Barro Branco oferece cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. De acordo com a ementa curricular, o curso de bacharelado tem duração de três anos, dividido em seis ciclos semestrais<sup>90</sup>. A formação é teórica e prática com a intenção de tornar o profissional capaz de ocupar um posto de comando, realizar análises e administração de processos. O “líder policial-militar” deve adquirir a habilidade de inspirar, motivar, capacitar e conduzir seus subordinados a uma missão. O curso é subdividido em Matérias Curriculares, Atividades de Treinamento de Campo e Atividades Complementares de Ensino. As áreas de ensino são Institucionais, Humanas, Administrativas, Jurídicas, Policiais, Técnicas Policiais, Exatas, Bombeiros e Técnicas de Bombeiros.

Tabela 4: Distribuição de horas aula por áreas de ensino para a formação de oficiais da PMESP

| <b>Áreas de Ensino</b> | <b>Horas aulas</b> | <b>%</b>    |
|------------------------|--------------------|-------------|
| Jurídicas              | 1368               | 33%         |
| Institucionais         | 856                | 21%         |
| Técnicas Policiais     | 802                | 20%         |
| Policiais              | 486                | 12%         |
| Administrativas        | 234                | 6%          |
| Humanas                | 198                | 5%          |
| Técnicas de Bombeiros  | 72                 | 2%          |
| Bombeiros              | 36                 | 1%          |
| Exatas                 | 36                 | 1%          |
| <b>Total</b>           | <b>4088</b>        | <b>100%</b> |

Fonte: Currículo Bacharelado Em Ciências Policiais De Segurança E Ordem Pública Polícia Militar Do Estado De São Paulo Academia De Polícia Militar Do Barro Branco.

Como podemos observar na tabela, boa parte do curso é dedicado ao ensino jurídico (33%), concentrados principalmente na instrução do Direito Penal. As outras áreas que recebem bastante atenção são as Institucionais (21%), Técnicas Policiais (20%) e Policiais (12%). Da mesma forma que para praças, o destaque está no condicionamento físico e na maneabilidade de armamentos. Para os oficiais, o objetivo da formação é o de planejar o policiamento ostensivo, uma perspectiva administrativa dirigida para às questões relacionadas à gestão da organização e dos recursos policiais (Muniz, 2011 p. 190). Por esse motivo há uma ênfase em disciplinas como Comando e Exercícios de Ordem Unida, Procedimentos Operacionais Padrão, Doutrina de Polícia Ostensiva e Planejamento Operacional.

<sup>90</sup> Anteriormente a formação era de quatro anos, foi concentrada em três, depois de rearranjos na grade curricular nos anos recentes.

Quadro 3: Distribuição de horas aula por disciplina conforme a área de ensino para a formação de oficiais da PMESP

| Jurídicas                                            |             | Institucionais                                |             | Técnicas Policiais                                                               |             | Policiais                              |             |
|------------------------------------------------------|-------------|-----------------------------------------------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------|-------------|----------------------------------------|-------------|
| Disciplinas                                          | Horas aulas | Disciplinas                                   | Horas aulas | Disciplinas                                                                      | Horas aulas | Disciplinas                            | Horas aulas |
| Direito Ambiental (I e II)                           | 54          | Cerimonial Militar                            | 18          | Procedimentos em Ocorrências com Reféns e Pessoas com Propósitos Suicidas        | 18          | Armamento                              | 18          |
| Direito Civil (I e II)                               | 54          | Chefia e Liderança                            | 36          | Técnicas de Direção Policial Preventiva de Viatura                               | 36          | Balística Forense e Material           | 18          |
| Direito Constitucional (I e II)                      | 72          | Escrituração Profissional (I e II)            | 54          | Técnicas de Força Tática                                                         | 36          | Criminalística                         | 36          |
| Direito de Trânsito (I ao III)                       | 90          | Ética Profissional                            | 18          | Técnicas de Polícia de Choque                                                    | 36          | Criminologia                           | 36          |
| Legislação Policial Militar                          | 36          | História da PMESP                             | 36          | Técnicas de Menor Potencial Ofensivo (I e II)                                    | 90          | Doutrina de Gerenciamento de Crises    | 18          |
| Prática de Direito Processual Penal Militar          | 36          | Maneabilidade Básica (I e II)                 | 54          | Metodologias de Ensino de Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi | 18          | Doutrina de Polícia Comunitária        | 36          |
| Introdução ao Estudo de Direito                      | 36          | Maneabilidade Básica a Cavalo (I ao III)      | 108         | Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi (I - VI)                  | 216         | Doutrina de Polícia Ostensiva (I e II) | 54          |
| Direito Administrativo (I ao IV)                     | 126         | Comando e Exercícios de Ordem Unida (I ao VI) | 180         | Procedimentos Operacionais Padrão                                                | 352         | Estudos de Polícia Comparada           | 18          |
| Direito Administrativo Disciplinar Militar (I ao IV) | 144         | Educação Física (I ao VI)                     | 352         |                                                                                  |             | Gestão de Polícia Ostensiva            | 36          |
| Direito Penal (I ao V)                               | 180         |                                               |             |                                                                                  |             | Gestão de Policiamento em Eventos      | 36          |
| Direito Penal Militar (I ao III)                     | 108         |                                               |             |                                                                                  |             | Inteligência Policial                  | 72          |

|                                             |                    |                         |                    |                                              |     |
|---------------------------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|----------------------------------------------|-----|
| Direito Processual Penal (I ao III)         | 144                |                         |                    | Juventude e Segurança Pública                | 18  |
| Direito Processual Penal Militar (I ao III) | 108                |                         |                    | Medicina Legal                               | 36  |
| Legislação Especial Penal (I ao III)        | 108                |                         |                    | Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos | 18  |
| Direitos Humanos e Ações Afirmativas        | 72                 |                         |                    | Tecnologia da Informação e Comunicações      | 36  |
| Total                                       | 1368               | Total                   | 856                | Total                                        | 802 |
| <b>Administrativas</b>                      |                    |                         | <b>Humanas</b>     |                                              |     |
| <b>Disciplinas</b>                          | <b>Horas aulas</b> | <b>Disciplinas</b>      | <b>Horas aulas</b> |                                              |     |
| Administração de Projetos                   | 18                 | Ciência Política        | 18                 |                                              |     |
| Comunicação Social                          | 18                 | Comunicação e Expressão | 36                 |                                              |     |
| Gestão de Finanças Públicas                 | 36                 | Didática                | 36                 |                                              |     |
| Gestão de Logística                         | 18                 | Lógica                  | 18                 |                                              |     |
| Gestão de Pessoas (I e II)                  | 54                 | Metodologia Científica  | 18                 |                                              |     |
| Gestão pela Qualidade                       | 18                 | Psicologia Aplicada     | 36                 |                                              |     |
| Planejamento Operacional (I e II)           | 54                 | Sociologia              | 18                 |                                              |     |
| Teoria Geral da Administração               | 18                 | Teoria Geral do Estado  | 18                 |                                              |     |
| Total                                       | 234                | Total                   | 198                |                                              |     |

Fonte: Currículo Bacharelado Em Ciências Policiais De Segurança E Ordem Pública Polícia Militar Do Estado De São Paulo Academia De Polícia Militar Do Barro Branco.

Por conta dos avanços tecnológicos, há um foco na Inteligência Policial e na Tecnologia da Informação e Comunicações. Essas disciplinas visam preparar o aluno para lidar com as ferramentas de inteligência da Polícia Militar, mesmo que a carga horária destas matérias não seja tão grande se comparadas com outras áreas (Sinhoretto *et al.*, 2021). Elas estão relacionadas à perspectiva operacional, voltada para a eficiência, através da aprendizagem e adoção de ferramentas de análise estatísticas (Muniz, 2011). Os alunos oficiais são familiarizados com as ferramentas de gestão e com a produção de “mapas de calor” (*hot spots*), distribuição de viaturas e supervisão do efetivo. Durante a permanência na academia são realizados estágios, para que o aluno tenha contato com o planejamento e prática do policiamento ostensivo, capacitando o estudante de segundo e terceiro ano a fazer um planejamento global, a gestão de recursos humanos e logísticos (Sinhoretto *et al.*, 2021).



Anteriormente, as funções dos tenentes e capitães se limitavam ao gerenciamento de efetivos policiais, mas agora incluem a gestão de indicadores criminais e planejamento operacional, demandando um conhecimento técnico cada vez mais especializado. Muitos oficiais da PM agora realizam suas funções principalmente dentro dos batalhões, afastando-se do patrulhamento de rua. Lá, dispõem de uma variedade de dispositivos tecnológicos que facilitam a administração remota dos efetivos policiais. Isso inclui sistemas de georreferenciamento de ocorrências e geoposicionamento de viaturas, mapas interativos, sistemas de tabulação de dados e equipamentos para um planejamento eficiente das atividades policiais.

### **3.3. Polícia do papel vs. Polícia da rua: reflexões sobre a formação e prática policial**

Em São Paulo, as entrevistas nos permitiram compreender que apesar das dificuldades, os policiais reconhecem o valor das experiências durante a formação e preparação para o trabalho na rua. Apesar dos percalços enfrentados, os policiais reconhecem que a instrução formal é fundamental para lidar com situações adversas. Há um consenso sobre a importância do condicionamento físico e treinamento de tiro, entretanto, alguns policiais propõem uma abordagem mais focada em áreas críticas, como procedimentos operacionais e abordagem comunitária. Outros policiais expressam opiniões sobre o conteúdo do curso, sugerindo áreas que consideram relevantes ou desnecessárias, como direito penal e civil. Essas perspectivas refletem uma variedade de opiniões e visões sobre o conteúdo do curso de formação na Polícia Militar, destacando a complexidade de equilibrar as necessidades de treinamento técnico com uma compreensão abrangente das responsabilidades legais e sociais.

Os relatos colhidos oferecem uma visão ampla das experiências vividas pelos policiais durante sua formação e atuação. Inicialmente, destacam-se as adversidades enfrentadas, descritas como um ambiente desafiador, que testa tanto o físico quanto o psicológico dos alunos, onde os treinamentos são rigorosos e exigentes. As diferentes unidades de formação são mencionadas de formas distintas, por exemplo, enquanto a formação no Comando de Policiamento Rodoviário (CPRV) foi descrita, pelo Cabo J., como um "inferno na terra", devido à intensidade dos treinamentos, a experiência na Escola de Formação de Soldados de Sorocaba foi considerada mais tranquila, com foco na apresentação corporal impecável e no respeito ao cidadão.

Em um segundo momento, as entrevistas destacam a evolução contínua da polícia, com diferentes perspectivas sobre as mudanças necessárias e o papel da formação na adaptação do policial. Eles reconhecem lacunas na educação recebida, especialmente em relação à legislação

e aos direitos humanos, e valorizam a oportunidade de aprender e se desenvolver dentro da instituição policial. A transição da teoria para a prática é enfatizada, com nuances do policiamento em diferentes áreas, destacando as distinções entre a realidade das ruas e o que foi ensinado na escola.

A formação em si não é garantia de que as instruções teóricas e práticas adquiridas durante o período nas escolas de formação serão aplicadas no policiamento ordinário. O processo formativo não substitui a transmissão oral de saberes por outros conhecimentos e procedimentos, mas se combina com o saber tradicional da polícia. A observação do uso informal de tecnologias, como veremos na seção posterior, revela a presença de redes policiais que transcendem a estrutura hierárquica da instituição policial. Apesar do planejamento, preparo, inteligência e burocracia envolvidos, as ações finais são tomadas de forma individual. Isso porque o policiamento vai além dos sentidos convencionais, onde a simples definição de prevenção e combate ao crime não é suficiente para compreendê-lo em sua totalidade (Bittner, 2003). Os policiais desempenham uma variedade de funções que nem sempre estão diretamente ligadas a crimes, como controle do tráfego e supervisão de atividades licenciadas. Outros estudos clássicos, como os de Kant de Lima (1999) e Mingardi (2007), já destacaram que, embora altamente hierarquizadas, as relações de poder dentro das organizações policiais se configuram em redes entre os agentes, organizando tanto o trabalho diário quanto a política interna das instituições.

Os policiais entrevistados argumentam que há uma diferença entre os protocolos aprendidos na academia e as demandas do ambiente real, exigindo flexibilidade e discernimento para lidar com situações complexas. Essa dualidade entre "polícia do papel" e "polícia da rua" destaca a necessidade de adaptabilidade e resiliência diante das adversidades encontradas no exercício da função policial. Sobre esse assunto, um interlocutor argumenta que:

**Cabo Cb. J.:** Sim, sim! A gente fala que tem, nesse sentido, que existem duas polícias, a polícia do papel e a polícia da rua, que no papel fala o procedimento (...). Então, assim, desde o começo eu vi que havia diferença do que a gente aprende na escola do que a gente aprende que é o correto. Por isso que eu falo, há duas polícias, a do papel que você tem que saber qual é o procedimento e a da rua que é que você tem que adequar situações.

Poncioni (2021) delimita esse processo como a segunda etapa da formação, que acontece nos locais de trabalho designados, onde a aprendizagem é principalmente baseada na experiência prática do dia a dia da polícia. O processo informal é valorizado, especialmente no contato com o público. À medida que o processo formal avança, o papel do novato se torna mais definido e segregado. Na atmosfera informal, a aprendizagem do novato ocorre

principalmente dentro das redes sociais das tarefas relacionadas à sua posição, sem diferenciação clara. O processo de socialização enfatiza o respeito, a continuidade e o senso histórico dos padrões de comportamento transmitidos entre gerações na organização. Isso prepara os novatos para assumirem papéis semelhantes, garantindo estabilidade no perfil ocupacional, mesmo diante de mudanças externas.

A fase anterior seria a socialização inicial dos futuros policiais que ocorre na Academia de Polícia, onde são introduzidos formalmente conhecimentos e habilidades técnicas. A socialização do policial é contínua e intensa, acontecendo em todas as etapas da carreira através de estratégias formais e informais. Isso inclui a experiência prática dentro da instituição como um dos principais elementos desse processo, indo além da formação acadêmica. A autora ainda argumenta que o processo de socialização do policial é contínuo e baseia-se em pressupostos fundamentais delineados nos documentos formais da organização policial. Ele não se limita apenas a fornecer conhecimento formal sobre a profissão, mas também transmite valores e crenças sobre o que significa ser um policial e o contexto cultural da profissão. O processo envolve primeiro despojar a identidade do novato ao ingressar na organização e, em seguida, reconstruí-la ao longo do tempo, moldando-a de maneira profissionalmente apropriada. Essa reconstrução ocorre simultaneamente com o despojamento e é facilitada pela presença de modelos de papéis visíveis e adequados, compartilhados por um grupo de novatos que enfrentam desafios semelhantes. Essa interação prolongada permite a formação de uma nova identidade situacional, adaptada às demandas externas e também foi citada por um dos oficiais interlocutores da pesquisa:

**Asp. X.:** E até pegando um gancho do que o Ten. V. falou é assim, quando você se forma soldado, você aprende tudo basicamente ali na teoria, até a prática é muito teórica na Escola de Formação, porque você sabe que o cara que tá fazendo o papel ali do marginal e tal é o seu companheiro de pelotão [referindo ao treinamento prático durante a formação]. Então quando você vem pra rua, você começa a estagiar com um policial mais antigo que já tá ali, já conhece toda a rotina, então você vai pegando muito os trejeitos daquele policial, e vai aprendendo com ele o dia a dia como que se atende ocorrência e tudo mais. (Grifo nosso).

Para Poncioni, a grande diferença entre os tipos de aprendizagem formal e informal pode levar à desilusão com a primeira etapa de socialização formal, conduzindo o indivíduo a questionar o que aprendeu nessa fase. Ainda argumenta que a socialização é fundamental para que indivíduos e grupos assimilem ideias, conhecimentos e práticas profissionais. A escolha das táticas de socialização determina como a organização seleciona, ensina e adapta os novos membros. Os resultados variam conforme as estratégias de integração e como estas são implementadas pelos novos recrutas. Apesar das limitações da socialização em alcançar uma

simetria completa entre a realidade objetiva transmitida pelo treinamento e a realidade em que o novato irá operar, os programas de ensino desempenham um papel importante na formação de uma comunidade. Eles visam estabelecer uma base para o desenvolvimento de motivação, compromisso, aderência e uma visão de mundo profissional entre os novatos. Assim, a autora enfatiza que um programa de socialização coletiva promove uma consciência compartilhada e solidária, onde os membros reconhecem estar "no mesmo barco".

Gomes (2018) destaca a importância do "currículo oculto" na formação dos policiais militares, revelando como a cultura institucional, presente nos ritos, práticas, procedimentos, regras e hierarquias, que influenciam profundamente as experiências dos agentes de segurança. Ou seja, o espírito de corpo constituído pelos valores culturais da "caserna", predominantes nessa fase inicial da socialização policial militar (França e Silva, 2022, p. 487). Além dos cursos e atividades curriculares formais, os policiais utilizam um conhecimento não formalizado essencial para construir suspeitas e selecionar supostos criminosos. Esse saber prático, desenvolvido nas ruas, é considerado mais relevante pelos agentes do que o conhecimento teórico das Academias de Polícia, que muitas vezes não reflete a realidade do trabalho policial. A falta de atualização nos expedientes formais cria um ambiente em que a instituição incentiva implicitamente a utilização de critérios próprios para a tomada de decisões, sem assumir responsabilidade direta pelos resultados, embora possa se apropriar deles dependendo do desfecho.

Em nossa pesquisa, percebemos que a mudança da vida civil para a militar modifica as relações sociais dos agentes, mesmo quando estão fora de serviço. Isso ocorre por conta de uma variedade de fatores, alguns relacionados à instituição como as exigências disciplinares rigorosas; o monitoramento das ações com a ameaça de punição por condutas que possam ser consideradas desviantes; o medo da violência e de serem vítimas de agressão pelo crime organizado, o que os leva a estar constantemente alertas, independentemente de estarem uniformizados ou não; e o *status* associado à farda e a profissão que permite a aquisição de prestígio social. A "identidade policial" permanece presente, sem uma separação clara entre o ser policial e o cidadão. Os relatos colhidos nos permitem entender que o ingresso na Polícia Militar resulta em mudanças significativas no comportamento e perspectiva dos policiais, por exemplo: ingressar na corporação pode significar a perda de conexão com amigos, familiares ou conhecidos. Geralmente os policiais passam a frequentar os mesmos espaços de interação: como hospitais, escolas, *clubs* vinculados à instituição, o que altera as preferências dos agentes por novas amizades e relacionamentos restritos a corporação. Assim, devido ao

compartilhamento do mesmo *ethos*, os novos PMs são inseridos numa espécie de sociedade a parte.

**Sd. N.:** É diferente, é totalmente diferente, não é, sua rotina muda muito, sua vida familiar também, que nem hoje, eu moro sozinha, né, eu estou um pouquinho distante da minha família de sair da casa dos meus pais devido ao trabalho também, a distância e isso acaba atrapalhando. (...) o vínculo de amizade também muda muito, porque querendo ou não a gente tem que ter um pouco mais de cuidado, então acaba mudando muito a sua rotina, sua vida também. (...) porque quando você sai do meio civil, que a gente fala né, pra entrar no meio militar, é muito complicado. Porque você tem que mudar costumes, tem rotinas também, como eu havia falado. Então assim, hoje, os lugares que eu frequentava, hoje eu já não frequento mais...

**Sd. K.:** A gente é militar, depois [de entrar na PM] a gente começa a ser um pouco mais atenta. A gente tá conversando aqui, mas tá de olho ali, o jeito de sentar, a profissão colocou isso na gente, foi moldando (...) o militarismo aqui te moldou, você tá numa turma de dez amigos, mas você já tá ali, já tá na proteção, está conversando. Não tenho muitos amigos para sair, fazer o que eu faço, fora com amigos militares, até porque acaba envolvendo muitas coisas sobre serviço, tudo. Eu quero ao máximo ser uma pessoa normal, tenho preocupação de segurança...

Essa inserção também abrange, como bem apontado em Sinhoretto *et al.*, (2021), a presença de um medo específico entre os agentes de segurança, que é paradoxal na relação com a imagem de heroísmo associada à profissão policial. O fenômeno do medo entre os agentes de segurança, que, embora seja surpreendente à primeira vista, é uma realidade enfrentada no cotidiano desses profissionais. Ao mesmo tempo que é utilizado como ferramenta de trabalho também é motivo de preocupação dos policiais com a segurança física pessoal, familiar e de colegas. Apesar das expectativas de que os policiais sejam treinados para lidar com situações adversas, as entrevistas revelam que eles são indivíduos comuns, suscetíveis ao medo e influenciados por experiências de colegas vitimizados em confronto. Essas experiências contribuem para estratégias de "auto-preservação" não oficiais, pois o medo não é exclusivo do expediente policial. Ao chegar em casa, uma entrevistada revela o hábito de saber exatamente onde está sua arma e o controle do portão automático, demonstrando uma mudança completa na rotina desde que se tornou policial. O protocolo de segurança é seguido rigorosamente, mesmo durante momentos de lazer. Outro oficial relata nunca se sentar de costas para a porta e sempre estar atento ao ambiente ao redor. Esse medo se tornou mais intenso após os ataques do PCC em 2006 e, especialmente, em 2012, quando mais de uma centena de policiais foi alvo de ações letais, especialmente fora de serviço.

Para muitos policiais negros, oriundos de classes sociais mais humildes, a profissão representa uma oportunidade de ascensão social e econômica, proporcionando respeito e reconhecimento que não receberiam de outra forma. Os relatos também mencionam a importância da formação para oportunidades futuras, como a possibilidade de cursar uma faculdade. Eles enfrentam discriminação em diversas situações como civis, mas sentem que ao

vestirem a farda policial, são tratados com mais respeito. No entanto, a experiência de discriminação racial, incluindo o fenômeno conhecido como “driving while black” (dirigir enquanto negro), ilustra os desafios enfrentados por policiais negros em situações cotidianas (Sinhoretto *et al.*, 2021).

Ainda, de acordo com os autores, o discurso dos policiais negros sobre o policiamento não difere significativamente do dos policiais brancos, predominando as retóricas institucionais sobre as identidades pessoais. Embora existam policiais negros com um discurso crítico aguçado, eles enfrentam dificuldades em encontrar espaços para debates democráticos sobre as relações raciais nas polícias militares. Esse grupo geralmente sofre mais intensamente, com entrevistas revelando expressões emocionais desconfortáveis ao discutirem experiências pessoais de discriminação racial, indicando uma interdição de falar sobre o racismo nas instituições. São eles que mais percebem os efeitos do racismo institucional e abordam abertamente o racismo estrutural que afeta a população negra.

Nossos achados vão ao encontro das percepções de Sansone (2002), que descreve que as polícias militares são uma corporação predominantemente negra, masculina e violenta, especialmente contra a população não-branca e as classes baixas. Historicamente, a PM tem sido um importante veículo de mobilidade social para afro-brasileiros, semelhante a outros “empregos de uniforme” (p. 518). O autor argumenta que o funcionalismo público, a polícia e o Exército foram vias cruciais de mobilidade social para brasileiros negros, especialmente após a ditadura populista de Getúlio Vargas, que criou cotas no serviço público para a população nativa, majoritariamente preta e parda. Os negros são amplamente representados na força policial e estão mais presentes nos escalões inferiores. Isso ocorre, segundo o autor, porque a PM é tradicionalmente vista como uma opção acessível para negros de várias classes sociais, oferecendo oportunidades de estudo e qualificação, especialmente em Direito. Para muitos policiais negros, a PM serve como trampolim para outras carreiras e os fazem se sentir protegidos e respeitados, fazendo-os acreditar que é um dos poucos lugares onde podem se sentir valorizados. Eles percebem que os mecanismos de ascensão são claros e transparentes, ao contrário do que ocorre fora da corporação, onde o racismo pode ser um obstáculo. Na PM, se seguirem as regras e se integrarem à cultura corporativa, podem progredir de forma lenta, mas segura.

O autor ainda argumenta que para uma crescente minoria de policiais negros, geralmente mais jovens, instruídos e, em sua maioria, oficiais, a negritude passou a ser valorizada. Eles veem a consciência e o orgulho da cor como motivação para estudar e trabalhar duro, promovendo um discurso sobre mobilidade social e aprimoramento educacional. Esses

policiais percebem a PM como uma instituição hierárquica, mas aberta e potencialmente multicultural, onde a mobilidade depende do esforço individual e a cor não é um fator decisivo. Ainda assim, a negritude dos policiais negros na PM não é subversiva; ela se adapta à hierarquia e a cultura corporativa. Fora da PM, o racismo é mais reconhecido do que dentro da corporação, sendo que muitos policiais acreditam que a PM apenas reflete a sociedade geral, sem ser particularmente racistas.

Da mesma forma que Sansone (2002) observou na PMERJ, na PMESP as ações (individuais e coletivas) que poderiam ser consideradas racistas são decorrentes de uma atitude e moralidade individual, adquirida antes do ingresso na PM, pois a visão é que o mundo externo é predominantemente injusto. Contudo, contrariando a visão nativa dos policiais militares, Gomes (2018), observou que a formação proporcionada pela Escola Superior de Soldados da PMESP influencia negativamente as relações raciais dos agentes policiais com os cidadãos. A instituição evita abordar temas de desigualdade racial e discriminação, utilizando categorias abstratas que reforçam preconceitos existentes. A corporação prioriza a assimilação sobre a educação, condicionando os policiais a respostas automatizadas e intuitivas, sem espaço para reflexão. Portanto, a corporação policial se exime de discutir relações raciais, negligenciando-as na formação dos agentes. Para a autora, na formação dos policiais, as questões de Direitos Humanos e Ações Afirmativas são abordadas de forma normativa, sem preocupação com sua aplicação prática no cotidiano.

Assim, a PMESP reconhece as desigualdades raciais na sociedade brasileira, mas não assume seu papel na produção e reprodução dessas desigualdades, silenciando sobre o tema e deslocando-o para categorias como "abuso de poder" e "arbitrariedade". Internamente, como apresentado anteriormente, a grade curricular da formação policial enfatiza a técnica mecanicista e o profissionalismo, em detrimento dos conteúdos humanistas e do debate racial. Isso daria espaço para construções subjetivas dos policiais preencherem categorias vagas, como a distinção entre "cidadãos de bem" e infratores. Além disso, como percebeu Sansone (2002), tais processos contribuem para a manutenção do discurso sobre a democracia racial, pois a pobreza e privação enfrentadas pela população negra são vistas como elementos indistinguíveis entre discriminação racial e de classe, evidenciando a relação histórica entre a escravidão e a atual pobreza dos negros e pardos (Gomes, 2018). Isso acaba por normalizar marcadores de classe associando a comportamentos suspeitos, criando o estereótipo do "pobre racializado", o que influencia na suspeição pela interação entre raça e classe como também não oferece espaço para uma formação da identidade negra dentro da PM (Sansone, 2002).

Portanto, a jornada de formação e atuação dos policiais militares em São Paulo é um intrincado tecido de desafios, aprendizados e adaptações. Ao longo das entrevistas, emerge a dicotomia entre a teoria ensinada nas escolas de formação e a prática vivenciada nas ruas, a intensidade do processo de socialização dentro da instituição policial, que molda não apenas habilidades técnicas, mas também identidades profissionais e pessoais. Desde a academia até os locais de trabalho designados, os novos policiais enfrentam uma imersão contínua em uma cultura organizacional que influencia suas percepções, comportamentos e relações interpessoais.

### **Conclusão da seção**

A evolução do policiamento ostensivo em São Paulo e no Brasil reflete uma jornada de transformações profundas, impulsionadas por demandas sociais, crises institucionais e uma busca contínua por profissionalismo e eficácia. Desde os dias em que a agressividade e a obediência cega eram as principais qualidades valorizadas nos policiais, até a busca atual por uma abordagem mais técnica, científica e baseada em princípios democráticos, o caminho percorrido foi longo e desafiador.

As mudanças na formação policial, marcadas pela transição de um modelo clássico e militarizado para uma abordagem mais ampla e multidisciplinar, refletem a crescente complexidade das demandas enfrentadas pelos profissionais da segurança pública. Disciplinas que abordam questões como Direitos Humanos, diversidade e ética se tornaram parte integrante dos currículos de formação, reconhecendo a necessidade de um policiamento que respeite e proteja os direitos fundamentais dos cidadãos. No entanto, apesar dos avanços, ainda persistem desafios significativos. O legado de uma doutrina militarizada, enraizada nas estruturas organizacionais e culturais das polícias militares, continua a influenciar o pensamento e as práticas policiais. Superar essa herança autoritária requer não apenas mudanças nos currículos de formação, mas também uma transformação profunda nas mentalidades e na cultura institucional.

Assim, as narrativas dos policiais militares em São Paulo refletem uma tapeçaria complexa de experiências, desafios e transformações. Das salas de aula da academia aos becos e vielas das periferias urbanas, cada etapa da jornada policial é marcada por aprendizados, adaptações e reflexões profundas. A dicotomia entre a teoria e a prática, entre o que é ensinado nos manuais e o que é vivenciado nas ruas, ressalta a necessidade de flexibilidade e discernimento por parte dos policiais. A formação, tanto formal quanto informal, desempenha um papel crucial na moldagem das identidades profissionais e pessoais desses agentes da lei,



proporcionando não apenas habilidades técnicas, mas também valores, crenças e comportamentos que os acompanham ao longo de suas carreiras. O medo, muitas vezes oculto por trás da imagem de bravura e heroísmo associada à profissão policial, emerge como uma realidade cotidiana que permeia as vidas desses profissionais, tanto dentro quanto fora do expediente de trabalho.

#### **4. Os sentidos do uso de tecnologias formais e informais na PMESP**

Aprimorar as práticas de policiamento ostensivo em São Paulo tem sido uma jornada marcada pela influência de modelos e tecnologias provenientes do Norte global, em especial do campo policial norte-americano. Esta influência se manifesta em diversas esferas, desde a gestão e organização das corporações policiais até a adoção de novas ferramentas tecnológicas e estratégias de planejamento e avaliação. Neste contexto, o presente estudo busca explorar os impactos dessas influências no policiamento ostensivo em São Paulo, analisando como a adoção de práticas importadas tem moldado a forma como a polícia paulista opera e se relaciona com a comunidade. Ao longo deste trabalho, examinaremos tanto as transformações estruturais promovidas por essas influências quanto as percepções e desafios enfrentados pelos profissionais de segurança pública diante dessas mudanças.

Posteriormente, o foco do debate se volta para as ferramentas mais empregadas pelos agentes e suas percepções sobre os impactos dessas novas tecnologias em sua rotina de trabalho. Apresentam-se os resultados de uma pesquisa qualitativa na qual foram estabelecidas diversas categorias para identificar as ferramentas mais utilizadas pelos agentes e avaliar suas percepções sobre os efeitos dessas novidades em seu dia a dia. Nas entrevistas, os policiais destacaram a importância de uma variedade de ferramentas fundamentais para suas atividades diárias.

Ao mesmo tempo que se amplificam os dispositivos de vigilância social, que procuram se adequar e incrementar as inovações tecnológicas com a intenção de acompanhar as transformações sociais de um mundo altamente informatizado e globalizado, novas formas de crime surgem como também novas formas de controle. Por outro lado, há uma manutenção de problemas anteriores, como é o caso da violência policial, mesmo a despeito do vertiginoso aumento de investimento em modernização da polícia. Assim, o controle do crime e do policiamento está conectado com a incorporação de mecanismos que o tornem inteligente e sofisticado.

##### **4.1. A PMESP e as tendências e inovações inspiradas no modelo Norte Americano**

O aperfeiçoamento do policiamento ostensivo em São Paulo é fortemente inspirado em soluções importadas do Norte global, principalmente do modelo norte-americano, devido ao seu grau de influência. As formas de gestão e organização do policiamento estadunidense foram sendo introduzidas nas corporações policiais de São Paulo, que implementam matrizes de georreferenciamento e tabulação de dados criminais – como o CompStat ou sistemas similares

– novos aparelhos tecnológicos (*tablets* ou câmeras filmadoras portáteis) e formas de planejamento, ação e avaliação. A menção ao sistema do Infocrim e o Detecta, em São Paulo, é diretamente relacionada pelos oficiais da PMESP ao CompStat, desenvolvido em Nova Iorque nos anos de 1990, assim como o modelo de gestão por resultados. Essa importação de saberes é sempre vista como positiva e um avanço em relação a um modelo “artesanal” e pouco profissionalizado que havia no Brasil (Peron; Alvarez, 2019; Sinhoretto *et al.*, 2021).

Conforme destacado por Manning (2003), a força policial urbana dos Estados Unidos, desde os anos 1930, nutria aspirações científicas e reconhecia que a tecnologia poderia elevar seu prestígio profissional e aprimorar a eficácia do policiamento em regiões urbanas. Os departamentos de polícia dos EUA defendiam que o aprimoramento da tecnologia policial, como uma estratégia para o controle do crime, reduziria o tempo de processamento, agilizaria a resposta policial aos locais de crimes e aumentaria o número de prisões. Além disso, acreditava-se que tais inovações poderiam resultar em economias financeiras significativas (p. 376). Como descreve o autor, desde a primeira grande inovação tecnológica, como o uso do telégrafo pela polícia e pelo departamento de bombeiros, seguido pela introdução da comunicação por rádio, adoção disseminada de veículos automotores, centralização de chamadas e despacho assistido por computador, a tecnologia tem sido considerada uma solução para os desafios crônicos e prementes do policiamento.

A introdução de ferramentas como o rádio de comunicação bidirecional e o automóvel ampliou consideravelmente a capacidade da polícia urbana de disponibilizar recursos e responder aos chamados dos cidadãos (Goldstein, 2003). Além disso, a reestruturação ocorrida na década de 1960, conforme apontado por Bayley e Skolnick (2006), transformou o policiamento nos Estados Unidos ao incorporar diversas inovações, como o uso de uniformes azuis sem conotação militar e o ressurgimento da patrulha a pé, provocando uma transição de uma polícia técnica, ostensiva e reativa para um modelo policial comunitário e preventivo. No começo dos anos 1970, Manning (2003 p. 382) destaca o financiamento em sistemas computadorizados de comando e controle, que estimularam a centralização das comunicações provocando mudanças significativas, como o uso de computadores para despacho, sistemas de administração de informações, a implementação do número de emergência “911” para chamadas centralizadas e a centralização do despacho de serviços de emergência para grandes áreas metropolitanas, incluindo polícia, bombeiros e resgate. Já Dunning e Hochstedler (2002), ressaltam a importância da informação e comunicação, pois há a necessidade de garantir a segurança das trocas de informação, especialmente através da incorporação de rádios nas viaturas e nas centrais de comando, o que se tornou um elemento crítico e essencial para a

eficácia das operações policiais. A tecnologia com o seu avanço vem sustentar essa segurança. É importante para investigação, para as diligências diárias, para a comunicação departamental, para a comunicação entre as polícias.

Manning (2003) argumenta que a evolução da polícia mudou sua abordagem em relação à tecnologia ao longo do tempo. No século XIX, a polícia passou de um policiamento reativo, com presença constante, para estilos mais proativos, aplicando respostas investigativas e ativas aos crimes. As inovações em informação passaram a incluir *hardwares*, como *laptops*, que reduziram a papelada e permitiram entrada direta de dados nos sistemas computadorizados da polícia, combinados com estações de trabalho pessoais, computadores digitais móveis em veículos e telefones celulares. Grandes departamentos de polícia na década de 1980, como em Detroit e Dallas, utilizam mini terminais móveis para verificar arquivos, mandados e consultar bancos de dados. A polícia de Houston, como apontado por Bayley e Skolnick (2006, p. 114-115), por exemplo, instalou terminais de computador em suas viaturas, agilizando a identificação de veículos roubados e suspeitos. Esses terminais ampliaram consideravelmente o acesso à informação. Na mesma época, o uso de câmeras filmadoras também já era uma realidade.

Desde a redemocratização, e principalmente após os anos 2000, a PMESP vem buscando por um policiamento mais técnico e profissional, a exemplo das polícias estadunidenses. As estratégias de gestão e organização do policiamento do modelos norte-americanos trouxeram para as corporações de São Paulo sistemas de georreferenciamento e análise de dados criminais, como o CompStat e suas variantes. Além disso, foram adotados novos dispositivos tecnológicos, como *tablets* e câmeras filmadoras portáteis, juntamente com métodos inovadores de planejamento, execução e avaliação das operações policiais. Avanços tecnológicos foram incorporados no trabalho cotidiano permitindo assim, um maior controle da atividade policial. Os agentes entrevistados (oficiais e praças da PMESP) reconhecem a influência de polícias estadunidenses sobre a polícia brasileira, mas quando comparam aos recursos financeiros, treinamento, preparo, recursos tecnológicos e de efetivo, a norte-americana aparece sempre como a melhor. Contudo, quando contrastam os problemas de segregação e seletividade em abordagens e fatalidades cometidas pela polícia, os entrevistados veem diferenças e acreditam que o Brasil não absorve as ações discriminatórias das polícias norte-americanas, mesmo usando modelos similares de gestão. Entretanto, alguns policiais militares reconhecem que existem problemas no modelo americano de policiamento, sobretudo ligados à discriminação e violência.

#### 4.2. Transformações tecnológicas na PMESP: da era artesanal ao policiamento científico

As entrevistas realizadas com oficiais e praças da PMESP indicam que a tecnologia influencia amplamente as ações, organização e planejamento da instituição. Destacam que, em comparação com o policiamento das décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, os investimentos em tecnologia representam uma transição significativa. Anteriormente caracterizada por um serviço mais artesanal, a polícia teria avançado, na visão dos policiais, para uma abordagem mais científica e eficiente. O uso das tecnologias abrange análise de dados para o planejamento de policiamento, principalmente ao que se refere à coleta de informações que iram alimentar e determinar o Plano de Policiamento Inteligente (PPI) e o Cartão de Prioridade de Patrulhamento (CPP) para definir as áreas de foco. A implementação de programas quantitativos permite a organização de dados sobre crimes em áreas específicas, facilitando a identificação de padrões criminais.

O impacto do avanço tecnológico na PM é evidente quando se observa o mapeamento eletrônico de áreas criminais, que anteriormente se tratava de uma tarefa manual com base em mapas impressos e agora é facilitado por softwares integrados ao Sistema do Centro de Operações da PM (COPOM)<sup>91</sup>. No Centro de Operações, a ferramenta COPOM online fornece mapas de incidência criminal tornando possível realizar uma análise mais ágil e precisa dos dados quantitativos das ocorrências coletadas, incluindo chamadas recebidas pelo telefone 190 e atendimentos realizados pelas viaturas. Iniciado em 1998 e operacional em 2002, o sistema fornece aos gestores da PM, como Comandantes de Companhias e Batalhões, a visualização em tempo real da localização das viaturas, identificação dos policiais e das ocorrências mais comuns em cada região. Utiliza coordenadas espaciais e mapas com análises temáticas, como índice de criminalidade e concentração de pessoas. Acessível por plataforma *web* e em viaturas equipadas com terminais móveis de dados (TDM), o COPOM Online permite que coordenadores operacionais, despachadores e patrulheiros compartilhem a atuação das viaturas de acordo com as instruções de patrulhamento definidas. Além disso, alerta sobre a

---

<sup>91</sup> Em junho de 2014, foi inaugurada a nova sede do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) da Capital, um espaço com 10.645 m<sup>2</sup> e seis pavimentos destinado a receber chamadas ao telefone de emergência 190. A mudança ampliou as posições de atendimento de 55 para 70, atendendo a cerca de 40 mil ligações diárias, das quais aproximadamente 20% resultam em ocorrências policiais. A sede conta com sistemas de gravação de áudio e despacho por rádio, além de um *videowall* para visualização de câmeras de videomonitoramento e do COPOM Online, que mostra a localização de viaturas e chamadas em atendimento. Outros Centros de Operação regionais, como os de Campinas e Presidente Prudente, também foram modernizados para melhorar o atendimento e a gestão dos recursos policiais. Projetos futuros incluem a terceirização supervisionada do atendimento das chamadas de emergência (Memória da Segurança Pública do FBSP). Para mais informações acessar: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> [Descarregado no dia 28/12/2023].

aproximação de "Pontos de Interesse" com base em padrões de ocorrências criminais e fornece informações sobre procedimentos em casos especiais de abordagem.

Houve esforços para integrar os sistemas policiais e simplificar o processo de tabulação de dados da Polícia Militar, influenciando diretamente na elaboração do CPP. O COMPOM Online, juntamente com Fotocrim, RDO e o Infocrim, compõe um conjunto de inovações tecnológicas e gerenciais para aprimorar a qualidade das informações policiais sobre crimes e criminosos.

**Ten. Cel. R.:** Nossas ferramentas são várias, começou com o “Infocrim”, Infocrim é a ferramenta original que os boletins da Polícia Civil vão pra lá e a partir de vários filtros sabemos tudo que está acontecendo. Depois foram inventando outros que tem como base o Infocrim, o “COPOM online” tem mapa, desenha pra mim lá a mancha criminal, eu posso selecionar a faixa de horários, dias da semana... mas o principal ainda continua sendo o Infocrim, a base de todos os outros.

O Infocrim é um sistema de georreferenciamento e análise espacial de registros criminais desenvolvido pela SSP de São Paulo, inspirado no sistema de Nova Iorque e elaborado pela Prodesp<sup>92</sup>. Iniciado em 1999 na capital e expandido gradualmente até 2012 em todo o estado, utiliza o RDO da Polícia Civil. O sistema permite consulta de ocorrências, pesquisa de Boletins de Ocorrência, checagem de crimes relacionados, consulta de suspeitos no Fotocrim e introdução de metas de redução de indicadores criminais. Sua implementação acompanhou a compatibilização das áreas geográficas de atuação das polícias Civil e Militar e a definição de metas compartilhadas entre elas (FBSP)<sup>93</sup>.

Já o Fotocrim é um banco de dados e fotografias de criminosos usado pela Polícia Militar para investigações. Contém cerca de 1,5 milhão de fotos e 500 mil registros de presidiários e ex-presidiários em São Paulo. As fotos são tiradas de frente e perfil, com detalhes de cicatrizes e tatuagens. Inclui dados como condenação, local de prisão, crimes e informações familiares. O sistema ajuda na identificação de suspeitos, na compreensão de áreas de atuação e nas conexões criminais (FBSP)<sup>94</sup>. Em 2007, os endereços dos suspeitos no Fotocrim foram georreferenciados pelo Sistema Inteligente de Mapeamento de Suspeitos (SIMS), permitindo que o COPOM Online alertasse as viaturas em patrulhamento sobre suspeitos na região.

O RDO também representa um avanço significativo, uma vez que reduz a necessidade de atendimento presencial a ocorrências que não exigem apoio policial físico, possibilitando a realocação de pessoal. A integração do sistema com o COPOM online simplifica a tabulação

<sup>92</sup> Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

<sup>93</sup> Para mais informações acessar: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> [Descarregado no dia 28/12/2023].

<sup>94</sup> Para mais informações acessar: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> [Descarregado no dia 28/12/2023].

de dados pela Polícia Militar, influenciando diretamente na construção do CPP. Os oficiais são responsáveis pela gestão desses dados administrativos, pelo planejamento do policiamento e pelo cumprimento das metas estabelecidas pelo estado.

Os TMD, como *tablets* e celulares inteligentes, são distribuídos para os policiais e viaturas. Através deles os policiais podem acessar os sistemas mencionados acima, além de aplicativos e sites para consultar informações que sejam pertinentes como, por exemplo, os códigos e leis. O que antes era feito somente via rádio, agora é realizado através deste sistema informatizado, ou seja, os dados, local, histórico de ocorrências, consultas de antecedentes criminais através do COPOM *online*, o que permite ao policial ter uma maior velocidade no atendimento das ocorrências. Neste cenário, *tablets* e *smartphones* desempenham um papel fundamental para os policiais militares que atuam na rua, equiparando-se à importância do colete à prova de balas, coldre, arma e distintivo. Hoje em dia, é raro encontrar uma viatura ou policial sem um desses dispositivos. Formalmente, esses aparelhos auxiliam na orientação espacial, na consulta e integração de dados no sistema criminal, no preenchimento de boletins de ocorrência e na comunicação entre os agentes. Durante a pesquisa, alguns policiais descreveram os *tablets* e celulares inteligentes como ferramentas que transformaram o trabalho policial.

**Sd. M.:** Nossa, olha, o que foi top foi *tablet* na viatura, como facilitou! Às vezes escrevia um monte de folha, escrevia errava um negocinho e tinha que fazer tudo de novo, foi maravilhoso *tablet*! Mas foi uma coisa necessária de muito tempo atrás. Aí eu acho que gente deveria ter mais recursos, por exemplo, para não sufocar o 190. A gente procurar pelo *tablet*, pesquisar o passado da pessoa, se ele tem artigo, porque no *tablet* aparece: olha: é... passagem, tem artigo tal, tal, tal.

**Sd. L.:** O *tablet* ajudou bastante né, ainda mais para fazer agora, de mais em tempo real né, porque antigamente a gente usava muito papel, usávamos papel, agora é tudo pelo *tablet* mesmo né. Então aí já manda, já fornece o *token* de volta né, para futuramente você imprimir aquele B.O. se precisar. (...) Facilita porque às vezes o policial, colega nosso tá numa viatura e nós precisamos, às vezes, consultar às vezes o [Registro Geral] RG de uma pessoa né, não tem como. E aí até fazer um 190 para o COPOM, nós fazemos uma ponta com o policial na viatura, COPOM puxa online já, trazendo já todas as informações daquelas pessoas que a gente queremos.

O controle das viaturas nas ruas e acompanhamento são auxiliados pelo sistema de GPS integrados aos TDM das radiopatrulhas, que monitoram cada veículo e traçam seus percursos. Comparado a um passado recente, o controle da frota era um dos principais desafios enfrentados pelos oficiais da PM, assim como a existência de um CPP, pois todos os processos eram realizados manualmente e a fiscalização do cumprimento do cartão de policiamento era deficiente. Atualmente, com a adoção da tecnologia, o controle sobre a circulação de viaturas melhorou significativamente. É possível supervisioná-las por meio de mapas em telas, definir itinerários e, em casos de emergência, contatar as viaturas mais próximas para oferecer apoio.

Enquanto *tablets* e *smartphones* foram descritos como transformadores do trabalho policial, salientados pelos/as praças por sua facilidade para realizar os registros de ocorrências, destacando a redução do uso de papel, acesso mais rápido a informações relevantes durante abordagens e o acompanhamento em tempo real de ocorrências, as ferramentas de geoprocessamento em tempo real, as câmeras portáteis acopladas ao corpo dos policiais e os sistemas de monitoramento por GPS foram tecnologias mencionadas pelos oficiais como fundamentais para melhorar a eficiência e a segurança das operações policiais. Há um destaque para a importância da integração de dados entre diferentes sistemas, como o registro de ocorrências, o monitoramento de viaturas, e o uso de câmeras. Essa integração permite uma visão mais completa da situação e uma resposta mais rápida e eficaz por parte da polícia.

Com relação à dinâmica dos/as praças e os comandantes de batalhões da PM, a adoção de programas de análise quantitativa facilitaram a organização de dados sobre crimes em áreas específicas, permitindo a identificação de padrões criminais. O avanço tecnológico, segundo os entrevistados, tem contribuído para aprimorar o policiamento ostensivo e o PPI. Com base na análise dos dados quantitativos dos indicadores criminais, a inteligência policial mapeia e georreferencia as áreas e horários específicos onde serão realizadas as operações do policiamento ostensivo. No entanto, apenas os dados estatísticos não são suficientes para avaliar totalmente a eficácia do CPP. Reconhecendo as limitações das estatísticas, um trabalho qualitativo paralelo é conduzido em colaboração com a Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) para complementar a abordagem estatística.

#### **4.2.1. Tecnologia e participação comunitária na segurança pública da PMESP**

Os CONSEGs são modelos oficiais de participação popular no policiamento e refletem a abordagem de policiamento comunitário da PMESP. No entanto, apenas uma parcela limitada da população parece estar ativamente envolvida nessas instâncias, cuja composição, tanto dentro quanto fora das mídias digitais, tende a favorecer comerciantes, empresários, produtores rurais e evangélicos – cidadãos que geralmente têm uma inclinação conservadora em relação à política de segurança pública (Ribeiro, 2014; Cruz, 2009). Segundo os interlocutores, as periferias representam áreas onde é mais desafiador estabelecer redes comunitárias e implementar o policiamento comunitário. Os policiais atribuem essa distância à desconfiança e aos preconceitos que os moradores dessas comunidades têm em relação à polícia.

A expressão das preferências políticas dos cidadãos paulistas, evidente na estreita relação entre a polícia e os setores conservadores da sociedade, reflete-se na tendência conservadora predominante nos CONSEGs e nas redes digitais. Conforme apontado por Cedro



(2018), dentro dessas redes, os discursos são marcados pela dicotomia entre "cidadãos de bem" e "bandidos", perpetuando representações sobre a violência que remontam a diagnósticos e narrativas pré-existentes aos meios digitais. As correntes progressistas, por sua vez, mantêm uma certa distância em relação ao policiamento, especialmente devido à inclusão em suas agendas políticas de demandas do movimento negro que visam denunciar o racismo institucional na PM. Tal situação foi abordada pelos interlocutores:

**Major Q.:** (...) existem parcelas importantes da comunidade que se recusam a participar dos CONSEG's, e se a polícia levar em consideração apenas um retrato da percepção do CONSEG, para mobilizar sua estrutura, eventualmente ela vai priorizar aquilo que não é mais importante.

**Capitão D.:** Tem também as vizinhanças solidárias, diferentes grupos e tudo mais e também que eu participo, mas assim, eu tenho um grupo lá que não é uma vizinhança solidária, mas sim de proprietários rurais.

Um exemplo recente desta distinção pode ser analisado na fala do atual Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ao defender a operação da PMESP na Baixada Santista (vulgo Operação Escudo/Verão). Até o momento, 56 pessoas foram mortas por policiais em situações que levantam dúvidas a respeito de sua legalidade. Tarcísio, em um discurso público, identifica como parâmetro de satisfação a perspectiva de comerciantes e empresários da Baixada, por outro lado, ignora as denúncias, feitas por moradores das áreas periféricas alvos das ações policiais, de abuso da autoridade, da tortura e assassinatos.

(...) É muito bacana quando eu recebo, por exemplo, hoje telefonemas de Comerciantes da Baixada Santista dizendo o seguinte: poxa, obrigado pelo que vocês estão fazendo, o movimento no meu comércio voltou, as pessoas voltaram a ir no meu restaurante, vocês estão libertando a baixada, e é uma coisa que muitas vezes não é percebida né. (...) Essa semana estive na Intermodal, e aí cheguei na Intermodal tem lá uma série de empresários da Baixada Santista que operam no porto de Santos, o que que eu vi: Tarcísio, muito obrigado pelo que vocês estão fazendo, nunca ninguém fez isso, eu vi isso no Judiciário. Então, sinceramente, nós temos muita tranquilidade com relação ao que está sendo feito<sup>95</sup>.

Bayley (2001) destaca que o apoio da comunidade oferece mais segurança à polícia do que armas sofisticadas e enfatiza a importância de estabelecer laços com a comunidade e reduzir o medo em relação à polícia. A cooperação comunitária é fundamental para o papel da polícia – sobretudo em comunidades que sofrem com a violência policial, no caso americano, negros e latinos – que busca envolver os cidadãos na responsabilidade e avaliação do trabalho policial. Porém, o que observamos na Baixada Santista é uma atuação contrária ao proposto pelo autor, na medida em que Tarcísio desconsidera as pessoas que vivem nas regiões mais periféricas da Baixada como parte da comunidade, negando não só a sua cidadania, mas

<sup>95</sup> Todo o discurso feito pelo governador por ser encontrado no [https://www.youtube.com/watch?v=7IEzNC67fnA&ab\\_channel=Poder360](https://www.youtube.com/watch?v=7IEzNC67fnA&ab_channel=Poder360). [Descarregado no dia 04/05/2024].

relegando esse *status* apenas a empresários e ao que a direita comumente define como “cidadão de bem”. Assim, produz-se uma política de extermínio das operações disfarçada pela ideia de “libertar a Baixada”, o que justifica uma letalidade policial desproporcional histórica na região.

O policiamento comunitário é um modelo considerado pela PMESP, contudo, salientando novamente, há dificuldades para ser implementado em São Paulo e no Brasil. A comunicação entre a polícia e a população periférica é turbulenta, havendo uma resistência da corporação em fortalecer essa colaboração. O resultado é um clima de medo tanto entre os cidadãos quanto entre os policiais. A população teme ser vítima de abusos, enquanto os policiais temem se tornar alvos fáceis do crime organizado.

O planejamento tanto do PPI quanto do CPP depende diretamente do levantamento de dados provenientes dessas duas fontes para delinear as áreas de interesse. No entanto, os dados estatísticos recebem prioridade, enquanto as análises qualitativas não contam com nenhum programa ou sistema específico para armazenar e processar os dados. Por conta disso, os CONSEGs têm pouca importância na elaboração do policiamento inteligente e na execução dos procedimentos operacionais. A desproporcionalidade em relação às contribuições de informações relacionadas aos CONSEGs é devido à dificuldade institucional de desempenhar o policiamento comunitário, principalmente em periferias, ou pela ausência de tecnologias que interpretem esses dados. Um dos oficiais ouvidos reconhece: “Eu não tenho um sistema oficial para catalogar o que é percebido pela comunidade” (Major Q).

O CPP, além de levar em conta os dados fornecidos pelos CONSEGs e as estatísticas da Polícia Militar sobre os índices criminais, também considera os delitos destacados, os delitos bonificados, os BOs provenientes das ferramentas da Polícia Civil, além de ofícios e solicitações de autoridades e comunidades locais. No entanto, somente em circunstâncias excepcionais as viaturas são autorizadas a sair do planejamento estabelecido.

#### **4.2.2. O Papel da informação no policiamento da PMESP**

Como apontado por Manning (2003), entender como a polícia manipula e usa os dados é essencial para compreender o mandato e função do policiamento. A tecnologia policial se concentra no uso, processamento e aplicação da informação sendo crucial interpretar como a polícia obtém, processa, codifica, decodifica e utiliza as informações. A polícia depende da informação, principalmente da população como fonte primária para desempenhar suas funções. Nas operações policiais de rua, as decisões são predominantemente baseadas em informações primárias não examinadas ou passíveis de revisão. Embora haja a intenção de integrar informações relevantes para o comando e controle, na prática, muitas vezes os dados não são

trabalhados e permanecem armazenados de forma rudimentar na memória individual dos policiais. A coleta de dados é influenciada por suposições de senso comum sobre o trabalho policial, e o modelo administrativo baseado no controle do crime, pressupõe a introdução de dados válidos e confiáveis, sem especificar como as informações primárias serão incorporadas ao sistema. Geralmente, essa informação é descentralizada e os dados primários não estão disponíveis para outros profissionais vinculados a segurança pública, devido a práticas personalizadas de armazenamento de dados.

A importância da informação é inegável para as operações policiais, fornecendo *insights* sobre a quantidade, natureza e eficácia das suas atividades. Essas operações e os resultados delas têm sido frequentemente associados à disponibilidade e qualidade da informação disponível. De acordo com o autor, a informação policial compreende três tipos; primária, secundária e terciária. A polícia coleta informações primárias e as transforma em secundárias para resolver crimes. Já as informações terciárias, ou "diretivas", são formatadas e usadas para antecipar eventos. Para Manning, nos últimos 30 anos, as inovações no policiamento têm se concentrado principalmente na gestão das informações primárias e no controle das atividades policiais. A tecnologia da informação tem sido amplamente utilizada para melhorar a eficiência operacional, mas as inovações geralmente se limitam a modificações nos equipamentos de comunicação e nas técnicas de controle, em vez de uma abordagem sistemática baseada em dados agregados e reduzidos. Essas melhorias tendem a aprimorar as ferramentas administrativas para gerenciar as rotinas de trabalho e monitorar as atividades dos policiais, em vez de transformar fundamentalmente o modo como o trabalho é realizado ou desenvolver as habilidades dos agentes e administradores. As inovações são mais focadas no controle do ambiente do que em sua mudança, e geralmente não têm um impacto conhecido sobre o crime ou a ordem pública.

Em São Paulo, os oficiais entrevistados salientaram a melhoria da eficiência, a segurança e a capacidade de resposta das forças policiais diante dos desafios enfrentados no *combate à criminalidade*. Geralmente, destacaram a importância de ferramentas inteligentes que analisam dados de ocorrências para direcionar o policiamento para áreas com maior incidência criminal. Isso ressalta a importância da inteligência policial na alocação eficiente de recursos para prevenção e combate ao crime. De acordo com a observação feita pelos interlocutores, a rápida circulação de informações, facilitada pelo uso de dispositivos eletrônicos, é essencial para as operações diárias. Isso teoricamente reduziria as chances de falhas e, conseqüentemente, diminuiria o risco de policiais abordarem suspeitos sem apoio adequado, prevenindo, assim, conflitos não planejados.

Segundo dados do site Memória da Segurança Pública do FBSP<sup>96</sup>, até 1997, as informações registradas estavam restritas à Capital e à Grande São Paulo, com um tempo de compartilhamento de dois meses via telex<sup>97</sup>. A Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), desde 1993, era encarregada de coletar e analisar estatísticas dos boletins de ocorrência em São Paulo. As informações eram recebidas da Polícia Civil e compiladas para o planejamento policial. Em 1999, as estatísticas da CAP se tornaram oficiais. Com a criação do Infocrim no mesmo ano, a CAP passou a administrar o sistema e suas permissões de acesso. Um setor da Coordenadoria foi designado para conferir uma amostra dos boletins de ocorrência para garantir a qualidade. Além disso, a CAP elaborava relatórios trimestrais de análise da criminalidade, produzia mapas para unidades policiais, redefinia circunscrições geográficas, gerenciava o serviço de Disque-Denúncia, fornecia dados para a imprensa e pesquisadores e elaborava fichas com dados municipais para autoridades estaduais.

Em 2001, o Governo Estadual expandiu a cobertura estatística para os 645 municípios do Estado. As mudanças na coleta e publicação das estatísticas estaduais foram consolidadas com a criação do Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais e a publicação mensal das informações por município, iniciada em 2012<sup>98</sup>. Desde 2013, a CAP lidera o projeto de aprimoramento do RDO da Polícia Civil de São Paulo e o desenvolvimento do Infocrim 3.0, com foco no módulo de coleta automatizada de estatísticas criminais. Isso visa padronizar e automatizar os dados, aumentando a confiabilidade e eficiência, conforme as resoluções. Atualmente, a CAP desempenha um papel estratégico na revisão e validação das estatísticas policiais, tanto para publicações mensais quanto para o sistema de metas que recompensa policiais por alcançarem reduções nos indicadores criminais. Sua presença contínua como instância estratégica na SSP é uma característica marcante da política de segurança de São Paulo e possibilita análises de longo prazo sobre o controle do crime no estado.

Vale ressaltar que o policiamento ostensivo em São Paulo é composto por conjuntos de operações que visam policiar espaços públicos, o procedimento mais característico deste policiamento é a identificação de “atitudes suspeitas”, abordagens e revistas pessoais. Institucionalmente, esse padrão é considerado próximo ao modelo preventivo de policiamento, sobretudo, porque está associado às rondas e à presença fardada da polícia em espaços públicos.

---

<sup>96</sup> Para mais informações acessar: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> [Descarregado no dia 28/12/2023].

<sup>97</sup> O telex foi um sistema de telecomunicações usado nas décadas de 1960 a 1980 para enviar mensagens de texto entre locais diferentes por meio de uma rede telefônica, utilizando números de identificação específicos e máquinas de telex para transmitir as mensagens em tempo real.

<sup>98</sup> Para mais informações acessar: <https://memoria.forumseguranca.org.br/infografico/#apresentacao> Descarregado [23/08/2023].

Ainda assim, alguns oficiais desejam uma abordagem mais ativa, pois um policiamento efetivo é o que envolve abordagens proativas porque geram temor nos potenciais infratores e demonstra ação por parte da instituição, promovendo uma “maior sensação de segurança para a população”.

A questão criminal norteia as formas de avaliação da produtividade, o que acaba por privilegiar os modelos de policiamento reativo e proativo na PMESP. As metas de policiamento consideram os números de prisões efetuadas, pessoas e veículos abordados, e objetos apreendidos – como armas, drogas ilícitas e objetos “suspeitos” – (Sinhoretto; Silvestre; Schlittler, 2014; Siena, 2017). As ações de policiamento ocorrem fundamentalmente no espaço das ruas, em estabelecimentos de circulação pública (escolas, bares, lojas, veículos coletivos etc.), já que para o ingresso de policiais em locais privados (residências, escritórios, edifícios, condomínios, escolas privadas, hospitais privados) é necessária autorização, seja dos particulares ou judicial.

**Ten. Cel. R.:** As nossas metas elas são estabelecidas pela secretaria de segurança pública, e a gente tem meta em cima de homicídios, roubo e furto de veículos, e roubos outros. A gente tem meta em cima desses três números. São metas inclusive que geram bônus. Então elas... as demandas são muitas. As que geram bônus são só essas três metas. E que cobram a gente são em cima dessas três metas... Então é o que dá mais impacto para o governo e a gente recebe... a meta normalmente tem a ver com a série histórica e eles reduzem o que eles acham que é conveniente, de 2% ou 5%, e põe aqui como meta para a gente atingir.

De acordo com FBSP, em 1999, foi iniciada uma prática de reuniões conjuntas entre delegados de polícia e comandantes da Polícia Militar em São Paulo para analisar indicadores e estabelecer metas compartilhadas. Essa iniciativa se expandiu em 2000 para todos os níveis operacionais das polícias Civil e Militar, buscando integração, cooperação e otimização de recursos. As "Reuniões de Análise Crítica" (RAC) foram estabelecidas com base no modelo Compstat de Nova Iorque. Em 2014, o governo lançou o programa São Paulo Contra o Crime, um sistema de metas que incluía bonificações para unidades policiais que atingissem as metas de redução de crimes propostas. As metas são estabelecidas em quatro níveis geográficos, com diferentes graus de cumprimento e dois tipos de bônus. O programa foi ajustado em 2014 devido ao aumento de roubos.

**Ten. Cel. R.:** Roubo de carga a gente teve um problema muito sério ano passado, este ano não está tendo. E roubo de carga tem a ver com receptor também. Então não adianta eu ficar no lugar que está roubando a carga, eu tenho que bater em quem está comprando a carga, que aí eu resolvo o problema de verdade. Roubo de veículos é a mesma coisa, não adianta eu ficar no local que tá furtando, roubando, veículos, eu tenho que acabar com o receptor.

Como bem observado por Lima e Borges (2014), a produção de estatísticas criminais deve reconhecer que as categorias e classificações são construções sociais específicas de cada

localidade. A definição do que é crime e de quem são os criminosos geralmente é determinada pelas leis, mas outros fatores sociais também influenciam a produção e seleção dos dados, afetando a agenda das instituições de segurança pública. A ocorrência de crimes envolve o acionamento das instituições, onde vítimas ou testemunhas entram em contato com as autoridades. Há casos em que eventos criminosos chegam ao conhecimento das autoridades, mas não são registrados, gerando sub-registro, que pode ser classificado em três tipos; Crimes não conhecidos (subnotificação desconhecida); Crimes conhecidos, mas não registrados (subnotificação conhecida); Crimes conhecidos e registrados. As estatísticas publicadas pertencem à terceira categoria, conhecidas como "estatísticas oficiais". As duas primeiras categorias são chamadas de cifras ocultas ou taxas de sub-registro/subnotificação.

Além disso, os autores argumentam que as estatísticas criminais são frequentemente comprometidas por erros nas práticas policiais e pela falta de treinamento na coleta de informações sobre crimes. A utilização dessas estatísticas para avaliar a eficácia de políticas de redução da criminalidade pode ser problemática. A SENASP tem investido em criar um Sistema Nacional de Estatística Criminal, consolidado em 2004 com a criação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC) e ampliado em 2012 com o Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP). Esses sistemas visam padronizar a classificação de ocorrências policiais e aumentar a coleta de dados em âmbito nacional. No entanto, ainda não há uma periodicidade regular na divulgação dessas informações. Assim, argumentam que as estatísticas oficiais oferecem uma visão distorcida da realidade, dificultando a identificação de tendências ou padrões de comportamento criminoso. Portanto, não são adequadas para explicar a *criminalidade* em nível nacional com base nos dados das instituições de segurança pública. No Brasil, ainda falta uma estrutura consistente de informação na área que permita um diagnóstico preciso sobre o crime. Para melhorar a coleta de informações, os policiais devem seguir categorias padronizadas ao registrar incidentes, evitando critérios pessoais. As estatísticas devem ser mutuamente exclusivas, garantindo que um incidente não seja classificado mais de uma vez, e a classificação deve ser exaustiva, abrangendo todos os crimes nas estatísticas.

Para Lima e Borges (2014), a coleta de informações criminais no Brasil enfrenta diversas limitações significativas que comprometem a precisão e a utilidade das estatísticas produzidas. Em alguns estados, as organizações policiais não geram estatísticas mensais sobre suas atividades, o que resulta em uma falta de dados consistentes e atualizados. Além disso, muitas estatísticas criminais carecem de detalhes cruciais, como o dia, a hora, a cidade, o bairro e a localização exata do crime, tornando difícil a análise precisa dos padrões criminais. As

circunstâncias dos crimes muitas vezes não são registradas, o que impede uma compreensão completa do contexto em que os delitos ocorrem. A visibilidade dessas estatísticas é limitada, e a divulgação irregular impede a construção de séries históricas confiáveis. Há também problemas de super-representação de alguns crimes devido à duplicação de registros, o que distorce a realidade apresentada pelas estatísticas criminais.

**Cb. J.:** Certo, vamos ver... Bom, as ferramentas que a gente vem utilizando, a intenção do estado é fazer com que as ferramentas da Polícia Civil e da Polícia Militar sejam integradas, só que é há uma dificuldade na comunicação entre esses programas que a gente tem. O Infocrim é da Polícia Civil o COPOM, COPOM online é da PM e quando você ligou 190 dizendo que seu veículo foi furtado ou roubado há necessidade de você também entrar em contato com a Polícia Civil e fazer boletim de ocorrência. Mas o contrário não é necessário, se você for até a delegacia da Polícia Civil ou mesmo via *internet* fazer o boletim de ocorrência, a PM tem o acesso. Há um problema ainda na comunicação das ferramentas, então por isso chega às vezes ser redundante você pegar... eu tenho que trabalhar com duas ferramentas para procurar os mesmos resultados e sempre ter resultados diferentes, e eu trabalhando com os mesmos parâmetros.

Além disso, não existe uma uniformidade na classificação dos delitos. Embora o Sistema Nacional de Classificação de Ocorrências Criminais tenha sido desenvolvido para padronizar a classificação das estatísticas criminais entre os estados, sua adoção ainda não foi universal. Outro desafio significativo é a subnotificação e o sub-registro de crimes. Muitos crimes não são comunicados à polícia devido à falta de confiança nas autoridades, descrença na eficiência das instituições ou pelo tempo e esforço necessários para realizar uma denúncia. A falta de tecnologia apropriada para a coleta de dados também contribui para a ineficiência no registro das ocorrências. Algumas instituições desencorajam as queixas dos indivíduos, exacerbando o problema da subnotificação como também a escassez de informações sobre as vítimas, o que limita a compreensão dos impactos dos crimes (Lima; Borges, 2014).

Em São Paulo, essa pesquisa compreendeu que o planejamento operacional e análise de indicadores privilegiam as informações coletadas a partir dos modelos de policiamento proativo e reativo. Isso porque o planejamento organizacional da PMESP focaliza principalmente as ocorrências criminais, consideradas a questão central do trabalho policial. A formação e as metas governamentais da PMESP estão direcionadas a esse aspecto, utilizando como métrica exclusiva à quantificação de ocorrências criminais, sem considerar as chamadas "questões sociais" – situações que exigem a presença policial, mas não envolvem delitos criminais. Essas ocorrências, embora representem a maior demanda da população à PMESP, são percebidas como trabalhos subalternos e onerosos para os policiais. Além disso, as fontes primárias que alimentam a base de dados são provenientes do BO e BOPM, informações de policiais que atuam na rua e, em menor proporção, e dos CONSEGs. Os dados criminais

coletados definem as regiões em que serão realizadas as operações, posicionamento de viaturas ou patrulhamento, integrados a plataforma SIOPM, permitindo a produção de mapas e *hotspots* de crimes definidos no programa de metas.

Contudo, como podemos observar a partir da fala de um interlocutor, as características do policiamento ostensivo, que lida principalmente com crimes patrimoniais e de drogas, juntamente com as metas estabelecidas e os dados primários coletados, acabam direcionando o policiamento para as comunidades e periferias da cidade. Isso, por sua vez, influencia o planejamento das operações, a análise de indicadores, o mapeamento de áreas de calor (com concentração de registros de ocorrências criminais) e a distribuição das viaturas, que são frequentemente enviadas para os mesmos locais. Assim, tanto as tecnologias novas quanto as antigas, os procedimentos de coleta de dados e o tratamento estatístico acabam reproduzindo as mesmas práticas de operação e seletividade.

**Ten. Cel. R.:** É o que eu falei, se a gente quantificar isso vai atrapalhar e vai ter que cumprir uma cota de... e nosso foco não é esse. A gente prende pessoas brancas, a gente prende pessoas bem-vestidas. Então vai de como a ocorrência vai ser desenvolvida. Se a Polícia Militar tivesse um direcionamento para crimes mais sofisticados, crimes de corrupção (...) gente ia começar a prender parlamentar de terno e gravata. O nosso foco são crimes violentos, roubo de veículo na rua... quem comete isso? São os jovens de periferia. (Grifo nosso).

Como abordado por Lima e Borges (2014), as estatísticas de criminalidade e violência no Brasil não são confiáveis devido à falta de sistematização e à baixa prioridade dada à cultura da informação em segurança pública pelos gestores. O processo de geração dessas estatísticas é falho desde a origem, comprometendo a objetividade e a validade dos dados. Embora alguns estados possuam sistemas de informação mais consolidados, eles ainda enfrentam problemas técnicos e metodológicos. Além disso, todo esse processo no policiamento ostensivo só ganha eficácia quando a viatura é parada, os policiais desembarcam e vão abordar os suspeitos.

#### **4.3. Segurança Pública em Transformação: O Policiamento Preditivo em Foco**

A pós o 11 de setembro, o policiamento estadunidense incorpora práticas preditivas que envolve o uso de dados para prever e prevenir crimes, com softwares algorítmicos utilizados, em departamentos policiais como em Los Angeles e Atlanta, para otimizar recursos de patrulha e medir a eficácia das ações policiais (Byfield, 2018). O policiamento preditivo aparece como uma forma avançada do agir-policial direcionado a partir de *softwares* que mapeiam “áreas de risco”, o que seria entendido como um preditor da criminalidade, ou seja, uma abordagem avançada que supostamente antecipa atividades criminosas. Esse método visa reduzir custos e aumentar a eficiência das ações policiais no combate ao crime e usa métodos estatísticos para



prever e gerenciar resultados da justiça criminal com base em grandes conjuntos de dados (Harcourt; 2008).

Este período, que vem sendo caracterizado pela adoção de práticas atuariais de policiamento, baseado em tolerância zero e na teoria das janelas quebradas, produz um progressivo crescimento do encarceramento e é acompanhado pelo desenvolvimento de políticas neoliberais. Elas têm contribuído para a mudança nas penalidades, com aumento progressivo das penas e transformações no modo de governar enfocando a criminalização da dissidência. Harcourt aponta que no plano das políticas de segurança, o neoliberalismo propõe a redução do Estado nas políticas sociais, a desregulamentação crescente dos mercados e uma ampliação de atuação estatal na punição, seguindo a lógica do modelo dos mercados e uma epistemologia que nega a construção social do crime e adota o modelo das escolhas individuais.

Essas mudanças no controle social e suas repercussões políticas do contexto estadunidense são observadas por Simon e Silvestre (2017), que argumentam que a crescente demanda por medidas punitivas e uma abordagem mais dura em relação ao sistema penal resultou em um tipo de "governo através do crime", onde vários atores políticos e institucionais direcionam suas ações de acordo com o discurso contemporâneo de punição. Essa dinâmica parece ter impactado o funcionamento da democracia nos Estados Unidos, afetando os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Na Europa, o declínio do Estado de bem-estar social coincide com o surgimento de um Estado penal, marcado por uma aplicação mais severa da lei contra os pobres e aumento do encarceramento, com sobrerrepresentação de grupos minoritários. Essas mudanças são impulsionadas pelo neoliberalismo, que propõe uma redução do papel do Estado nas políticas sociais e uma ampliação do seu papel na punição, com uma abordagem centrada na criminalização da pobreza e na vigilância dos guetos (Wacquant, 2008). Isso resulta em políticas de segurança caracterizadas pelo aumento das penas, uma abordagem baseada em dados estatísticos e um crescimento contínuo do encarceramento. Tanto nos Estados Unidos quanto nos países europeus, as políticas de assistência social estão sendo substituídas por políticas de controle baseadas na criminalização da pobreza e, no caso estadunidense, dos guetos negros (Byfield, 2018).

Na França, em relação às mudanças no campo do controle social, Mucchielli (2008) descreve que o endurecimento progressivo das políticas de segurança pública, principalmente em relação à delinquência juvenil, se tornou uma "loucura securitária", que entre 2002 e o final dos anos 2008, é caracterizada pela criação constante e acelerada de novas leis para reformar o direito e o processo penal. De acordo com Mucchielli (2016), a vigilância por vídeo passa a ser

considerada uma ferramenta de controle com potencial triplo de impacto na dissuasão, identificação de crimes e seus autores. O autor observa que embora a falta de relatórios que comprovem sua eficácia, sugerindo que seja mais uma vitrine política do que uma medida comprovadamente eficiente, a vigilância por vídeo é constantemente utilizada na França com argumentos que vão na direção da proteção do patrimônio público, gestão do tráfego rodoviário, prevenção de roubos e furtos e do antiterrorismo.

A adoção do policiamento preditivo e de tecnologias como a videovigilância é uma tendência que os oficiais paulistas recebem com entusiasmo. Em São Paulo, o videomonitoramento (ou videovigilância) é uma prática amplamente adotada para aumentar a segurança pública e proteger áreas urbanas importantes. A cidade de São Paulo possui um extenso sistema de câmeras de segurança pública instaladas em locais estratégicos, como ruas movimentadas, praças, parques, terminais de ônibus e estações de metrô. Essas câmeras são operadas por órgãos municipais e estaduais de segurança, como a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar. A prefeitura e o governo do estado de São Paulo têm implementado programas específicos de videomonitoramento em parceria com a iniciativa privada e com órgãos de segurança (Peron; Alvarez, 2019), programas que visam aumentar a eficiência na prevenção e combate à criminalidade, bem como na gestão do tráfego e na resposta a emergências.

**Cap. E.:** Você vê que são coisas simples né, essa por exemplo, colocação de câmeras de vídeo monitoramento. Radares interligados ao sistema Detecta aqui na capital tem feito o número de roubos diminuírem aqui em São Paulo.

**Sd. K.:** Então eu conheço um pouco da tecnologia da polícia, tanto das ferramentas do campo de pesquisa, o sistema mesmo que trabalha e das câmeras. As câmeras são coisas sensacionais. A câmera você encontra a pessoa no ponto de ônibus, você conta a moeda com ela nitidamente. Então o zoom que você dá, você vê a pessoa ali distante.

A Polícia Militar inaugurou sua Central de Videomonitoramento<sup>99</sup> em 23 de julho de 2008, para reforçar o patrulhamento e a sensação de segurança. No início, o sistema possuía 100 câmeras programadas para detectar situações atípicas. Instaladas em áreas de alta ocorrência, como zonas comerciais e arredores de estádios, as imagens eram monitoradas por uma equipe de 73 policiais na Central da PM, no centro da capital. As gravações ficavam disponíveis por 15 dias. Em 2013, 272 câmeras estavam instaladas em São Paulo, além de 338 em Campos de Jordão e Aparecida do Norte, com cada policial monitorando de 10 a 15 câmeras no COPOM.

<sup>99</sup> A Diretriz nº PM3 - 02/02/08 regulamenta as normas para instalação e operação das Centrais de Videomonitoramento, com distinção entre CVPM e Integração/CVOO.

Em 2014, como aponta Peron e Alvarez (2019), o governo de São Paulo firmou parceria com a Microsoft e o NYPD para implementar o Detecta, um sistema de vigilância avançado. Originalmente desenvolvido após os ataques de 11 de setembro, o Detecta, também conhecido como Domain Awareness System (DAS), tem como objetivo monitorar e rastrear comportamentos suspeitos por meio de análise de vídeos e integração de bancos de dados criminais e policiais. Essa tecnologia pode processar grandes volumes de dados para identificar ameaças potenciais e emitir alertas quando atividades suspeitas são detectadas. O Sistema Detecta exemplifica a abordagem de parcerias público-privadas com o poder público, já que transfere aos cidadãos a responsabilidade pela implementação de sistemas de vigilância integrando tecnologia, vigilância privada e cidadã para fortalecer a segurança pública e apoiar as autoridades policiais na *luta contra o crime*.

Essa iniciativa visa organizar parcerias público-privadas para governar a segurança pública, reduzir custos administrativos e promover um modelo de policiamento baseado na administração de dados e análise estatística. Assim, de acordo com os autores, o Sistema Detecta introduziu uma abordagem diversificada de policiamento, concentrando-se na regulação do movimento de pessoas em áreas específicas e compartilhando responsabilidades com organizações privadas.

O Detecta é visto como um sistema abrangente de câmeras e integração de dados, gerando estatísticas e mapas de calor para auxiliar as forças policiais na investigação de crimes. Embora o Detecta não incorpore completamente tecnologias "preditivas", como bancos de dados avançados e análise de vídeo, há uma preocupação de que esses sistemas de vigilância possam reforçar práticas discriminatórias tradicionais, aumentando a desconfiança e obscurecendo as fronteiras entre o público e o privado na segurança. A reestruturação do dispositivo de segurança e sua permeabilidade a interesses privados e transnacionais podem resultar em práticas discricionárias e discriminatórias, especialmente se vigilantes tendenciosos, cidadãos e outros atores não estatais desempenharem papéis centrais na segurança.

O Detecta busca replicar a dinâmica de prevenção e controle situacional observada em países como os Estados Unidos, ele ainda não incorpora todas as funcionalidades do DAS, como análise de imagens e reconhecimento facial. No entanto, o Detecta integra imagens de câmeras municipais e estaduais, juntamente com dados de diversos órgãos policiais, facilitando o processo de investigação para a polícia. Desenvolvido como uma parceria público-privada e expandido para áreas de classe média e alta, onde sua implementação é mais viável financeiramente, o Detecta possui capacidades de análise de imagens e geração de mapas de

calor para áreas com alto índice de crimes, melhorando a fiscalização e tornando o policiamento mais proativo. No entanto, desde sua implementação, poucas informações sobre seu funcionamento foram divulgadas. Peron e Alvarez (2019), apontam para problemas de funcionamento, ausência de funcionalidades de policiamento preditivo e fragilidade na integração de dados. Embora o Detecta tenha sido introduzido com a intenção de auxiliar na prevenção de práticas criminosas e violentas na cidade, sua eficácia nesse sentido tem sido questionada. Houve apenas uma pequena redução nos índices de roubos, e o sistema parece estar mais voltado para auxiliar investigações e monitorar áreas de mercado ilegal e com distúrbios sociais. Mesmo que alguns argumentem que o Detecta tornou a polícia mais ágil e eficiente, não houve uma redução significativa nos indicadores de crimes em bairros que adotaram o sistema. Além disso, a eficácia do Detecta na dissuasão de crimes ainda não é evidente, e há preocupações sobre seus efeitos reais na segurança pública da cidade.

Assim, os autores definem o Detecta como um instrumento para governar e monitorar fluxos de circulação na cidade, lidar com instabilidade política, riscos de terrorismo durante eventos e confrontar problemas sociais, como a região conhecida como "cracolândia". O Detecta parece mais focado em reforçar a segurança em resposta à circulação de grupos indesejados do que na prevenção de crimes. Esse dispositivo se baseia na securitização dos fluxos circulatórios, mantendo um estado de desconfiança para estabilizar e expandir sua influência. Essa abordagem combina com a ideia de securitização de questões sociais, onde a produção de insegurança na sociedade é fundamental para aumentar a capacidade de governar a segurança. O Detecta, ao se expandir em áreas de classe média e alta de São Paulo, cria "perímetros de segurança" que modulam a circulação de pessoas e reforçam práticas discriminatórias. A instalação das câmeras, aliada a algoritmos analíticos, perpetua um estado de suspeita, permitindo que agentes privados governem a circulação em áreas específicas. Esses "perímetros de segurança" não bloqueiam a circulação, mas a modulam, exigindo uma vigilância constante dos moradores. Essa abordagem, embora promova uma sensação de segurança, normaliza práticas segregadoras e preconceituosas. O vigilantismo e a formação de tais perímetros representam uma resposta desproporcional em áreas com baixas taxas de criminalidade, concedendo poder a grupos sociais e empresas privadas na governança da segurança.

O Detecta, como um conjunto sociotécnico, incorpora o olhar humano e suas subjetividades em um sistema sofisticado de visualização, recondicionando-o para modular e restringir padrões de circulação indesejados em certos espaços. O sistema depende do olhar do

vigilante e da participação ativa dos moradores, perpetuando uma cultura de controle que visa gerenciar vários aspectos da sociedade, embora exclua determinados segmentos populacionais.

A integração de câmeras de segurança com tecnologias avançadas, como Reconhecimento Facial (RF) e análise de padrões de comportamento, na visão dos operadores de segurança, permite uma resposta mais rápida a incidentes e uma melhor identificação de suspeitos. As tecnologias de RF estão se espalhando pelas cidades e gerando controvérsias. Geralmente, são apresentadas por políticos como soluções para problemas de segurança pública. Esse é, por exemplo, o caso francês, em que Mucchielli (2016) demonstra que pressões por mais segurança influenciaram a política e foram usadas como propaganda eleitoral, com a videovigilância promovida como essencial. Associada ao mercado de segurança privada e ao sensacionalismo midiático, visando gerar sensação de segurança na população, a videovigilância é ineficaz na gestão da delinquência, apesar dos altos custos, pois priorizou a vigilância por vídeo para proteger o patrimônio público, gerir o tráfego, prevenir roubos e combater o terrorismo.

De uma forma similar, Santos *et al.*, (2023) argumentam que no Brasil, questões como privacidade, financiamento de empresas privadas, uso pouco transparente da tecnologia e erros no reconhecimento de criminosos alimentam críticas e controvérsias sobre essa tecnologia. Destacam seu viés racial que pode levar a prisões erradas de pessoas pretas, sob a falsa impressão de eficácia e neutralidade tecnológica. O *software* de RF cria a ilusão de instantaneidade, como ao desbloquear celulares com reconhecimento facial ou ao identificar supostos criminosos por câmeras, dado que o processo de reconhecimento facial envolve capturar uma imagem do rosto, analisar sua geometria para identificar pontos de referência e criar uma "assinatura facial". Esta é então comparada a um banco de dados de rostos conhecidos, seguido pela etapa de verificação ou identificação do rosto analisado. Isso oculta as muitas etapas invisíveis e suscetíveis a falhas e vieses necessárias para esses resultados "automáticos". O processo de reconhecimento facial pode enfrentar adversidades como variações na luminosidade, uso de acessórios faciais, tatuagens e cicatrizes, o que para Santos *et al.*, (2023) pode criar "corpos de sombra" ao destacar certos aspectos dos sujeitos e ignorar outros, resultando em diferenças entre o usuário previsto e o usuário real. Assim, o reconhecimento facial pode levar a filtragens raciais.

Já Cani e Nunes (2022) argumentam que a identificação facial compara os rostos capturados com imagens alimentadas aos algoritmos de *big data*. Esses algoritmos são treinados com milhões de fotos para identificar pontos nos rostos e prever se a pessoa observada é a mesma do banco de dados. É necessário um *software* de rede neural profunda alimentado

por grandes conjuntos de dados para realizar atividades de inteligência artificial que busca simular a inteligência humana para identificar partes de imagens, textos ou áudios e fazer previsões com base nos dados de treinamento.

Todo esse processo é controverso, devido às várias formas em que ocorre, como o reconhecimento fotográfico usado, por exemplo, na composição de álbuns de suspeitos pela Polícia Civil ou pelo Fotocrim. Isso ocorre porque grande parte do trabalho ainda é manual e realizado por pessoas cujas contribuições são muitas vezes invisíveis. Além disso, esbarra em limitações como o direito à privacidade e a baixa precisão dos algoritmos, levando à proliferação de falsos positivos (Cani e Nunes, 2022). Um recente caso noticiado pelo G1<sup>100</sup> exemplifica essa situação: Um homem negro foi condenado por estupro em 2012 em São Paulo e sua condenação foi baseada em reconhecimento fotográfico. O suspeito ficou preso por 12 anos injustamente e foi solto somente após a realização de exame de DNA, que o inocentou e apontou o verdadeiro culpado.

Santos *et al.*, (2023) sustentam que desde o uso de álbum de suspeitos, que inclui imagens de pessoas envolvidas em investigações policiais e obtidas de redes sociais e outros meios, há erros no reconhecimento fotográfico devido à constante atualização, imagens de pessoas inocentes ou já processadas. Isso justificou a implementação de tecnologias atribuídas à neutralidade, como a adoção do reconhecimento facial, visto como mais imparcial, desviando a responsabilidade da tomada de decisões individuais.

Neste mesmo sentido, Cani e Nunes (2022) argumentam que as novas tecnologias, incluindo a inteligência artificial, foram direcionadas para o controle penal da população. O reconhecimento facial é usado não apenas para fiscalizar confinamentos, mas também para patrulhar áreas públicas, embora com eficácia limitada devido aos vieses algorítmicos e à alta taxa de erros, resultando em frequentes identificações equivocadas. Isso pode acarretar erros judiciais devido à identificação incorretas de suspeitos por testemunhas. A polícia desempenha um papel crucial nesses erros ou na sua prevenção, devido às presunções de “não erro” no sistema penal, que circulam por todo o sistema de justiça, desde os policiais até promotores e juízes.

O ponto central da modulação algorítmica, de acordo com Silva (2022), é a crença na neutralidade da tecnologia apresentada como infalível, enquanto suas falhas são atribuídas ao dispositivo ou aos usuários, o que gera uma "opacidade algorítmica". A suposta neutralidade

---

<sup>100</sup> Para mais informações, acessar: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/05/16/apos-12-anos-presoinjustamente-homem-condenado-por-10-estupros-e-inocentado-por-exame-de-dna-e-solto.ghtml>. Descarregado [25/05/2024].

das tecnologias esconde seu caráter político e racializado, em que discursos hegemônicos ocultam tanto os aspectos sociais da tecnologia quanto os debates raciais, dificultando a percepção de hierarquias raciais reproduzidas pela tecnologia. Silva (2022) chama esse viés de racismo algorítmico, onde a tecnologia, influenciada pela supremacia branca, reforça a classificação social racializada e a violência contra grupos minoritários. Esses grupos estão mais vulneráveis a erros tecnológicos, que podem colocar suas vidas em risco.

O levantamento realizado por Santos *et al.*, (2023) aponta que entre junho de 2019 e março de 2020, 80% das prisões resultantes do reconhecimento fotográfico envolviam pessoas negras, sendo que metade delas tinha anotações anteriores, o que explicava sua presença nos registros policiais. Os autores argumentam que os algoritmos inteligentes dependem da intervenção humana na escolha e interpretação dos dados, o que significa que a categorização nos bancos de dados reflete e reforça os padrões desiguais da sociedade. Essa "dataficação" da desigualdade amplifica e oculta discriminações humanas, tornando-as mais difíceis de enfrentar. Além disso, o treinamento do algoritmo para reconhecer rostos envolve categorizar dados brutos com critérios produzidos por pessoas, apesar da ideia de que os dados seriam naturalmente imunes a interferências.

O uso dos algoritmos está na previsão de crimes com o objetivo de otimizar parâmetros para capturar padrões amplos nos dados, não prevendo todos os crimes em todos os setores (Duarte, 2021). Para o autor, o desafio reside na compreensão dos usuários sobre como o crime futuro é previsto e o que as representações de risco realmente implicam. As escolhas políticas e institucionais estão embutidas nos cálculos algorítmicos, e a confiança na neutralidade desses algoritmos é questionável, pois refletem os interesses de quem os projeta. Embora muitos acreditem que o viés algorítmico possa ser corrigido com dados mais confiáveis, o crime é um fenômeno social complexo e os dados sobre crimes nunca foram objetivos. Os índices de criminalidade são mais indicativos dos processos organizacionais da polícia do que do próprio crime.

Em sua pesquisa sobre o CrimeRadar no Rio de Janeiro, Duarte (2023) percebeu que os serviços de previsão de crimes, embora promovidos como soluções eficazes, enfrentam escassez de evidências sobre seu impacto real. A análise preditiva é vista como uma forma de tecnocracia computacional que muitas vezes ignora os processos sociais subjacentes e a complexidade das relações sociais. Além disso, as previsões de crimes são socialmente construídas e dependem de escolhas políticas e técnicas, como a seleção de dados e a representação dos riscos de vitimização. Os programadores encontraram desafios ao lidar com a qualidade dos relatórios de crimes, que muitas vezes incluíam delitos não violentos e dados

incompletos. Isso levou à exclusão de muitos pontos de dados, especialmente em áreas pobres e recentemente urbanizadas. Esses modelos incorporam suposições da criminologia ambiental e da prevenção de crimes situacionais, mas enfrentam desafios técnicos, como incompatibilidades entre sistemas de georreferenciamento e erros na contabilização.

Desta forma, o autor chega à conclusão de que as populações mais vigiadas geralmente geram mais dados, enquanto outras têm recursos para evitar o sistema judicial. Nas favelas, os moradores são mais frequentemente denunciados como autores de crimes do que como vítimas, devido ao medo de represálias e desconfiança nas autoridades. No entanto, as favelas não produzem dados suficientes para serem identificadas como áreas de alto risco pelos algoritmos do CrimeRadar. A precisão dos sistemas pré-crime não depende apenas de recursos técnicos, mas também da compreensão da dinâmica local da violência e das decisões políticas por trás do policiamento. Esses sistemas simplificam a complexidade da atividade criminosa, transformando encontros violentos em dados manipulados por várias instituições antes de serem apresentados ao público.

#### **4.3.1. Programa Olho Vivo: Um Passo para a Transparência e a Redução da Letalidade Policial**

Quando começamos esta pesquisa, o uso de câmeras corporais portáteis (COP) ainda não havia sido implementado nos uniformes policiais. Estava em fase de planejamento e considerávamos a possibilidade de incluí-lo como uma das tecnologias a serem estudadas no âmbito da pesquisa. Nossos interlocutores acreditam que o controle policial poderia ser fortalecido com a adoção do policiamento inteligente e do CPP, integrados aos sistemas de monitoramento das atividades dos agentes através das COPs. Apesar dos esforços para melhorar a gestão das operações, o comportamento individual dos policiais ainda era colocado como um desafio, já que nenhum sistema está imune à manipulação e os desvios de condutas, que são ocasionados por erros individuais. As câmeras nos uniformes policiais e nas viaturas eram bem recebidas pelos oficiais da PMESP, pelo menos para os nossos entrevistados, pois surgem como uma solução para aumentar a transparência policial e garantir a conformidade com os procedimentos, dissuadir comportamentos agressivos e fornecer evidências de abuso ou má conduta policial e úteis para eventuais investigações.

**Cap. A.:** Agora desde o ano passado, está em fase de implementação as câmeras portáteis, fica acoplada ao corpo do policial. Essas câmeras transmitem dados de imagem e áudio. Como está em fase de implantação, qual que é o meu projeto de pesquisa? É fazer uma integração entre esses dados de imagem e de voz nesse sistema que já existe que transmite localização, transmitir ocorrências de maneira que a



hipótese é: será possível o gestor além de ter acesso a localização da viatura ter acesso a imagem que está sendo gerada, ao áudio que está sendo gerado em tempo real?

Entre os anos de 2020 e 2022, em 62 batalhões do estado, o uso de COPs, fixadas nos uniformes policiais, foi devidamente implementada. Nomeado de Programa Olho Vivo, o objetivo é reduzir o uso da força, fortalecer os mecanismos de controle, aumentar a produtividade como também a capacidade operacional, resultando na percepção de que a utilização dessas câmeras durante o patrulhamento é um sinal de profissionalismo das forças policiais (FBSP, 2023).

Esse período coincidiu com o início do isolamento social devido à Pandemia de Covid-19, além de ser um momento em que o pesquisador não possuía nenhuma bolsa de pesquisa e estava desempregado. Como mencionado anteriormente, isso impossibilitou a continuidade das investigações com observações de campo. Como resultado, esta pesquisa se limitou a discutir esta seção com base na revisão bibliográfica.

De acordo com o Fórum, a PMESP optou por um modelo de licitação baseado em comodato, em vez de adquirir os produtos diretamente, o que reduziria os custos relacionados à manutenção e substituição das câmeras. Por meio desse método, a PMESP contratou serviços para a solução integrada de captação, armazenamento, transmissão, gestão e custódia de evidências digitais provenientes das câmeras operacionais portáteis utilizadas nas atividades policiais. A implementação das COP pela PMESP se destaca pela gravação contínua de imagens e sons. É uma abordagem inovadora, ao contrário de outras polícias, onde a gravação ocorre apenas com o acionamento intencional, as COP da PMESP registram todo o turno de serviço dos policiais, incluindo momentos sem ativação da gravação, chamados de vídeos de rotina, e aqueles com acionamento deliberado, denominados vídeos intencionais.

Os vídeos de rotina afetam diretamente a discricionariedade dos policiais militares, pois elimina a agência dos policiais na ativação das gravações, que ocorrem de forma contínua, eles não têm autonomia para decidir o que gravar, embora possam remover as COP em certas situações, como no uso de banheiros e durante as refeições.

Como apontado pela nota técnica do Instituto Sou da Paz (2023), as COP, atualmente Axon Body 3, são usadas no peito dos policiais, oferecendo um ângulo de captação privilegiado e evitando desacoplamentos acidentais. Esta disposição se diferencia de outras formas de transporte das câmeras utilizadas em outros lugares, como nos ombros ou na cabeça. Essa configuração é preferida devido à melhor captação de imagens, especialmente das mãos durante as interações policiais. O *software* de gestão dos dados gravados pela COP é o Sistema de Gerenciamento, Custódia e Compartilhamento de Evidências Digitais (Evidence) que

transforma os dados em informações para uso interno e externo à PMESP. Os dados são armazenados em nuvem, o que oferece vantagens econômicas e escalabilidade de armazenamento, especialmente devido ao volume de dados gerados pelas COP. O Evidence é utilizado por diversos usuários, desde patrulheiros até comandantes da PMESP, com planos de incluir outros *stakeholders* como a Polícia Civil, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário estadual. Cada usuário possui credenciais específicas que determinam seus privilégios no sistema, mas nenhum deles pode editar as imagens. Patrulheiros podem revisar e etiquetar seus vídeos intencionais, enquanto o POP exige que eles registrem abordagens sem ocorrências despachadas previamente à Central de Operações, sob a codificação "Z13".

A COP utilizada pela PMESP possui uma característica importante chamada "*buffer* pré-evento", que permite a gravação de dados ambientais antes do acionamento do botão de gravação pelo usuário. Isso permite recuperar até 90 segundos de gravação anterior ao momento em que a gravação é iniciada pelo policial, graças a uma função de gravação intencional.

Os supervisores (sargentos, subtenentes e tenentes) podem visualizar vídeos intencionais, auditar etiquetas feitas por subordinados e adicionar observações. Normas internas exigem auditorias em pelo menos três vídeos (dois para sargentos e um para tenentes) gerados por seus subordinados. Operações e supervisões podem ser feitas por estações de trabalho, equipamentos em viaturas ou aplicativos em *smartphones*. Capitães, maiores, tenentes-coronéis e coronéis têm acesso a vídeos de rotina apenas em casos de procedimentos disciplinares ou criminais. O *upload* dos dados é feito quando a câmera é acoplada à doca junto ao Serviço de Dia, permitindo carregamento independente da atividade do policial, garantindo celeridade.

Para o FBSP (2023), as câmeras operacionais portáteis são cruciais para controlar o uso da força letal e proteger os policiais. No entanto, essa tecnologia não deve ser considerada uma solução completa para os desafios relacionados ao uso da força policial. A implementação do Programa Olho Vivo faz parte de um esforço mais amplo para fortalecer a governança, o controle e a responsabilidade na gestão do trabalho da PMESP.

A implementação das câmeras corporais nos uniformes dos agentes da PMESP teve um impacto significativo na redução da letalidade policial, como apontado pelas pesquisas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (MONTEIRO; FAGUNDES; GUERRA; PIQUET, 2022) e do FBSP (2023). Desde 2020, introdução das COPs registrou uma diminuição de 85% na letalidade como também resultou em uma dedução notável nas mortes violentas de adolescentes. Os batalhões que adotaram as câmeras corporais registraram uma queda de

76,2% na letalidade dos policiais militares, em comparação com os 33,3% nos batalhões sem essa tecnologia. As câmeras corporais evitaram em média 0,81 mortes por intervenção policial por mês em cada batalhão participante do programa. O uso das câmeras contribuiu para uma redução significativa do uso da força letal, com aproximadamente 104 mortes evitadas ao longo de 14 meses, apenas na região metropolitana da capital. A letalidade policial em São Paulo reflete o perfil nacional das vítimas de intervenções policiais, com predominância de jovens, do sexo masculino e negros. A implementação das COP contribuiu para um declínio significativo na mortalidade de adolescentes, embora a letalidade policial ainda seja três vezes maior entre negros do que entre brancos.

Como observam Jesus e Duarte (2023), há aspectos pouco explorados, como o impacto das câmeras nas abordagens policiais e seu uso no sistema de justiça criminal. As imagens raramente são usadas em audiências de custódia, e defensores têm receio de solicitar registros por possíveis implicações negativas, além de obstáculos para acessar as imagens, como atrasos e edições. Em audiências de instrução e julgamento, vídeos são usados como provas, mas juízes frequentemente confiam mais no testemunho dos policiais. Os autores também argumentam que dentro dos batalhões, as COPs são usadas para punir pequenos desvios de conduta em vez de controlar a letalidade ou combater a corrupção e que mulheres policiais temem o uso inadequado das imagens em espaços íntimos. As COPs também afetam outras áreas da ação policial, como prisões em flagrante e atendimentos de perturbação do sossego, com dados mostrando efeitos variados nas apreensões por tráfico e registros de violência doméstica, além da falta de transparência que dificulta pesquisas mais robustas.

Portanto, a implementação de câmeras filmadoras nos uniformes de policiais é uma ferramenta tecnológica que demonstra resultados significativos na redução da letalidade policial e controle do uso desproporcional da força dos agentes. Seu impacto reflete diretamente nas questões da desigualdade racial como também da adaptabilidade de uma polícia mais compatível com a democracia. Todavia, não há garantias de continuidade e expansão da política pública, em vista que a gestão do atual Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, como descreve Jesus e Duarte, parece inclinado a descontinuar o projeto de câmeras corporais, negligenciando a importância de avaliações independentes para melhorar a política.

O Governo de Tarcísio considera que o uso de câmeras nos uniformes não oferece segurança efetiva aos cidadãos além de produzir uma “desvantagem (dos policiais) em relação

ao bandido”<sup>101</sup>. Aliás, uma de suas promessas durante a campanha eleitoral foi a de retirar o Programa Olho Vivo e, por conseguinte, as câmeras corporais das fardas dos policiais. Em 2023, o governo de São Paulo, sobre a gestão de Tarcísio, em uma tentativa de sucatear a política pública, cortou R\$ 98 milhões do orçamento da Segurança Pública, redirecionando os recursos para o pagamento de diárias de policiais militares. O Programa Olho Vivo, que utiliza câmeras corporais, teve um corte de R\$ 15 milhões, reduzindo cerca de 10% do seu orçamento previsto de R\$ 152 milhões<sup>102</sup>.

Em 2024, em vista das críticas endossadas pelas entidades de segurança pública, direitos humanos e de parte da sociedade civil<sup>103</sup>, e por conta da ampla cobertura midiática, o governador lançou um edital para a contratação de 12 mil novas câmeras para a Polícia Militar, contudo, optou por mudar as regras de captura e armazenamento das imagens das abordagens policiais<sup>104</sup>. Seu desejo é que o acionamento remoto das novas câmeras corporais seja realizado pelo COPOM ou pelos policiais através da permissão de gravações intencionais. Atualmente, as câmeras dos policiais registram de forma ininterrupta todo o turno, sem opção de escolha, e as imagens são arquivadas por 90 dias, com resolução menor e sem som ambiente. Os vídeos intencionais, acionados propositalmente pelos policiais, têm som, resolução superior e ficam armazenados por um ano. No novo edital, apenas as gravações intencionais são mencionadas, com a possibilidade de acionamento remoto pelo COPOM ou pelo policial, e os vídeos serão transmitidos ao vivo para a central da corporação.

Alguns pesquisadores, organizações populares e instituições argumentam que essa mudança, ao deixar a decisão de ligar a câmera a cargo dos policiais, pode dificultar investigações de violência policial, aumentar o uso indiscriminado da força, dificultar a produção de provas e diminuir a proteção dos próprios policiais em situações de risco ou com condutas questionadas<sup>105</sup>. Eles destacam que as câmeras também protegem jurídica e fisicamente os policiais, apaziguando abordagens e servindo como evidências contra as

<sup>101</sup> Para mais informações acessar: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/tarcisio-promete-retirar-cameras-de-uniformes-de-pms-se-eleito/> [05/12/2022].

<sup>102</sup> Para mais informações acessar: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/05/tarcisio-corta-r-98-milhoes-de-acoas-da-seguranca-publica-em-sp-e-tira-r-15-milhoes-da-verba-de-programa-de-cameras-corporais.ghtml> [22/11/2023].

<sup>103</sup> Para mais informações acessar: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/05/24/entidades-de-seguranca-publica-e-direitos-humanos-dizem-que-novo-edital-precariza-programa-de-cameras-da-pm-em-sp.ghtml> [28/05/2024].

<sup>104</sup> Para mais informações acessar: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/05/23/cameras-corporais-tarcisio-defende-que-o-acionamento-remoto-vai-garantir-mais-controle-sobre-as-gravacoes-das-ocorrencias-policiais.ghtml> [29/05/2024].

<sup>105</sup> Para mais informações acessar: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/05/24/entidades-de-seguranca-publica-e-direitos-humanos-dizem-que-novo-edital-precariza-programa-de-cameras-da-pm-em-sp.ghtml> [05/06/2024].

acusações injustas. As entidades alertam que eliminar a gravação ininterrupta e deixar o acionamento a cargo dos policiais pode reduzir esses benefícios. As organizações também apontam que os requisitos técnicos para a licitação das câmeras corporais não estão claros em comparação com os editais de 2020 e 2021. O novo edital exige que as empresas comprovem a capacidade de fornecer apenas 500 câmeras, 4% do total, enquanto em 2020, exigia-se a comprovação de capacidade para fornecer pelo menos 50% do objeto licitado.

No dia 11 de junho de 2024, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública divulgou uma portaria regulamentando o uso de câmeras corporais por policiais em todo o país (648/2024)<sup>106</sup>. A portaria estabelece três formas de acionamento dos equipamentos: automático: gravação contínua durante todo o turno do policial (modelo preferencial) ou programada para determinadas ações ou geolocalização; remoto: acionamento feito pelo sistema após decisão da autoridade competente e; pelo próprio policial: para preservar a intimidade durante pausas e intervalos no trabalho.

Como apontado por Bueno e Carvalho (2024), esperava-se que as normas federais fortalecessem programas como o Olho Vivo em São Paulo, mas as mudanças propostas desconsideram evidências científicas e com o fim da gravação ininterrupta, não haverá comprometimento com os avanços alcançados.

#### **4.4. Tecnologias informais na PMESP**

Além de operarem os usos formais da tecnologia, os membros da PM as utilizam de modo informal de forma frequente, seja por falta de acesso aos equipamentos oficiais, como complemento ou mesmo em contextos que não estão diretamente relacionados ao policiamento, mas que podem ter influência potencial. Os *smartphones* e as mídias digitais são os dispositivos mais comuns identificados nesta pesquisa, sendo utilizados para comunicação entre os policiais, interação com a comunidade, divulgação de ações e discussões sobre questões políticas.

Como Manning (2003) havia previsto, o avanço da tecnologia e o aumento das demandas estão impulsionando a descentralização das operações policiais, com laptops, computadores de bordo e telefones celulares sendo amplamente utilizados. O autor destacou as implicações dos telefones celulares e computadores portáteis para a administração policial, especialmente para sargentos e administração de comando em campo. Embora essas

---

<sup>106</sup> Para mais informações acessar: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/PORTARIA648de2024.pdf> Descarregado no dia [05/06/2024].

tecnologias possam contornar a vigilância, oferecem potencial para melhorar a inteligência proativa e reduzir o trabalho burocrático dos policiais.

Com o avanço tecnológico, a proliferação de câmeras em celulares aumentou a vigilância pública constante sobre os policiais durante suas interações, levando-os a ajustarem seus comportamentos. No entanto, alguns veem essa vigilância como negativa, argumentando que ela pode provocar respostas agressivas por parte dos suspeitos. Os policiais reconhecem que o avanço da tecnologia está mudando a dinâmica das interações entre a polícia e a população. O acesso mais amplo a informações e a capacidade de gravar e compartilhar vídeos influenciam a forma como as pessoas respondem a abordagens policiais, criando desafios adicionais para os policiais em lidar com situações potencialmente conflituosas. Para eles, apesar dos benefícios, o aumento do acesso da população a dispositivos móveis e câmeras, desperta preocupações com monitoramento das atividades policiais, incluindo organizações criminosas.

Por exemplo, durante as Operações Escudo/Verão<sup>107</sup>, um vídeo circulou pelas redes sociais onde se observa cinco policiais militares revirando uma caçamba de lixo para encontrar objetos que ajudassem a quebrar uma câmera de segurança em uma comunidade no Guarujá em São Paulo<sup>108</sup>. Nessas imagens é possível observar os agentes usando um pedaço de madeira para atingir a câmera. Os outros policiais acompanham a ação, e um deles observa a câmera com uma arma longa antes de o equipamento ser derrubado. A justificativa da PMESP é que a câmera de vigilância estava sendo utilizada em favor do crime organizado no monitoramento das ações policiais. Por outro lado, parte significativa dos policiais, durante a operação, não utilizaram as câmeras corporais, inclusive policiais da ROTA, o que impediu a análise das MDIP pelo MP. Há denúncias que as cenas dos crimes não foram preservadas e que corpos foram levados sem vida para hospitais da região afim de condicionar legalidade a operação<sup>109</sup>.

Já o uso de *smartphones* por policiais geram debates sobre sua utilidade. Em nossa pesquisa percebemos que os *smartphones* e a *internet* móvel, devido à sua rapidez para compartilhar informações, imagens e vídeos, possibilitam que os policiais acessem conteúdos sobre ocorrências, complementando as informações recebidas via rádio do COPOM. Os

---

<sup>107</sup> A Operação Escudo foi iniciada no dia 8 de julho de 2023, após a morte de um PM da ROTA em uma comunidade da Baixada Santista. A operação foi interrompida em 5 de setembro de 2023, deixando 28 vítimas por MDIP. Retomada no início deste ano, rebatizada de “Operação Verão”, seu saldo até o momento é de 56 vítimas por MDIP, algumas sobre suspeita de serem homicídios.

<sup>108</sup> Para mais informações, acessar: [https://www.youtube.com/watch?v=Y5aVTLb9R-I&ab\\_channel=CNBRasil](https://www.youtube.com/watch?v=Y5aVTLb9R-I&ab_channel=CNBRasil). Descarregado no dia [05/06/2024].

<sup>109</sup> Para mais informações, acessar: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/03/07/secretaria-da-saude-de-santos-vai-apurar-denuncia-de-funcionarios-de-que-mortos-por-policiais-foram-levados-a-hospitais-pm-tambem-apura.ghtml>. Descarregado no dia [05/06/2024].

policiais utilizam frequentemente o aplicativo *WhatsApp* para se comunicarem e mantêm grupos restritos para compartilhar imagens de placas de carros roubados, áudios e vídeos de ocorrências. Eles podem ser empregados como ferramentas de apoio, especialmente para a Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (ROCAM), já que os policiais não podem carregar *tablets* em motocicletas, e os *smartphones* oferecem as mesmas capacidades de consulta.

**Cabo J.:** Depende, entendeu, porque às vezes a gente tem fator X na rede e está proibido a comunicação, é proibido a comunicação devido à ocorrência de vulto, e o *WhatsApp* nesse, quando passa ali na hora é mais efetivo o rádio, só que às vezes a gente tem uma lista de caráter gerais, veículos produtos de roubo e furto ali, então essa comunicação é mais fácil. O pessoal, principalmente Rádio Patrulha, desculpa, principalmente o pessoal das motos que não tem um *Tablet* nas viaturas deles, entra em contato com a gente na administração via *WhatsApp* mesmo, passa a características do cara que ele abordou ali, documento e RG, e pelo próprio COPOM Online, ele aberto, a gente puxa para eles porque nem sempre eles conseguem contato via rede de rádio, a comunicação da moto via HT ela é muito ruim, então com o *WhatsApp* que a gente ali conversa, eu mesmo na administração puxo o histórico do cara para eles.

**Sd. M.:** O *WhatsApp* ajuda no seguinte, por exemplo, se eu tô empenhada em uma situação que vai demorar muito e nesse período eu teria que tá estacionado em tal lugar, aí eu falo para o meu colega: *olha, vamos trocar? Você faz o meu horário estacionamento e eu faço o seu? Que agora eu to empenhada.* (...) O *WhatsApp* é bom para isso também. Vai saber se houve um furto de um carro que a pessoa ainda não fez 190, taca no nosso grupo, placa tal, tal, tal. O indivíduo diz que é furto, na SINESP não consta nada, mas vamos olhar né, se tiver aqui você deve abordar, você deve ver o que tá acontecendo.

Contudo, esses aplicativos também são mencionados como um possível desencadeador de desatenção, pois o uso recreativo deles pode afetar a percepção do policial e o tirocínio, ou a sua segurança pessoal. Para inibir tal conduta, a PM cobra no POP a atenção ao serviço e pune os desviantes. De acordo com os oficiais, a orientação é que seja priorizado o rádio comunicador, por conta do registro das ocorrências e ações. Entretanto, muitos policiais se comunicam via *WhatsApp*, interações que não são fiscalizadas pela instituição.

**Cb. J.:** Cara tem policial que fica, tem bastante cara que fica no *WhatsApp*, ali durante o serviço, isso acaba atrapalhando o bastante a atenção, por isso que é uma das formas, não crime militar, mas uns dos meios para ser punido é a falta de atenção no serviço, isso acontece bastante com policial que tá dentro da viatura com a cabeça baixa olhando *WhatsApp*. Isso interfere bastante no policiamento, é claro que é ostensividade em si, vai dar aquela sensação de segurança como impedir que o criminoso faça alguma coisa na hora que veja a viatura e pense duas vezes antes de fazer. (...) Como facilitou bastante a comunicação entre pessoas, atrapalha bastante essa facilidade com *WhatsApp*, principalmente na eficiência que o policial poderia ter se não estivesse ali de cabeça baixa olhando o telefone o tempo todo.

A comunicação entre policiais através de aplicativos de celulares é comum, entretanto os diálogos entre PMs, como aponta o Cabo J, não são monitorados, o que pode vir a comprometer o controle institucional sobre as decisões de PMs durante as patrulhas. O uso de

aplicativos como o *WhatsApp* não está inserido no PPI ou no CPP, porém é uma tecnologia que está incorporada informalmente ao policiamento.

**Cb. J.:** Atividades de policiamento ela tem que ter registro, ela tem que ter registro. O que que eu quero dizer com isso? O Copom solicitou estar informando que estou chegando pelo DP. (...) O Copom nosso, com as alterações aí, com todo o investimento, assim, ele tem condições de gravar todas as comunicações, de gravar essas comunicações tanto é que para procedimentos disciplinares, inquéritos policiais militares, sindicâncias, muitas vezes você requisita ao chefe do Copom gravação da comunicação de dados da viatura tal, no dia tal, do horário tal e tal. E a gravação ela vem perfeita, vem escrito ali ao pé da letra, tenha erro de conjugação verbal, tenha erro de gramática, enfim, isso vai estar especificamente e dá um retorno fidedigno no trabalho do policial. Então, eu não sou, eu oriento que as coisas do serviço operacional não sejam realizadas por aparelhos particulares, a não ser uma emergência, eu preciso ligar para a companhia, a companhia tá ligando e não está chegando a minha comunicação. Numa situação emergencial sim! Nas questões operacionais rotineiras não! O cara que é bom no policiamento é o cara que sabe dar “o chapéu” no sistema para poder trabalhar. (Grifo nosso).

O uso informal de tecnologias contradiz a ideia de um policiamento científico, e mesmo com todas as tecnologias e protocolos estabelecidos, muitas vezes não há recursos disponíveis. A inteligência do policiamento não consegue prever todas as situações e estabelecer um modelo de procedimento abrangente. Embora isso não seja essencial, as entrevistas ressaltam que muitas ocorrências cotidianas são resolvidas por iniciativas individuais e com recursos tecnológicos informais, que às vezes podem entrar em conflito com os POPs. Assim, espera-se que um bom policial tenha o discernimento necessário para saber quando seguir ou contornar os procedimentos, ou seja, “dar o chapéu”.

Em minha pesquisa no município de Luziânia–GO (Cedro, 2018), já havia percebido que *WhatsApp* é um aplicativo comum utilizado no cotidiano por policiais civis e militares. O aplicativo permite a formação de redes familiares e de vizinhança, com participação de agentes das polícias, voltadas à vigilância comunitária, visando o compartilhamento de informações, monitoramento de suspeitos e notícias de crimes. Além disso, é comumente utilizado nas comunicações, sobretudo devido à velocidade para compartilhar informações, imagens e vídeos. Esses conteúdos são comumente compartilhados em grupos do *WhatsApp* e em várias páginas do *Facebook*, *Youtube*, *Instagram* e *X Twitter*. Além disso, as mídias digitais também são usadas como suporte tático durante diligências.

Em São Paulo, as entrevistas evidenciaram que tais redes são mais comuns em cidades do interior do que na capital e suas regiões metropolitanas. Para os interlocutores, isso ocorre devido ao número menor de habitantes nos municípios interioranos e por uma maior facilidade de interação com uma população mais receptiva. Na capital paulista e na grande São Paulo há evidências de que tais redes existam, mas os indícios apontam que somente uma pequena parcela da população tenha acesso a esse meio de comunicação com a polícia.



**Cap. D.:** Essa comunicação de *WhatsApp* tem, mas institucionalmente ainda não, é uma questão que já foi até discutido isso aí, já não tá na hora de fazer o atendimento via *WhatsApp*. Mas institucionalmente não, o que tem alguns modelos que a comunidade acaba criando e a gente acaba se adaptando também. Acho que também não dá para ser rígido se não o negócio não anda.

O uso da tecnologia informal evidente no policiamento ostensivo, como já apontamos em nosso artigo (Cedro, Macedo, Sinhoretto, 2021), onde a comunicação entre os agentes e a produção de conteúdo sobre o trabalho policial nas redes sociais são constantes. No entanto, enquanto as ferramentas oficiais de tecnologia da informação auxiliam no aumento do controle e transparência das atividades policiais, o uso informal de celulares vai de encontro a essa tendência, reduzindo a capacidade institucional de controle sobre as operações policiais.

### **Conclusão da seção**

No último século, tem-se observado um aumento significativo na profissionalização das forças policiais, acompanhado pelo predomínio da formação militar em áreas que se tornaram progressivamente mais complexas e dependentes de ferramentas tecnológicas. No século atual, a introdução de tecnologias cada vez mais sofisticadas tem desempenhado um papel fundamental na transformação da autopercepção e da identidade dos profissionais da segurança pública: de meros executores de tarefas a gestores de dados, e de agentes artesanais a cientistas forenses.

Observa-se um crescente conjunto de demandas sobre o policiamento, provenientes de diversas correntes ideológicas – tanto conservadoras quanto humanitárias – tanto dentro quanto fora da instituição, o que coloca pressão sobre a prática policial. Nesse sentido, o controle do crime e do policiamento está intrinsecamente ligado à adoção de mecanismos que promovam uma abordagem mais inteligente e sofisticada na aplicação da lei. Surgem clamores por definições mais claras dos procedimentos operacionais, delineamento preciso de atribuições e a necessidade de especialização nas funções policiais.

Por um lado, há a percepção de que a adoção de ferramentas de mediação e tradução no trabalho policial pode reduzir a discricionariedade. Por outro lado, é crucial reconhecer que os usos da tecnologia têm implicações políticas, uma vez que são amplamente empregados para aumentar a produtividade policial, como em suspeições, abordagens, apreensões, prisões e registros, mas são pouco utilizados para promover transparência nas operações policiais e para controlar abusos e práticas discriminatórias.

O debate político em torno do Programa Olho Vivo e do uso de câmeras corporais evidencia que, embora seja possível coletar imagens, as decisões políticas têm o poder de

alterar a finalidade e a relevância dos produtos tecnológicos na perpetuação ou na mitigação das desigualdades e violências.

Além do debate político em escala macro, surgem as resistências cotidianas por parte dos policiais ao aumento da vigilância e supervisão de seu trabalho nas ruas. Apesar das potenciais capacidades de controle proporcionadas pela tecnologia, as decisões tomadas durante o patrulhamento continuam a depender do discernimento e suspeição dos policiais. Estes ainda recorrem a usos informais das ferramentas e encontram maneiras de contornar as regras estabelecidas. A constante pressão por produtividade ainda promove a adoção do método "se vira" e o contorno da vigilância instituída.

## 5. Racismo, Policiamento Ostensivo e Novas Tecnologias

Nesta seção, explora-se a interligação entre racismo, o emprego de tecnologias e o policiamento ostensivo, abordando os procedimentos, muitas vezes assistidos por tecnologias, que resultam em efeitos discriminatórios.

Os estudos do GEVAC (Sinhoretto; Silvestre; Schlittler, 2014; Schlittler; 2020; Sinhoretto *et al.*, 2021; Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022) apontam que em São Paulo, a abordagem é uma das principais técnicas utilizadas no policiamento cotidiano, principalmente de policiais militares que atuam nas ruas. O uso recorrente do *tirocínio* policial provoca uma filtragem racial que reforça práticas de seletividade de pessoas negras, que geralmente residem nas grandes periferias paulistas. Por consequência, a criminalização deste grupo consente com o uso excessivo da força, da violência e letalidade, principalmente quando a polícia opta pelo combate violento do crime, que aflige corpos negros.

A atual PMESP e os governos têm apostado na modernização tecnológica, com investimento em ferramentas de informação para o planejamento inteligente do policiamento, controle do crime e das ações policiais. Porém, nossos estudos revelam que em São Paulo, mesmo com toda tecnologia, organização científica e procedimento, a abordagem policial é ainda a principal técnica empregada no policiamento ordinário. A frequente utilização desse procedimento resulta em uma filtragem racial que amplifica práticas de discriminação contra pessoas negras.

Esse modelo de policiamento rivaliza com a construção de uma agenda política que enfatiza as realidades e vulnerabilidades dos negros no Brasil, sobretudo jovens. Casos de denúncias de abusos contra populações negras têm se elevado e ganhado destaque nos últimos anos no Brasil, assim como nos Estados Unidos. A implementação de técnicas policiais, o uso de ferramentas de análise criminal, protocolos de abordagem e a formação contínua dos policiais são frequentemente considerados como garantias de que a técnica é capaz de neutralizar as preferências pessoais dos policiais, mesmo que estes possam ter inclinações racistas. No entanto, apesar desses esforços, a discricionariedade e as práticas de policiamento seletivo baseadas em raça persistem, muitas vezes fortalecidas por mapas criminológicos e sistemas de reconhecimento facial tendenciosos.

### 5.1. Estado racial, colonialismo, racismo e policiamento

Na América-Latina, Estados Unidos e Canadá, a violência policial pode ser vista como um resquício do colonialismo. Trata-se de uma perspectiva decolonial, a partir das leituras de

Fernandes (2006; 2007), Hasenbalg (2005), Guimarães (2002; 2006), Bhabha (2013), Quijano (2005), Maynard (2007), Segato (2012) e Byfield (2018), em que é possível compreender o racismo como efeito do processo histórico de distintas relações de dominação e formas estruturantes de saber e poder que conformam o pensamento político, criminológico e policial. No que concerne às Américas, nas sociedades em que houve um sistema escravocrata, a violência física e a punição brutal contra segmentos sociais, sobretudo negros, nunca foram completamente abandonadas como forma de controle social (Costa, 2004. p. 51)<sup>110</sup>. Portanto, é possível compreender que as desigualdades raciais produzidas durante a escravidão permanecem na sociedade atual.

O conceito de Estado Racial, apresentado por Byfield (2018), oferece uma perspectiva valiosa para compreender este processo contínuo. A autora destaca, por exemplo, que nos Estados Unidos, a herança dos tempos coloniais escravocratas perpetuou traços de desigualdade na sociedade contemporânea, levando alguns acadêmicos a argumentarem que um Estado Racial foi estabelecido no país. Esse legado histórico de escravidão e colonialismo possibilitou a primazia dos brancos e a marginalização dos negros, especialmente em termos de distribuição demográfica, econômica e de poder.

No estado racial, a polícia desempenha um papel relevante. Durante o período colonial, a função da polícia era proteger os colonos europeus, suas propriedades e reprimir nativos americanos e escravos. Após a abolição da escravidão, as patrulhas escravistas foram transformadas em forças policiais e milícias repressivas, como a Ku Klux Klan. Para Maynard (2017), o racismo contra negros foi reformulado para sustentar o mito da tolerância racial, ignorando problemas como escolas segregadas, discriminação no emprego e na moradia, e a presença da Ku Klux Klan.

Segundo Byfield (2018), historicamente, no contexto Norte-americano, observa-se a predominância de um "olhar branco" dentro das instituições de justiça e policiais, caracterizado por uma vigilância racial. Esta vigilância tem uma base tanto administrativa, com lógicas e leis institucionais racistas e segregacionistas respaldadas pelo estado, quanto disciplinar, evidenciada por um sistema de policiamento privado/comunitário que intensificou a vigilância e repressão brutais sobre negros e nativos americanos. Para a autora, a legitimidade do uso da força pelas instituições policiais ainda está parcialmente ligada a um ideal de uma minoria

---

<sup>110</sup> A violência policial, que é um tipo especial de violência cometida pelo Estado e seus agentes contra o cidadão (Costa, 2014 p. 12). O uso da força é diferente da violência policial, ela possui um caráter flexível. Uma determinada prática policial vista como legítima legal e até normal pode ser interpretada como violenta, ilegítima e ilegal em outra época ou sociedade.

branca dominante, já que a moral que valida e define a atuação legal do policiamento foi baseada em políticas públicas segregacionistas. Os negros estadunidenses viviam em uma democracia onde não tinham *status* de cidadania e encontravam nas forças policiais um papel repressor. Byfield ilustra esse fenômeno com as leis anti-miscigenação do século XIX, que incorporavam domínios legais, procedimentos e práticas estaduais destinadas a controlar as interações das pessoas com o objetivo de manter a supremacia branca e a subordinação dos negros.

Embora o preconceito racial no Brasil possa não se assemelhar ao caso dos Estados Unidos, ao observar a história do racismo e discriminação, é plausível afirmar que o país também se caracterizou como um estado racial em que o policiamento exerceu e exerce um controle e vigilância de corpos negros. Primeiramente, o estado racial no Brasil pode ser explicado pela resistência da lógica da colonização enraizada na base da estrutura social, econômica e política brasileira. A escravidão foi sustentada pelo Estado por séculos, assim como observou Maynard (2017) em diversos contextos, durante os quais a atribuição de inferioridade negra e abusos físicos e psicológicos foram comuns. A autora argumenta que à medida que a população negra contestava a escravidão, a visão de que eram insolentes, preguiçosos e perigosos se intensificava. Proprietários buscavam encarcerar escravizados revoltosos, e a justiça reconhecia o direito de propriedade dos brancos sobre os escravos fugidos e recapturados.

No Canadá, Maynard explica que a escravidão deixou um legado de trabalho não livre e afetou a subordinação dos trabalhadores negros no mercado de trabalho enquanto imigrantes brancos eram apoiados por políticas migratórias. Os proprietários brancos foram compensados após a abolição, mas os negros não tiveram acesso igual a terras e crédito financeiro. Embora negros canadenses tenham participado ativamente da campanha abolicionista, suas manifestações foram reprimidas. Após a escravidão, houve uma transição para o regime de segregação, com escolas separadas para brancos e negros e serviços diferenciados. Crianças negras eram vistas como ameaças às crianças brancas, e relações interracialis eram indesejadas. Homens negros eram considerados ameaças para mulheres brancas e as mulheres negras continuaram em funções domésticas. Maynard argumenta que a escravidão mudou o *status* e o significado da pele negra, criando uma sociedade racialmente dividida onde vidas negras valiam menos. Atributos negativos como subserviência, criminalidade, falta de inteligência e periculosidade foram associados aos negros, transformando um estatuto legal (escravo) em uma condição biológica (negra). Negros eram criminalizados e associados ao crime e perigo, a imagem do homem negro como estuprador foi propagada enquanto a violência sexual contra

mulheres negras era desconsiderada e muitas vezes resultava em acusações contra as vítimas. Para mulheres negras, a prostituição era uma opção econômica, mas também era vista como um sinal de perigo público e degradação moral.

No Brasil, Florestan Fernandes (2006; 2007), em seu estudo clássico, destaca que a transição da ordem escravocrata para a ordem competitiva capitalista deveria, teoricamente, resultar em alguma melhoria nas desigualdades sociais, especialmente no que diz respeito às questões raciais. No entanto, sob o modelo capitalista, o negro enfrenta uma falta de representatividade e é compelido a se ajustar a um novo mundo ao qual não se sente parte integrante. Apesar do avanço econômico dos mercados, da industrialização e do desenvolvimento do direito racional, a posição social do negro permanece comparável à da era escravocrata ou pós-escravidão, resultando na manutenção dos padrões sociais estabelecidos. Florestan compreende que na sociedade liberal capitalista, a ordem competitiva brasileira não é determinada apenas pelos modelos econômicos, mas também pela distinção da cor da pele, onde o negro ocupa uma posição social subalternizada. Isso resulta em um desajuste que o impede de competir plenamente na ordem capitalista e o relega à margem do sistema. De acordo com o autor, o negro é integrado na sociedade capitalista de maneira inferior, sempre ficando atrás de outros grupos ou indivíduos.

Outro autor que enriquece nossa compreensão dos efeitos contínuos da subordinação e discriminação da população negra no Brasil é Carlos Hasenbalg (2005). O autor destaca o estabelecimento do controle social sobre os corpos negros por meio de três elementos principais: a) os *Controles Ideológicos*, que englobam o mito da Democracia Racial, que negava a diferenciação no tratamento com base na cor da pele, levando pessoas negras inseridas em uma sociedade que se autoproclamava multirracial e justa a se culparem por suas condições sociais, muitas vezes de miséria e privação absoluta; b) *A Cooptação Social*: que é fundamentada na noção de continuidade e cor, uma vez que a ausência de uma classe intermediária de brancos frequentemente exigia que a classe hegemônica recrutasse, dentre a população negra, indivíduos, especialmente mestiços<sup>111</sup>, para ocupar cargos de administração e desfrutar de prestígio social. Esse tipo de estratégia impede o estabelecimento de alianças fundamentadas em uma experiência comum de discriminação, já que o racismo poderia ser solucionado em nível individual; e c) *A Pura Repressão*: acionada quando os dois mecanismos

---

<sup>111</sup> De acordo com Costa e Schucman (2022), o mestiço representa uma identidade racial complexa, muitas vezes confusa, difusa, negada e afirmada e se relaciona com a uma das dimensões mais emblemáticas do racismo à brasileira, especialmente porque dentro desse grupo há variações entre o mestiço com características nitidamente brancas e o mestiço fenotipicamente negro.

sutis anteriores falham em surtir efeito sobre a população negra, e aqui há uma grande contribuição do policiamento como veremos mais adiante. De acordo com Hasenbalg, as dimensões do controle se difundem pela sociedade, não se limitando apenas à ação do Estado, o que o sociólogo descreve como um "Autoritarismo Difuso" (p. 267).

Cabe lembrar que o mito de igualdade e democracia racial se torna um paradigma dominante e influencia a percepção geral da sociedade brasileira durante o século XX, obtendo o consentimento tácito da elite branca (Guimarães, 2002). Esse mito contribui para a estagnação da situação, promovendo uma aceitação passiva das tensões raciais. Os países como Brasil, Colômbia e Venezuela têm sido afetados pela imposição da ideologia de "democracia racial", que obscurece a verdadeira discriminação e dominação colonial dos negros.

Mesmo com tensões raciais menos evidentes do que em outros lugares, como na África do Sul ou no sul dos Estados Unidos, é difícil reconhecer uma verdadeira cidadania para a população de origem africana nesses países (Quijano, 2005). Na narrativa da democracia racial, as experiências de discriminação são distorcidas, levando o Estado a negligenciar a questão racial em favor da questão de classe ao ponto que “ignorar o tema racial se tornou uma forma de antirracismo enquanto buscar conhecimento sobre discriminação seria uma atitude racista, justamente por chamar a atenção para diferenças entre as raças” (Schlittler, 2020 p. 121-122).

Consequentemente, durante muito tempo, a existência de desigualdades entre as raças foi negada, o que teve um impacto direto nas políticas públicas, que eram tratadas exclusivamente como questões de classe. Classe e raça emergiram como elementos politicamente carregados, construídos socialmente como realidades objetivas, e foram integrados ao contexto brasileiro e às interações sociais como determinantes da posição de um indivíduo na sociedade, onde a cor está intrinsecamente ligada ao *status* social. No Brasil, a raça se transforma em uma questão social e um conceito analítico distinto de outros contextos. Por exemplo, a identidade de ser negro está mais associada à cor da pele do que à origem, destacando que os legados de parentesco ou as identidades nacionais entrelaçadas, como exploradas por Stuart Hall (2013), não são prioritárias para importantes setores de políticas públicas, como é o caso da segurança pública. Isso ocorre porque as instituições policiais e seus agentes têm dificuldades em reconhecer a questão racial como um elemento organizador das relações sociais.

Ainda nessa linha, Segato (2012) argumenta que um aspecto importante desse entre-mundo, caracterizada por transições entre a ordem colonial/moderna e a pré-intrusão, onde influências benignas e malignas coexistem, é a mestiçagem, ideologicamente construída como um processo de branqueamento que dilui a identidade não branca no continente. Isso inclui

tanto uma infiltração regressiva e conservadora da modernidade na comunidade quanto uma infiltração progressiva que ao mesmo tempo que propaga discursos igualitários, também introduz princípios individualistas, a lógica instrumental da razão liberal e o racismo. A perpetua influência colonizadora e intervencionista europeia enfraquece as autonomias e fragmenta comunidades enquanto promove a dependência.

Já Maynard (2017) adota o termo multiculturalismo para explicar a criação de uma identidade nacional baseada na harmonia racial e cultural. Embora visto por muitos como um ponto de transformação, também continuou a negar as hierarquias raciais contribuindo para a manutenção de uma posição subalterna das comunidades negras em relação às práticas econômicas, políticas e jurídicas, incluindo a escravidão, segregação e políticas discriminatórias de imigração, trabalho e educação. A pobreza persistente das comunidades negras resulta em violência policial, degradação da saúde física e mental, e discriminação, frequentemente descritas como uma patologia negra ou uma falha dos indivíduos negros em superar suas condições estruturais. Mesmo com atos de resistência, essas comunidades enfrentaram discriminação e criminalização.

Os brasileiros não-brancos, assim como em todo continente americano, estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo das fases do ciclo de vida individual, e que essas desvantagens são transmitidas de uma geração a outra. A Constituição Federal de 1988 não foi suficiente para garantir, na prática, o reconhecimento dos direitos sociais a setores marginalizados da sociedade. A permanência de desigualdades durante séculos tem como consequência a naturalização de abusos que vão desde a falta de garantia de direitos sociais básicos à violência policial. Compreender que o negro não foi integrado plenamente na sociedade brasileira, mesmo após a Abolição, democratização dos regimes políticos e a expansão dos direitos civis<sup>112</sup>, nos permite entender que o racismo persistiu na organização das relações sociais dos indivíduos, sendo que o negro, mesmo em sua condição de liberto, não fosse tratado como um cidadão com direitos (Fernandes; 2006, 2007).

Apesar de o Brasil aparentar uma coesão social e não apresentar tensões raciais amplamente reconhecidas pelo público, como nos Estados Unidos ou Canadá, o país ainda enfrenta profundas questões de discriminação e racismo, enraizadas em suas estruturas sociais. Os estereótipos raciais operam de maneira mais sutis no Brasil, muitas vezes expressos de

---

<sup>112</sup> Como nos demonstra Marshall (1967), no Século XX, os Estados Nações passaram a enfrentar um crescente ônus de demandas populares democráticas, onde o desenvolvimento de estados democráticos fundamentou-se na garantia das liberdades civis, na competição partidária, no sufrágio universal, na presença de mecanismos reguladores de decisões e no acesso efetivo à justiça como um direito social básico.



forma aparentemente amistosa em relações interpessoais. Embora a discriminação não tenha sido oficialmente endossada pelo Estado – pelo contrário, é abominada – a discriminação informal persiste e ocorre de maneira disseminada. O que permitiria “contatos simpáticos” (Schlittler, 2020, p. 109), entre opressores e oprimidos, entre a polícia e as comunidades negras.

Retornando ao contexto estadunidense, Byfield (2018) descreve que após o período escravocrata, as tomadas de decisões diárias das operações policiais, tais como o recrutamento de oficiais e prioridades no policiamento, foram ditadas por chefes políticos para proteger os interesses de seus eleitores, que normalmente representavam o grupo étnico branco. Esse desenvolvimento histórico possibilitou uma racialização da brutalidade policial e fez destes grupos racializados, juntamente das classes econômicas mais baixas, alvos da violência policial. De acordo com a autora citada, as políticas e práticas de policiamento impuseram e impõem uma ordem social que também é uma ordem racial tradicional, não baseada nas "normas de propriedade" de uma comunidade sobre crimes como assassinato, estupro e roubo, mas de violações de ordem racial.

A autora argumenta que nos estados raciais, como nos EUA, assim como no Brasil, é praticada uma vigilância racializada, a partir de um “olhar branco” panóptico, em que são utilizadas técnicas, políticas sociais e processos que dividem a sociedade em agrupamentos raciais. A vigilância racializada é um componente intrínseco do estado racial, uma função orgânica que é implantada através de legislação, práticas sociais e tecnologias que usam do “olhar branco” para manter o estado como espaço racial branco que constrói e reproduz categorias e hierarquias raciais. Através desse sistema, são criadas normas existenciais no qual violá-las representam ações criminais.

Além disso, este “olhar branco” implantado na vigilância racial criou uma base administrativa e disciplinar produzindo uma exclusão racial inicial, durante a era colonial e o período inicial da república, privilegiando os brancos na distribuição demográfica assim como na distribuição do poder. Foi um processo bem-sucedido que se solidificou durante a república, sendo implantado administrativamente, e teve como resultado o reforço da distância social entre o negro e o branco. A disciplina e controle recaíram sobre os comportamentos negros. Essa lógica, de acordo com a autora, persistiu nos aparatos de estado no início do século XX e continua até o presente; ou seja, os negros representam uma classe criminosa que deve ser temida e exterminada.

O problema racial nos EUA foi transformado em um problema criminal, e as injustiças raciais tiveram que ser correspondidas por medidas de combate ao crime dirigidas aos negros. A violência da multidão branca e a violência policial contra os afro-americanos posteriormente

foram tratadas administrativamente por meio de uma força policial mais “profissionalizada”. Esse foi um dos primeiros sinais do que a autora classifica como “mascaramento do poder branco” nas operações estatais. No mesmo sentido, Maynard (2017) identificou que a ação e inação do Estado mantêm as comunidades negras subalternizadas e empobrecidas, enfrentando dificuldades de emprego e serviços públicos inferiores nos bairros negros. O abandono de políticas sociais coincide com o aumento do policiamento e do encarceramento consentindo com o legado do controle dos corpos negros que permanece no sistema de justiça criminal, desde a escravidão, com políticas de vigilância invasivas e a gestão da população negra.

Encontramos mais uma vez similaridades entre os contextos brasileiros, estadunidense e canadense. No Brasil, a Justiça Criminal, ao operar sobre uma lógica punitivista, os indivíduos socialmente desprivilegiados estão inseridos em uma via coercitiva e punitiva de interação com as forças repressivas. Isso ocorre porque as discriminações sociais tradicionais encontrados na esfera social são mantidas pela Justiça Criminal, provocadas pela ineficiência do estado em garantir os direitos básicos à população preta, pobre e periférica. O que se observa no Brasil, portanto, é a existência de um segmento da população que não tem seus direitos civis assegurados, mesmo dentro do sistema de justiça, e o tipo de acesso à justiça, quando existente, reforça as disparidades presentes na sociedade ao invés de atenuá-las.

Como aponta Kant de Lima (2023 p. 6-7 apud Mendes, 2005), “a “igualdade jurídica à brasileira” é fundamentada na desigualdade de tratamento jurídico, onde cidadãos diferentes estão destinados a receber um tratamento desigual, especialmente no âmbito policial e judicial”. O autor argumenta que há um descompasso nas concepções de cidadania no Brasil que refletem obstáculos nos processos de socialização próprios da sociedade industrial, que substituem o controle repressivo por modelos disciplinares, exemplificados pela polícia. Em sociedades de iguais, a normalização das regras é possível, pois há tratamento jurídico universal. Já em sociedades de desiguais, onde o tratamento desigual predomina, é difícil legitimar regras não aplicadas uniformemente, tornando a obediência subalterna e a desobediência, embora ilegal, não necessariamente imoral.

Para Kant de Lima, as concepções liberais de direito, ensinadas como proteção contra abusos do governo ou de outros cidadãos, muitas vezes são vistas como abstratas e distantes da realidade institucional. Isso contribui para uma rejeição à igualdade formal, baseada em tratamento universal e uniforme, em favor de uma suposta igualdade material, incompatível com o capitalismo, que depende da criação constante de desigualdades. No Brasil, essa ideia de igualdade jurídica vinculada ao tratamento desigual influencia o processo penal, que adota a inquisitorialidade – marcada pela presunção de culpa, sigilo e ausência de participação das

partes – como forma de administrar conflitos entre juridicamente desiguais. Kant argumenta que a igualdade prevista no artigo 5º da Constituição, de que somos todos iguais perante a lei, pode ser interpretada de formas distintas. Isso porque há uma coexistência entre a concepção da tradição liberal burguesa, em que a igualdade de *status*, que estabelece um contrato entre o Estado e indivíduos com direitos civis mínimos comuns, justifica moralmente as desigualdades impostas pelo mercado, e a concepção inquisitorial, em que iguais em *status* tinham os mesmos privilégios, enquanto diferentes eram juridicamente desiguais.

Nossa Justiça Criminal, por se tratar de um sistema majoritariamente repressivo (Nonet; Selznick, 2010), é pautada pela interferência do poder político sobre o direito baseado em um ideal conservador de enfrentamento violento ao crime. A justiça criminal parece ignorar as desigualdades sociais e reforça ou reifica as disparidades presentes na sociedade no momento que privilegia a estratégia militarizada de controle do crime (Sinhoretto, 2010). Esse processo resulta na perpetuação das desigualdades históricas entre negros e brancos, visível nas práticas policiais marcadas pela tortura, violência física e psicológica, abusos e homicídios contra a população negra. Desde a redemocratização, são inúmeros os casos de detenções violentas sem justificativa, uso excessivo de força, mortes sob custódia e mortes em circunstâncias suspeitas, muitas vezes executadas como forma de punição ou para encobrir evidências contra pessoas negras e vulneráveis.

Retornando ao contexto norte-americano, Byfield argumenta que mesmo com o processo de profissionalização do policiamento, entre os anos de 1920 e 1970, o estado estadunidense permitiu a continuação das violações de ordem racial. Os afro-americanos estadunidenses continuaram a sofrer discriminação racial e intensa violência por parte das polícias até meados do final da década de 1960, quando levantes eclodiram em grandes e pequenas áreas urbanas norte-americanas. As críticas à “era profissional” do policiamento incluíam a alegação de que a profissionalização da polícia as levou a se tornarem “burocracias fechadas, isoladas do público e indiferentes às exigências da justiça racial” (p. 4).

Inaugura-se, após esse período, a “era do policiamento comunitário”, em resposta a manifestações contra a violência policial direcionada principalmente às minorias raciais, especialmente negros. Este novo modelo de policiamento visa criar laços entre a polícia e a comunidade, mudando o foco do combate ao crime para a manutenção da ordem e prestação de serviços à população. Nesse contexto, Bayley (2001) nos fornece exemplos da implementação do modelo comunitário de policiamento em diversas cidades norte-americanas, como em Santa Anna, onde a polícia assumiu um papel semelhante ao de assistência social, sob o pretexto de controle do crime, resultando em benefícios políticos e financeiros para a

corporação. Em Detroit, uma cidade marcada por conflitos raciais, a polícia era frequentemente percebida como preconceituosa, no qual características físicas, como a aparência e vestimenta dos negros, eram consideradas evidências de suspeição criminal, o que culminou em incidentes trágicos. As mudanças implementadas incluíram programas de prevenção ao crime, investimentos em tecnologia e realocação de pessoal para se concentrarem na prevenção e investigação criminal. Foi estabelecida uma força policial dedicada ao contato direto com a população, embora não fosse encarregada de investigar crimes ou responder a chamadas de emergência.

Em Houston, os policiais testemunharam uma mudança nos antigos padrões à medida que uma nova era de policiamento se estabelecia, especialmente após incidentes de violência policial que ressaltaram as desigualdades raciais, pois o preconceito racial era palpável em Houston, tornando os negros mais vulneráveis e inseguros. Para enfrentar o problema, um chefe de polícia negro foi nomeado, visando promover uma maior adesão às regras e valores do departamento ao introduzir diretrizes morais sobre o uso da força. Essas medidas resultaram em uma redução no uso de força extrema e nas fatalidades civis, embora práticas de policiamento baseadas em crenças e experiências de rua ainda persistissem. Apesar das dificuldades em manter equipes consistentes, devido à rotatividade de turnos, a interação mais próxima entre policiais e a comunidade revelou que as pessoas não nutriam ódio pela polícia e que seus medos eram justificados.

Costa (2004 p. 158) aponta que nos Estados Unidos, a partir da década de 1960 as pressões populares de movimentos negros exigiram a implementação de um policiamento baseado em uma filosofia comunitária, o que permitiu um maior envolvimento da sociedade nas políticas de segurança pública a fim de realizar um controle social mais democrático. Houve uma diminuição do papel reativo da polícia e aumento do preventivo, representando um distanciamento do modelo de combate ao crime para um de manutenção da ordem e prestação de serviços à comunidade, o que ainda não ocorreu amplamente no Brasil e em São Paulo.

Ressalta-se que no período mencionado, como apresentado na seção II desta tese, no Brasil, o Regime Militar reforçou a estratégia militarizada no policiamento. As práticas como o uso da tortura nas delegacias, o abuso contra prisioneiros, o emprego excessivo do poder letal, apreendidas durante a ditadura, não deixam de fazer parte das ações cotidianas da polícia após a redemocratização. A violência contra ativistas, sindicalistas, ou dissidentes políticos é alterada, passando a ser direcionada a segmentos excluídos da sociedade, geralmente pobres, prisioneiros, trabalhadores rurais e minorias étnicas (Pinheiro, 1991; Caldeira, 2000; Costa, 2004; Guerra, 2016). Essa estratégia militarizada da administração estatal de conflitos, com

amplo protagonismo da Polícia Militar, se consolida e adota a crença de que o “verdadeiro trabalho policial” envolve neutralizar os inimigos da população, combater o crime, portar armas de forma ostensiva e participar de operações especiais, muitas vezes resultando em alta letalidade como consequência intrínseca de suas ações.

Isso não significa que o policiamento no Brasil não tenha passado por reformas, pois como vimos anteriormente, houve transformações que visaram maior controle das ações policiais e a redução da violência policial, através de um novo modelo pautado na profissionalização, formação e padronização dos procedimentos operacionais. A violência policial indiscriminada se torna ilegal, porém é legitimada contra o crime – contando com apoio político, institucional e civil – o que permite a continuidade da utilização destes métodos como forma de estabelecer uma suposta ordem social. Nesse sentido, percebe-se que há um jogo político de incitar e recusar a violência policial, que afeta de forma negativa segmentos sociais marginalizados, pois não são garantidos o reconhecimento de sua cidadania, de seus direitos políticos e sociais, produzindo assim, uma aplicação desigual da lei como também da força policial (Sinhoretto, 2010).

Quijano (2005) observa que a cidadania pode oferecer igualdade legal, civil e política, mesmo para pessoas socialmente desiguais. No entanto, esse âmbito não pode ser verdadeiramente democrático se as relações sociais em outros aspectos da vida forem radicalmente antidemocráticas. Durante o processo de independência em países com uma grande população de negros, índios e mestiços, como no Brasil, para essas raças foram negadas participação nas decisões sobre a organização social e política, permanecendo marginalizadas e excluídas do novo Estado, que após a independência não refletiam a verdadeira representatividade da população colonizada. Isso cria uma situação paradoxal de Estados independentes em sociedades coloniais, que desaparece ao considerar os interesses dos grupos dominantes. O autor ainda enfatiza que nenhum país latino-americano alcançou plenamente uma sociedade nacionalizada ou um Estado-nação genuíno. A homogeneização nacional, seguindo o modelo eurocêntrico, só poderia ocorrer por meio de uma democratização radical que descolonizasse as relações sociais, políticas e culturais entre raças europeias e não europeias. No entanto, a estrutura de poder permanece organizada em torno do eixo colonial, o que resultou na construção da nação e do Estado-nação contra a maioria da população, representada por índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda domina a maior parte da América Latina, impedindo a democracia, a cidadania, a nacionalidade e o Estado-nação moderno.

Tal situação pode ser observada nos Estados Unidos, onde a burocracia estatal, a racionalização das funções de policiamento, treinamento, padronização e investimentos em novas tecnologias representaram uma virada significativa das raízes históricas do policiamento, no entanto, como aponta Byfield (2018), produziram um hiper-policiamento das comunidades negras ao invés de amenizar as desigualdades raciais. O número de detenções de negros aumentou devido a uma “vigilância excessiva” de um policiamento padronizado e formalizado por práticas discriminatórias. Isso em razão de que algumas dessas reformas foram orientadas por uma matriz conservadora que fortaleceu o racismo institucionalmente. Esse é o caso de controles sociais que surgiram com a implementação do policiamento comunitário em bairros negros de Nova Iorque, na década de 1980 e 1990, sobretudo por conta das práticas de revistas e abordagens (Stop and Frisk<sup>113</sup>), das ações agressivas da Unidade de Crimes de Rua (Street Crime Unit<sup>114</sup>) e do policiamento em áreas consideradas degradadas (Broken Windows<sup>115</sup>). Como demonstra autora, a implantação de políticas de abordagens e revistas de suspeitos em potencial se traduziu no aumento das taxas de detenção e do número de assassinatos de negros em abordagens.

Em Nova Iorque, o policiamento foi estabelecido em formas de vigilância preferencialmente de comunidades negras, fenômeno contemporâneo que está associado, de acordo com Byfield, ao desempenho de uma elite branca que busca eleger políticos que defendam seus interesses, o que inclui a gestão da segurança pública. O papel da guerra contra as drogas é descrito como central, alimentando o discurso em torno da violência policial contra as comunidades negras, ou seja, um racismo estrutural numa sociedade de bases coloniais. O produto desta política de segurança pública foi o encarceramento em massa de comunidades negras a partir do final dos anos 1990, visualmente de caráter racista (Davis, 2006), em que o

---

<sup>113</sup> A "Street Crime Unit" é uma abordagem policial focada na redução do crime nas ruas, através de patrulhamento proativo e aplicação da lei em áreas de alta criminalidade. Essas unidades são formadas por policiais dedicados a patrulhar áreas problemáticas, responder a emergências e prender suspeitos de crimes como tráfico de drogas e roubo. A eficácia das unidades pode variar de acordo com fatores como colaboração com a comunidade, treinamento policial, uso de tecnologia e contexto socioeconômico. As políticas e práticas das unidades podem mudar entre jurisdições e ao longo do tempo, conforme as prioridades e estratégias de aplicação da lei evoluem (Byfield, 2018).

<sup>114</sup> A política de "Broken Windows" é uma abordagem à aplicação da lei que enfoca a prevenção do crime e a manutenção da ordem pública, tratando imediatamente pequenos delitos e desordens. Popularizada por Wilson e Kelling em 1982, a teoria compara a desordem urbana às janelas quebradas de um prédio, sugerindo que tolerar pequenos problemas pode levar a crimes mais graves. A estratégia envolve ações proativas da polícia, como o patrulhamento comunitário, mas tem sido debatida por possíveis efeitos discriminatórios e de excesso de policiamento (Byfield, 2018).

<sup>115</sup> O conceito das "Janelas quebradas" distingue a ideia de "segurança" da taxa de criminalidade e separa "desordem" da taxa de criminalidade em nível comunitário. Eles enfatizam a importância da manutenção da ordem sobre a aplicação da lei, argumentando que crimes menores contribuem significativamente para a desordem, o que pode levar ao declínio da comunidade (Byfield, 2018).

papel da guerra contra as drogas na ampliação da violência policial contra comunidades negras evidencia os efeitos do racismo estrutural numa nova forma de segregação racial, o novo Jim Crow (Alexander; 2010).

Além disso, a partir dos anos 1980, houve uma rápida transição no controle do crime, abandonando o modelo previdenciário que visava à reintegração social dos infratores, conforme apontado por Garland (2001). No decorrer desse processo, no âmbito político, propostas que defendiam a segurança como um direito universal perderam influência, enquanto moções populistas de endurecimento penal ganharam destaque. A política passou a ser moldada por demandas punitivistas e pelo aumento das penas, gerando um governo voltado para a questão criminal, no qual diversos atores políticos e institucionais priorizaram ações baseadas no discurso contemporâneo da punição. Isso teria alterado o funcionamento da democracia nos Estados Unidos, afetando os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (Simon; Silvestre, 2017).

O controle e a busca por mais punição estão intrinsecamente ligados ao histórico segregacionista dos Estados Unidos (Byfield, 2018). Este é um dispositivo estrutural no qual líderes religiosos e conservadores adotaram o discurso punitivista, resultando em um aumento do controle penal sobre a juventude negra (Forman Jr, 2017). Segundo o autor, apesar do incremento da representação negra em instituições policiais e judiciárias, a discriminação racial no sistema penal não diminuiu; ao contrário, o encarceramento foi legitimado como solução para as desigualdades enfrentadas pela população negra em regiões com alta criminalidade.

Durante os anos 1990, as principais forças policiais globais implementaram reformas de alto impacto, combinando abordagens diversas. Estas incluíram modelos de policiamento comunitário visando melhorar o relacionamento com as comunidades locais (Bayley, 2001), além de reformas baseadas em modelos de produtividade e redução de indicadores criminais por áreas (Harcourt, 2008). Nova Iorque destacou-se como um modelo de reforma que integrou essas diferentes abordagens teóricas. No entanto, os ganhos nos indicadores e na percepção de segurança foram capitalizados principalmente pelo prefeito de orientação política de direita, Rudolf Giuliani, que promoveu um discurso populista de endurecimento penal. No final desta década, as comunidades negras nos Estados Unidos começaram a sentir os impactos do encarceramento em massa. Tumultos urbanos surgiram em resposta à brutalidade policial contra indivíduos negros, destacando os custos do novo modelo de controle criminal nas desigualdades raciais.

No Brasil, desde os anos 1970, os movimentos sociais têm criticado a violência racial da polícia, contudo, é a partir de 2007 que o movimento de juventude negra tem denunciado

de forma consistente os aspectos do racismo na ação policial, conforme apontado por Ramos (2021). Ainda assim, os intelectuais da polícia na América do Sul, mesmo estando cientes das críticas ao racismo institucional e das tensões políticas resultantes da segregação racial e dos protestos negros, parecem ignorar os estudos que abordam as relações raciais, mesmo quando importam conhecimentos estadunidenses da criminologia do controle. Eles não associam o aumento da conflitualidade entre a comunidade negra e a polícia ao modelo de policiamento, como faz a criminologia crítica nos Estados Unidos. Ao contrário, eles veem essas tensões como características inerentes à sociedade e consideram que os métodos de coleta de dados e vigilância são neutros em relação aos resultados políticos. Esse comportamento revela uma seleção dos saberes considerados relevantes, demonstrando os valores e interesses dos receptores do conhecimento importado.

Por conta disso, pesquisas de Sinhoretto (2010), Sinhoretto, Araújo e Cinquini (no prelo) e Sinhoretto e Tonche (no prelo), indicam um abandono das estratégias de prevenção à violência em detrimento da estratégia militarizada-inquisitorial, com foco em ações ostensivas, incluindo abordagens a pessoas, veículos e prisões em flagrante. Isso reflete uma tendência internacional influenciada pela política de Rudolf Giuliani em Nova Iorque, que utiliza a filtragem racial e contribui para o encarceramento em massa de jovens negros, especialmente em áreas mais pobres (Alexander, 2018; Byfield, 2018; Forman Jr., 2017).

Apesar das diversas transformações, a PM brasileira ainda não se converteu em uma força policial mais humanizada, capaz de atender às demandas de segurança pública de uma sociedade que preza pela igualdade. A PMESP, ao priorizar o policiamento ostensivo voltado para a repressão criminal, perpetuou práticas militarizadas associadas ao regime militar, o que contribuiu para a manutenção de desigualdades sociais persistentes na sociedade brasileira. Esta pesquisa constatou que a polícia negligencia questões relacionadas a injustiças sociais históricas, como o racismo e a disparidade entre classes, optando por uma abordagem que visa reprimir antecipadamente grupos historicamente marginalizados. A crença de que a PM deve combater o crime de forma implacável e que os criminosos devem ser severamente punidos, seguindo a lógica de “bandido bom é bandido morto”, afasta a PM do policiamento comunitário e preventivo.

Como Bayley (2001) descreve, as dificuldades na consolidação de algumas democracias, bem como na implementação de um modelo policial adequado, estão diretamente relacionadas às relações hostis entre a polícia e as minorias. Nos Estados Unidos e no Brasil, isso remete à criação do policiamento. As interações entre a polícia e os cidadãos negros ainda são marcadas por desconfiança, devido à falta de reconhecimento dos direitos civis e humanos



dessa população nas democracias estabelecidas. Isso porque as forças policiais historicamente refletem os interesses da elite branca, o que se traduziu em um policiamento mais agressivo e violento em comunidades negras e latinas, o que é conhecido como a “justiça do cacete”.

Nos esforços de reformulação do policiamento houve uma concentração significativa no aumento dos recursos financeiros e tecnológicos, além da adoção de novos modelos de prevenção ao crime. Nos Estados Unidos, após os eventos de 11 de setembro, o policiamento passou a priorizar as comunidades muçulmanas e imigrantes, enfatizando a prevenção do terrorismo, conforme destacado por Byfield (2018). Junto ao policiamento comunitário, emergiu uma visão baseada na inteligência, com foco na gestão de riscos. Isso reflete uma mudança de perspectiva pós-crime para uma pré-crime, caracterizada por vigilância, precaução, prevenção e busca pela segurança. Essa “nova vigilância” incorpora práticas encobertas, reconfigura a relação entre indivíduo e estado, e utiliza avanços tecnológicos em equipamentos de áudio e vídeo. Ela inclui operações preventivas, interrupção e infiltração, não requerendo a execução de um crime específico e permitindo o compartilhamento de inteligência entre agências. Inicialmente implementadas para combater crimes de propriedade, essas técnicas também foram usadas para monitorar movimentos de protesto.

Com a intenção de atacar grupos considerados terroristas, o policiamento norte americano optou por métodos vinculados às ciências atuariais para tomada de decisão. Este método, denominado como policiamento de gerenciamento de riscos, se utiliza de ferramentas tecnológicas para prever possíveis crimes, ou seja, um policiamento preditivo com um viés punitivo que determina o perfil de potenciais criminosos e tenta evitar que o crime aconteça (Harcourt, 2008). O problema, como demonstra Byfield (2018), é que as tecnologias, sejam elas de videovigilância, georreferenciamento ou reconhecimento facial, incorporaram as lógicas e práticas de uma sociedade e policiamento racista que vicia o uso dessas ferramentas conforme a racionalidade vigente.

Seguindo o modelo estadunidense, em São Paulo, como veremos adiante, a relação entre racismo, violência policial e o uso de novas tecnologias é evidenciada pelo monitoramento, georreferenciamento e coletas de informações que promovem um recrudescimento das práticas racializadas de seleção de suspeitos. Assim como nos Estados Unidos, os investimentos em técnicas e tecnologias indicam o reforço das práticas abusivas de policiamento impulsionadas pela demanda por mais punição de setores conservadores da sociedade. Embora o estado brasileiro tenha rompido com o estado racial e tenha implementado políticas de inclusão e reparação (Guimarães, 2006), a PMESP ainda opera sobre a lógica da Democracia Racial, que produz relações de dominação e subordinação racializadas. A

filtragem, a suspeição racializada e a seletividade discriminatória ainda são os principais métodos de policiamento empregados em São Paulo, porém, agora auxiliados por tecnologias e procedimentos mecanizados de discricionariedade policial.

## 5.2. Violência Policial e Discriminação Racial em São Paulo

A PMESP é reconhecida como uma das forças policiais mais violentas do mundo, devido às mortes resultantes de intervenções policiais. Dados do estudo "Policiamento Ostensivo e Relações Raciais" revelam que, entre 2014 e 2019, 4.086 pessoas foram mortas pela polícia em São Paulo (Sinhoretto *et al.*, 2021). As vítimas dessa letalidade policial são predominantemente negras, jovens e do sexo masculino, ocorrendo principalmente nas áreas metropolitanas e nas periferias da capital paulista. Por conta disso, o debate público tem intensificado as acusações de discriminação racial nas práticas policiais e de racismo institucional na condução das operações. Críticas argumentam que os jovens negros são as principais vítimas da violência letal, incluindo a perpetrada pela polícia, e que são frequentemente alvo de abordagens repressivas em vez de medidas protetivas e preventivas.

Os dados levantados pela pesquisa correspondem ao período de 2008 a 2019, e revelam que no estado de São Paulo, negros tem 2,8 mais chances de serem vítimas da letalidade policial do que uma pessoa não negra. Considerando apenas a região da Grande São Paulo, a taxa de negros mortos em decorrência de ações policiais é de 3 a 7 vezes maior do que a de não negros, a depender do ano e do distrito. Há uma concentração da letalidade policial na capital do estado, tanto para negros quanto para não negros sendo a média da capital de 300 a 350 mortes em decorrência de ações policiais e a média no interior do estado é similar à da capital, com 300 a 350 mortes por ano.

Ao observar dados demográficos discriminado por grupo étnico dos último seis anos, entre 2018 e 2023, é possível perceber que agentes da PMSEP continuam matando mais pessoas negras do que não negras.

Tabela 5: MDIP PEMSP por raça/cor – 2018-2023

| Ano   | Branca | %   | Parda | %   | Preta | %   | Amarela | %  | Ignorada | %  | Total |
|-------|--------|-----|-------|-----|-------|-----|---------|----|----------|----|-------|
| 2018  | 283    | 34% | 453   | 55% | 74    | 9%  | 0       | 0% | 10       | 1% | 821   |
| 2019  | 329    | 39% | 445   | 53% | 75    | 9%  | 2       | 0% | 14       | 2% | 845   |
| 2020  | 273    | 35% | 423   | 54% | 63    | 8%  | 1       | 0% | 20       | 3% | 780   |
| 2021  | 162    | 29% | 322   | 58% | 39    | 7%  | 0       | 0% | 28       | 5% | 551   |
| 2022  | 131    | 34% | 201   | 52% | 44    | 11% | 0       | 0% | 8        | 2% | 384   |
| 2023  | 147    | 34% | 233   | 52% | 50    | 11% | 0       | 0% | 19       | 2% | 449   |
| Total | 1178   | 35% | 1844  | 55% | 295   | 9%  | 3       | 0% | 80       | 2% | 3381  |

Fonte: SSP/SP

Tabela 6: MDIP por Negros x Não negros – 2018-2023

| Ano   | Negra | %      | Não Negra | %   | Total |
|-------|-------|--------|-----------|-----|-------|
| 2018  | 527   | 65.06% | 283       | 35% | 810   |
| 2019  | 520   | 62.73% | 309       | 37% | 829   |
| 2020  | 486   | 63.95% | 274       | 36% | 760   |
| 2021  | 361   | 69.02% | 162       | 31% | 523   |
| 2022  | 245   | 65.16% | 131       | 35% | 376   |
| 2023  | 430   | 65.16% | 147       | 35% | 430   |
| Total | 2139  | 65%    | 1159      | 35% | 3298  |

Fonte: SSP/SP

A tabela 8 apresenta a distribuição de MDIP da PEMSP segundo a raça/cor<sup>116</sup> dos indivíduos, no período de 2018 a 2023. Em 2018, o total de casos foi de 821, com a maioria sendo de pessoas pardas (55%), seguidas pelas brancas (34%), pretas (9%) e uma pequena porcentagem de casos ignorados (1%). No ano seguinte, 2019, o total aumentou para 845 casos, mantendo uma distribuição semelhante: pardas (53%), brancas (39%), pretas (9%), amarelas (0%) e ignoradas (2%). Em 2020, houve uma redução no total de casos para 780, com pessoas pardas representando 54% dos casos, brancas 35%, pretas 8%, amarelas 0% e ignoradas 3%. Em 2021, o número de casos caiu significativamente para 551. A maioria dos casos continuou sendo de pessoas pardas (58%), seguidas pelas brancas (29%), pretas (7%), e houve um aumento nos casos ignorados para 5%. O ano de 2022 mostrou um declínio contínuo nos casos, totalizando 384. A distribuição racial foi de 52% para pardas, 34% para brancas, 11% para pretas e 2% para casos ignorados. Em 2023, houve uma leve recuperação no número de casos, totalizando 449. A distribuição seguiu um padrão semelhante aos anos anteriores: pardas (52%), brancas (34%), pretas (11%), amarelas (0%) e ignoradas (2%). Ao longo do período de 2018 a 2023, o total de casos registrados foi de 3381. Desses, 55% foram de pessoas pardas, 35% de pessoas brancas, 9% de pessoas pretas, uma fração mínima (0%) de pessoas amarelas e 2% de casos ignorados.

Já a tabela 9 apresenta a distribuição de MDIP por cor/raça, segmentando entre negros e não negros<sup>117</sup>, no período de 2018 a 2023. Em 2018, o total de casos foi de 810, sendo 527

<sup>116</sup> O quesito cor ou raça é uma classificação usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2020 para denominação étnica ou racial das pessoas no Brasil. Essa classificação inclui os termos: preta, parda, amarela, indígena ou branca. Amarelo se refere à pessoa que se declara de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana. Para mais informações acessar [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642501/Manual\\_quesito\\_cor\\_raca\\_etnia\\_SF.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20quesito%20cor%20ou%20ra%C3%A7a,%2C%20amarela%2C%20ind%C3%A9gena%20ou%20branca](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642501/Manual_quesito_cor_raca_etnia_SF.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20quesito%20cor%20ou%20ra%C3%A7a,%2C%20amarela%2C%20ind%C3%A9gena%20ou%20branca). [05/06/2024].

<sup>117</sup> O termo "negro" inclui tanto indivíduos pardos quanto pretos, abrangendo uma categoria mais ampla que reúne pessoas afrodescendentes. Para a quantificação dos dados apresentados, foram excluídos os ignorados e os amarelos, o que explica a diferença no total das MDIP.

(65.06%) de indivíduos negros e 283 (35%) de não negros. No ano seguinte, 2019, houve um total de 829 casos, com uma leve redução percentual entre negros (62.73%), totalizando 520 casos, enquanto os não negros representaram 309 (37%). Em 2020, o total de casos diminuiu para 760. Destes, 486 (63.95%) eram negros e 274 (36%) eram não negros. Em 2021, o número de casos caiu para 523, com uma maior proporção entre negros (69.02%), totalizando 361, em comparação com 162 (31%) entre não negros. O ano de 2022 apresentou uma continuação do declínio no total de casos, registrando 376. Desses, 245 (65.16%) eram de indivíduos negros e 131 (35%) de não negros. Em 2023, houve um aumento no total de casos para 430, com a mesma distribuição percentual de 2022: 65.16% (430 casos) para negros e 35% (147) para não negros. Ao longo do período de 2018 a 2023, o total acumulado de casos foi de 3298, com 2139 (65%) sendo de indivíduos negros e 1159 (35%) de não negros.

Enquanto a tabela 8 ilustra uma prevalência significativa de morte de pessoas pardas e uma menor incidência relativa sobre outros grupos raciais, com variações anuais refletindo mudanças no total de casos registrados, a tabela 9 evidencia uma prevalência consistente de casos entre a população negra, que representa aproximadamente dois terços do total de MDIP, em contraste com um terço de não negros. A distribuição percentual se mantém relativamente estável ao longo dos anos, com pequenas variações. Vale ressaltar que a redução das MDIPs durante os anos de 2020, 2021 e 2022 estão relacionados ao isolamento social imposto pela pandemia de Covid 19 e, principalmente, pela implementação da COP, como apresentado na seção IV. O aumento das MDIP no ano 2023, último ano da pandemia, pode estar relacionado com a eleição de Tarcísio ao governo de São Paulo, que implementou uma política de endurecimento da segurança pública, elegendo para o comando da Secretaria de Segurança Pública o ex-capitão da ROTA e ex-deputado federal pelo Partido Liberal Guilherme Derrite, conhecido por fazer parte da “bancada da bala<sup>118</sup>” e por defender que é “vergonhoso” para um policial não ter ao menos “três ocorrências” por homicídio no currículo”. Esse período também coincide com redução do financiamento e mudanças nos procedimentos de uso das COP e do início da Operação Escudo que produziu um significativo aumento das MDIP na Baixada Santista.

No entanto, a caracterização da PMESP como uma instituição que produz e reproduz o racismo não se limita apenas à letalidade. A prisão em flagrante emerge como o resultado primordial das operações policiais e constitui um dos principais indicadores de avaliação da

---

<sup>118</sup> A expressão “bancada da bala” se refere ao grupo parlamentar formado por políticos que apoiam o armamento civil, a flexibilização das leis sobre armas e se opõem às políticas de desarmamento.

eficácia policial, sendo recompensada como parte fundamental da estrutura policial. Essas prisões frequentemente ocorrem durante patrulhas orientadas por ferramentas de análise criminal, as quais delineiam o que os policiais consideram ser o cerne do trabalho policial: priorizar a prisão em flagrante e outras atividades voltadas ao combate ao crime. Esse foco é enraizado no método de policiamento ostensivo, influenciado pelo discernimento policial, que direciona diretamente a seleção de suspeitos.

A pesquisa de Sinhoretto *et al.*, (2021) abrangeu dados quantitativos sobre prisões em flagrante no estado de São Paulo entre os anos de 2008 e 2018, examinando mais de 500 tipos de registros criminais distribuídos em 26 categorias distintas. Os cenários analisados incluíram o estado como um todo, a capital e o interior. Os principais crimes destacados foram os relacionados ao uso de drogas, crimes contra o patrimônio e atos infracionais.

No que diz respeito aos crimes relacionados às drogas, os números mostraram similaridade entre negros e não negros no estado e em seu interior, mas na capital eles foram mais frequentes entre a população negra. Quanto aos crimes contra o patrimônio, houve um maior número de flagrantes entre a população negra tanto no estado quanto na capital, enquanto no interior esses números foram semelhantes entre negros e não negros. Já os atos infracionais foram mais comuns entre os não negros em todos os cenários analisados.

Os homens representam 90% dos detidos, sendo que a capital apresenta uma maior disparidade entre negros e não negros. Isso fica mais nítido quando se observa a taxa de prisões em flagrante para cada mil habitantes. No estado pessoas negras são presas em flagrante duas vezes mais frequentemente do que não negros. A taxa de flagrantes no Estado por 100 mil pessoas negras é de 4,850 enquanto a taxa de flagrantes por 100 mil pessoas não negras é de 2,225. Em 2017, a taxa de prisões em flagrante para pessoas não negras foi 2,1 vezes maior em comparação com não negros. Entre os diferentes grupos étnicos, a taxa de prisões em flagrante é de 1,06 por 100 mil pessoas brancas, 2,3 por 100 mil pessoas pretas. Na capital, a taxa de prisões em flagrante é de 8,75 por 100 mil pessoas negras e 3,5 por 100 mil pessoas não negras. No ano de 2017, a taxa de prisões em flagrante foi de 7,1 por 100 mil pessoas pretas, 9,2 por 100 mil pessoas pardas e 3,5 por 100 mil pessoas brancas.

Tabela 7: Taxa de Prisões em Flagrante (por 100 mil habitantes) em São Paulo

| Grupo Étnico | Taxa |
|--------------|------|
| Branco       | 1,7  |
| Pretos       | 3,2  |

|            |     |
|------------|-----|
| Pardos     | 3,4 |
| Negros     | 3,4 |
| Não Negros | 1,7 |

Fonte: CAP SSP-SP e IBGE

A razão de prisão em flagrante entre negros e não negros na capital é de 2,4, pretos e pardos é de 0,9, pardos e brancos é de 2,9 e para pretos e brancos é de 2,9. Já no interior a taxa de prisões em flagrante no ano de 2017 foi de 3,4 por 100 mil pessoas negras e 1,7 por 100 mil pessoas não negras. A taxa por 100 mil pessoas brancas foi de 1,7, por 100 mil pessoas pretas, 3,2 e por 100 mil pessoas pardas 3,4. A razão entre negros e não negros foi de 1,9, enquanto para preta e parda foi de 1,06, parda e branca foi de 2,6 e preto e branca foi de 2,19.

Tabela 8: Razão de Prisões em Flagrante na Capital e Interior

| <b>Capital</b>        | <b>Razão</b> | <b>Interior</b>       | <b>Razão</b> |
|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|
| Negros vs. Não Negros | 2,4          | Negros vs. Não Negros | 1,9          |
| Pretos vs. Pardos     | 0,9          | Pretos vs. Pardos     | 1,06         |
| Pardos vs. Brancos    | 2,9          | Pardos vs. Brancos    | 2,6          |
| Pretos vs. Brancos    | 2,9          | Pretos vs. Brancos    | 2,19         |

Fonte: CAP SSP-SP e IBGE<sup>119</sup>

Os resultados evidenciam que ser não branco aumenta a probabilidade de ser alvo de ações policiais, resultando, por exemplo, em São Paulo, em um número significativamente maior de prisões em flagrante entre indivíduos não brancos em comparação com os brancos. Os dados revelam que os pretos têm muito mais probabilidade de serem presos em flagrante do que os brancos. Isso é resultante do fato de que o policiamento ostensivo se concentra principalmente em ações de combate a delitos patrimoniais e tráfico de drogas de pequena escala, que frequentemente envolvem valores financeiros baixos e suspeitos de baixa renda, enquanto crimes como colarinho branco e delitos do crime organizado, associados a classes sociais mais altas, não são alvos desse tipo de policiamento. Violência contra mulheres, LGBTQIA+ e crimes raciais não são prioridades para esse modelo policial, que direciona seus recursos principalmente para áreas estigmatizadas e crimes de baixo valor monetário, focando em indivíduos socialmente desprivilegiados considerados suspeitos.

<sup>119</sup> Os cálculos foram realizados por Vinícius Couto, coautor na pesquisa relatada em Sinhoretto *et al.*, (2021).

A escalada da violência e destes tipos de crimes urbanos são mais comuns em localidades onde há formação de bolsões de pobreza e a população está exposta a situações de risco. São áreas em que explodem conflitos violentos associados ao universo da delinquência e à violência institucional, sobretudo das instituições policiais nas suas funções de controle social (Adorno; Dias, 2014. p. 190). Ao priorizar determinados tipos de crimes e destinar recursos, tempo e planejamento para o policiamento de áreas estigmatizadas, a PMESP se concentra em indivíduos socialmente desfavorecidos. Ademais, a falta de divulgação de dados sobre o perfil das pessoas abordadas revela uma modalidade de policiamento que tende a vitimar e encarcerar um grande contingente populacional, com um evidente viés racial, sob o pretexto do controle de roubos e furtos. Isso afeta a dinâmica de toda a Justiça Criminal e da Administração Penitenciária. Sinhoretto *et al.*, (2013) analisaram a atuação policial em relação aos diferentes grupos raciais da população. O estudo revelou dificuldades em obter dados sobre o perfil racial dos abordados pela polícia, presos em flagrante e outros indicadores policiais. Embora a cor da pele seja registrada nos boletins de ocorrência, ela não é considerada nos sistemas de informação que orientam a segurança pública nos estados, sugerindo uma falta de relevância da questão racial nas estatísticas e políticas criminais.

No Sistema Penitenciário brasileiro, os dados sobre encarceramento evidenciam uma maior vigilância policial sobre a população negra, refletindo-se na concentração do número de prisões em flagrante nesse grupo (Sinhoretto, 2014, p. 24). A superlotação carcerária, ou hiperencarceramento, como aponta Sinhoretto, resulta da prisão de uma clientela em situação de vulnerabilidade social, principalmente homens detidos em flagrante por pequenos delitos, como crimes patrimoniais e ligados ao tráfico de drogas. No Brasil, entre 2005 e 2013, o encarceramento cresceu 81%, com um marcado viés racial, social e de gênero (Lima; Silvestre; Bueno, 2015). Homens jovens e negros constituem a maioria dos encarcerados, bem como das vítimas de violência letal e letalidade policial (Sinhoretto, *et al.*, 2014).

Em 2022, de acordo com o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), houve um aumento na população prisional do Brasil, com 832.295 pessoas encarceradas, um crescimento de 0,9% em relação ao ano anterior. A maioria dos presos são jovens de até 29 anos (43,1%) e negros (68,2%). O estudo do FBSP aponta que apesar do aumento no número de presos, houve uma queda de quase 40 mil vagas no sistema prisional devido a mudanças na metodologia de contagem em alguns estados, como o Paraná e Pernambuco. A superlotação das prisões continua sendo um problema grave, com 230.578 pessoas a mais do que a capacidade, resultando em uma operação com 1,4 presos por vaga disponível. Isso reflete a falência do sistema e a violação dos direitos humanos, já reconhecida pelo STF em 2015. A

persistência dessas condições evidencia uma "cultura do encarceramento" e a naturalização da sobre-representação de negros, reforçando o racismo estrutural.

### **5.2.1. Os Métodos, técnicas e mecanismos de filtragem racial na PMESP**

A abordagem, vigilância e identificação de suspeitos são atividades fundamentais no dia a dia dos policiais militares brasileiros. Elas representam um complemento necessário à discricionariedade da ação policial, na qual os policiais possuem considerável poder para abordar suspeitos. A ampla utilização da abordagem policial como uma ferramenta de controle do crime aumenta significativamente a possibilidade de conflitos e intensifica a letalidade, especialmente afetando grupos vulneráveis, como negros e jovens. Estes grupos estão mais suscetíveis à vigilância policial, sendo alvo frequente de abordagens a pessoas, veículos e prisões em flagrante. Embora esse método seja comumente empregado para combater o crime, também aumenta as chances de confrontos entre policiais e a população, resultando em um aumento da letalidade policial e das taxas de encarceramento (Schlittler, 2020).

Há numerosos protocolos de ação policial, muitos referentes à abordagem de suspeitos em diversas circunstâncias. Esses protocolos delineiam a conduta policial, estabelecendo métodos, técnicas, uso progressivo da força e procedimentos de registro. Durante o treinamento, policiais recebem orientações sobre como conduzir abordagens que, segundo relatos, devem ser de maneira respeitosa, porém firme, levando em consideração possíveis distorções comportamentais por parte dos abordados. A Polícia Militar utiliza uma variedade de técnicas e ferramentas, tanto formais quanto informais, para a seleção de suspeitos criminais, incluindo conhecimentos escolarizados transmitidos na Escola de Formação que visa capacitar os PMs a identificarem atitudes e comportamentos suspeitos.

A legislação que autoriza a abordagem de suspeitos se resume a um artigo do Código de Processo Penal, condicionando a abordagem à "fundada suspeita", sem definir claramente o termo:

A abordagem policial tem seus procedimentos determinados no Código de Processo Penal (CPP de 1941 – decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941), especificamente nos artigos 239, 240 e 244 que orientam policiais civil e militares sobre os procedimentos a serem seguidos durante a chamada “busca e apreensão” em residências, objetos, veículos e na chamada “busca pessoal”. Segundo o CPP, a busca pessoal dispensa o policial do mandado judicial em casa que a legislação denomina “fundada suspeita”, entendida como uma “presunção”, por parte do policial, de que um crime foi praticado ou que ele esteja em eminência de ser praticado (Schlittler, 2021, p. 65).

A fundada suspeita é interpretada como uma presunção de que um crime foi ou será cometido. A instituição confere à discricionariedade policial a prerrogativa de selecionar os



elementos que fundamentam a suspeita criminal. A justificativa pública e jurídica para a adoção desse modelo reside na prevenção de delitos, concedendo aos policiais a autoridade para suspeitar de comportamentos e agir para deter ou liberar indivíduos após uma revista. De acordo com Schlittler (2021), em São Paulo, não existem protocolos claros que orientem um policial na identificação de suspeitos ou crimes; apenas há uma regulamentação posterior pelo POP, que oferece padrões de atuação durante a abordagem, mas não estabelece critérios para a seleção dos abordados. Na prática policial, a seleção de suspeitos é influenciada tanto pela arte quanto pela técnica policial.

Conforme suas análises, o POP prescreve as ações a serem tomadas pelo policial após optar pela abordagem, mas não oferece orientação na tomada de decisão durante a ação. Além disso, descreve que o policial, em suas funções cotidianas, não se limita ao estrito cumprimento dos procedimentos. Nesse sentido, o POP é utilizado para formalizar os registros, suavizar e corrigir possíveis abusos ou procedimentos irregulares. A racionalidade prática, frequentemente mencionada pelos policiais como um conhecimento prático, é entendida como mais eficaz e legítima do que o conhecimento institucionalizado. Os procedimentos normativos não são vistos como uma oposição à sabedoria prática; pelo contrário, o POP é considerado uma técnica disponível para contornar o controle interno e externo sobre a discricionariedade policial.

A coexistência desses dois tipos de conhecimento é frequentemente fonte de conflitos, já que coloca em rota de colisão o processo de profissionalização empreendido por setores das PMs e as demandas colocadas sobre o policial. A noção de profissionalismo enfatiza a técnica, a normatização e a formalização na aplicação da lei, buscando evitar procedimentos orais não padronizados e subjetivos, os quais são difíceis de serem encapsulados em formalidades burocráticas. No entanto, como as pesquisas de Sinhoretto *et al.* (2013; 2014; 2021) e Schlittler (2020) observaram, tais regras orientam a conduta policial somente após a identificação do suspeito. A decisão de quem merece ser abordado é totalmente discricionária. Um dos desafios da instituição é redefinir os critérios que fundamentam uma suspeita criminal mais objetiva. O CPP não fornece uma definição clara para o conceito, deixando a prática policial atribuir os significados, por outro lado, dispensa o policial do mandado judicial em caso de fundada suspeita. A corporação implicitamente atribui ao agente policial a responsabilidade de desenvolver suas próprias técnicas de atuação, mas não assume a responsabilidade por essas abordagens, embora se aproprie dos resultados obtidos.

Como descrito por Kant de Lima (2023 p. 25) “o modelo de controle social administrativo-burocrático herdado de nossa herança colonial e que até hoje vige na área do

direito processual penal”. De acordo com o autor, nesse sistema prevalece o princípio da oportunidade, onde o agente escolhe como agir em cada caso com base em normas e protocolos. Ele é responsável pelo sucesso ou fracasso de suas ações, protegendo-se por meio do cumprimento das normas, que normalizam suas decisões e minimizam as consequências de escolhas equivocadas. Esses protocolos protegem os agentes de possíveis consequências judiciais, e desobedecê-los implica assumir riscos calculados, tanto morais quanto legais, especialmente em casos de repercussão pública. Trata-se de um sistema jurídico-repressivo, no qual não importa o comportamento normal, mas o comportamento infracional, que deve ser implacavelmente castigado e, não, prévia ou posteriormente, corrigido. O autor argumenta que no Brasil:

há vários indícios de que permanecem nossos mecanismos e estratégias repressivas no domínio da repressão pura, seja do ponto de vista formal – dada não só a mínima participação das perícias nas decisões judiciais, inclusive com a determinação legal do “livre convencimento do juiz”, como à legitimação de práticas de extermínio praticadas seja oficialmente – através dos autos de resistência – seja extra-oficialmente – através das milícias e grupos de extermínio e sua recorrente impunidade em um país em que a pena de morte, oficialmente, não existiria (Kant de Lima, 2023 p. 27).

Kant ainda afirma que há um abismo entre as regras escritas e suas interpretações arbitrárias, especialmente no contexto policial, onde o conhecimento prático da rua frequentemente prevalece sobre o ensino formal. Isso leva a uma adaptação das infrações a padrões de comportamento usual, permitindo que erros sejam rotinizados e, assim, absolvidos.

A abordagem, por exemplo, policial é um momento crucial na interação entre a polícia e a sociedade, onde os protocolos surgem como uma extensão da profissionalização policial e como resposta a pressões sociais por uma abordagem menos violenta e discriminatória (Bittner, 2003; Costa, 2004). Esses protocolos servem como contrapeso à discricionariedade da ação policial, fornecendo limites para o poder dos policiais em abordar suspeitos. O poder discricionário é equilibrado por limites estabelecidos por protocolos decorrentes de processos políticos que definem o mandato policial (Sinhoretto; Macedo; Cedro, 2021). Esse método está dentro do escopo formal da atividade policial, caracterizada pela racionalização, escolarização, base teórica, procedimental e capacidade de ser mensurada, conforme definido pelo código penal. Ela orienta os policiais civis e militares nos procedimentos durante a "busca e apreensão" em residências, objetos e veículos, assim como na realização da "busca pessoal" (Schlittler, 2020, p. 65).

A discricionariedade no policiamento é um tema amplamente debatido na literatura nacional (Adorno, 1995; Kant de Lima, 1999; Schlittler, 2020; Sinhoretto *et al.*, 2013; 2014; 2021), e se refere à liberdade de escolha dos profissionais de segurança pública e justiça na

aplicação e interpretação das leis, onde a igualdade constitucional coexiste com uma hierarquia social, resultando em tratamentos legais diferenciados para as mesmas infrações, dependendo da situação social do suspeito e do profissional envolvido.

A discricionariedade é exercida através do *tirocínio*, considerado uma habilidade inata ou um instinto que pode ser aprimorado e refinado no dia a dia através da convivência com policiais mais experientes. O *tirocínio* é uma regra de experiência acumulada ao longo do tempo que compreende marcadores subjetivos assimilados pelos policiais durante suas interações nas ruas (Schlittler, 2020). Trata-se de uma habilidade crucial para selecionar quais pessoas serão abordadas, permitindo uma identificação rápida de suspeitos. Essa habilidade permite que o policial destaque na multidão aqueles que são percebidos como criminosos, desenvolvendo uma capacidade de antecipar e reconhecer o perigo através de sinais corporais, linguagem corporal, expressões faciais e interações com outros policiais.

Em sua pesquisa no Rio de Janeiro, Albernaz (2015) descreveu *tirocínio* como “faro”, sendo que os policiais militares o utilizam para atender aos padrões de produtividade (como apreensão de armas e drogas, e prisão de pessoas), escolhendo decisões que minimizem riscos e sejam menos problemáticas. Este “faro” é um saber-fazer construído para suspeitar, antecipar condutas e manter controle, proteção e vigilância. Considerado um atributo positivo, é valorizado especialmente pelos policiais que atuam nas ruas. O “faro” é descrito como um processo de reconhecimento baseado em experiência acumulada, visto quase como um “sexto sentido” ou uma vocação. O “faro” dos policiais pode ser entendido como um imperativo de antecipação e previsibilidade das relações sociais, necessário para produzir controle e vigilância sobre uma determinada população. Os critérios para selecionar alvos de controle baseiam-se em comportamentos e situações que contradizem o mapa mental esperado. O “faro” serve como uma estratégia para proteger os agentes dos riscos de ação e das lógicas imprevisíveis de culpabilização. A combinação de imprevisibilidade e produtividade leva os agentes a adotarem posturas de “baixo risco”, abordando pessoas e situações que acreditam ser menos problemáticas. O “faro” opera como uma “política do cotidiano”, refletindo que os policiais não são neutros, mas influenciados pelos mesmos valores do “cidadão comum”. Para operar eficientemente, o policial precisa reconhecer e manipular a simbologia do poder e os sinais indicativos de proximidade/distância de pessoas e grupos.

Já, de acordo com Schlittler (2021 p. 27), o *tirocínio* representa uma racionalidade prática, integrada ao modelo de policiamento ostensivo militarizado desde a década de 1970, quando a Polícia Militar assumiu a responsabilidade pelo policiamento ostensivo devido ao aumento dos crimes. Valorizado como um elemento legítimo para embasar a seleção de

suspeitos, seu uso competente implica em identificar, à primeira vista, pessoas que possam representar algum risco para a vida do policial. A materialização do *tirocínio* ocorre quando o policial é capaz de mapear lugares, horários e condições propícias para uma operação bem-sucedida. Nesse sentido, o policial deve ser capaz de avaliar a possível existência de armas ou objetos ilícitos através da leitura dos movimentos corporais. Ser um bom policial requer o desenvolvimento proativo do *tirocínio*, uma faceta essencial do que é considerado o verdadeiro trabalho policial.

A noção de "tirocínio" é descrita por um recente artigo de Rocha e Uziel (2024), como uma habilidade própria do agente de polícia que contrapõe à experiência cotidiana das ruas às acusações de racismo nas práticas ostensivas. O "tirocínio policial" é um saber prático, derivado da experiência e não do conhecimento científico, que interfere no acesso pleno a direitos constitucionais, criando vulnerabilidades para a sociedade civil e para os próprios policiais. Esse "tirocínio" permite construir suspeitas com base em uma relação de saber-poder, onde a experiência do policial se torna crucial na identificação de suspeitos. Essa prática, que envolve intuição e memória, é considerada uma habilidade indispensável para manter a ordem e tirar das ruas os "maus elementos". O "tirocínio" guia a seleção de suspeitos através de "atitudes suspeitas", tentando desmistificar a ideia de discriminação. Esse conhecimento informal, aprendido nas ruas, complementa o conhecimento institucional adquirido nas academias de formação. No entanto, essa prática de "tirocínio" pode reforçar a filtragem racial, pois a concentração de atividades policiais em áreas com alta população negra leva a um aumento de abordagens nessa comunidade, perpetuando desigualdades e violências conhecidas. A seletividade racial nas abordagens policiais é um reflexo desse "tirocínio", que opera na ausência de normas formais adequadas, combinando conhecimento escolarizado e saber informal das ruas.

Assim como demonstrou Gomes (2018), o tirocínio policial não é institucionalmente condicionado, mas está sujeito a uma expectativa institucional e reflete um processo sócio-histórico de normalização sobre quem são os "bandidos", em contraposição ao "cidadão de bem". As forças policiais historicamente desempenham o papel de manter uma ordem racialmente discriminatória, que entra em conflito com uma concepção de democracia substantiva. A não ser condicionado institucionalmente, o tirocínio está circunscrito a uma expectativa institucional e ele responde a um processo de normalização sócio-histórico sobre quem são os "bandidos" (Schlittler, 2021).

Existe uma flexibilidade institucional em relação à discricionariedade policial, onde os controles regulatórios não estão presentes na atividade de abordagem policial. Este

conhecimento é desenvolvido sem uma determinação institucional clara sobre como as polícias devem fundamentar suas suspeitas e seu uso ocorre independentemente das regulamentações e diretrizes institucionais. A seleção dos sujeitos abordados pela polícia se baseia na discricionariedade dos agentes públicos, justificada pela "fundada suspeita" do poder de polícia conforme o artigo 244 do Código de Processo Penal (Rocha; Uziel, 2024). No entanto, a falta de definição precisa desse conceito na lei gera debates e faz com que o saber prático dos policiais atribua seus próprios significados. A discricionariedade permite que os policiais decidam sobre abordagens com base em seu julgamento e sem necessidade de intervenção judicial. A experiência prática dos policiais, acumulada ao longo do tempo, fortalece sua capacidade de identificar riscos e determinar quem será abordado. Este conhecimento prático, desenvolvido através de ações de campo, é fundamental para a tomada de decisões durante as operações de policiamento. O conhecimento POP é crucial para entender a "polícia do papel", ou seja, para incluir elementos essenciais nos registros de ocorrência e legitimar a atuação, assegurando a legalidade das ações (Schlittler, 2021).

**Cb. J.:** Sim, sim! A gente fala que tem, nesse sentido que existem duas polícias, a polícia do papel e a polícia da rua, que no papel fala o procedimento para abordar é isso, você aponta a arma para o chão, trata o cidadão, vai ali com uso moderado da voz para conversar. Mas na rua não é assim, porque é aquela coisa... se você... é como numa briga, se você chega como um gatinho você sai como um leão no final, se você chega como um leão já botando tudo para fora você acaba perdendo a briga porque te ganham na ideia. A gente vê que é assim na rua também (...). Então, assim, desde o começo eu vi que havia diferença do que a gente aprende na escola do que a gente aprende que é o correto. Por isso que eu falo, há duas polícias, a do papel, que você tem que saber qual é o procedimento, e a da rua, que é que você tem que adequar situações. Então, mesmo que a gente faça as coisas fora do procedimento padrão, mas a gente tem que saber o que é padrão para sempre tentar contornar e voltar ao correto, o que é o difícil, porque não é o que sempre colaboram né.

Na mentalidade das polícias brasileiras, prevalece a ideia de que o criminoso pode ser identificado pelo discernimento daqueles que possuem o conhecimento policial. Embora o tirocínio não seja diretamente influenciado pelo contexto social, ele reforça uma construção institucional sobre quem são os criminosos e como devem ser punidos. Valorizado pela PM de São Paulo, o tirocínio é o momento em que os policiais recorrem a estereótipos de suspeição. O reconhecimento do criminoso está associado à posse deste saber policial adquirido nas ruas, um saber singular que só pode ser transmitido através da prática, pois não é público e não está formalizado nas normas escritas. Para alguns policiais, os conhecimentos acadêmicos não são aplicáveis no dia a dia, pois a teoria desvincula-se da prática e não reflete a realidade enfrentada pelo policial nas ruas durante o contato com a população suspeita, o que pode dificultar a ação policial.

A maioria das abordagens policiais ocorre sem seguir os protocolos estabelecidos. Isso é atribuído à desigualdade de tratamento entre diferentes pessoas e situações, especialmente em diferentes bairros. O entrevistado menciona que o POP não pode ser aplicado uniformemente devido à falta de colaboração por parte dos abordados, que muitas vezes reagem de maneiras consideradas inadequadas pelos policiais. Há uma distinção entre a "polícia do papel", destinada a um tratamento "igualitário" para aqueles que cooperam com a polícia, e a "polícia da rua", caracterizada pelo tratamento considerado desrespeitoso em relação aos abordados (Sinhoretto *et al.*, 2021). Assim, o uso da força durante abordagens depende do comportamento dos abordados. São definidos três procedimentos de abordagem, variando do nível de suspeita: fiscalização, fundada suspeita e suspeita confirmada, esta última é quando a arma é direcionada para a cabeça dos suspeitos, envolvendo o termo "terceiro olho".

De acordo com Schlittler (2020), os elementos subjetivos do próprio policial exercem uma influência significativa sobre a aplicação da discricionariedade durante o policiamento. Este conhecimento incorpora características físicas que se alinham à percepção cultural, marcadores de pertencimento territorial e de classe. A vigilância tende a se concentrar em jovens negros e pobres, já que policiais militares enxergam uma maior incidência criminal nesses grupos.

Em sociedades democráticas, os protocolos refletem processos políticos de definição do papel da polícia, enquanto no Brasil, a falta de definição nesse tema permite uma ação policial sem limites claros (Muniz; Proença Jr., 2014; Costa, 2004). A utilização discriminatória da discricionariedade no policiamento põe em dúvida os princípios do estado de Direito, revelando a falha do estado brasileiro em assegurar plenamente os direitos de cidadania às parcelas marginalizadas da população. A aplicação discriminatória da lei é frequentemente motivada por abusos de autoridade, preconceitos pessoais, considerações político-partidárias, busca por poder e ganho financeiro. Esse cenário, assim como percebeu Schlittler, (2020), compromete a eficácia do sistema de justiça, prejudica a igualdade jurídica e perpetua hierarquias e estigmas sociais.

### **5.2.2. Disparidades sociais e geográficas no policiamento**

Como vimos anteriormente, a Polícia Militar concentra seus esforços na prevenção e combate aos delitos criminais mais comuns, priorizando áreas onde tais crimes são mais frequentes, estabelecendo, assim, distintos modelos sociais de controle influenciados por fatores sociais, culturais e econômicos. Isso significa que o policiamento é definido pelas particularidades do local e das características de sua população, e em decorrência disso,

determinados tipos de comportamento, coletivos e individuais, vão estabelecer o modelo de policiamento – preventivo, comunitário, reativo, proativo ou punitivo – a ser empregado.

Os indicadores criminais são relevantes para entender as disparidades no tratamento policial, pois se concentram em áreas periféricas com histórico de criminalidade. A presença de crimes, como roubos e furtos, leva os policiais a serem mais vigilantes e aumenta as abordagens nestas localidades. Além disso, a busca pela eficiência, pelo cumprimento das metas, pode levar policiais a priorizarem técnicas de seleção de suspeitos baseadas em experiências de rua, em vez de abordagens mais instruídas.

Essas formas diferentes de aplicar os modelos de policiamento, compreendida nos diversos estudos aqui apresentados, confirmam as disparidades da atuação policial, e sugere que as comunidades carentes são mais alvo de intervenção em comparação com as áreas mais privilegiadas socioeconomicamente. Como apontado por Greene (2002 p. 10), o policiamento é debatido em diversos aspectos estratégicos que incluem a definição de seu papel, a gestão interna e as interações interpessoais, tanto dentro quanto fora da organização. Isso implica uma análise sobre como a polícia e o público percebem o papel da repressão, bem como sua gestão e avaliação.

Se encararmos a polícia como um reflexo da sociedade, é compreensível que, quanto mais desigual, preconceituosa e antidemocrática essa sociedade for, maior a probabilidade de a polícia refletir essas características. Essa questão nos conduz ao debate sobre desigualdade social, destacando a tendência histórica da polícia em representar predominantemente os interesses das elites brancas, como evidenciado por Byfield (2018). Somente por meio de esforços significativos é que as comunidades consideradas "minorias"<sup>120</sup> conseguiram impor mudanças ao policiamento.

No Brasil, é amplamente aceito que haja mais violência e criminalidade em comunidades, periferias e favelas, devido ao perfil socioeconômico da população que lá reside,

---

<sup>120</sup> De acordo com Freitas e Nóbrega (2023), os grupos discriminados são rotulados como "minorias". A ideia de minorias surgiu na Europa como uma resposta à formação dos Estados-Nação, onde grupos que não se identificavam completamente com a identidade nacional, mas reconheciam a legitimidade do Estado-Nação, podiam ser incluídos nessa categoria para serem protegidos pela maioria. Originalmente, a noção de minoria estava associada a grupos étnicos e/ou religiosos que, apesar de possuírem identidades distintas, estavam pacificamente inseridos sob a égide da identidade nacional. Freitas e Nóbrega (2023), em um texto perspicaz, discutem como essa ideia, que inicialmente pode parecer um meio de superar as vulnerabilidades de certos grupos sociais divididos por suas identidades, na verdade, serve como um mecanismo que perpetua o *status quo*, em vez de possibilitar sua superação. As autoras argumentam que a ideia de "minorias" representa uma armadilha, condicionando a luta pela inclusão social de grupos marcados por características físicas ou corporalidades a uma estrutura social que os categoriza antecipadamente como diferentes ou fora do padrão. Isso desencadeia uma rede complexa de relações de poder destinadas a manter a ordem estabelecida. Mesmo ao buscar proteção por meio de legislações, estas frequentemente se revelam insuficientes devido à persistência de outras estruturas de poder.

em contraste com áreas de classe média. Isso ocorre devido à naturalização da violência nesses locais, o que sugere que a violência policial também é internalizada como parte do cenário cotidiano. Alvez (2022) descreve esse fenômeno como um padrão mórbido de governança espacial que elege determinadas geografias urbanas e corpos específicos como os alvos de controle e produção do medo. Se apoiando no conceito de necropolítica de Mbembe, Alves argumenta que o biopoder e necropoder mostram como o Estado exerce controle, promovendo a vida de uns e a morte de outros, especialmente negros. O autor enfatiza que o reconhecimento da "raça" como uma construção social é crucial para entender quem vive e quem morre na metrópole paulistana, evidenciando uma necropolítica racial. As políticas urbanas criam enclaves raciais, com negros concentrados em áreas específicas, reforçando a segregação e a violência. Assim, a favela emerge como um símbolo central na economia da violência, representa mais do que apenas um espaço físico, mas uma construção social e racial do medo e da violência.

Durante nossa pesquisa, percebemos que a escola de oficiais se situava numa área nobre da Zona Norte de São Paulo, enquanto a de soldados ficava num bairro mais distante e periférico da mesma região, contraste que também se refletia nos batalhões próximo ao aeroporto e no extremo sul da cidade (Sinhoretto *et al.*, 2021). A diferença estrutural entre os prédios refletia a estética das regiões em que estavam localizados. Tanto a escola de oficiais quanto o "batalhão nobre" aparentava ter melhor conservação, mais equipamentos e efetivo em comparação com a escola de soldados e o "batalhão periférico". Além disso, houve observação de diferenças no uso do tempo: nas unidades de policiamento, tudo parecia urgente e demandava agilidade, enquanto nas unidades de ensino o tempo não exercia tanta pressão. Os policiais em serviço tinham que lidar com restrições de tempo para entrevistas, enquanto os policiais em funções administrativas tinham um pouco mais de flexibilidade.

Em batalhões periféricos, próximos a comunidades ou favelas, os relatos dos nossos interlocutores indicam que a depender do local de formação, se é um batalhão de uma região periférica, central ou nobre, os alunos são submetidos a uma maior carga de exercícios físicos e tarefas mais severas, enquanto em batalhões centrais são prezados a postura e boa conduta. Isso está relacionado ao histórico social e criminal, além de fatores culturais, econômicos, e comportamentais de uma determinada localidade que além de gerar crenças, estigmas e preocupações com a segurança de policiais, interfere nos conteúdos teóricos e práticos aplicados no processo de formação. Além disso, as diferenças entre Batalhões influenciam na distribuição de recursos, no número do efetivo, de materiais a disposição e até mesmo na qualidade de agente que serão destinados ao Batalhão.



**Sd. N.:** É diferente porque assim, na escola a gente tem muita teoria. Quando você vai pra rua, vai começar a vivenciar como é o patrulhamento, o rádio patrulhamento. O 01 é totalmente diferente porque a nossa realidade é totalmente outra né. A área já é uma área de periferia, grande parte se você, se você dá uma olhada aqui na área você vai ver é periferia. Então assim, é diferente do policiamento do centro, né, as pessoas, comportamento, tudo, é total diferente daqui. Você leva um pouco de impacto. Porque eu moro na Zona Leste, também é periferia, só que é diferente aqui da Zona Sul, eu não conhecia aqui o Capão Redondo, quando eu vim pra cá, aí você leva um susto, mas como eu já havia falado, como eu já morei na área de periferia, para mim foi tranquilo, só muda um pouquinho por ser metrô.

Durante o período em que realizamos visitas aos batalhões, nossas observações revelaram contrastes marcantes em termos de estruturas físicas, localizações geográficas e contextos temporais, discrepâncias que eram notáveis, por exemplo, tanto em relação as instalações quanto aos veículos. Enquanto os policiais na área nobre mencionavam lidar apenas com uma comunidade carente, os policiais na área periférica enfatizavam que estavam predominantemente cercados por comunidades desfavorecidas. Além disso, de acordo com os relatos, o policiais de maior destaque na formação são designados para um Batalhão modelo, geralmente situado em uma área nobre da cidade, com menores índices criminais, proximidade com sua residência, acesso a transporte público e equipamento completo que possa ser útil em suas atividades.

**Sgt. O.:** Aqui da Polícia Militar você faz a Escola de Formação de Soldado, na Escola de Formação de Soldado você obtém uma nota, essa nota faz você escolher um batalhão onde você vai trabalhar, se você for mal na escola, por exemplo, tirar uma nota baixa, você vai trabalhar lá no 24. No 24, no 37, no 50, lá na bota do mundo [ou seja, na periferia]. Se você tirar uma nota boa você vai vir para o 12, o melhor batalhão que tem da Polícia Militar.

Há um consenso entre os policiais de que a atuação da polícia varia consideravelmente em diferentes regiões da cidade. Essa distinção muitas vezes é expressa através de termos como "centro e periferia", ou até mesmo através de nomes de bairros que representam as disparidades, como "Avenida Paulista" para indicar o centro e a área associada ao protocolo formal de abordagem aos cidadãos, muitas vezes vestidos com "terno e gravata". Em contrapartida, "Jardim Ângela" simboliza o local onde predomina o protocolo informal, onde os policiais estão prontos para agir, e onde as pessoas são vistas como suspeitas mesmo antes de qualquer interação. Esses bairros, como o Jardim Ângela, são espaços onde a suspeição muitas vezes supera a presunção de inocência (Sinhoretto *et al.*, 2021). A perspectiva que policiais tem sobre a periferia é de que se trata de uma área adversa, em que agentes vão se deparar com obstáculos, tanto físicos como interacionais, pois sua população é vista como sem informação, mal-educada, compostas por usuários e traficantes de drogas. Portanto, é um local em que há mais propensão de crimes ocorrerem e de criminosos serem encontrados.

**Cb. J.:** Sim, dentro do mesmo município tem essa variação de tratamento, mas é por uma questão de educação do pessoal do bairro, cê tem bairro que cê fala: parado, mão na cabeça – e o cara fala - Oh, cê quer o que? vai procurar ladrão, eu não sou vagabundo! E tem lugar que você fala – ou, parado. A pessoa para, obedece. (...) porque já tem o pessoal que trabalha ali sabe como funciona naquela região, aí vem um coordenador operacional, um Major que é do Centro de São Paulo que só trabalhou em bairro nobre querendo e vem aplicar política de trabalho dele aqui [na periferia] que ele usava lá. Não é igual, você não vai chegar para uma pessoa de um bairro residencial e vai falar: {voz gritando} *o seu vagabundo mão pra cabeça filho da puta*, {voz normal} você não vai falar isso, o cara daqui a pouco tá com advogado dele do seu lado. E você não vai chegar no bairro [periférico] no meio de uma rodinha de noia e falar assim: {voz amena} *o cidadão por favor levanta pône a mão na cabeça*. Se você falar isso os caras te comem vivo, para você ter uma ideia.

**Sd. K.:** Aqui é muito diferente, eu falar porque que eu sei que a gente trabalha muito bem aqui, é área nobre, então o trabalho aqui vai acontecer. Hoje aqui no batalhão em média se você fizer 190 agora para viatura chegar é, por exemplo, coisa de 3 minutos. É muito bom, agora se for falar, se a gente for falar de batalhão periférico, a viatura, o quem a gente está falando aqui é até desigual, é bom você visitar todos os batalhões, você vai sentir uma diferença, meu Deus!

Os entrevistados afirmam não realizar tratamentos diferenciados individualmente, mas reconhecem a desigualdade entre periferia e regiões nobres. O histórico de altas taxas criminais nas periferias reforça a crença de que são áreas problemáticas, levando os agentes a abordarem de maneira diferenciada de acordo com os públicos de cada local. A repressão é vista como necessária, embora incômoda, e os policiais esperam que os cidadãos compreendam a importância das abordagens para garantir a sua segurança e proteção.

### **5.2.3. Leitura corporal na identificação de suspeitos: a importância da corporalidade e da vestimenta**

Os estudos conduzidos pelo Gevac (Sinhoretto *et al.* 2013; 2014; Silvestre, 2018; Schlittler, 2020; Sinhoretto *et al.*, 2021; Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022), revelam que, em São Paulo, a Polícia Militar tende a abordar predominantemente indivíduos de cor que vivem nas extensas periferias da cidade. Essas pesquisas constataram que a decisão de abordagem e o uso da força são determinados pela leitura da corporalidade e do contexto social e histórico da localidade.

Os agentes da polícia afirmam que não há instruções específicas para abordar preferencialmente pessoas negras; o critério é a "suspeita" percebida pelo policial. A escolha não é discriminatória, mas sim baseada na leitura corporal do indivíduo selecionado para abordagem, reduzindo a distinção entre “pessoa suspeita” e “atitude suspeita”. Os policiais militares afirmam que o tratamento dispensado é igualitário, independentemente da condição financeira, sociais ou étnicas do indivíduo abordado. Argumentam que as abordagens são

orientadas por dados quantitativos, indicadores criminais e comportamentos suspeitos, seguindo procedimentos e orientações dos setores administrativos e de inteligência da PM.

Vários entrevistados destacaram que a reação da pessoa considerada suspeita diante da presença policial é um detalhe crucial que determina toda a situação. Para eles, ações como demonstrar incômodo, medo ou tentar evitar contato visual com a polícia é o que define o indivíduo que será abordado. O dever da polícia é transmitir segurança e normalidade aos cidadãos; portanto, se alguém se sente inseguro na presença da polícia ou tenta evitar o contato, é considerado suspeito.

Além disso, a negação da prática de abordagem pautada nas características raciais se sustenta na afirmação recorrente que a polícia também aborda outros grupos raciais, no entanto, as desvantagens econômicas dos negros são justificativas mais mobilizadas para uma possível seletividade nas acusações contra os policiais do que a questão da discriminação racial. Alguns policiais negros expressam com intensidade a questão do racismo na sociedade brasileira, embora a maioria não veja a polícia como uma instituição racista. Diante das críticas de seletividade direcionadas historicamente à polícia, expressam um discurso que busca legitimar suas práticas de forma uniforme. Eles enfatizam a importância do "tirocínio policial", da experiência, do saber distinguir potenciais criminosos por meio de suas ações e comportamentos.

Ocorre que para o saber de rua, a que os policiais dão o nome de *tirocínio*, os fatores situacionais se confundem com elementos da criminologia positivista que atribui o comportamento criminoso a características atávicas do indivíduo, que podem ser reconhecidas por traços distintivos no corpo. Assim, traços físicos, modos de olhar, reações corporais, preferências de vestimenta e o próprio modo de caminhar constituem indícios – segundo os testemunhos colhidos pela equipe de pesquisa ao longo dos anos – de *atitude suspeita* inscritos na corporalidade dos que estão sob vigilância, especialmente nas áreas “quentes”, ou seja, aquelas que aparecem nos mapas com alta concentração de ocorrências criminais (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022 p. 810)<sup>121</sup>.

Os policiais justificam a abordagem com base na "atitude suspeita", alegando que essa suspeita é identificada através de características corporais percebidas pelos olhos treinados dos agentes. Essa prática é contrária ao princípio da presunção de inocência e implica em uma avaliação moral negativa da corporalidade dos suspeitos. A abordagem policial é considerada essencial para validar essa suspeita, e a seção de comunicação social da PMESP enaltece o

---

<sup>121</sup> No original: However, what police officers call *tirocínio* (the knowledge of the streets) is a capacity to quickly and accurately discern and evaluate people, situations and events, tends to merge situational factors with elements of positivist criminology that attribute criminal behaviour to atavistic characteristics of the individual, recognizable by distinct bodily traits. Thus, physical features, ways of looking, bodily reactions, dress preferences and even the person's way of walking are all indicators—according to the testimonies collected by the research team over the years—of a suspect attitude embodied by those under surveillance, especially in hotspots.

grande número de abordagens anuais, enquanto intelectuais ligados à corporação defendem a abordagem em massa como fundamental para a segurança pública, apesar de direcionarem suas ações principalmente a indivíduos negros.

No entanto, há fissuras nas convicções de alguns interlocutores da pesquisa que questionaram o discurso oficial de tratamento igualitário para todos. Os dados coletados afirmam que até mesmo policiais negros temem ser "confundidos" durante abordagens policiais, termo usado em situações de discriminação e uso excessivo de força contra pessoas negras. Essas "confusões" são justificativas comuns em casos de violência policial contra indivíduos negros, como documentou Sinhoretto *et al.*, (2013).

Outra questão são as vestimentas, da “moda marginal”, fator crucial na identificação de atitudes suspeitas, é minuciosamente identificada por detalhes, sutilezas e marcas específicas. A marca *Cyclone*, o boné de aba reta, as calças e blusas largas, o uso de óculos de sol *Juliet*, o corte de cabelo Zeca Urubu, são marcadores mobilizadores de suspeição. Essa vestimenta "suspeita" é comumente usada por toda uma população, por milhares de adolescentes e jovens, adquirida em lojas de bairros periféricos, e em alguns casos, é a mesma usada por familiares, colegas e vizinhos dos próprios policiais, principalmente praças, gerando conflitos internos sobre uso da identificação destes marcadores corporais vinculadas a cultura negra e jovem (Sinhoretto *et al.* 2021).

Além disso, os autores demonstram que outro fator que desperta a suspeição, conforme os relatos, é a maneira de andar, empregado pelo termo "gingar"<sup>122</sup>, que implica na identificação de características corporais associadas à ascendência africana. A "ginga" é usada para descrever uma postura corporal suspeita, embora possa ser entendida como uma forma de andar adotada por pessoas de todas as cores de pele, a abordagem policial tende a selecionar indivíduos brancos com características corporais percebidas como negras e desviantes.

Os policiais admitem que suas abordagens e decisões são influenciadas por estereótipos sociais, embora não percebam que esse estereótipo é fundamentado em discriminações raciais. A racionalidade para definir um suspeito é informada pelo tirocínio, sendo este fundamentado em traços fixos da corporalidade e da cultura negra. Desta mesma forma, a fundada suspeita é pautada em marcadores raciais e não em comportamentos de suspeitos.

O uso recorrente do tirocínio leva os policiais a tratarem, geralmente, de forma semelhante um conjunto de pessoas caracterizadas da mesma forma, o tipo suspeito. A

---

<sup>122</sup> A interpretação da "ginga" carrega conotações raciais devido à sua história. Originalmente associado ao movimento dos capoeiristas, o termo também remete ao tacho utilizado nos engenhos de açúcar, onde o trabalho escravo negro era empregado.

construção deste “sujeito marginal” (Misse, 2006) é resultado de processos de incriminação, seleção e escolha, que levam à discriminação de certos grupos sociais, tornando-os mais monitorados e punidos. Os policiais militares alegam que não há discriminação nas abordagens policiais, mas sim uma seleção que muitas vezes é direcionada aos mais pobres.

Como nos demonstra Bhabha (2013), os estereótipos, ao serem utilizados para classificar indivíduos dentro de uma determinada hierarquia estabelecida pelo discurso colonial, são impactos políticos de discriminação. No entanto, as diversas formas como o efeito político do estereótipo podem se manifestar em diferentes divisões sociais baseadas em diversos marcadores. A centralidade do estereótipo, com sua ambivalência no discurso colonial racista, desencadeia um processo de identificação crucial para a formação do sujeito, desempenham um papel central na fragmentação da identidade de uma pessoa negra, restringindo sua identificação com a humanidade. O estereótipo exerce poder precisamente por meio da discriminação, ao fixar as pessoas em determinadas posições sociais. Segundo Bhabha, os estereótipos possuem duas dimensões: uma de afirmação narcísica do colonizador, por meio de metáforas, e outra de metonímia, na qual os exemplos positivos de um grupo são considerados a norma, enquanto os exemplos negativos do outro grupo são generalizados como típicos.

A discriminação traz à tona a reafirmação do colonizador como padrão, normalizando as relações hierárquicas entre grupos humanos, impondo uma condição de exclusão marcadas por diferenças, tornando seus alvos vítimas de estereótipos. A discriminação nega a humanidade através de discurso colonial que se perpetua diariamente. No entanto, cabe ressaltar que essa negação não se limita apenas à cor da pele como um sinal de diferença, mas estende a vários outros grupos que são socialmente marcados por características de seus corpos e corporalidades. É precisamente por causa das diferentes formas de discriminação, baseadas em várias maneiras de destacar as diferenças entre os corpos e de separar as pessoas consideradas plenamente humanas, ou plenamente dotadas de direitos, daquelas que não são. O colonizador, em suas afirmações narcísicas, não nega a existência do colonizado, mas o traz constantemente à tona como um meio de reafirmação. Essa é, em essência, a principal característica da discriminação.

Assim, entende-se que as características mencionadas como marcadores de suspeição são estereótipos discriminatórios vinculados a juventude da periferia, o grupo alvo da vigilância policial, da maioria das prisões e mortes ocorridas em confrontos com a polícia.

### 5.3. Novas tecnologias no policiamento e recrudescimento das práticas de seletividade e racismo

Em nosso artigo, *New Technologies and Racism in Ostensive Policing in São Paulo* (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022), demonstramos que oficiais e praças da PMESP acreditam que uma polícia mais técnica e tecnológica poderia diminuir as ações não conformes aos padrões de policiamento. A polícia busca apresentar uma imagem de imparcialidade, e investir em ferramentas inteligentes e tecnológicas afasta automaticamente o policiamento da seletividade racial. Há uma tentativa de restaurar a confiança de parte da sociedade, pois compreendemos que as críticas de preconceito e racismo dentro da instituição geram incômodos. Ainda assim, percebe-se que a uniformização das condutas e a adesão das tecnologias produziram poucas mudanças em relação as questões raciais, em vista que, os dados sobre letalidade e prisão em flagrantes demonstram que negros são mortos e presos em uma quantidade maior do que brancos. O planejamento científico e a padronização das ações acabam por disfarçar e conter as críticas de racismo institucional e de seletividade racial nas abordagens, ao mesmo tempo que permitem a instituição ter uma menor responsabilidade pelas más condutas de seus agentes, geralmente, individualizando-as.

O discurso institucional enfatiza que a tecnologia promove eficiência, modernidade e avanços no policiamento, resultando em maior segurança durante as ações. No entanto, o que percebemos é que a tecnologia não é empregada para revisar os processos gerais, mas sim para sistematizar e mecanizar o que já vinha sendo feito. No que diz respeito ao racismo institucional, as contribuições não foram significativas para reduzi-lo, pelo contrário, parecem reforçar as práticas abusivas já existentes. Não há evidências do uso de ferramentas inteligentes para diminuir a brutalidade policial, revelando um baixo nível de controle institucional, apesar dos grandes investimentos. A letalidade e a seletividade não são afetadas, uma vez que equipamentos não letais não estão prontamente disponíveis. Entendemos que esse processo é resultado do investimento em tecnologia que priorizou o modelo de policiamento ostensivo repressivo, da estratégia militarizada, em detrimento de modelos comunitários ou preventivos.

As estratégias de gestão e organização do policiamento paulista, amplamente influenciadas pelos modelos norte-americanos, trouxeram para as corporações de São Paulo sistemas de georreferenciamento e análise de dados criminais, como o CompStat e suas variantes. O CompStat é um sistema de mapeamento eletrônico de estatísticas policiais, fundamental para o policiamento de manutenção de ordem, sendo usado para analisar dados e tomar decisões táticas e administrativas (Byfield; 2018). O *software* opera como um sistema de vigilância, quantifica o desempenho policial, reduzindo o arbítrio e potencialmente

aumentando o preconceito racial. Byfield argumenta que com o avanço das tecnologias analíticas, a partir desses modelos de gestão de dados, a administração policial pode buscar reduzir ainda mais o arbítrio, potencialmente ampliando a racialização do policiamento. O policiamento preditivo, que envolve a coleta e análise de dados para antecipar e prevenir crimes futuros, é uma tendência crescente. No entanto, a ideia de policiamento preditivo baseado em dados anteriores levanta preocupações sobre vieses raciais e superpoliciamento de comunidades negras e latinas pobres. O uso dessa tecnologia levanta preocupações sobre a implantação da biometria na governamentalidade, especialmente em relação à vigilância racializada. A fusão de raça e outros marcadores biométricos na governamentalidade pode resultar em um estado racial contemporâneo onde o Estado exerce um controle mais amplo sobre a população, afetando direitos fundamentais como associação, movimento e privacidade. Essa tecnologia pode transformar significativamente a experiência de viver em um estado racial organizado em torno de um sistema carcerário fundamentado em ideologias criminais, algumas das quais são intrinsecamente existenciais.

Conforme discutido na seção IV, a influência do CompStat, de acordo com os interlocutores e os operadores da Segurança Pública, foi significativa no aprimoramento do policiamento ostensivo na cidade. A incorporação dessa ferramenta tecnológica incentiva a introdução de práticas de gestão e organização policiais, como o uso de sistemas de georreferenciamento, análise de dados criminais e do sistema Infocrim. Todavia, não mencionaram as potencialidades de reprodução de vieses racistas, que produziram um hiperpoliciamento de comunidades pobres nos Estados Unidos. As críticas sobre racismo institucional e os problemas políticos advindos dos resultados em termos de segregação racial e os protestos negros, que são conhecidos pelos oficiais brasileiros, não são vinculados ao acirramento da conflitualidade entre a comunidade negra e a polícia ao modelo implementado, como faz a criminologia norte-americana de viés crítico. Nossos oficiais e praças acreditam que essa conflitualidade é típica daquela sociedade e acreditam que os modelos de gestão de dados e da vigilância são neutros.

Embora os recursos sejam modestos em comparação com países desenvolvidos, eles impulsionaram avanços significativos no policiamento, como a informatização dos serviços administrativos e o controle das operações. Mesmo assim, os entrevistados ressaltam a importância do conhecimento empírico dos policiais em complementar as ferramentas tecnológicas e a necessidade de ajustes durante as operações, considerando variáveis locais e situações específicas. O principal desafio do policiamento é antecipar as ações dos criminosos,

desta forma, a polícia se utiliza do histórico e a experiência para direcionar o policiamento, contudo, isso se depara com a imprevisibilidade que alguns crimes possuem:

**Cap. C.:** O desafio maior é a gente tentar descobrir o que tá pensando o criminoso, aonde eu vou hoje? Onde é que o criminoso vai atuar hoje? Nós conseguimos pelo histórico e pela experiência profissional direcionar o policiamento, mas assim, tem horas que você planeja, se debruça no computador horas ali... “*Não, porque hoje nós vamos colocar o policiamento ali porque*” ... Exemplo, hoje é dia 13, e dia 13 geralmente acontece isso, Quinta-Feira vamos direcionar pra cá, e no final das contas acontece aqui. Então nós antevemos o que vai acontecer. Na minha visão, você tem às vezes o indivíduo que ele vive do roubo. Às vezes algum indivíduo vive do roubo, esse aí é o ponto, e o ponto geralmente ele faz o roubo onde ele entende, ele avalia o risco. Geralmente o criminoso é uma pessoa extremamente inteligente, ele avalia o risco. Eu vou roubar uma moça, porque com a moça a possibilidade de reagir é menor, e eu vou pegar o telefone dela. Eu não vou pegar o telefone, por exemplo, de um homem, que tem dois metros de altura e que é forte. Então ele analisa também as nossas condutas e tenta fazer esse jogo, eu vou tentar enganar a polícia, e roubar onde eles não estão, e nós tentamos adivinhar aonde ele vai pra tentar coibir o crime, esse é o principal desafio. (Grifo nosso).

A designação do policiamento em São Paulo é determinada pela decisão do comandante de uma área, levando em consideração as prioridades estabelecidas pela unidade, análises de risco de ocorrência de crimes em determinadas localidades ou em resposta a chamadas feitas para o número 190. Dessa forma, a polícia realiza o gerenciamento do crime, concentrando seus esforços em localidades específicas onde a ocorrência de violência e crime é mais tolerada pelo público, especialmente em comunidades ou periferias em comparação com áreas de classe média. Como demonstrou Duarte (2021), as delegacias de polícia não só coletam e organizam informações sobre crimes, mas também padronizam esses dados para facilitar a análise e o controle. Elas transformam detalhes concretos de crimes, como evidências físicas e testemunhos, em relatórios digitais que são armazenados e categorizados. Esses relatórios alimentam planilhas, onde os dados qualitativos se tornam quantitativos e acessíveis para análise. O processo de validação envolve classificações, negociações políticas e padronizações que, apesar de parecerem neutras, são politicamente carregadas. As evidências sugerem que o policiamento georreferenciado está concentrando a vigilância em áreas pobres com mais registros criminais, resultando em um hiperpoliciamento dessas comunidades, predominantemente compostas por pretos e pardos, o que os torna alvos de uma vigilância intensificada.

Alguns policiais compreendem que a simples intensificação do investimento em policiamento e vigilância não basta para promover mudanças significativas na gestão do crime e da violência. A maioria dos participantes desta pesquisa reconhece que o papel da polícia é limitado e pouco eficaz diante das exigências da sociedade. Eles ressaltam que, mesmo com recursos ilimitados, a Polícia Militar não conseguiria lidar com todas as questões criminais e



não criminais. O sentimento de estar lutando contra algo sem sucesso é persistente, mas há a convicção de que é necessário agir, pois, como expressa outro participante, “embora não resolva completamente, pelo menos ameniza a situação”.

Os interlocutores reconhecem que a demanda geral supera a capacidade da PM de lidar com o crime e outras questões não criminais. Eles apontam a necessidade de investimentos em setores que poderiam diminuir a probabilidade de envolvimento em atividades criminosas, sobretudo nas comunidades e periferias do Estado. Os entrevistados reconhecem os limites do policiamento e destacam a falha do Estado em garantir os direitos constitucionais básicos de parte da população. Assim, uma verdadeira prevenção poderia reduzir a demanda por policiamento. Por outro lado, embora reconheçam a existência de diversos problemas sociais, tendem a atribuí-los à sociedade em geral, sem associá-los diretamente à própria instituição policial.

**Sgt. O.:** Quando eu entrei na polícia, abriu todos os horizontes, eu consigo ver as comunidades mais pobres até pessoas milionárias, né, e a relação que elas fazem entre elas que é, que gera um grande atrito, e a Polícia Militar tá aí para pacificar esse atrito. Que a pessoa pobre sem dinheiro, o rico tem muito, o outro tem pouco. O que tem pouco ele vai querer pegar de quem tem muito, não tem conversa, é matemática, tá com o filho passando fome, a mãe tá doente, tá faltando dinheiro, esse cara tem dinheiro caindo pelos ralos, ele vem, vem pegar, aí a Polícia Militar entra no meio para pacificar, isso é a polícia, você tem que trabalhar, você tem que arrumar outra função do que roubar.

As percepções dos oficiais e praças em relação à rotina desafiadora e pouco eficaz da PM é expressa através da sensação contínua de enfrentar obstáculos aparentemente insuperáveis, persistindo em abordagens convencionais que não produzem mudanças significativas na abordagem dos problemas criminais (Silvestre, 2018). Além disso, apontam uma visão negativa da PM em relação ao desempenho da Polícia Civil e da Justiça Criminal, considerados deficientes devido ao que qualificam como frequentes solturas de suspeitos de crimes menores e de criminosos reincidentes. Isso cria nos policiais a sensação de lutar contra um problema aparentemente insolúvel como também um desejo por assumir funções de investigação que não estão no escopo constitucional de seu trabalho.

**Asp. X.:** Eu diria que até essa grande demanda, às vezes até por conta de que às vezes você prendeu o cara hoje e daqui a duas semanas tá prendendo ele de novo, daqui um mês você tá prendendo ele de novo. Então assim, com a mesma rapidez que a gente prende né, esses caras são soltos, então é um trabalho de enxugar gelo, então...E assim, de certa forma, uma pergunta que muitas pessoas fazem para gente: *pô, você não fica frustrado prender o cara e daqui a pouco ele tá solto e tals, não sei o que?* Eu falo assim: *Olha, dá uma certo, dá um certo incomodo na gente.* Mas, como a gente falou, o trabalho é de enxugar o gelo, mas se a gente não enxugar o gelo ele derrete e a gente morre afogado na água né.

**Cb. J.:** (...) infelizmente o serviço das polícias é enxugar gelo. Eu não me lembro de quem é a frase, mas que diz que é melhor e você castigar ali a criança do que depois

punir o adulto e esse é o papel da PM, fica punindo um adulto sendo que hoje poderíamos dar educação para as crianças. Nós teremos pessoas lutando por um Brasil melhor, por uma condição de vida melhor de forma honesta se nós ensinamos a criança o que é o correto. Então o trabalho da PM é simplesmente ficar punindo o adulto que o Estado não teve condição de dar uma educação quando era criança.

De acordo com Silvestre (2018) e Sinhoretto (2014), mesmo com todo o protagonismo político e operacional, este modelo de policiamento não é bem avaliado na redução da sensação de medo e na redução das violências interpessoais. Os próprios operadores da segurança pública sentem que seu trabalho não surte os resultados esperados na redução dos crimes patrimoniais e de drogas, e traduzem sua frustração com a expressão "enxugando gelo", por meio da qual percebem a desarticulação das políticas públicas e a ineficiência dos métodos.

A análise das disparidades sociais e geográficas no policiamento revela um panorama complexo e multifacetado, onde as características socioeconômicas, culturais e históricas das comunidades exercem uma influência significativa na forma como a polícia atua. A concentração de esforços policiais em áreas com altos índices criminais reforça a percepção de que as comunidades carentes são mais propensas a serem alvo de intervenção policial, enquanto regiões mais privilegiadas são frequentemente poupadas desse escrutínio. Essa realidade reflete não apenas a distribuição desigual da criminalidade, mas também as assimetrias estruturais e operacionais dentro da própria instituição policial. Observa-se uma clara diferença na qualidade dos recursos e no nível de formação entre os batalhões localizados em áreas nobres e periféricas, o que impacta diretamente nas práticas de policiamento adotadas em cada região. As experiências dos policiais destacam a existência de uma cultura institucional que valoriza a repressão e a abordagem diferenciada com base na localização geográfica e no perfil socioeconômico das comunidades. A percepção da periferia como um espaço adverso e propenso à criminalidade muitas vezes resulta em abordagens mais agressivas e desconfiadas, em contraste com a postura mais branda adotada em áreas centrais.

Portanto, as tecnologias incorporadas ao Policiamento Ostensivo, por mais que tenham como objetivos prevenir crimes, atender às necessidades dos cidadãos e preservar a ordem pública, acabam por reforçar as práticas de seletividade fortalecendo o combate de uma identidade criminal específica associada a essas áreas. Pois investir na ideia de fortalecimento apenas de um modelo de policiamento, o militarizado, para redução do crime é abdicar do reconhecimento de que o problema do controle do crime é muito maior e complexo.

#### 5.4. Um olhar sobre o racismo institucional e as resistências sociais

Em São Paulo, policiais são orientados por uma definição cultural do que seja o crime, a partir de uma presunção orgânica que vincula a pobreza a uma subcultura marginal. Isso significa que o imaginário do potencial criminoso muitas vezes é associado à imagem do negro, pobre e morador de áreas periféricas (Alvito, 1996; Barreira; Adorno, 2010; Schlittler, 2020). Trata-se de construções estereotipadas, adquiridas através da crença, da experiência ou de dados estatísticos enviesados, como nos demonstrou (Coelho, 1978), que definem o tipo de inimigo a ser designado.

Muitos policiais são originários de periferias e compartilham experiências comuns às comunidades locais, que frequentemente são compostas por pessoas negras e pardas. Esses aspectos influenciam diretamente as percepções dos entrevistados sobre o exercício do policiamento, suas práticas de abordagem e suas avaliações da sociedade. Os entrevistados relatam que embora não tenham tido problemas diretos com a PM em suas vidas anteriores à carreira militar, houve incidentes que envolveram pessoas próximas, como fatalidades ou experiências negativas em abordagens policiais (Sinhoretto *et al.*, 2021; Schlittler, 2020). Os agentes entrevistados entendem que há uma percepção negativa da polícia nas periferias de São Paulo, onde os policiais são vistos como abusivos, preconceituosos e reconhecem o ceticismo desta população em relação à polícia, associando o fenômeno a fatores socioculturais locais. Ainda assim, os entrevistados destacam a necessidade das abordagens nessas áreas, já que percebem suas comunidades como propensas à *criminalidade* e parte de seus habitantes como "marginais".

Tanto praças quanto oficiais superiores negam a existência de racismo institucional, mas reconhecem o racismo estrutural na sociedade brasileira, atribuindo-o às heranças da escravidão e às desigualdades socioeconômicas que afetam a população negra e associando a pobreza, a baixa escolaridade como características inerentes aos negros. Por um lado, reconhecem os problemas estruturais, sociais e econômicos das periferias, que carecem de mais atenção do Estado em temas que não envolvem propriamente a segurança pública, por outro, frequentemente justificam a maior detenção ou morte de pessoas negras pelo suposto envolvimento recorrente desse grupo em crimes.

Outro modo de negar o racismo institucional está vinculado a perspectiva de que a produção de desigualdades raciais por parte dos agentes policiais é atribuída à presença de indivíduos racistas dentro da corporação. O racismo é entendido como uma característica ligada à personalidade de alguns policiais, o que resulta em abordagens discriminatórias. Isso ocorre porque PMESP recruta profissionais da sociedade. Os interlocutores afirmam que é difícil

desenvolver um profissional completamente isento de preconceito. Dessa forma, o racismo não pode ser considerado uma característica intrínseca à PMESP, apesar de estar presente, dado que a sociedade também carrega consigo elementos racistas que se refletem na corporação.

Em compensação, a presença de negros na corporação, inclusive em cargos de comando, reflete uma tentativa de desmitificar o racismo institucional. A Polícia Militar, através da incorporação de negros a suas fileiras, argumenta que aprendeu a lidar com questões envolvendo discriminação racial. Admitir negros em seus quadros, embora isso não necessariamente influencie as práticas de racismo institucional, é visto como uma política relevante de combate ao racismo.

Assim como inserção de negros e latinos foram importantes para a aproximação da polícia com as comunidades latinas e negras nos Estados Unidos, esperava-se o mesmo para a Polícia Militar brasileira. A representatividade dentro da corporação é uma questão chave para a melhoria da relação entre essas populações e a polícia, algo positivo para o próprio policiamento (Bayley; Skolnick, 2006). Entretanto, no Brasil, essa diversidade perde seu significado porque as estruturas do policiamento não foram alteradas como no caso estadunidense. A inclusão de negros continua sendo importante, especialmente se estendida a todos os níveis da hierarquia policial, não apenas aos postos de praças, como é comumente observado em São Paulo. É crucial ter policiais negros atuando nas forças policiais, porém os dados indicam que isso não é suficiente para eliminar a discricionariedade e a suspeição que resulta na letalidade e prisões de negros.

Os comandos policiais ignoram as denúncias ou procuram justificar as ações dos policiais através da individualização dos casos. Os abusos cometidos são frequentemente enquadrados como desvios de conduta, sujeitos a punições institucionais, que tipicamente envolvem medidas como afastamento das atividades de operação e em casos mais graves, exoneração ou encarceramento. A justificativa comum para tais ações é a metáfora das "laranjas podres" (Schlittler, 2020).

Os oficiais da PMESP relatam que uma abordagem mais técnica e tecnológica poderia reduzir esses abusos. No entanto, parece que a padronização das condutas tem sido usada mais para isentar a instituição de uma atuação não conforme com o padrão de policiamento, ocultando a responsabilidade institucional, como também para se esquivar de acusações de racismo ao sistema policial.

Mesmo compreendendo que o racismo estrutural faz parte da sociedade brasileira, uma herança da colonialidade que produz desigualdades econômicas, sociais e culturais, que vão definir a população negra no espaço social, não é suficiente para o reconhecimento que as

orientações, metas e procedimentos produzem impacto racial nas operações policiais. De acordo com Quijano (2005), a ideia de raça foi usada pelos conquistadores para justificar a superioridade natural sobre os conquistados, fundamentando as relações de dominação. Isso levou à classificação da população da América e do mundo dentro desse novo padrão de poder, juntamente com o controle do trabalho, recursos e produtos em torno do capital e do mercado mundial. A formação de relações sociais baseadas na ideia de raça criou identidades na América, como índios, negros e mestiços, e redefiniu outras, e termos como espanhol e português passaram a ter conotação racial. Essas identidades foram associadas a hierarquias sociais e papéis dominantes, estabelecendo a raça e a identidade racial como instrumentos fundamentais de classificação social. Nas palavras do autor: “os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial” (p. 117).

Quijano afirma que, na América, a ideia de raça legitimou a dominação dos conquistadores e, juntamente com a formação da identidade europeia e a expansão do colonialismo europeu, criaram uma perspectiva eurocêntrica que naturalizou a dominação colonial. Essa ideia de raça se tornou o mais eficaz instrumento de dominação social, afetando também relações de gênero. Os povos conquistados foram considerados naturalmente inferiores, incluindo suas características físicas e culturais. Assim, a raça se tornou o principal critério para a classificação social global na nova estrutura de poder. As novas identidades baseadas na ideia de raça foram vinculadas aos papéis e posições na estrutura global de controle do trabalho, tornando-as interligadas e mutuamente reforçadoras, resultando em uma divisão racial do trabalho, apesar de cada elemento poder existir e mudar independentemente. A distribuição racista do trabalho se manteve durante todo o período colonial combinando identidades sociais com a exploração do trabalho, visto que, desde o início da colonização, os europeus associaram o trabalho não pago às raças dominadas, consideradas inferiores.

A Europa, como centro do capitalismo mundial, controlava o mercado global e impunha seu domínio colonial sobre todas as regiões, incorporando-as ao "sistema-mundo" e atribuindo-lhes novas identidades geoculturais, estabelecendo-se na África, Ásia e Oceania (p. 120). Esse processo envolveu a repressão das formas de conhecimento, símbolos e expressões culturais dos colonizados. A associação entre o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal fez com que os europeus se sentissem naturalmente superiores a todos os outros povos. A modernidade e a racionalidade foram vistas como exclusivas da Europa, especialmente da Europa Ocidental, criando categorias como Oriente-Occidente e primitivo-civilizado. Os

europeus não apenas se viam dessa maneira, mas conseguiram difundir essa perspectiva como hegemônica no novo padrão mundial de poder.

A colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo são centrais na modernidade, que se caracteriza pela percepção da mudança histórica e a constituição do ego individual. No entanto, a ideia de modernidade esconde a verdade da colonialidade do poder que, para Quijano, é a visão do estado de natureza como início do progresso civilizatório culminando na civilização europeia, gerando uma perspectiva evolucionista unilinear da história humana. Este mito se associou à classificação racial global, criando uma visão paradoxal que combina evolucionismo e dualismo (p. 127).

Como aponta Segato (2012), a racialização também fixa identidades em posições binárias de branco e não branco. A ideia de raça se tornou o principal critério de classificação social global. Isso levou à perda das identidades históricas singulares dos povos colonizados e à negação de seu lugar na história cultural da humanidade. A perspectiva eurocêntrica considera certas raças como inferiores por não serem consideradas "raciais", tornando-as objetos de estudo mais próximos da natureza e, conseqüentemente, mais domináveis e exploráveis. Todos os não-europeus foram vistos como pré-europeus, situados em uma sequência histórica do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno. Essa perspectiva foi fundamental para a hegemonia mundial do eurocentrismo, não apenas pelas necessidades do capital, mas também pela experiência do colonialismo e da colonialidade.

Como aponta Quijano (2005), a colonialidade do poder, baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação, tem sido um fator limitante nos processos de construção do Estado-nação, tanto nos Estados Unidos quanto na América Latina. A extensão dessa limitação depende da proporção da população colonizada e da densidade de suas instituições sociais e culturais. Assim, a colonialidade do poder estabelecida sobre a ideia de raça deve ser reconhecida como um fator fundamental na questão nacional e do Estado-nação. No entanto, na América Latina, a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes, levando à imposição do modelo europeu de formação do Estado-nação em estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais.

Os policiais têm dificuldade de entender que negar o racismo histórico e presente no policiamento é, por si só, uma ação que reproduz e perpetua a desigualdade racial. Pois isso limita a instituição em produzir políticas de contenção às práticas de racismo. Em contraposição ao reconhecimento do racismo institucional, políticos, oficiais e praças enfatizam que a PM não é racista e se autodeclaram uma instituição aberta e democrática. Muitas vezes, fazem comparações com outras instituições, como as universidades públicas brasileiras, que têm

menos presença de lideranças ou participantes negros. No entanto, negligenciam o fato de que o número de negros em uma instituição não garante automaticamente a ausência de racismo, nem deve ser visto como uma panaceia para combatê-lo. Assim, os policiais têm dificuldades de reconhecer que elementos do racismo podem influenciar suas ações enquanto representantes do Estado.

Como demonstrou Schlittler (2020), a falta de dados concretos dificulta a comprovação das crenças relacionadas ao racismo e à discriminação. Por um lado, utilizam-se do argumento de profissionalismo e da tecnologia científica para negar o racismo institucional. De outro, argumenta-se que a polícia aborda mais indivíduos pardos do que pretos e brancos, alegando que os pardos estão mais próximos dos brancos do que dos negros como grupo étnico, o que supostamente não constitui discriminação racial. Embora alguns policiais admitam que os pardos sejam ocasionalmente alvo de maior vigilância, alega-se que isso não reflete uma seleção baseada em critérios raciais.

Dentro da Polícia Militar de São Paulo, alguns entrevistados advogam pela implementação de abordagens mais suaves, menos violentas e mais respeitosas. No entanto, estão cientes da existência de um sistema profundamente enraizado em conhecimentos e práticas profissionais estabelecidos, agravado pela precariedade estrutural que caracteriza o trabalho policial, não apenas em São Paulo, como seletivo. A sociedade é composta por diversos grupos, e a polícia deve reconhecer essa diversidade ao administrar conflitos, evitando tratamentos diferenciados baseados na raça. Entretanto, a normativa da PMESP não enfatiza o aspecto racial e promove um procedimento de abordagem homogêneo. Em consequência, o discurso oficial sobre igualdade e antirracismo resulta, na prática, no direcionamento da vigilância policial sobre os jovens negros, muitas vezes recorrendo à força letal.

A discricionariedade, a arbitrariedade, a seletividade policial e a discriminação permanecem e evidenciam as desigualdades, o tradicionalismo e o conservadorismo que contiveram as mudanças nas diretrizes de policiamento, na maioria dos contextos, as limitando a alterações nos procedimentos e normas que pouco produziram resultados práticos. Como bem observado por Bayley e Skolnick, (2006 p. 20) “a polícia costuma investir recursos em ideias tradicionais, burocraticamente seguras, mas que não funcionam mais – se é que algum dia funcionaram”.

Assim, como resultado desse complexo contexto, as políticas públicas de segurança no Brasil ainda possuem aspectos tradicionais provedores de desigualdades que permaneceram durante o tempo e não foram suplantadas com a ascensão do regime democrático, o que reforça a hipótese de que o policiamento só é adequado para a população que teve sua cidadania

plenamente reconhecida, na prática, pelo estado. A realidade social demonstra que a depender de categorias como classe, gênero, raça/etnia o tratamento policial é diferente com tendências de serem mais agressivas.

O histórico social e criminal nas áreas periféricas destaca a preocupação com a segurança dos policiais, levando a abordagens mais agressivas. Em contraste, em áreas mais privilegiadas, as abordagens tendem a ser mais suaves, devido ao receio de retaliação legal por parte de indivíduos que possuem recursos para processar a polícia e seus agentes. Há uma maior probabilidade de abordagem com arma pronta para disparo em pessoas que apresentam certos comportamentos ou estilos de vestimenta, especialmente em áreas previamente consideradas violentas. Além disso, a polícia local desenvolve protocolos informais para áreas específicas da cidade e tipos sociais, enquanto o protocolo formal é aplicado em outras circunstâncias.

O Estado, assim como a PMESP, recusa-se a reconhecer essas barreiras institucionais e culturais que provocam diversas disparidades sociais, mesmo havendo segmentos populares que demonstram a todo momento que as características das atuais políticas públicas de segurança possuem efeitos racistas, homofóbicos ou misóginos.

Em oposição, os movimentos negros têm destacado a importância de uma agenda política que aborde as realidades e vulnerabilidades das juventudes negras no Brasil, com ênfase na pauta do "genocídio da juventude negra". Isso se reflete em demandas por dados sobre igualdade racial e políticas de juventude.

Os últimos casos de revoltas contra a polícia, principalmente nos Estados Unidos, nos permitiram ter esperança de que os abusos que são praticados pela polícia, com respaldo governamental, não seriam mais tolerados. Ainda mais em um mundo onde a informação circula rapidamente e é repetidamente compartilhada. Não à toa, os estudos contemporâneos (Davis, 2006; Forman Jr., 2017; Alexander, 2018; Byfield, 2019; Schlittler, 2020; Sinhoretto *et al.* 2021; Sinhoretto; Macedo; Cedro, 2022) evidenciam que as constantes manifestações das comunidades negras, como a de Ferguson<sup>123</sup> e Minneapolis<sup>124</sup>, levaram a polícia a reconhecer a existência do racismo institucional atrelado ao policiamento que se tornou amplamente reconhecido pelos famosos tumultos urbanos, decorrentes de reação a episódios de brutalidade policial contra acusados negros (Sinhoretto; Macedo; Cedro, 2021).

---

<sup>123</sup> Refiro-me ao assassinato de George Floyd que – asfixiado até a morte durante uma abordagem policial na cidade de Minneapolis – despertou revoltas nas comunidades negras. A continuidade de eventos similares, anteriores e posteriores ao de George Floyd, têm provocado manifestações contra os atuais modelos de policiamento e suas formas de atuação.

<sup>124</sup> Refiro-me ao assassinato de Daunte Wright, de 20 anos, abatido por disparos de um policial após ser parado pela polícia por uma infração de trânsito.



No entanto, em uma sociedade acostumada com a violência, onde nem mesmo crianças assassinadas pela polícia provocam revoltas e reformas, é de se esperar que novos casos de violência e letalidade policial continuem surgindo, sobretudo em um Estado como o de São Paulo, que opta por representantes públicos que defendem o recrudescimento das práticas punitivas de policiamento que reforçam a estratégia militarizada de atuação. Ao que tudo indica, a PMESP ainda vai operar sob a lógica da colonialidade, contribuindo a favor dela, e do mito da democracia racial. Por conseguinte, as inovações tecnológicas continuarão modernizando desigualdades.

### **Conclusão da seção**

Esta seção abordou a questão da violência policial e do racismo institucional destacando como esses problemas estão enraizados em legados históricos de colonialismo e discriminação racial. São discutidas as práticas policiais contemporâneas, marcadas pela violência, abuso e discriminação contra populações negras e marginalizadas, evidenciando a necessidade urgente de reformas policiais e políticas que enfrentem as raízes estruturais da violência policial e busquem a verdadeira igualdade e justiça para todos.

A análise detalhada da atuação da PMESP revela a gravidade das questões relacionadas à violência policial, ao racismo institucional e à seletividade das abordagens policiais. O texto destaca a desproporcionalidade da letalidade policial entre a população negra, jovem e masculina, especialmente em áreas periféricas e metropolitanas, assim como a discriminação presente nas prisões em flagrante. Também são abordadas as disparidades no sistema penitenciário, com o hiperencarceramento de homens jovens e negros.

A análise sobre a abordagem policial, a discricionariedade dos agentes e a vigilância em áreas periféricas revela uma série de desafios profundos e persistentes, influenciados pela associação estereotipada entre pobreza, negritude e criminalidade. A presença de policiais negros na corporação não garante a eliminação do racismo institucional, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais equitativa e respeitosa por parte das instituições policiais. As práticas de identificação de suspeitos por meio da leitura corporal e vestimentas destacam a tendência da Polícia Militar em abordar predominantemente indivíduos de cor que residem nas periferias da cidade, evidenciando a influência da leitura da corporalidade e do contexto social na tomada de decisões policiais.

Os relatos dos agentes policiais enfatizam a suposta neutralidade das abordagens, argumentando que a seleção de suspeitos é baseada na percepção de comportamentos suspeitos, independentemente de características étnicas ou socioeconômicas. No entanto, a prática da

abordagem policial revela uma série de estereótipos e preconceitos arraigados, que resultam em uma discriminação sistemática contra determinados grupos sociais, especialmente pessoas negras e residentes de áreas periféricas. A identificação de suspeitos com base em características corporais e vestimentas associadas à cultura jovem e negra demonstra uma profunda discrepância entre a abordagem policial e os princípios fundamentais de justiça e igualdade.

A atribuição de suspeição com base em estereótipos perpetua a marginalização e a exclusão de certos grupos sociais, reforçando relações hierárquicas e discriminatórias na sociedade. No contexto do policiamento em São Paulo há uma série de desafios profundos e persistentes que permeiam as relações entre a polícia e as comunidades periféricas, especialmente as de maioria preta e parda. É evidente que a construção cultural do crime e a associação estereotipada entre pobreza, negritude e criminalidade moldam as práticas policiais, influenciando a abordagem, a vigilância e as percepções sobre os habitantes dessas áreas. A negação do racismo institucional, embora alguns reconheçam o racismo estrutural na sociedade brasileira, revela uma lacuna significativa na compreensão das dinâmicas de poder e discriminação que permeiam as instituições policiais.

A presença de policiais negros na corporação, embora importante para a diversidade, não garante a eliminação do racismo institucional, pois as estruturas e práticas arraigadas continuam a produzir disparidades raciais no policiamento. A necessidade de uma abordagem mais suave, menos violenta e mais respeitosa é reconhecida por alguns, mas os obstáculos estruturais e culturais impedem mudanças substanciais na prática policial. Os movimentos sociais, especialmente os liderados pelo movimento negro, têm sido fundamentais na denúncia do genocídio da juventude negra e na exigência por políticas públicas de segurança mais inclusivas e equitativas. As manifestações e revoltas contra a violência policial, tanto no Brasil quanto no exterior, têm destacado a necessidade urgente de combater o racismo institucional e promover reformas profundas no sistema de policiamento.

No entanto, a persistência da violência policial e da letalidade, mesmo diante de ampla denúncia e mobilização social, evidencia a resistência às mudanças estruturais necessárias para garantir uma segurança pública verdadeiramente democrática e justa para todos os cidadãos. É crucial que os governos, as instituições policiais e a sociedade civil se comprometam de forma efetiva com a promoção dos direitos humanos, o combate ao racismo e a construção de relações de confiança e respeito entre a polícia e as comunidades que ela serve.

A introdução de tecnologias como sistemas de georreferenciamento na PMESP é discutida como uma tentativa de modernizar as práticas policiais, porém, sem mitigar

efetivamente as questões raciais e de seletividade. A persistência das disparidades raciais na letalidade policial e nas abordagens policiais destaca a urgência de enfrentar o racismo institucional e promover políticas que valorizem a diversidade e respeitem os direitos humanos.

## **6. Policiamento Ostensivo, Mídias Digitais e Redes Sociais**

Nesta parte, serão discutidas as análises das redes sociais, tanto abertas quanto fechadas, da PMESP e dos policiais militares. Exploraremos os efeitos políticos e as representações sociais resultantes do uso das mídias sociais, com o objetivo de compreender os impactos que a exposição midiática, tanto formal quanto informal, desta instituição de segurança pública e das ações de seus agentes. Ao examinar as dinâmicas dessas interações na esfera digital, busca-se compreender melhor os desafios e oportunidades que surgem neste novo cenário de comunicação e controle social.

Esta parte da pesquisa se insere em uma ampla agenda de estudos, conhecida como sociologia digital, que engloba reflexões teóricas e conceituais sobre os usos atuais das mídias digitais (Miskolci, 2016), que busca investigar as mudanças, inovações, continuidades e aprofundamentos promovidos pelas plataformas digitais e de comunicação, bem como pelos seus conteúdos, na cultura contemporânea. Apoiando-se em autores que estão na vanguarda da atual agenda de investigação, os quais reconhecem as tecnologias digitais como elementos essenciais para a pesquisa social, busca-se destrinchar a relação das mídias digitais com o campo de estudo da segurança pública e administração de conflitos. Esta seção propõe uma reflexão sobre a sociologia digital como disciplina e campo específico de estudo, e sua aplicabilidade em relação à sociologia da violência e administração de conflitos. Essas reflexões se mostram pertinentes e necessárias, considerando que as mídias digitais e redes sociais se tornaram “onipresentes” (Lupton, 2019) na vida social e coletiva das pessoas e instituições.

Assim, o desenvolvimento deste estudo é uma extensão de experiências anteriores que estabeleceram, no âmbito do GEVAC, uma pauta de pesquisa que conecta a sociologia digital à violência. A investigação sobre a relação com as tecnologias emerge como uma abordagem crucial para os estudos policiais, desvelando um domínio muitas vezes opaco à pesquisa e à transparência pública. Desta forma, este texto explora a complexa interação entre mídias digitais e segurança pública, analisando como as plataformas online influenciam as práticas e percepções relacionadas ao policiamento e à criminalidade.

Por fim, debate-se a militarização da segurança pública em relação aos limites da polícia e da política, um tema complexo e multifacetado, que exige análises profundas e reflexões críticas. Neste contexto, torna-se evidente que as redes sociais desempenham um papel significativo na (re)configuração das identidades policiais e na percepção da polícia em uma sociedade democrática. A ascensão de agendas politizadas alinhadas ao bolsonarismo entre os

discursos oficiais dos policiais militares revela uma transição marcante que, longe de ser exclusiva do governo Bolsonaro, tem raízes que remontam aos períodos ditatoriais. O aumento da presença de PMs e militares conservadores nos poderes legislativos, aliado à influência política crescente da Polícia Militar, tem moldado uma abordagem mais tradicional e militarizada do policiamento. Portanto, realizou-se uma análise dessa interseção entre política, polícia e sociedade, destacando como a narrativa de "lei e ordem" e o discurso antidemocrático têm se fortalecido, com implicações profundas para o futuro da democracia no país.

### 6.1. A Sociologia Digital

A ascensão das mídias digitais e das redes sociais transformou profundamente as dinâmicas sociais contemporâneas, inaugurando a era da sociologia digital. Este campo emergente de estudo tem despertado interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, impulsionando uma reflexão sobre o impacto das tecnologias digitais na vida coletiva e individual. Neste contexto, a conectividade tornou-se uma característica marcante da sociedade, permeando todas as esferas da vida cotidiana. Os fenômenos sociais estão atravessados pela influência das mídias digitais e redes sociais, o que configura uma sociedade permeada pela conectividade.

A sociologia digital não se restringe apenas ao estudo das tecnologias em si, mas busca compreender as implicações mais amplas dessas tecnologias na identidade e nas relações sociais. A partir de uma abordagem teórica própria, a sociologia digital estimula estudos empíricos em plataformas *online* com a utilização de métodos etnográficos a fim de compreender as relações sociais. Isso abrange áreas como a cibersociologia, sociologia da *internet*, sociologia das comunidades *online*, sociologia das mídias sociais, estudos da *internet* e sociologia da *cibercultura* (Lupton, 2019).

Considerando essas mudanças, reconhece-se que as mídias digitais e redes sociais são tecnologias de grande relevância na sociedade contemporânea, devido ao seu impacto generalizado, demandando uma análise meticulosa. A era digital, marcada pela expansão de ferramentas e tecnologias digitais, como o surgimento de celulares inteligentes com câmeras acopladas e aplicativos como o *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram*, *X Twitter*, entre outros, foram incorporados na vida cotidiana de cidadãos comuns onde a esfera digital se tornou um novo local para o desenvolvimento dissonante e controverso da vida em sociedade, “mediadas através de um constante *on/off-line*” (Miskolci, 2011). Por conta dessas transformações, parte do entendimento que as mídias digitais são tecnologias que merecem uma atenção considerável devido a sua importância na sociedade atual. A tecnologia foi incorporada e corporificada na

vida cotidiana sendo que este processo engloba todos os campos de interação da vida social, sejam eles íntimos, privados, micro ou macrosociológicos (Miskolci; Balieiro; 2018; Deslande; Coutinho; 2020).

Este diálogo representa um avanço significativo na esfera sociológica, pois reconhece o impacto da vida digital na ampliação e intensificação das interações sociais, bem como nas representações que guiam o comportamento humano. Miskolci (2016) destaca o poder dos "sujeitos digitais", cuja influência na sociedade contemporânea é notável, especialmente através das plataformas digitais que têm remodelado as dinâmicas sociais. Essas transformações não poupam nem mesmo as instituições que enfrentam novos desafios e interferências decorrentes desse contexto. Assim, é essencial analisar esse fenômeno em uma perspectiva ampla, que vai além do indivíduo, visto que a sociologia digital possui numerosas implicações e levanta questões importantes à natureza da pesquisa social (Lupton, 2019; Miskolci, 2016).

De acordo com Lupton (2019), a Sociologia Digital representa uma abordagem teórica distinta que vai além do estudo das tecnologias digitais em si. Seu enfoque não se restringe apenas às novas tecnologias; envolve também uma análise crítica das implicações mais amplas que essas tecnologias carregam consigo. À medida que as mídias digitais se tornam onipresentes, elas geram uma enorme quantidade de dados sobre os indivíduos, os quais são coletados, armazenados e compartilhados. Mais do que isso, essas tecnologias não apenas refletem, mas também constituem e configuram a vida social contemporânea. Para a autora, as relações de poder estão passando por transformações significativas à medida que os aspectos da vida cotidiana se digitalizam, tornando-se ubíquos e onipresentes, o que resulta em uma nova era de vigilância e coleta incessante de informações dos usuários. Enquanto as mídias tradicionais mantêm poder sobre o conteúdo que disseminam, muitas vezes com pouco conhecimento sobre seu público, as novas mídias incorporam e conhecem detalhadamente seus públicos, exercendo, por sua vez, poder sobre o conteúdo que disseminam. Os dados digitais, como qualquer outro tipo de dados, são socialmente construídos e possuem uma vida social e vitalidade próprias; eles não são neutros, mas representam decisões deliberadas por aqueles que formulam os algoritmos, os coletam e manipulam. Essas informações moldam e estruturam novos conceitos de identidade, representações, relacionamentos, escolhas e preferências, sendo intermediados pelos algoritmos que classificam e determinam os conteúdos.

Para Miskolci (2016), esta expansão da tecnologia nos conduz à era da conectividade perpétua. Vivemos em uma era digital na qual os usuários de mídias digitais não são mais apenas consumidores receptores isolados, mas também criadores e emissores que se conectam

entre si em termos sociológicos, através de uma rede de conexões. Essa conexão em rede, por meio de ferramentas tecnológicas digitais, representa não apenas um avanço técnico, mas também uma evolução na construção das relações sociais. As mídias digitais sintetizam as transformações tecnológicas e sociais, marcando o processo histórico da transição das relações sociais face a face para relações mediadas pela conectividade da *web 2.0*. Passamos de uma comunicação em rede para uma sociabilidade construída por plataformas na cultura participativa, adentrando a era da socialidade técnica e da conectividade.

O autor também destaca o avanço das redes sociais e a melhoria na qualidade e velocidade da *internet*, bem como a redução dos custos dos equipamentos e o crescimento do universo da computação. Além disso, ressalta o desenvolvimento da telefonia celular e a popularização dos *smartphones*, que possibilitam a troca instantânea de mensagens, fotos e vídeos. Os celulares permitem uma conectividade constante e a troca de conteúdo, aliviando as pressões do cotidiano e integrando-se às diferentes facetas de nosso ser e subjetividade. O uso da câmera fotográfica, juntamente com a gravação de vídeos, contribui para a partilha do cotidiano e amplia a percepção da inserção social, influenciando diretamente na produção de conteúdo e na construção da subjetividade. A *internet*, com o desenvolvimento da *web.2.0*, agrupa uma série de práticas, uso e relações sociais. A globalização das tecnologias facilita a criação e compartilhamento de culturas locais, variações regionais e a diversificação de redes, conferindo-lhes um caráter heterogêneo em comparação com as mídias de massa tradicionais. O caráter técnico-midiático das plataformas promove uma imersão em um contexto cultural no qual decisões e escolhas são influenciadas pelos valores disseminados através dos meios de comunicação.

Segundo Miskolci, o interesse dos cientistas sociais reside nas relações sociais, não nos sistemas operacionais ou plataformas, o foco recai sobre as relações sociais e como os sujeitos incorporam a tecnologia em seu cotidiano. Nosso objetivo principal é compreender os significados subjacentes aos usos das tecnologias de comunicação em rede, através de abordagens qualitativas como a etnografia e a análise de conteúdo. As dinâmicas atuais não substituem, mas se complementam e convergem com as formas anteriores, configurando-se como uma ampliação da exposição social das mídias de massa. O autor afirma que a prática profissional do Cientista Social está intrinsecamente ligada ao uso de tecnologias de comunicação, especialmente nas redes sociais, que estão ganhando uma centralidade cada vez maior na vida das pessoas. Assim, o autor diz que estamos testemunhando a consolidação de transformações tecnológicas e sociais interligadas, cujas consequências econômicas e políticas não podem mais ser compreendidas e separadas umas das outras. As tecnologias digitais se

tornaram uma necessidade essencial para a pesquisa social, refletindo a crescente digitalização da sociedade.

Em um texto mais recente, Miskolci e Balieiro (2018) afirmam que as abordagens etnográficas em ambientes digitais virtuais buscam analisar a sociabilidade online, onde a distinção entre o real e o virtual se dissipa e a interação face a face deixa de ser o epicentro das relações contemporâneas. O desafio reside em investigar objetos que envolvam relações sociais mediadas digitalmente; estas não são simplesmente um espaço, mas sim uma ferramenta adicional influenciada pelas realidades cotidianas da vida. A sociabilidade digital intensifica as interações entre os domínios *online* e *offline*, oferecendo novas interpretações e desdobramentos. Ou seja, o mundo digital se tornou um espaço onde os interlocutores desenvolvem suas interações, ao mesmo tempo em que facilita a extração, mensuração e análise de dados. Todas essas etapas são mediadas pelo ambiente *online*, demonstrando a profunda integração das tecnologias digitais em todas as facetas da pesquisa e da vida social (Miskolci, 2016).

Para o pesquisador, assim como para Deslande e Coutinho (2020), a etnografia virtual emerge como um método de pesquisa em ascensão, impulsionado pelo avanço e pela disseminação das tecnologias de compartilhamento de dados, mídias digitais e redes sociais. Os métodos etnográficos aplicados às mídias digitais, assim como observou Hine (2000), fundamentam a premissa de que o ciberespaço é um espaço de interação social, permitindo a realização de uma etnografia que abrange tanto os ambientes *online* quanto *offline*. Este enfoque multidimensional possibilita a coleta de dados abrangentes sobre as interações sociais e seus impactos nas esferas digitais e físicas da vida contemporânea.

Como aponta Lupton (2019), é intrigante considerar a pesquisa digital como uma aplicação das metodologias e métodos de pesquisa anteriores em um novo cenário. É evidente que ferramentas serão testadas e formas obsoletas serão reutilizadas, enquanto novos modelos podem ser ressignificados ou adaptados a partir das necessidades de pesquisa emergentes. A aplicação dos métodos etnográficos ao contexto *online*, através da abordagem renovada da etnografia virtual, constitui um campo de pesquisa que possibilita a análise das relações sociais entre os domínios físico e virtual. A intermediação das interações entre esses domínios, conhecida como a interface entre os universos *online* e *offline*, tem gerado novas dinâmicas na construção da realidade social, com uma série de implicações de ordem social e política. Esse enfoque revela as complexidades das interações humanas no ambiente digital e sua influência na esfera pública e nas relações sociais em geral. Por conta disso, cada vez mais pesquisadores



de diversas disciplinas se engajam em investigações sobre os efeitos das tecnologias digitais na sociedade.

## 6.2. Sociologia Digital e Segurança Pública

Como destacado por Ramos (2014), a interação entre os meios de comunicação, segurança pública, crime, medo e comportamento violento tem sido alvo de análises e controvérsias desde os primórdios dos estudos sobre os impactos dos meios de comunicação de massa na sociedade. Com o advento da *internet*, houve uma expansão das representações da violência proporcionando às pessoas um acesso mais amplo a fontes de informação sobre crime e segurança, e, conseqüentemente, estimulando-as a expressarem mais abertamente suas opiniões nas plataformas *online*. As mídias digitais promoveram um tipo de suporte por onde circulam discursos, representações e divulgação das ações dos principais atores do campo da segurança pública. A temática da violência é frequente nos ambientes virtuais, proporcionando a diversos atores a oportunidade de disseminar e compartilhar suas narrativas, valores, moralidades e opiniões (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022), por outro lado, estas ferramentas são constantemente utilizadas, formalmente e informalmente, por policiais em suas ocorrências cotidianas como em sua vida paisana<sup>125</sup>.

Como argumentamos anteriormente, a implementação de novas tecnologias, como também a crescente adesão às mídias digitais e redes sociais, estão impulsionando o desenvolvimento de novos padrões de policiamento. Monjardet (2003) já havia observado que a mídia sempre desempenhou um papel crucial na formulação de novas estratégias policiais, especialmente durante períodos de distúrbios significativos.

Um exemplo que temos atualmente foi a onda de protestos ocorrida nos Estados Unidos em que a mensagem “BlackLivesMatter” incentivou mudanças estruturais nas organizações policiais. As relações entre policiamento e racismo ganhou notoriedade no mundo e foram estopins para os questionamentos do atual trabalho policial estadunidense. Esse evento não só revela a pertinência do uso das redes sociais e de tecnologias na vigilância das ações policiais pela observação do público como também demonstra que as redes sociais passaram a constituir um novo elemento de denúncia, utilizada pelos movimentos negros, contra a violência praticada pelas instituições policiais à comunidade negra.

A vigilância sobre a polícia é cada vez mais intensa. As ações e comportamentos que se desviam dos padrões estipulados pelos comandos têm agora a possibilidade de serem

---

<sup>125</sup> Termo usado para distinguir um policial que não está vestido como um militar; em trajes civis.

registrados e compartilhados com uma velocidade e alcance sem precedentes, superando em muito a capacidade das mídias de massa convencionais (Cedro, 2023). Os abusos cometidos por policiais em um mundo onde a informação se dissemina rapidamente e de forma incessante têm um potencial imenso para mobilizar a opinião pública e minar a legitimidade das instituições policiais. Os celulares com câmeras embutidas se tornaram não apenas mecanismos de vigilância externa, mas também fontes de denúncia e produção de evidências.

Por outro lado, uma multiplicidade de agentes começou a se fazer presente nos espaços virtuais, visando disseminar e compartilhar suas próprias narrativas, valores, moralidades e opiniões sobre o assunto. Policiais tem desempenhado um notável papel na disseminação de conteúdo relacionado ao crime e seu controle, nos permitindo compreender que a esfera digital está integrada nas instituições de segurança pública, incluindo a PMESP, que hoje consta com modelos formais de comunicação em redes sociais.

Como destacado por Miskolci e Balieiro (2018), a esfera digital emerge como um ambiente de divergências, dissensões e transformações, configurando-se como um campo de disputa político e social. Na esfera online, muitas vezes operando à margem de regulações e mediações da justiça, testemunhamos conflitos e embates morais em curso, cujo impacto se estende ao engajamento político. As mídias digitais e as novas formas de ações coletivas permitem a atuação de movimentos sociais, tanto democráticos quanto conservadores, ampliando os horizontes de participação e debate. Assim, assistimos a uma disputa de narrativas travadas nas mídias digitais e redes sociais que reverbera no debate sobre segurança pública, cujos discursos e ações envolvem os principais atores do campo. Isso porque a esfera *online* interfere diretamente nas questões políticas das instituições policiais como também mobiliza as pressões sociais sobre os limites e poderes do policiamento.

### **6.3. Notas metodológicas sobre o monitoramento das redes sociais da PMESP**

Diante das restrições que impossibilitaram a continuidade das investigações de forma convencional, tornou-se imperativo explorar alternativas para dar seguimento aos estudos. Em um contexto adverso, a pesquisa, que previamente dependia de entrevistas e observações presenciais, precisou se adaptar e migrar para o ambiente digital. Inicialmente, o monitoramento não estava contemplado no escopo inicial da pesquisa e teve início posteriormente, durante o período de isolamento social decorrente da Pandemia de Covid-19.

Os efeitos da pandemia resultaram em ajustes significativos no planejamento e nas abordagens metodológicas, incluindo a suspensão das entrevistas e da observação em campo. Em contrapartida, houve um foco primordial no monitoramento das redes sociais e das mídias

digitais para viabilizar a progressão e aprofundamento do estudo. Assim, a relevância dos métodos etnográficos virtuais se destacou ainda mais com a interrupção dos trabalhos presenciais devido à Pandemia de Covid-19, tornando-os indispensáveis para a continuidade e condução desta investigação.

Este monitoramento se apropriou de ferramentas comumente utilizadas em etnografias digitais, com o propósito de analisar as representações e discursos dos policiais nas redes sociais. Foram monitoradas diversas plataformas, incluindo *Facebook*, *Instagram*, *YouTube* e *WhatsApp*, com o objetivo de estabelecer conexões com as dinâmicas policiais do cotidiano. As redes foram categorizadas em dois grupos distintos: as oficiais, diretamente associadas à PMESP, e as não oficiais, administradas por policiais militares, porém sem vínculo institucional. Além disso, foram diferenciadas entre redes abertas e fechadas: as abertas são acessíveis sem restrições de entrada, com conteúdo livremente disponível, como ocorre no *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*. Por outro lado, as redes sociais fechadas exigem autorização para participação, acompanhamento e interação, como é o caso dos grupos de *WhatsApp*.

Nas redes sociais oficiais abertas, as informações são disseminadas com moderação devido aos filtros estabelecidos pela PMESP, o que resulta em uma quantidade limitada de material disponível para análise. Por outro lado, as redes fechadas demonstraram uma relevância maior, uma vez que os usuários estão menos limitados pelas restrições legais e morais impostas pelos recursos de privacidade do aplicativo.

Esta pesquisa teve a oportunidade de se inserir e monitorar, por um período de quase dois anos, as interações de policiais da PMESP, de outros estados e civis em dois grupos de *WhatsApp*, denominados "Grupo do PM" e "Polícia, Bolsonarismo, Violência e Pornografia" (PBVP). O convite veio através de um intermediário, que ao ter ciência sobre a pesquisa desenvolvida pelo GEVAC, recomendou a participação no grupo. O consentimento com o monitoramento foi estabelecido através da garantia de preservação de seus dados e identidades. É importante ressaltar que parte dos membros dos grupos não têm conhecimento da pesquisa nem das atividades de observação realizadas pelo pesquisador. Um compromisso foi estabelecido para compartilhar apenas conteúdos relevantes para a pesquisa, sem comprometer a identidade dos interlocutores. Os grupos do *WhatsApp* mencionados incluem policiais de São Paulo e de outros estados, além de pessoas próximas, parentes e amigos, que compartilham uma variedade de conteúdos não exclusivamente relacionados às atividades policiais, exigindo assim uma seleção cuidadosa do material a ser analisado.

O primeiro grupo analisado, intitulado "grupo original" e nomeado em homenagem a um policial militar, foi inicialmente formado e gerenciado por membros da corporação. No

entanto, devido a desentendimentos internos relacionados a determinadas postagens que desagradaram alguns participantes, o grupo se fragmentou, resultando na formação de um novo grupo, o PBVP. O “grupo do PM” foi reduzido a alguns poucos participantes e perdeu relevância com o tempo, não só para a pesquisa, mas para seus membros, que pouco interagiam e compartilhavam mensagens. Em contrapartida, o PBVP não só aumentava seu número de participantes, que não eram apenas policiais militares, como também produzia uma grande quantidade de dados.

Antes de prosseguirmos, cabe ressaltar que nesse período o pesquisador foi convidado para participar de mais um grupo de *WhatsApp* de policiais militares, este de um batalhão especializado da PMESP. Contudo, optou-se por não o monitorar, principalmente para preservar a segurança do pesquisador como também resguardar a identidade dos participantes. Por ser um grupo mais restrito e com quantidade menor de membros, havia maiores probabilidades de identificação como também de experienciar constrangimentos por conta de orientações políticas divergentes, em um contexto marcado por tensões políticas. Outro ponto relevante se refere à quantidade de informações a serem analisadas, tendo em consideração que o tratamento dos dados coletados seria realizado de forma artesanal e individual, pois não havia recursos para financiar melhores condições de trabalho.

Conforme destacado por Deslande e Coutinho (2020), etnografias digitais comumente lidam com grandes volumes de dados de maneira imensurável, o que ressalta a importância de reconhecer a inviabilidade de realizar uma análise completa que contemple todas as manifestações presentes nesse espaço. Diante dessa realidade, os conteúdos transmitidos – sejam áudios, vídeos, memes ou mensagens de texto – são sujeitos a um processo de redução, seleção e categorização. Para uma pesquisa significativa, é essencial definir eixos de relação, dimensões e focos específicos em meio a um conjunto praticamente infinito de materiais empíricos disponíveis.

Nesta pesquisa, priorizaram-se as informações que abordam temas relacionados à segurança pública, policiamento, política e outras áreas correlatas. Foram escolhidas publicações de textos, áudios, vídeos e mensagens escritas que abrangem o período de 2021 a 2023 e que refletem as representações sociais e políticas associadas ao tema pelos agentes de segurança, incluindo suas perspectivas políticas. Foram observados os modos de expressão, pensamento e comportamentos nas interações *online*, principalmente nas redes fechadas.

Optou-se por uma implementação de estratégias de categorização do conteúdo postado nos grupos, com o objetivo de orientar tanto a coleta quanto a análise, sem impor uma estrutura interpretativa rigidamente definida. Todas as mensagens foram classificadas em três categorias

distintas: a) Ações Policiais, abrangendo aspectos como abordagens, atividades cotidianas, violência e letalidade policial, além de mortes de policiais; b) Questões Políticas, que incluem tópicos como ameaças de golpe, ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), críticas ao Ministro Alexandre de Moraes, ao Presidente Lula e à Primeira-Dama Janja, denúncias de fraudes eleitorais, sentimentos antipetistas, apoio ao presidente Bolsonaro, apoio a Sérgio Moro e a pandemia de Covid-19; e c) Preconceitos, que abordam temas como homofobia, racismo, xenofobia e machismo. É importante ressaltar que em uma mesma postagem pode haver a presença de um ou mais elementos, como a correlação entre a homofobia e o sentimento antipetista<sup>126</sup>.

Conforme mencionado anteriormente, foram excluídos da contagem qualquer vídeo, texto ou áudio que não estivesse relacionado ao tema da pesquisa. Isso abrange mensagens pessoais, vídeos de comédia e conteúdo pornográfico, especialmente devido à sua abundância.

Como aconselhado por Deslande e Coutinho (2020), foi criado um local de armazenamento acessível *offline* para guardar os dados. Posteriormente, as informações selecionadas foram categorizadas em uma tabela no Excel, em que foram criadas colunas referentes a data da postagem; o tipo (formato) da mensagem – áudio, vídeo, imagem, texto ou link; a quantidade, por exemplo, se eram duas imagens mais um áudio; o momento político – pandemia, isolamento social, ataques ao STF, eleições de 2022, pós-eleição e 8 de janeiro de 2023. A tabela também possui um resumo de cada postagem feita e, a partir dela, criou-se uma descrição para o tema, como mencionado anteriormente. Nesta coluna, pelas variedades de temas acionados, tornou-se mais difícil concentrar as descrições em pequenas categorias. Ainda assim, essa coluna nos permitiu definir as categorias utilizadas na análise final deste trabalho.

Além disso, foram criadas mais quatro colunas considerando a origem da mensagem, se eram provenientes do próprio *WhatsApp* ou eram compartilhadas de outras plataformas como *Youtube*, *Instagram*, *Facebook*, *X Twitter*, *Hello*, *TikTok* ou *Kawai*. No caso de vídeos e áudios, foram contabilizados em uma coluna separada os tempos das mídias, em outra foram guardados os links compartilhados. Por fim, arquivou-se uma identificação anonimizada do membro responsável pelo compartilhamento das mensagens e os comentários, quando havia, e mais uma coluna de observações.

É importante destacar que, nos grupos de *WhatsApp* analisados, o pesquisador optou por evitar conflitos e não contestou os posicionamentos dos membros do grupo, a menos que fosse absolutamente necessário. Estes interlocutores demonstravam uma postura extremamente

---

<sup>126</sup> O conteúdo foi descrito de forma similar em nosso artigo publicado (Sinhoretto; Cedro; Macedo; 2024)

conservadora, alinhada ao bolsonarismo e suas perspectivas moralistas. O pesquisador frequentemente temia ser descoberto e enfrentar possíveis constrangimentos decorrentes de divergências políticas. Por essa razão, priorizou a observação e coleta de dados em detrimento da participação ativa e da interação com os participantes dos grupos. Buscou-se concentrar nas práticas individuais e grupais em um ambiente imersivo, multifacetado e performativo assim como descrito por Deslande e Coutinho (2020). Portanto, os métodos adotados se concentraram na descrição dos comportamentos observados e conteúdos veiculados nos espaços digitais analisados.

#### **6.4. O Papel das redes sociais na atividade policial**

As redes sociais se tornaram uma ferramenta fundamental na divulgação das atividades policiais, com muitos agentes adotando-as e se tornando influenciadores digitais. Este fenômeno é particularmente evidente entre os/as praças que atuam no policiamento de rua e nas divisões especializadas. Canais oficiais da instituição, como páginas no *YouTube*, *Instagram*, *Facebook* e *X Twitter* frequentemente compartilham conteúdos variados, desde a história da corporação até atividades cotidianas dos agentes. Essas postagens, muitas vezes, têm como objetivo promover uma imagem positiva da instituição, servindo como uma forma de publicidade favorável quanto para expressar opiniões políticas e ideológicas.

Há uma significativa presença de policiais em redes bolsonaristas radicalizadas. Nos últimos anos, a presença de profissionais das forças de segurança em redes bolsonaristas digitais cresceu significativamente. Entre 2020 e 2021, de acordo com a pesquisa do FBSP (2021), foi registrado um aumento de 27% na participação de profissionais da polícia em ambientes ligados ao bolsonarismo. Além disso, a base de membros da segurança pública que interagem, especificamente, em redes sociais com ambientes bolsonaristas radicais subiu 24% no mesmo período. Analisando a participação de oficiais da Polícia Militar, os dados mostram mudanças notáveis entre 2020 e 2021. Em 2020, 65% desses oficiais não apresentavam interações em páginas bolsonaristas. Entretanto, em 2021, esse número caiu para 56%, indicando uma redução de 9% na ausência de interação. Paralelamente, a proporção de oficiais que interagiram em ambientes bolsonaristas aumentou de 18% para 21%, um crescimento de 3%. Mais marcante foi o aumento na participação em ambientes bolsonaristas radicais, que subiu de 17% em 2020 para 23% em 2021, representando um acréscimo de 6%. Esses dados refletem uma tendência preocupante de crescente engajamento de profissionais de segurança pública em contextos digitais associados a movimentos políticos específicos e, em particular, a ambientes de discurso mais radical.

Isso levou a medidas por parte da PMESP para coibir manifestações político-partidárias de membros fardados, indicando uma postura contrária a movimentos golpistas por parte das organizações policiais. Nossas pesquisas apontam que nas redes sociais abertas há algum grau de censura de conteúdos abertamente eleitorais. Um exemplo disso é o caso do comandante da PMESP, Aleksander Lacerda, que foi afastado pelo comando da PM por desrespeitar o regulamento da corporação e publicar ataques ao STF, ao governador do Estado e convocar policiais para atos bolsonaristas no feriado de 7 de setembro de 2021<sup>127</sup>. Contudo, em 2024, o governo de Tarcísio de Freitas tem promovido mudanças significativas na Polícia Militar de São Paulo, resultando em uma crise interna. Essas mudanças, lideradas pelo secretário de Segurança Pública Guilherme Derrite<sup>128</sup>, destacaram oficiais com histórico na ROTA e perfil bolsonarista, e forçaram a aposentadoria de 34 coronéis alinhados à posição profissionalista da corporação. Entre os promovidos está Aleksander, imbuído de comandar o Centro de Altos Estudos em Segurança da Polícia Militar, órgão da escola de oficiais que promove os cursos de mestrado e doutorado em Ciências Policiais, que até então incentivava a ideais do profissionalismo.

Já, nas redes fechadas, driblando os mecanismos de controle institucionais, os grupos de policiais funcionam como espaço de difusão do bolsonarismo, reunindo os tópicos morais, o combate violento a acusados de crimes e a propaganda de cunho fascista contra as instituições republicanas e ataques à lisura das eleições.

A seguir, exploraremos como as redes sociais constituem um elemento essencial desse intrincado sistema de controle e tecnologia empregado pelos agentes da PMESP, assim como os impactos políticos e sociais resultantes dessa dinâmica.

#### **6.4.1. As redes sociais abertas da PMESP**

As redes sociais têm desempenhado um papel crucial na ampliação da divulgação das atividades policiais, levando muitos agentes a adotarem as mídias digitais e a se tornarem influenciadores. Esse fenômeno é especialmente notável nas ações dos/as praças que operam no policiamento de rua, assim como nas divisões especializadas da corporação.

<sup>127</sup> Para mais informações acessar <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2021/08/23/doria-afasta-comandante-da-pm-em-sorocaba.ghtml> [descarregado no dia 31/05/2023].

<sup>128</sup> Guilherme Muraro Derrite, popularmente conhecido como Capitão Derrite, é um destacado policial militar e político brasileiro, atualmente filiado ao Partido Liberal. Ele assume o cargo de Deputado Federal por São Paulo desde 2019, além de ocupar o posto de Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo no governo liderado por Tarcísio de Freitas.

Nos canais oficiais da instituição, as postagens são variadas e costumam abordar temas como a história da PMESP, a formação policial, informações úteis para os cidadãos e atividades cotidianas dos agentes, especialmente durante abordagens e prisões em flagrante. As mídias sociais proporcionam à Polícia Militar uma plataforma para propagandear e promover discursos que enfatizam sua *luta contra o crime*, buscando legitimidade por meio dessas narrativas nas redes sociais. A instituição investe em publicidade nas plataformas digitais para demonstrar suas atividades e angariar apoio público. Esse fenômeno pode ser observado nas ações de praças que atuam no policiamento de rua e nas divisões especializadas. Essas publicações tendem a favorecer a instituição, servindo como uma forma de publicidade positiva. Isso é evidente na página oficial da PMESP no *Youtube*, "PMTV"<sup>129</sup>, na página do *Instagram* "pmesp\_oficial"<sup>130</sup> e em sua página oficial no *Facebook*<sup>131</sup>.

Normalmente, os conteúdos publicados são de ocorrências criminais, perseguições e prisões em flagrante, apreensão de drogas e armas realizadas pelo policiamento ostensivo de caráter reativo/proativo. Há publicações de modalidades de policiamento como o comunitário, porém em número bem mais reduzido. O realce das divulgações se centra nas atividades do rádio-patrolhamento, principalmente em relação às ações de destacamentos especializados como a Força Tática, ROCAM e a ROTA.

Nas plataformas oficiais da PMESP, a comunicação se concentra predominantemente na divulgação de prisões e apreensões, com crimes relacionados à propriedade e de drogas, dominando as ocorrências destacadas. A narrativa retrata a prisão como o principal objetivo do trabalho policial, enquanto aspectos como diversidade dentro da instituição, medidas preventivas e integração de políticas públicas recebem pouca ou nenhuma atenção. Seguidores das páginas são constantemente informados de que a polícia está ativa na realização de prisões e apreensões.

As postagens dos canais particulares em redes abertas, não oficiais, criadas pelos membros da PMESP nas redes sociais, não apresentam diferenças significativas em relação às postagens dos canais oficiais. Isso se deve, em parte, aos filtros estabelecidos pelas próprias plataformas de redes sociais, assim como ao controle exercido pela instituição sobre o conteúdo publicado. Os agentes que administram páginas no *Facebook*, *Instagram* ou canais no *YouTube*

<sup>129</sup> A página oficial da PMESP no Youtube atualmente consta com 920 mil inscritos e 1,3 mil vídeos. Para mais informações acessar: <https://www.youtube.com/@PMTVSP> [descarregado no dia 31/05/2023].

<sup>130</sup> A página oficial da PMESP no Instagram atualmente possui 562 mil seguidores e 4.804 publicações. Para mais informações acessar: [https://www.instagram.com/policiamilitarsp\\_oficial/](https://www.instagram.com/policiamilitarsp_oficial/) [descarregado no dia 31/05/2023].

<sup>131</sup> A página oficial da PMESP no Facebook possui 1,2 milhões de seguidores. Para mais informações acessar: <https://www.facebook.com/POLICIAMILITARDESP> [descarregado no dia 31/05/2023].



têm suas postagens revisadas e devem aderir aos padrões de comunicação da corporação; do contrário, podem ser sujeitos a punições disciplinares. Uma entrevista realizada com um encarregado do setor de planejamento ilustra como as redes sociais têm ampliado a divulgação das atividades policiais, levando muitos agentes a se tornarem influenciadores digitais:

**Cap. C.:** Tem uns policiais que são do meu batalhão, eles são da ROCAM, e eles tem um canal do Youtube, eles filmam lá a atividade policial deles e depois passa esse vídeo pelo crivo do comando, e autorizando, eles colocam no Youtube com o acesso a todo mundo. Pode assistir, comentar, não comentar (...) vai sempre ter uma mensagem institucional, então às vezes deslocando para uma ocorrência, daí eles filmam as motos deslocando e tal eles colocam no Youtube. Eu acho que é importante, eu acho que tem que ter. (Grifo nosso).

A intensidade da cobertura midiática dessas ações é notável, especialmente quando se trata de imagens de perseguição a suspeitos nas grandes periferias de São Paulo. Um exemplo marcante é um vídeo altamente visualizado<sup>132</sup>, com quase 84 milhões de exibições, que retrata uma perseguição policial da ROCAM a um motociclista entre as cidades de Osasco e Carapicuíba em 2021<sup>133</sup>. A qualidade cinematográfica deste vídeo lembra a de um filme de ação e foi amplamente compartilhada em diversas plataformas de mídia social digital.

Os vídeos de perseguição a suspeitos são frequentemente capturados por policiais usando seus dispositivos pessoais, como celulares ou câmeras filmadoras portáteis. Estes conteúdos passam por um filtro no Centro de Comunicação Social da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CCoMSoC), órgão encarregado de supervisionar e autorizar a divulgação de informações. Alguns policiais fazem postagens individuais, mas devem obedecer às regras do código penal militar e do regulamento disciplinar para evitar punições internas (Sinhoretto *et al.*, 2021).

Trata-se de um empreendedorismo de si disseminado nas redes sociais, assim como demonstrou Miskolci e Balieiro (2018), em que a produção e reprodução de determinados valores exigem um constante trabalho de construção da própria imagem. A *selfie* midiática extrapola o *online* para *offline* e exige apresentação de um *marketing* pessoal em que a competição por reconhecimento modifica os sujeitos e termos subjetivos, corporais e morais. Essa dinâmica é evidente nas instituições policiais como a PMESP, em que há uma busca por prestígio, legitimidade e visibilidade dentro do universo *online* que reverberam no *status offline*. Como demonstra Miskolci (2016), automatização do apoio materializado, *curtidas*, *likes* e *deslikes*, induzem e premiam as postagens por meio do apego imagético, não são

<sup>132</sup> Para mais informações acessar: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/policia-sp/hits-do-youtube-da-pm-de-sp-tem-mais-de-84-milhoes-de-visualizacoes> [descarregado no dia 31/05/2023].

<sup>133</sup> Duas cidades pertencentes a região metropolitana de São Paulo. Esses dois municípios são vizinhos, sendo Carapicuíba considerada uma grande periferia.

avaliados rompimentos com os princípios básicos de respeito de direito à defesa e ao contraditório. Miskolci e Balieiro (2018), ainda argumentam que as relações online não são horizontais e não apagam as relações de poder. Mídias digitais são meios para disseminação de discurso de ódio, perseguição e linchamento *online*, que visam o prestígio e reputação do outro. De acordo com os autores, na era da conectividade as relações mediadas *online* tendem a servir os interesses dos proprietários das plataformas de socialização, não sendo mais conexões centradas nos interesses dos usuários, “sujeitos digitais”, conscientes de seus interesses e objetivos. Pelo contrário, tendem a reforçar os hábitos previamente existentes ampliando as visões consolidadas e evitando redes rivais.

Na visão dos gestores, a PM compreendeu a importância das redes sociais na construção de uma imagem positiva. O mesmo foi notado por Byfield (2018), pois não se trata de um fenômeno local, sendo também utilizado pela polícia novaiorquina, para disseminar narrativas que visam estabelecer a confiança de uma parte da sociedade, compartilhando informações que evidenciem a qualidade e competência da polícia. É crucial para o policiamento demonstrar que há um treinamento padronizado, supervisão das ações policiais, uso de tecnologias avançadas e, acima de tudo, a necessidade da sociedade de um policiamento eficaz diante da criminalidade.

A qualidade da informação, portanto, deve ser vista como intrínseca aos sistemas peritos (Giddens; 1991) e julgada através da interação entre usuário e sistema. Giddens destaca que, na modernidade, a confiança em sistemas peritos é crucial e vai além da segurança, implicando um cálculo de riscos e benefícios. A confiança se forma na socialização e pode ser ambígua, com atitudes de respeito e medo em relação ao conhecimento técnico. Ele introduz os conceitos de desencaixe e reencaixe, onde as relações modernas se baseiam em anonimato e distanciamento espaço-temporal, ao contrário das sociedades tradicionais. Os sistemas de desencaixe incluem fichas simbólicas e sistemas peritos, que exigem confiança dos leigos apesar do desconhecimento técnico. O reencaixe permite a reconexão dessas relações desencaixadas ao contexto local e temporal. Assim, as confianças e a credibilidade dos sistemas de informação dependem da excelência técnica e da competência profissional dos especialistas envolvidos. É assim que podemos interpretar o alto investimento dos policiais na produção desses vídeos, a autorização da instituição aos policiais *youtubers*, e o alto interesse social em assistir a peças que mostram “o sistema trabalhando”. São parte da produção da confiança na polícia como um sistema perito e os policiais como experts habilitados que lidam profissionalmente com situações complexas, convertendo o perigo em ordem.

Nem sempre a exibição dialoga com o sistema perito. Outro aspecto identificado pela pesquisa é o uso das redes sociais por policiais militares como palanque político para as candidaturas. Nestes casos, há um deslocamento nos conteúdos veiculados pelas mídias digitais abertas, principalmente do *Facebook* e do *YouTube*, assim como Macedo (2015) percebeu em seu acompanhamento de páginas ligadas ao “elogio da PMESP”, especificamente sobre a ROTA, entre os anos de 2012 e 2018. De acordo com o autor, em 2012, a política de enfrentamento ao PCC foi intensamente promovida, com destaque para as ações lideradas pelas ROTA. Durante esse período, as redes sociais foram usadas por figuras-chave como Antônio Ferreira Pinto<sup>134</sup> e o Coronel Paulo Lucinda Telhada<sup>135</sup> para justificar ações letais e impulsionar suas carreiras políticas. Ambos utilizaram essas plataformas para propaganda política, alcançando sucesso nas eleições de 2014, com Telhada sendo o segundo deputado estadual mais votado de São Paulo (Sinhoretto: Cedro; Macedo, 2024).

Por mais que muitas dessas páginas não existam mais, os vídeos publicados nessas plataformas se tornaram um meio de expressão de opiniões de policiais e políticos sobre as políticas públicas na área de segurança. As pautas giram entorno do recrudescimento penal, punitivismo, aumento dos investimentos na Polícia Militar e a crítica à punição de policiais que praticaram violência contra suspeitos. Os discursos políticos propõem ações de “combate ao crime organizado”, encontrando eco no debate público, mas migraram para a discussão política nacional, acompanhando os conteúdos bolsonaristas, a partir de 2018.

Cesarino (2022) argumenta que em 2013 houve a abertura de uma janela de contingência, após as jornadas de junho<sup>136</sup>, preenchida predominantemente por forças que deram origem ao bolsonarismo. Em 2013, os manifestantes expressaram insatisfação geral com os problemas do país, e em 2018, Bolsonaro deu um rosto e corpo a essas demandas amorfas, já parcialmente definidas pelos movimentos anticorrupção e pró-impeachment de 2015-2016, adotando parte das pautas e símbolos desses movimentos. A coerência na imagem de Jair

---

<sup>134</sup> Antônio Ferreira Pinto foi Tenente da Polícia Militar, Promotor de Justiça na área criminal, secretário-adjunto da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e ex-secretário de Segurança Pública do governo Geraldo Alckmin.

<sup>135</sup> Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, mais conhecido como Coronel Telhada, é um policial militar da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo e político brasileiro, filiado ao Progressistas (PP).

<sup>136</sup> Os protestos no Brasil em 2013, conhecidos como Jornadas de Junho, começaram em São Paulo contra o aumento das tarifas de transporte público. Rapidamente, as manifestações se expandiram para outras cidades e abordaram diversas questões sociais, como corrupção, má qualidade dos serviços públicos e altos custos das obras para a Copa do Mundo de 2014. Mobilizadas por redes sociais, centenas de milhares de pessoas participaram. A resposta inicial do governo foi repressiva, mas alguns recuaram e reduziram as tarifas. Esses protestos revelaram uma insatisfação generalizada, aumentando a polarização política e influenciando futuras campanhas políticas no Brasil.

Bolsonaro foi personalizada algoritmicamente para cada indivíduo, preenchida com significados próprios pelos públicos bolsonaristas.

Como apontamos em nosso artigo (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2024), durante o ano de 2014, Telhada emergiu como um herói da Polícia Militar, destacando-se como símbolo do combate ao crime organizado e representante dos cidadãos de bem contra os bandidos. Ele foi reeleito em 2018 como o quarto deputado mais votado do estado, com uma forte presença nas redes sociais, contando com mais de dois milhões de seguidores no *Facebook*. Enquanto em 2014 as questões relacionadas ao crime organizado impulsionaram sua campanha, em 2018, a mídia priorizou a crise política nacional e a corrida presidencial. Apesar da perda de apoio eleitoral do coronel, dois policiais militares que serviram na ROTA sob seu comando foram eleitos: o Major Mecca<sup>137</sup> (PSL<sup>138</sup>) como deputado estadual, com forte associação a Jair Bolsonaro, e o Capitão Derrite (PL<sup>139</sup>) como deputado federal. Ambos têm uma presença significativa nas redes sociais, com destaque para suas aparições em programas policiais na TV, como o *Brasil Urgente*. Durante o período compreendido entre 2014 e 2018, o Brasil testemunhou um aumento significativo, quatro vezes maior, na eleição de policiais e militares para cargos legislativos. Essas candidaturas e eleições, em sua grande maioria, foram vinculadas a partidos políticos de orientação de direita, destacando uma entrada marcante de representantes das forças de segurança na esfera política convencional. Essa tendência de envolvimento político, especialmente proeminente entre os oficiais policiais militares, reflete um contexto mais amplo, incluindo a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2018. Por um lado, essa ascensão atualiza discursos e atitudes que há muito estão presentes nos debates sobre segurança desde a transição para a democracia. Por outro lado, ela sinaliza uma intensificação na orientação ultradireitista, com indícios de ameaça à democracia em 2022. Essas personalidades políticas construíram discursos propondo medidas de "combate ao crime organizado", ganhando relevância no debate público. Posteriormente, suas discussões migraram para o âmbito político nacional, alinhando-se com os conteúdos e ideais bolsonaristas.

De acordo com Lima (2022), em 2021, 48% dos policiais militares (44% dos oficiais e 51% de praças) no Brasil tinham laços com o bolsonarismo. Entre 15% e 40% dos policiais são considerados radicalizados ou potencialmente radicalizáveis, dependendo do contexto político

---

<sup>137</sup> Dimas Mecca Sampaio, é reconhecido como Major Mecca, atualmente ocupa o cargo de deputado estadual pelo PL, tendo conquistado sua eleição no pleito de 2018 com um total de 131.531 votos.

<sup>138</sup> Partido Social Liberal.

<sup>139</sup> Partido Liberal.

e institucional. Durante o período eleitoral que levou Bolsonaro à presidência, policiais militares manifestaram apoio em redes sociais abertas favoráveis ao bolsonarismo. Posteriormente, também endossaram pautas consideradas antidemocráticas, como a instauração do AI5 e o retorno do Regime Militar. Em resposta, a PMESP iniciou, a partir de 2020, a análise das postagens de policiais em redes sociais abertas para coibir manifestações político-partidárias de membros fardados, indicando uma postura contrária a movimentos golpistas por parte das organizações policiais.

Se nas redes sociais abertas há certa censura de conteúdos eleitorais, por outro lado, em redes fechadas, os grupos de policiais servem como plataforma de disseminação do bolsonarismo, abordando temas como moralidade, combate violento aos acusados de crimes e propaganda de teor fascista contra as instituições republicanas, inclusive questionando a integridade das eleições. Diversos alertas têm sido emitidos em relação aos grupos fechados do *WhatsApp* e *Telegram*, nos quais as barreiras de controle de conteúdo são menos eficazes. Observa-se, de fato, uma radicalização antidemocrática nesses espaços, que se mostram altamente permeáveis à propaganda bolsonarista, com mudanças significativas ao longo do tempo: desde a postura negacionista diante da pandemia de COVID-19 em 2020, até o contexto eleitoral de 2022, passando pelo confronto com o STF e pela deslegitimação do processo eleitoral.

#### **6.4.2. As redes sociais fechadas da PMESP**

Como apontado anteriormente, redes sociais fechadas são redes privadas e exclusivas. Elas permitem a formação de grupos restritos em que somente através da aprovação de um membro administrador é possível adentrá-las. Todas as redes aqui mencionadas como abertas podem exercer essa função, porém, os aplicativos mais comuns são o *Telegram* e o *WhatsApp*.

Essa pesquisa não teve acesso a nenhum grupo de policiais militares vinculados ao *Telegram*, mas monitorou dois grupos do *WhatsApp* durante um período de quase dois anos, como também coletou percepções de policiais militares em relação ao uso do aplicativo no cotidiano do trabalho policial. O *WhatsApp* é uma ferramenta amplamente utilizada no dia a dia por policiais civis e militares e por conta disso, esta seção dedicar-se-á a esse aplicativo.

Na seção IV foi demonstrado como o uso de *smartphones* por policiais militares, juntamente com a *internet* móvel e seus aplicativos, permitem acesso rápido a informações sobre ocorrências, complementando as transmissões via rádio do COPOM. O *WhatsApp* é amplamente utilizado para comunicação entre policiais, permitindo o compartilhamento de informações e imagens relevantes. No entanto, há preocupações de supervisores com a

distração causada pelo uso recreativo desses aplicativos, o que pode afetar a percepção e o julgamento dos policiais. A PM cobra atenção ao serviço e pode punir desvios, mas muitos policiais ainda recorrem ao *WhatsApp* devido à praticidade. Esse uso informal contradiz a ideia de um policiamento científico altamente protocolizado, mas reflete a realidade operacional. O uso de aplicativos não é monitorado institucionalmente, o que pode comprometer o controle sobre as ações dos policiais. Ainda assim, essa prática é considerada um reflexo da flexibilidade necessária no policiamento cotidiano, onde muitas decisões são tomadas individualmente, às vezes em conflito com os protocolos oficiais.

Além disso, também foi demonstrado que o aplicativo é usado para comunicação comunitária e vigilância em algumas áreas. Em São Paulo, essas redes são mais comuns em cidades do interior. Isso ocorre porque a participação popular no policiamento nos CONSEGs possui uma adesão limitada, com uma composição que favorece grupos conservadores, como comerciantes e evangélicos. Nas periferias, a implementação desses conselhos é mais desafiadora devido ao preconceito de cidadãos periféricos em relação à polícia e dos policiais com as periferias. Há uma afinidade entre a polícia, as redes comunitárias e os setores conservadores, refletindo nas escolhas políticas que vão definir qual modelo de policiamento a ser empregado nas distintas e desiguais regiões de São Paulo.

A emergência de redes comunitárias de vigilância, que compartilham informações e monitoram suspeitos e notícias de crimes, mantém um discurso marcado pela dicotomia entre "cidadãos de bem" e "bandidos". Já havia comentado, em um estudo anterior (Cedro, 2023), que essas redes reproduzem estereótipos e utilizam mídias digitais, como fotos, vídeos e *memes*, que tanto ampliam a diversidade de opiniões sobre eventos criminais quanto reforçam os estereótipos existentes. A participação nas redes não reduz a sensação de insegurança; ao contrário, acelera o fluxo de informações, contribuindo para a percepção de que os crimes são mais frequentes atualmente.

Assim, optou-se por apresentar as interações sociais dentro do grupo do *WhatsApp* segundo as categorias de análise; primeiramente, na intenção de evidenciar as interações que envolviam questões relativas à instituição e aos policiais e; posteriormente, as discussões políticas, influenciadas pelo Bolsonarismo, que passaram a dominar o grupo, principalmente durante o período eleitoral e pós-eleitoral.

#### *O uso do WhatsApp e sua relação com as questões policiais*

Da mesma forma que nas mídias abertas, no *WhatsApp* são compartilhadas ações policiais cotidianas de perseguição a suspeitos, ações de prisões e dados de ocorrências.

Contudo, a violência física e letal é explícita, e imagens de pessoas que foram mortas em diversas situações geralmente são compartilhadas. São homicídios, acidentes de trânsito, suicídios e letalidade policial. Os conteúdos demonstram não só os corpos sem vida como também, em alguns casos, o processo do homicídio, da tortura ou da letalidade.

No caso da violência física, a ação da agressão parece ser de interesse coletivo. Entretanto, se destacam as agressões cometidas por policiais frente a um desrespeito, um insulto ou uma desobediência cometida por um suspeito. Normalmente, essas ações são respaldadas pelos participantes do grupo. De forma similar, os vídeos que demonstram uma ação de tortura, seja pela polícia ou por outras pessoas, também são justificados pela relação do torturado com o crime. O nível varia entre socos e pontapés, em um suspeito rendido, até a dilaceração de membros e a brutalidade letal.

Um exemplo ilustrativo corresponde a um vídeo (de 00:16 min.) compartilhado (pelo membro E) no dia 29/07/2021, durante a Pandemia de Covid 19. O vídeo retrata uma perseguição policial realizada pela ROTA que acaba com a morte do suspeito. Outro exemplo foi compartilhado pelo membro M, no dia 08/11/2022, após o período eleitoral. Trata-se de mais um vídeo de 01 min., uma coletânea de letalidades policiais, em que os membros do grupo reagem com comentários como: “CPF CANCELADOS” (membro: E); “Boa... 👍👍” (membro F); meme de Jair Bolsonaro fazendo joia com as mãos, e com uma frase escrita em um balão de fala: “é isso aí” (membro E).

Nos casos de mortes causadas por policiais, é frequente ver imagens acompanhadas da expressão “mais um CPF cancelado”. Porém, quando tais mortes ganham destaque na mídia e são questionadas pelo público, como aconteceu nas operações que resultaram em várias mortes nas comunidades do Jacarezinho e da Vila Cruzeiro<sup>140</sup>, no Rio de Janeiro, surgem *fakenews* que costumam especular sobre os antecedentes criminais das vítimas e insinuar o envolvimento de seus familiares com o crime organizado. Esse é o caso das imagens apresentadas abaixo, em que a primeira retrata uma mãe pedindo justiça pela morte de seu filho durante a operação na Comunidade do Jacarezinho e a segunda de uma mulher festejando e portando um fuzil seguida de uma descrição: “estava aos prantos na Globo no RJTV, pedindo justiça, que seu filho foi executado”. As duas figuras foram compartilhadas ao mesmo tempo no grupo PBVP, com o

---

<sup>140</sup> As operações ocorridas nas comunidades do Jacarezinho (2021) e da Vila Cruzeiro (2022), no estado do Rio de Janeiro, foram extremamente violentas, deixando a primeira um saldo de 28 mortos e a segunda 24. Para mais informações acessar <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/24/veja-as-operacoes-policiais-mais-letais-do-rio-de-janeiro.ghtml> [descarregado no dia 31/05/2023].

objetivo de insinuar que se tratava da mesma pessoa, e que a mãe, assim como seu filho, tinha associação com o crime, e por conta disso, seu luto não possuía legitimidade.

Figura 1: Mãe de uma vítima da operação policial na Comunidade do Jacarezinho clama por justiça.



Fonte: WhatsApp PBVP compartilhado pelo usuário D no dia 08 de maio de 2021.

Figura 2: Mulher portando fuzil durante uma comemoração.



Fonte: WhatsApp PBVP compartilhado pelo usuário D no dia 08 de maio de 2021.

Alguns dias depois, uma matéria do G1<sup>141</sup>, em uma página voltada para desmascarar *fakenews*, informava que a polícia desmentia tais informações, esclarecendo que a mulher não é a mesma das imagens com a arma e, por conta da vinculação massiva das imagens e da falsa atribuição, ela recebeu ameaças. O mesmo ocorreu com as ações da Vila Cruzeiro, que além das imagens da operação, dos corpos das vítimas sem vida de MDIP, dos flagrantes de policiais colocando mortos em suas viaturas para removê-los da cena do homicídio, enquanto familiares choram desesperadamente e são impedidos de se aproximarem de seus parentes, imagens

<sup>141</sup> Para mais informações acessar: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2021/05/10/e-fake-que-video-mostre-mae-de-um-dos-mortos-no-jacarezinho-segurando-e-brincando-com-fuzil.ghtml> [descarregado no dia 31/05/2021].



comparativas surgem, principalmente de menores que foram mortos pela PMRJ, no sentido de comprovar sua relação com o crime e dar legalidade as ações como também para as MDIP.

A comprovação que tal notícia é falsa, que se trata de uma *fakenews*, não é questionada pelos participantes do grupo, isso porque a abordagem da questão criminal não se fundamenta em evidências ou na aplicação estrita da lei. Não é a construção de confiança em um sistema perito que está em jogo. De modo contrário, a defesa de métodos ilegais como tortura e a execução de suspeitos é enaltecida, enquadrando a segurança pública como uma guerra em que é preciso escolher um dos lados. Esses discursos moralizantes ecoam padrões antigos, porém, agora adaptados às novas mídias e incorporando novos temas às narrativas estabelecidas.

Nestes grupos, sobretudo no PBVP, é evidente o desprezo por temas mobilizados por movimentos sociais geralmente vinculados a uma pauta de esquerda, como lutas pela igualdade racial, de gênero, sexualidade, classe e aos Direitos Humanos. Em relação à questão de gênero e da sexualidade, a misoginia está evidente quando se observa os conjuntos de postagens de pornografia, mas para além disso, as manifestações de preconceito aberto têm maior ênfase sobre a população LGBTQIA+. O caso do racismo não é tão explícito quanto a homofobia e o machismo, embora oficialmente a instituição negue e condene o racismo, assim como a homofobia, tal preconceito se faz presente quando se percebe que as vítimas da letalidade policial, dos assassinatos e das torturas são pessoas negras. Esse é o caso dos jovens expostos nas *fakenews* da Vila Cruzeiro e da Comunidade do Jacarezinho, que tiveram seus antecedentes questionados para justificar a letalidade policial, expressando nas imagens uma corporalidade associada à violência e contextualizada em comunidade periféricas e negras, demonstrando assim, a facilidade de sujeitá-los criminalmente por conta de sua cor e classe social. Contudo, mesmo com a comprovação da inocência, a desconstrução de tal associação não se dá no mesmo ritmo e com o mesmo impacto.

O suicídio de policiais também se fez presente no grupo do PBVP, em duas situações, uma da PMESP e outra de um policial da Bahia. O policial baiano, antes de cometer suicídio, matou a esposa por não aceitar o fim de seu relacionamento, sendo que na imagem ele aparece fardado e portando um fuzil. É possível assistir o momento em que ele mata sua companheira para depois atirar em sua própria cabeça. Já no caso de São Paulo, a apresentação da situação é similar, embora, nesse vídeo não seja possível entender as motivações, mas os participantes do grupo reconheceram o colega policial e lamentaram a sua morte.

Assim como o tema das mortes violentas, da letalidade e da *fakenews*, o suicídio não é debatido no grupo, nem as questões de trabalho ou saúde mental<sup>142</sup>. De acordo com os dados do Boletim IPPES (2023), entre 2018 e 2022, 508 profissionais em atividade cometeram suicídio, além de 138 policiais aposentados. Acredita-se que esses números sejam subestimados devido à falta de resposta de algumas instituições. Já, a Ouvidoria da Polícia de São Paulo (2019), ao analisar dados sobre suicídio policial entre os anos de 2017 e 2018, e entrevistando colegas e familiares dos policiais, identificou várias hipóteses para o suicídio, que é considerado multicausal: estresse ocupacional, falta de suporte de saúde mental, adoecimento mental, conflitos institucionais, conflitos familiares e problemas financeiros, isolamento social, subnotificação das tentativas de suicídio, e fácil acesso a armas de fogo. A pesquisa aponta para a necessidade de programas de saúde mental e prevenção ao suicídio nas instituições policiais e destaca a importância de expandir essas iniciativas.

Se por um lado, os temas vinculados a tortura, abusos, violência, suicídio ou a saúde mental dos policiais não ensejam comentários dos membros do grupo, as questões em torno do gênero e da sexualidade são sempre acionadas e demarcadas, no sentido de excluir a homoafetividade e denunciar os policiais LGBTQIA+ para o resto da corporação. Por exemplo, uma das postagens traz um vídeo de um homem seminu usando uma calcinha preta e dançando em frente a um espelho. Em seguida, são compartilhados sua foto retirada do *Instagram* com o uniforme e sua funcional da PMESP. As imagens vêm acompanhada de frases de cunho homofóbico como: é “viado”, “amigo do...”, “trabalhava na mesma viatura que você” em tom de chacota.

Este caso, que não é o único, demonstra que o preconceito contra pessoas LGBTQIA+ na polícia é algo comum e está associado a uma identidade policial masculinizada e moralmente conservadora. Os policiais do grupo geralmente se utilizam do deboche para ofender e desprestigiar desafetos com conotações homofóbicas. Nesse caso, além da evidente homofobia, os PMs do grupo expõem a funcional do colega com a finalidade de revelar a sua sexualidade “controversa” que não pode ser aceita dentro dos batalhões.

Como aponta Dejours (2000), a virilidade é considerada uma parte importante da identidade sexual masculina, sendo associada à capacidade de exercer violência, e é caracterizada por valores como poder, dominação e agressividade. No contexto do grupo do PBVP, a virilidade é destacada e vinculada a outras características, muitas vezes promovendo

---

<sup>142</sup> Dentre os fatores de complexidade das causas do suicídio, questões relacionadas ao tabu em relação ao tema e fatores de hierarquia e disciplina da própria instituição tendem a colaborar para isso (Silva, Marcolan, 2021; Miranda, 2016)

a violência, desvalorizando as mulheres como subordinadas, sugerindo a homossexualidade como punição e enfatizando a importância do falo. Como argumenta Segato (2012), a masculinidade é construída através de provações, exigindo resistência, agressividade e domínio para ser reconhecida. A posição masculina, fortalecida pelo acesso privilegiado ao poder e conhecimento, é elevada, mantendo antigos rituais e nomes de gênero. Esse papel masculino é reforçado pelo olhar colonial, que objetifica administrativamente e pornograficamente, transformando a sexualidade e introduzindo uma nova moralidade que objetifica o corpo feminino e infunde noções de pecado e crime.

A polícia militar seria uma espécie de "casas-dos-homens" como descreve Welzer-Lang (2001), ou seja, espaços exclusivos para homens que reforçam a masculinidade ao afastar qualquer associação com o feminino. Esses lugares, que incluem bares, clubes e até prisões, são fundamentais na adolescência, quando os meninos aprendem comportamentos masculinos das gerações anteriores – cada vez mais as redes sociais são esses lugares de aprendizado. Nesses ambientes, é necessário se distinguir dos "fracos" ou daqueles vistos como não-homens. Esse contexto ajuda a entender como os homens seguem normas de gênero específicas, especialmente a obrigação de uma performance violenta, revelando a complexidade das normas de gênero. A construção da masculinidade nesses espaços é uma submissão ao modelo hegemônico, garantindo privilégios e a identidade de "homem com postura".

Hernandes e Vinuto (2022) apontam que a masculinidade é uma construção cultural e socialmente frágil, vigiada e disputada. Os autores enfatizam que estas masculinidades viris são constantemente atualizadas em práticas concretas e relações de poder, sendo interdependentes, múltiplas e performativamente produzidas conforme normas de gênero. As normas de gênero se manifestam implicitamente em piadas, apelidos e comportamentos, criando um "dever-ser" masculino que é continuamente patrulhado. A violência entre homens é central na produção das masculinidades, frequentemente mobilizando construções homofóbicas e evidenciando a heterossexualidade compulsória como um elemento comum dos modelos de masculinidade. Para romper com a iniquidade de gênero, Connel argumenta que é fundamental considerar os homens como seres generificados e as masculinidades como configurações de práticas sociais que variam conforme as relações de gênero em contextos específicos.

Assim, o gênero é um dispositivo central para entender as interações cotidianas, principalmente em relação ao universo policial. A masculinidade viril está presente no policiamento, e são comportamentos historicamente construídos ligados a uma tradição de militarização da polícia. A estrutura da polícia militar exige em suas linhas de frente modelos

viris em que policiais não podem ser vulneráveis, seja em face de uma violência física ou simbólica. Assim, falar de saúde mental, além de ser um tabu, é visto como uma perda de virilidade dentro das relações internas de uma instituição fechada e com pouco espaço para participação social. Com efeito, encontramos nos grupos de policiais bolsonaristas uma quantidade imensurável de pornografia, de violência e preconceito explícito contra policiais LGBTQIA+ que emanam essa cultura viril masculina.

Assim, operam tanto o silêncio tácito dos participantes do grupo diante de vídeos e fotos com conteúdo extremamente violento, quanto a obrigação de comentários que ridicularizam o homoerotismo. Tanto o silêncio quanto o impulso à manifestação obedecem a essa padronização. Faz parte desse padrão também o trânsito da imagem da polícia como sistema perito (típico das redes abertas) para a representação de um cotidiano muito violento, em que a morte é banal, aceitável e até desejada e festejada, quando se trata de um *cancelamento de CPF*, isto é, quando os mortos condizem com o estereótipo do bandido matável.

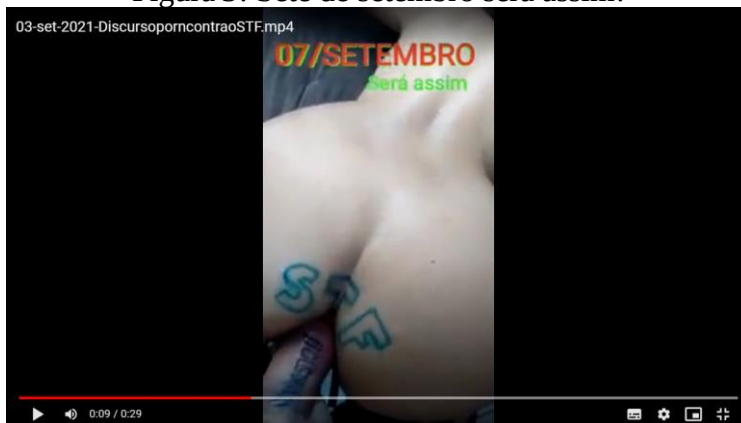
### *O período eleitoral*

Durante o ano de 2022, observou-se uma mudança progressiva de temas diretamente relacionados às demandas de lideranças policiais de direita e discussão de um programa de segurança pública para a alavancagem de candidaturas de deputados oriundos da Polícia Militar.

Desde o início do monitoramento, ficou evidente que as postagens seguiam as linhas de pensamento associadas ao bolsonarismo. No início da pandemia, houve uma profusão de informações que contestavam o distanciamento social, desencorajaram a vacinação e promoviam a ideia da imunidade de rebanho, além de defenderem o uso da cloroquina no tratamento da Covid-19. Posteriormente, à medida que surgiam tensões entre Bolsonaro e o STF, as postagens passaram a refletir o embate com os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Um exemplo marcante, que encapsula a essência do pensamento do grupo, é uma publicação que combina os valores bolsonaristas com o desejo de ruptura institucional. Trata-se de um vídeo intitulado “07 de setembro será assim”, referente às manifestações do Dia da Independência em 2021. O vídeo mostra um homem nu com “Bolsonaro” escrito em seu pênis ereto e, à sua frente, uma mulher nua com “STF” escrito acima de seu ânus. O homem diz: “hora de foder o STF aí, bora” e, enquanto realiza sexo anal, acrescenta: “vai Bolsonaro, fode o STF aí, come o cu desse povo aí”.

Figura 3: Sete de setembro será assim!



Fonte: *Printscreen* de um vídeo retirado do grupo PBVP compartilhado pelo usuário E no dia 03 de setembro de 2021.

O principal alvo dos ataques bolsonaristas foi o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, pois ele foi relator de diversos inquéritos que atingiram aliados de Bolsonaro e o próprio ex-presidente, incluindo investigações sobre as *fakenews*, atos antidemocráticos, e ataques às instituições democráticas. Essas investigações resultaram em prisões e bloqueios de contas em redes sociais de figuras ligadas a Bolsonaro.

Como aponta Cesarino (2022), desde 2018, os apoiadores de Bolsonaro introduziram pautas desafiadoras ao sistema político como o voto impresso e auditável, a integridade do sistema eleitoral brasileiro, especialmente as urnas eletrônicas, sem apresentar provas concretas, que gerou uma instabilidade e perda de confiabilidade no sistema de eleitoral brasileiro. Moraes, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), defendeu veementemente a segurança e a transparência do sistema eleitoral. As tensões aumentaram durante a campanha de 2022, quando Bolsonaro acusou o TSE de parcialidade. Por conta disso, no grupo do PBVP foram compartilhados abaixo assinados para o impeachment de Alexandre de Moraes, imagem do endereço do ministro, ou dele travestido de Hitler e *fakenews* dizendo que ele havia comprado oito imóveis de forma ilícita. Em meados de 2021, a demanda pelo voto impresso auditável ganhou força entre o público, incentivada por declarações do presidente de que não aceitaria outro resultado eleitoral. No dia 1º de agosto do mesmo ano<sup>143</sup>, esse movimento *online* se transformou em manifestações *offline* de multidões em algumas cidades (Cesarino, 2022 p. 197).

<sup>143</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/01/manifestantes-fazem-atos-a-favor-de-bolsonaro-e-do-voto-impresso-nas-eleicoes-de-2022.ghtml>

Com as restrições de veiculação de discursos em ambientes abertos, os policiais bolsonaristas buscaram espaços privados de comunicação para expressão de conteúdos combatidos no mundo público. As características dos meios digitais privados e fechados se tornam muito atrativas para a mobilização da extrema-direita junto aos públicos mais conservadores. Os grupos de *WhatsApp* de policiais foram um espaço de investimento da propaganda bolsonarista, tendo ficado nítida a existência de uma estratégia de postagens, que combinam conteúdos atrativos (como a pornografia e a violência) com mensagens direcionadas. Não são grupos alimentados apenas por seus participantes, tendo ficado nítida a coordenação na veiculação de temas de interesse político do governo federal e do grupo político no poder. Em um grupo de aproximadamente 120 participantes, pois esse número foi reduzindo conforme o tempo, alguns membros foram mais ativos no compartilhamento de mensagens como observado na tabela abaixo.

Tabela 9: Quantidade de mensagens publicadas por membro do grupo PBVP

| <b>Membro do PBVP</b> | <b>Quantidade de postagem</b> |
|-----------------------|-------------------------------|
| C                     | 15                            |
| E                     | 53                            |
| H                     | 60                            |
| M                     | 159                           |
| R                     | 42                            |
| S                     | 14                            |
| Sc                    | 33                            |
| W                     | 28                            |
| Outros                | 97                            |
| <b>Total</b>          | <b>501</b>                    |

Fonte: elaboração própria a partir do monitoramento do *WhatsApp*.

A tabela detalha a quantidade de mensagens publicadas por membros do grupo PBVP no *WhatsApp*, revelando uma distribuição desigual de participação entre os membros. O membro identificado como M destaca-se como o mais ativo, com um total de 159 postagens, o que representa aproximadamente 31,7% de todas as mensagens enviadas no grupo. Essa alta frequência de postagens indica um nível significativo de engajamento por parte deste membro em relação aos demais.

Em seguida, o membro H aparece com 60 mensagens publicadas, contribuindo com cerca de 12% do total, o membro E demonstra uma participação relevante com 53 postagens, correspondendo a aproximadamente 10,6% das mensagens. A soma das postagens de outros membros, que não foram especificados individualmente, totaliza 97 mensagens, ou seja, 19,4% do total, sugerindo uma presença coletiva considerável, embora dispersa. Os membros Sc e R também mostram uma participação moderada, com 33 e 42 mensagens, respectivamente,

representando 6,6% e 8,4% do total de postagens. Já o membro W contribuiu com 28 mensagens, equivalendo a 5,6%, e o membro C publicou 15 mensagens, o que representa 3% do total. Por fim, o membro S é o menos ativo, com 14 postagens, correspondendo a aproximadamente 2,8%. Com um total de 501 mensagens publicadas, a análise desta tabela evidencia uma variação significativa no nível de atividade entre os membros do grupo PBVP.

Alguns membros, como M, H e E, são responsáveis pela maioria das postagens, enquanto outros, como S e C, têm uma participação mais limitada. Essa distribuição desigual de atividade sugere que, dentro do grupo, há diferentes níveis de engajamento e envolvimento, refletindo possivelmente diferentes papéis, interesses ou disponibilidade de tempo dos membros. O membro M possui um nome genérico em seu perfil do *Whatsapp*, o que levanta dúvidas sobre a sua real existência enquanto pessoa, revelando uma camada tática essencial que envolve a ação coordenada de influenciadores camuflados, que mantêm a divisão entre o público dominante e o público refratário (Cesarino, 2022), mediando o ambiente e narrativas favoráveis à força política bolsonarista.

Se nas redes sociais abertas havia uma contenção de manifestações políticas no *WhatsApp* por policiais bolsonaristas, nas redes fechadas a produção é irrestrita. Por exemplo; no dia 23 de setembro de 2022 é publicada uma grande quantidade de pornografia. Em seguida é compartilhado um texto de uma suposta pesquisa do Instituto Paraná apontando que Bolsonaro ganha a eleição em todos os estados. Também são publicados um santinho eleitoral do Capitão Derrite com Bolsonaro e Tarcísio. Mais dois vídeos são publicados, um de uma passeata bolsonarista com narrativas feitas por Olavo de Carvalho e outro com uma teoria conspiratória em que uma voz masculina diz que a Globo vai acusar Bolsonaro de algum crime, sem especificar qual, com o objetivo de evidenciar uma perseguição. Por fim, é compartilhada uma foto do deputado Marcelo Freixo beijando a boca do ex-deputado Jean Willys com a seguinte legenda: “Candidato ao governo do RJ, Marcelo Freixo e o convidado a secretário Jean Williams, meus amigos, não merecemos isso!!!”

Figura 4: Beijo entre Marcelo Freixo e Jean Willys

Candidato a Governador do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo e o convidado a Secretário de Educação Jean Williams, meus amigos nós não merecemos isso!!!



Fonte: WhatsApp PBVP compartilhado pelo usuário M no dia 23 de setembro de 2022.

Figura 5: Santinho do Capitão Derrite com Bolsonaro e Tarcísio na eleição de 2022.



Fonte: WhatsApp PBVP compartilhado pelo usuário E no dia 23 de setembro de 2022.

Alexandre Pereira Derrite, conhecido como Capitão Derrite, foi eleito em 2016 vereador em São Paulo pelo Partido Social Democrático (PSD), com foco em questões relacionadas à segurança pública e ao combate à violência. Em 2018, Derrite candidatou-se a deputado federal pelo Partido da República (PR) e obteve uma expressiva votação, tornando-se um dos deputados mais votados do estado de São Paulo naquelas eleições. Derrite assumiu o cargo de secretário de segurança em uma campanha que tem sido marcada por uma abordagem que busca integrar ações presenciais e digitais, refletindo uma conexão entre o mundo *online* e *offline*. O "capital digital" de Derrite, construído ao longo de sua presença nas redes sociais e sua influência como parlamentar, o posicionou como uma das principais figuras do bolsonarismo em São Paulo. Sua gestão à frente da segurança pública tem sido alvo de críticas, especialmente devido à escalada da violência policial e à crescente taxa de MDIP na Baixada Santista.

A ascensão de Derrite e Tarcísio ao governo de São Paulo demonstra a afinidade entre bolsonarismo e a polícia militar, confirmada pelo levantamento realizado pelo FBSP (2021)



que apontam um aumento na participação de PMs em redes bolsonaristas radicalizadas. No estado de São Paulo, o candidato Jair Bolsonaro ficou à frente do candidato Lula na corrida presidencial de 2022. Das 645 cidades do estado, Bolsonaro foi superior em 547 delas, sendo elas majoritariamente localizadas no interior do estado. Lula foi superior na capital e na região metropolitana, sobretudo nas zonas periféricas. Isso exemplifica a adesão popular à abordagem militarizada do controle do crime como também revelam o populismo autoritário, visto como uma solução para as questões de segurança nacional. Não por acaso, fotos de Bolsonaro foram muitas vezes compartilhadas nos grupos, principalmente com a ROTA, como é possível verificar nas figuras abaixo.

Figura 6: Bolsonaro na PMESP



Fonte: *WhatsApp* PBVP compartilhado pelo usuário Sc no dia 23 de novembro de 2022.

Figura 7: Bolsonaro com a ROTA



Facebook

Força Tática - A Rota é Bolsonaro!  
Você também é?? | Facebook

Visitar

Fonte: *WhatsApp* PBVP compartilhado pelo usuário Sc no dia 23 de novembro de 2022.

Como aponta Cesarino (2022), o movimento bolsonarista não se consolidou em torno da figura de Jair Bolsonaro, mas na maneira como sua imagem foi personalizada por cada seguidor, que atribuía seus próprios significados aos conceitos disseminados. Em 2013, os manifestantes expressavam insatisfação geral, enquanto em 2018, o líder populista deu um rosto e corpo às demandas antes amorfas contra “tudo que está aí” (p. 150-151). Esse processo de nomeação foi impulsionado pelos movimentos anticorrupção e de impeachment entre 2015 e 2016, permitindo que Bolsonaro fosse investido na política pelos militares em 2014, aproveitando-se de pautas e símbolos, muitos dos quais vieram da esquerda em uma imitação inversa. O bolsonarismo não oferece uma substância política unificada e programática, sendo ao mesmo tempo vazio de conteúdo e altamente performativo, com a forma sendo mais central que os conteúdos, que variam entre segmentos de eleitores e ao longo do tempo. Concordando com Cesarino, a campanha de Bolsonaro foi marcada pela fusão entre candidatos e eleitores, esferas pública e privada, fato e ficção, espontaneidade e manipulação, e entre política e outras esferas sociais. Essa eficácia eleitoral surgiu de um contexto mais amplo onde “o pessoal é político” e se relacionou com táticas inteligentes, como a associação de Bolsonaro com figuras de campos variados, como a religião e a indústria do entretenimento, influenciando o senso comum e as moralidades cotidianas com imagens de super-heróis, soldados, policiais, cruzados medievais, anjos, Jesus etc. (p. 152).

Figura 8: Jesus e Bolsonaro



Fonte: WhatsApp PBVP compartilhado pelo usuário M no dia 22 de dezembro de 2022.

Cesarino argumenta que o bolsonarismo desde 2018 se caracteriza por uma dinâmica populista clássica, expandindo cadeias de equivalência para diversos segmentos sociais.

Embora alguns tenham se afastado, muitos permaneceram na órbita do movimento de forma menos explícita. Os mais fiéis constituíram o núcleo duro do bolsonarismo, essencial para o presidente em 2022. Esse público, disperso em várias plataformas, tem sido dinâmico, migrando do *WhatsApp* e *Facebook* para o *YouTube* e *Telegram* a partir de 2021.

Mas, diferentemente do que percebeu Cesarino, em nossa pesquisa observamos que nas redes policiais o *WhatsApp* foi relevante para a difusão da propaganda de Bolsonaro, por conta das restrições institucionais da PMESP. Assim, houve um deslocamento nos conteúdos veiculados pelas mídias digitais abertas, principalmente do *Facebook*, *YouTube*, *TikTok*, *Kawai*, *Helo*, *X Twitter* e *Instagram*. A tabela abaixo revela a quantidade de mensagens compartilhadas entre 2021 e 2022 no grupo de *WhatsApp* PBVP, distribuídas por diversas redes sociais. A análise dos dados permite observar de onde se originam os conteúdos compartilhados no grupo em relação a outras plataformas revelando que o *WhatsApp* é, de longe, a plataforma mais utilizada, com 278 ocorrências, representando 55.49% do total<sup>144</sup>.

Tabela 10: Quantidade de Mensagens por rede social compartilhadas entre 2021 e 2022 no grupo de *WhatsApp* PBVP

| Rede Social | <i>Facebook</i> | <i>Helo</i> | <i>Kawai</i> | <i>TikTok</i> | <i>Youtube</i> | <i>WhatsApp</i> | Outros | Total |
|-------------|-----------------|-------------|--------------|---------------|----------------|-----------------|--------|-------|
| Quantidade  | 8               | 17          | 45           | 102           | 32             | 278             | 19     | 501   |

Fonte: elaboração própria a partir do monitoramento do *WhatsApp*.

Em seguida, temos o *TikTok*, com 102 ocorrências, correspondendo a 20,36% do total. A presença significativa do *TikTok* reflete sua crescente popularidade e o alto nível de engajamento dos usuários, especialmente entre os mais jovens. Esta plataforma de vídeos curtos tem se destacado por seu conteúdo viral e seu apelo dinâmico. Outras redes sociais como *Kawai* e *Youtube* apresentam 45 e 32 ocorrências respectivamente, o que representa 8,98% e 6,39% do total. Esses números indicam uma presença considerável, embora não tão expressiva quanto *WhatsApp* e *TikTok*. O *Kawai*, similar ao *TikTok*, tem ganhado espaço com seu formato de vídeos curtos, enquanto o *Youtube* permanece como uma plataforma essencial para consumo de vídeo de longa duração e criação de conteúdo. A rede *Helo* tem 17 ocorrências, representando 3,39% do total. Apesar de ser menos mencionada, a presença de *Helo* sugere alguma relevância no cenário monitorado. Já o *Facebook*, com apenas 8 ocorrências (1,60%), destaca-se como a rede menos utilizada dentre as especificadas. Isso pode indicar uma mudança nas preferências dos usuários, que têm migrado para outras plataformas. A categoria "Outros",

<sup>144</sup> Ressaltasse que esse valor não representa em sua totalidade a realidade em vista que em boa parte dos arquivos compartilhados não possuem indicativos explícitos de serem de outras redes. Portanto, optou-se por considerar as postagens, quando o vínculo não fosse obvio, como originado no *WhatsApp*.

com 19 ocorrências (3,79%), agrupa diversas outras redes sociais não especificadas na tabela. Isso mostra uma diversidade de plataformas que, apesar de não serem mencionadas individualmente, ainda têm uma presença perceptível no conjunto de dados. A ausência da rede social *Twitter*, rebatizada de X, é notável, pois se caracteriza como rede aberta e facilmente rastreável por ferramentas de busca e análise, tornando-a mais vulnerável a identificação.

Em síntese, o monitoramento dos grupos de policiais bolsonaristas demonstrou que há exploração da pornografia e de eventos violentos e criminais, combinadas com as questões políticas atuais, são voltadas para uma agenda conservadora. O trabalho de tabulação desses dados, referente ao espectro selecionado, foram agrupados da seguinte forma: a) pornografia como atrativo, a homofobia associada à esquerda e vinculada ao antipetismo e com uma imagem viril do bolsonarismo; b) pornografia e a imagem violenta de um crime como atrativo, convivência das políticas de esquerda e direitos humanos com crime (antipetismo), sendo o bolsonarismo apresentado como solução; c) pornografia e a ação policial como atrativo, legitimação da ação policial pelo bolsonarismo, esquerda apresentada como antagônica aos valores policiais.

A figura 9 representa o tipo “a”, em que há uma comparação entre uma mulher *cis* branca e uma mulher *trans* negra. A primeira representa o bolsonarismo, seu vínculo hétero e viril enquanto a segunda, que inclusive está de roupa vermelha, representa o PT, associada a homossexualidade e à negritude. Assim, a escolha entre as duas mulheres definiria a opção sexual dos eleitores. Para além disso, o fato de a imagem da mulher *trans* ter traços femininos, pelo fato dela ser bonita, também foi colocado como uma “cilada ou armadilha”.

Figura 9:



Fonte: *WhatsApp* PBVP compartilhado pelo usuário “D” no dia 21 de setembro de 2022.

Com o avanço do processo eleitoral, observou-se um aumento significativo nos grupos de discussão de conteúdo relacionado aos adversários políticos, especialmente o PT e o candidato Lula. Isso se aproxima do tipo “b”, em que mais uma vez é compartilhada uma grande quantidade de pornografia seguida de um vídeo de Lula, cuja narrativa afirma que o PT era uma organização criminosa, tendo uma legenda que possui um *emoji* de raiva e uma descrição: *Bandido, não deixe esse vídeo morrer! É esse bandido que você quer como presidente do Brasil?* Outra imagem é compartilhada, aludindo que caso Lula vencesse as eleições o crime iria reinar no Brasil, além disso, é acionada a associação de Lula ao alcoolismo. Em seguida, é compartilhada uma foto do período em que Lula apanhou da polícia, em alusão à sua primeira prisão ligada ao contexto da luta sindical no ABC.

Figura 10: Assim será com 13



Fonte: WhatsApp PBVP compartilhado pelo usuário “M” no dia 29 de outubro de 2022.

Figura 11: Sugestão de agressão a Lula



Fonte: WhatsApp PBVP compartilhado pelo usuário “E” no dia 28 de outubro de 2022.

A figura 11 remete à trajetória política de Lula e sua oposição às políticas ditatoriais. Embora haja alguma incerteza quanto à sua identidade, algumas características sugerem que

possa ser o Lula. Esse vínculo histórico não apenas lança luz sobre o passado, mas também projeta as atuais disputas políticas, destacando o posicionamento do candidato em relação às conquistas trabalhistas, que muitas vezes o colocam em oposição aos defensores da ditadura.

Por fim, o terceiro tipo, “C”, em que consta a presença de pornografia, é representado por um vídeo de um assalto hipotético, narrado por um suposto policial que discursa a favor do bolsonarismo. O tema é sobre um homem negro que é assaltado e violado sexualmente. Em seguida é compartilhado um vídeo de um homicídio em um bar, e posteriormente a imagem de uma mulher atraente que teve relações sexuais com um morador de rua em Goiás, e de um pão com mortadela. É feita comparação entre as duas fotos no sentido de qualificar o que um mendigo “come” no governo Bolsonaro (a mulher atraente) e o que ele comeria no governo de Lula (o pão com mortadela). Por fim, é compartilhado um vídeo de uma propaganda bolsonarista com clara alusões à Ditadura Militar e um vídeo musical com a mensagem de quem faz o sinal de “L” (de Lula) é ladrão.

Estas categorias aqui apresentadas demonstram táticas de comunicação utilizadas para dar visibilidade ao conteúdo político, as quais permitem a difusão dos valores do bolsonarismo, ou seja, o culto à violência, a masculinização, a presença de atitudes homofóbicas, um discurso antifeminista e manifestações de racismo. Os membros do grupo, por meio dessas três táticas, expressam apoio direto ao bolsonarismo, além de demonstrarem aversão ao PT, ao comunismo, ao socialismo, e promoverem ideais nacionalistas.

Assim como demonstrou Cesarino (2022), a identidade da direita bolsonarista foi moldada e ampliada através das novas mídias, tornando a política mais acessível e envolvente. A internet participativa permitiu que a política se mesclasse com o senso comum, popularizando a expressão política através dos dispositivos móveis. Ciente do desinteresse geral pela política tradicional, a campanha de Bolsonaro-Mourão apresentou ao TSE um plano de governo não convencional, composto por uma apresentação de *PowerPoint* com colagens e palavras de ordem sobre gramscianismo, globalismo, Deus e austeridade fiscal. Falando a linguagem das pessoas comuns e utilizando pautas coletadas de seus seguidores, Bolsonaro se destacou como um candidato em sintonia com a dinâmica das novas mídias. Esses públicos se opõem às políticas da diferença, propondo um reconhecimento limitado aos "cidadãos de bem" e "humanos direitos". Essa formação de identidades políticas ressoa com a era neoliberal, onde indivíduos e suas redes pessoais se organizam em estruturas afetivas e mercadológicas. Desta forma, os grupos se unem principalmente pela oposição a um inimigo comum, embora não fosse homogêneo, fragmentando-se em várias interpretações de termos como "bandido", "vagabundo" e "corrupto". Cada segmento personalizava esses antagonismos, atribuindo

significados diferentes a símbolos como nação, Deus, anticorrupção, e outros, enquanto se unia em torno de um corpo coletivo comum, representado, simbolicamente, pelo líder.

Assim, de maneira rotineira, observamos que as postagens refletiram os argumentos característicos do bolsonarismo, levantando questionamentos sobre a integridade do processo eleitoral, o funcionamento das urnas eletrônicas, a validade das pesquisas de opinião e convocando para manifestações em apoio ao governo. Discursos que promoveram a ideia de uma ruptura institucional, porém, como se não fossem mensagens produzidas e coordenadas. Trata-se, na verdade, de um grupo de policiais que compartilham afinidade com as agendas ultraconservadoras e que apoiam o bolsonarismo, alguns com uma participação mais ativa do que outros. Independente disso, a transição das questões de segurança para um discurso de golpe é obscurecida por uma narrativa que alerta para a suposta ameaça comunista, apresentando a possível volta da esquerda ao poder como um cenário no qual os policiais seriam chamados a intervir.

### *O pós-eleição*

Após a eleição de 2022, os últimos cinco meses de acompanhamento do grupo, foi possível observar o descontentamento de seus integrantes com o resultado das eleições. A derrota de Bolsonaro promoveu um grande volume de postagens que reforçaram a suspeição do processo eleitoral e a necessidade de agir a favor de um golpe de estado. Só no mês de novembro, foram publicadas 115 mensagens de conteúdos vinculados sobre fraude nas urnas, na contagem de votos, vídeos de manifestações contra o resultado das eleições, pedidos de prisão de Lula e por intervenção militar. Por conta da grande quantidade de informações, é difícil de selecionar exemplos.

Ainda assim, na figura abaixo representa o trabalho de tabulação das informações em que as linhas grifadas em amarelo são informações representativas e em vermelho as que provavelmente seriam utilizadas como exemplo descritivo. Nesse caso específico, do que está grifado em vermelho na imagem, trata-se de um vídeo compartilhado no dia 11 novembro de 2022, período pós-eleições, em que há uma clara manifestação em favor de um golpe de estado, um pedido de intervenção militar com participação das polícias e das forças armadas, e comparecimento nas manifestações contra o STF, Alexandre de Moraes e Lula que ocorreriam no fatídico 08 de janeiro de 2023. O vídeo foi classificado como originário do *WhatsApp* e possui 3 minutos e 30 segundos, compartilhado pelo membro H.



Figura 12: Tabulação de dados coletados dos grupos de policiais bolsonaristas.

|     | A          | B      | C | D           | E                  | F               | G        | H          | I        | J         | K         |
|-----|------------|--------|---|-------------|--------------------|-----------------|----------|------------|----------|-----------|-----------|
| 203 | 08/11/2022 | Texto  | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | racismo         |          | Texto fala | WhatsApp | Não se ap | Não se ap |
| 204 | 08/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Morais          | Crime    | Vídeo com  | TikTok   | 00:37     | Não se ap |
| 205 | 08/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Armas              |                 |          | Vídeo de   | TikTok   | 00:48     | Não se ap |
| 207 | 08/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Golpe              |                 |          | Vídeo do   | TikTok   | 01:58     | Não se ap |
| 208 | 08/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Violência          | Ação Policial   |          | Vídeo de   | WhatsApp | 01:01     | Não se ap |
| 209 | 08/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Violência          | Ação Policial   |          | Vídeo em   | TikTok   | 00:55     | Não se ap |
| 210 | 09/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Crime           | Lula     | Vídeo afir | TikTok   | 03:01     | Não se ap |
| 211 | 09/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Haddad          | Lula     | Crítica de | TikTok   | 00:15     | Não se ap |
| 212 | 09/11/2022 | Imagem | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Crime           | Lula     | Imagem c   | WhatsApp | Não se ap | Não se ap |
| 213 | 10/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Crime           | Lula     | Vídeo de   | TikTok   | 02:51     | Não se ap |
| 214 | 10/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Lula            | Lula     | Vídeo crit | TikTok   | 01:02     | Não se ap |
| 215 | 10/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Lula            | Lula     | Vídeo de   | TikTok   | 00:48     | Não se ap |
| 216 | 10/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Armas              |                 |          | Vídeo de   | TikTok   | 01:01     | Não se ap |
| 217 | 10/11/2022 | Áudio  | 1 | Pós-eleição | Golpe              |                 |          | Áudio em   | WhatsApp | 09:31     | Não se ap |
| 218 | 10/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Golpe              |                 |          | Vídeo crit | TikTok   | 02:51     | Não se ap |
| 219 | 11/11/2022 | Imagem | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Crime           | Lula     | Imagem p   | WhatsApp | Não se ap | Não se ap |
| 220 | 11/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Apoio ao Bolsonaro | STF             | Morais   | Vídeo do   | WhatsApp | 04:54     | Não se ap |
| 221 | 11/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Golpe              | STF             | Morais   | Vídeo p    | WhatsApp | 03:30     | Não se ap |
| 222 | 12/11/2022 | Imagem | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Homofobia       | Lula     | Imagem c   | Twitter  | Não se ap | Não se ap |
| 223 | 13/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Lula            | Lula     | Vídeo de   | WhatsApp | 00:22     | Não se ap |
| 224 | 13/11/2022 | Vídeo  | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Crime           | Fakenews | Vídeo fala | TikTok   | 02:16     | Não se ap |
| 225 | 13/11/2022 | Imagem | 1 | Pós-eleição | Antipetismo        | Ameaça de morte | Lula     | Imagem d   | WhatsApp | Não se ap | Não se ap |

Fonte: elaboração própria a partir dos grupos de WhatsApp do PBVP e do grupo do policial.

Em dezembro, a quantidade de mensagem foi reduzida. Isso, em razão das festas de final de ano, mas também por conta da desilusão dos bolsonaristas com a impossibilidade de promover efetivamente um golpe de estado. As ameaças de uma possível invasão ao Planalto Central eram reais, mas para dissimulá-la um conjunto de *fakenews* foram compartilhadas como podemos verificar no relato abaixo:

**Membro E:** ATENÇÃO: Faça chegar a Brasília-DF. Vários ônibus estão saindo de São Paulo da Zona Leste carregando meliantes e torcedores da Gaviões, outros ônibus da Radial Leste levando "torcedores" e infiltrados do crime PCC para fazer desordem em Brasília-DF. Objetivo: Invadir o Congresso Senado e tentar invadir o STF. Dizendo que são a favor do Bolsonaro. Tentarão os mesmos modos operandi que ocorreu no Capitólio Americano. Para tentarem jogar a culpa e os crimes nas costas do Presidente. Denunciem e façam chegar aos grupos que estão em Brasília-DF, peçam as autoridades que interceptem os ônibus e o pessoal que lá estiver, denunciem é urgente. Já saíram alguns ônibus e agora es tão saindo mais, o filho da minha vizinha está indo e ela me contou, estão recebendo dinheiro dos bandidos através de um pessoal do sindicato e do PT que estiveram na comunidade convidando e aliciando com dinheiro eles pra irem. Temo pela vida de meu vizinho, vi ele crescer aqui, anda errado, mas a mãe é boa e está sofrendo. Avisem urgente enviem para o pessoal do distrito de Brasília-DF. Compartilhem. 🚨🚨🚨🚨🚨🚨🚨

Assim como percebeu Cesarino (2022), a comunicação bolsonarista é cibernética, envolvendo influenciadores, algoritmos e usuários comuns. O ex-presidente entende que suas falhas são recebidas de maneira diferente por vários segmentos, oscilando entre enunciados radicais e moderados com ambiguidade suficiente para permitir manobras. A comunicação não apenas representa fatos, mas molda a percepção da realidade. As novas mídias, em vez de oferecerem um acesso uniforme ao real, resultam em fragmentação, onde cada usuário tem uma



visão personalizada da realidade, vista como a única correta. Nos extremos, se manifesta como uma mimese inversa, muitas vezes se alega que a visão do outro está manipulada por forças ocultas. Portanto, as *fakenews* lançadas para encobrir os atos golpistas, que viriam a se confirmar no dia 8 de janeiro de 2023, fazem parte de uma estratégia discursiva de manter o sistema excitado e desorganizado (Cesarino, 2022 p. 188), que por um lado mantém Bolsonaro o beneficiário das manifestações, mas isento da culpabilidade de ser um dos articuladores dos protestos antidemocráticos.

Posteriormente, essa frustração bolsonarista produziu uma remessa de publicações direcionadas ao presidente Lula e sua esposa Janja. Foram disparadas imagens distorcidas, provavelmente modificadas com auxílios de inteligência artificial, da primeira-dama desnuda, participando de orgias sexuais e associando-a a prostituição. A tática era apresentar o então empossado presidente Lula como corno, fraco e desprovido de virilidade e a Primeira-Dama como promíscua. As imagens tomadas como exemplo são as “menos ofensivas” em relação as outras oito fotografias e dois vídeos. Surgiram comparações entre Janja e Michele Bolsonaro, a primeira enquadrada como puta e a segunda como uma virtuosa e pura.

Figura 13: Aplaudam a nossa primeira-Dama

Aplaudam a nossa primeira Dama dia  
02/01/2023.  
A foto foi ela quem publicou.



Fonte: *WhatsApp* PBVP compartilhado pelo usuário “D” no dia 03 de janeiro de 2023.

Figura 14: O Brasil virou um puteiro!



WhatsApp PBVP compartilhado pelo usuário “D” no dia 28 de março de 2023.

Em 08 de janeiro de 2023, o Brasil presenciou a maior agressão contra a democracia e suas instituições desde a redemocratização. Insuflada por Bolsonaro, seus assessores e apoiadores, a tentativa fracassada de golpe é um marco aterrador da história brasileira. A participação de policiais, com grande atuação de PM's, evidenciou a conivência das forças de segurança pública a favor de ações antidemocráticas. As narrativas após o fracasso buscaram culpabilizar infiltrados da esquerda na manifestação golpista. Não há indícios de que algum membro dos grupos tenha participado da manifestação, por mais que tenham demonstrado durante todo o percurso um alinhamento favorável a um golpe de estado. Um desapontamento com as Forças Armadas tomou conta do grupo, as mensagens passaram a chamá-los de covardes, frouxos e traidores. Posteriormente, o direcionamento incluiu novos atores, como o Ministro Flavio Dino e a cantora Anita, que se manifestou publicamente a favor do novo governo. Um novo brando surgiu, o “faz o L”, que atribuía qualquer problema da vida cotidiana à responsabilidade do governo Lula e das pessoas que nele votaram.

Destarte, no dia 2 de maio de 2024, decidiu-se encerrar as atividades de monitoramento com o objetivo de concluir a investigação e tratar parte dos dados coletados.

### 6.5. Militarização da política e policialização do estado: das redes para a rua

Tendo sido realizada a descrição e análise do material veiculado nos grupos de *Whatsapp* compostos por policiais, ressalta-se o caráter político e discriminatório da cultura

policial, permeável e propícia tanto a conteúdos discriminatórios quanto à ruptura com a democracia. Esta pesquisa identificou que, à semelhança de outras circunstâncias, as redes sociais desempenham um papel significativo na (re)configuração das identidades policiais e na percepção da polícia em relação à prática do policiamento em uma sociedade democrática. A análise dos discursos dos policiais militares revela uma transição das agendas punitivistas, marcadas pelo antagonismo em relação aos criminosos, para agendas cada vez mais politizadas, alinhadas à narrativa do bolsonarismo. Esse movimento é tão marcante que suscita reações institucionais visando controlar os discursos antissistema e conteúdos com teor golpista.

Contudo, esse movimento não se inicia com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência. Já entre 2014 e 2018, houve um aumento significativo de PMs e militares conservadores para cargos no legislativo brasileiro, quatro vezes mais do que em períodos anteriores. A PMESP emerge como uma das principais fontes de políticos eleitos tanto no Congresso Nacional quanto nas assembleias estaduais, consolidando assim sua influência política. Tal ascensão política, de promotores e ex-policiais a cargos na segurança pública e no parlamento, foi crucial para a permanência e consolidação da estratégia militarizada de controle social que evolui com novos armamentos, tecnologias de análise de dados, videovigilância e com uma linguagem gerencial em suas burocracias (Sinhoretto; Tonche, no prelo) também encontra espaços nos ambientes *online*. Apesar dessas atualizações hipermodernas, a concepção de eliminar o "bandido" permanece central na estratégia de controle do crime. A instituição também expandiu sua presença em cargos de assessoria parlamentar em instâncias governamentais estaduais e federais, buscando influenciar e monitorar propostas legislativas de interesse da corporação.

As questões relacionadas ao controle do crime são de interesse amplo e afetam toda a sociedade de maneiras diversas, tornando-se uma das principais preocupações das políticas públicas e dos governos. O aumento nas taxas de criminalidade elevou a demanda por mais segurança, forçando os políticos a lidarem diretamente com essas preocupações. No Brasil, as políticas e práticas de policiamento têm sido uma pauta política significativa desde o início da democracia, especialmente nas candidaturas de policiais militares e defensores de uma abordagem mais punitiva da segurança pública. Isso ocorre porque a sociedade é constantemente bombardeada com medidas preventivas e punitivas, seja através de anúncios em espaços públicos, programas educacionais de conscientização, plataformas digitais ou campanhas publicitárias. Assim, o destaque por resposta às demandas de "lei e ordem" permitiram também uma maior visibilidade à Polícia Militar durante o período democrático.

Crime e insegurança foram temas-chave nas eleições de 2018, tanto para o Executivo quanto para o Legislativo, em níveis federal e estadual. Foram explorados nos jornais e nas

redes sociais como estratégia para ganhar votos, ao lado de promessas de combate à corrupção e valores conservadores. O discurso político se baseou em soluções simplistas, como facilitar o acesso a armas e apoiar ações letais da polícia, ignorando políticas integradas de segurança e prevenção da violência. Além disso, houve uma associação frequente do crime à “desordem” nacional, culpando setores progressistas, especialmente o PT, por uma suposta “degeneração social” de valores morais. A postura alimenta a ideia de que políticos de esquerda são condescendentes com criminosos, principalmente quando há desqualificação dos Direitos Humanos, visto como uma proteção aos “bandidos”.

O processo ultraconservador de politização da polícia simultaneamente com a “policialização da política”, que alguns movimentos sociais denominaram de a “fascistização da Polícia Militar<sup>145</sup>” ocorre por conta das características fascistas do governo de Jair Messias Bolsonaro, marcado pelo nacionalismo autoritário e conservador, o militarismo, o anticomunismo e antimarxismo, a política econômica neoliberal, o culto à violência, a negação do racismo, a exaltação do machismo (Boito, 2020) entre outras tantas particularidades. Bolsonaro, assim como outros tantos governadores, prefeitos e deputados se elegeram apoiando-se na insegurança e medo da população em relação ao crime. Dessa forma, encontrou nas instituições policiais sua base mais fiel e apaixonada, sobretudo aquela que rechaça os direitos humanos e valida discursos como “bandido bom é bandido morto”, “mais um CPF cancelado”, “se tá com pena de bandido leva pra casa”.

Bolsonaro se elegeu prometendo acabar com as audiências de custódia, abolir os indultos, reduzir a maioria penal, construir presídios, facilitar o porte de armas, revogar o estatuto do desarmamento e assegurar aos policiais militares diversos benefícios – propostas que podem ser facilmente vinculadas em uma racionalidade penal neoliberal (Wacquant, 2008). Entretanto, o caráter fascista encontra eco para além da questão policial, por exemplo, na promessa de tipificar o Movimento Sem Terra (MST) e outros movimentos de esquerda como terrorismo, de isentar policiais que matassem em serviço em caso de “medo ou violenta emoção” ou utilizar as forças armadas contra o crime organizado. Esses fatores tornam-se uma preocupação a mais quando associados ao passado de Jair Bolsonaro, abertamente apoiador do regime ditatorial, das milícias e das práticas de violação de direitos humanos como a tortura.

---

<sup>145</sup> Esse termo foi apresentado em uma matéria do Brasil de Fato após a Polícia Militar de Pernambuco coibir uma manifestação de forma violenta ferindo diversas pessoas e cegando duas delas. Para mais informações acessar: <https://www.brasildefatope.com.br/2021/06/04/movimentos-populares-temem-fascistizacao-da-pm-em-pernambuco-e-pedem-providencias> [Descarregado no dia 18/11/2021].

A politização dos policiais atualmente tende a ser antidemocrática, com inclinação para posturas que questionam a democracia e o processo eleitoral. Isso foi visto na análise das redes sociais, mas um episódio de imersão participante, em uma manifestação política na cidade de São Paulo, indica a disposição de passagem da fala ao ato.

Trata-se de um episódio de repressão policial contra o movimento das torcidas de futebol antifascistas em 31 de maio de 2020, cuja pauta era a defesa da democracia e das medidas sanitárias de combate à pandemia. Tendo havido conflito entre manifestantes opositores, pode-se observar que a PMESP escolheu apoiar os seguidores do governo Bolsonaro, que também haviam marcado uma manifestação pró-governo na mesma data e no mesmo local. Desde o início da quarentena, as torcidas antifascistas organizaram protestos em pelo menos 15 cidades brasileiras, incluindo Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. O movimento em São Paulo foi liderado por grupos de torcedores antifascistas e apoiado por grandes torcidas organizadas como Gaviões da Fiel e Torcida Jovem do Santos, se posicionando firmemente pela defesa das medidas sanitárias e da democracia.

Na Avenida Paulista, alguns manifestantes pró-Bolsonaro exibiram bandeiras nazistas e gritaram palavras de ordem a favor da instauração de um regime ditatorial e do AI-5. Tais ações, que podem ser enquadradas como crimes, não provocaram reação da polícia. A polícia só veio intervir quando uma confusão se iniciou próxima da estação de metrô Trianon Masp. Uma bolsonarista ameaçou os participantes do ato pela democracia com um taco de beisebol, mas não foi detida pela PM, nem seu taco foi confiscado. Em contrapartida, a PM disparou bombas de gás lacrimogêneo e *sprays* de pimenta contra os manifestantes pró-democracia. A confusão se estendeu quando o grupo de apoiadores de Bolsonaro, usando camisetas da CBF, provocou os manifestantes contrários, inclusive arqueando bandeiras que faziam alusão ao nazismo e fascismo, causando mais confusão. A PM utilizou da força para empurrar as torcidas organizadas em direção à Avenida Consolação, sem interromper as provocações dos bolsonaristas, o que expõe a preferência da PMESP em reprimir movimentos democráticos e periféricos, ao mesmo tempo que evidencia um favoritismo pela parcela abastada e conservadora da população – e, com isso, suas pautas ilegais e antidemocráticas.

Em consonância com as atitudes policiais no ato de 2020, observou-se o uso político das ações da Polícia Rodoviária Federal durante os dias de eleição e nos dias seguintes, com o aumento das operações nas estradas para dificultar o acesso dos possíveis eleitores de Lula aos locais de votação. Isso também inclui o bloqueio de rodovias em protesto contra o resultado das eleições de 2022. O discurso antidemocrático culminou em convocações ao golpe e levou à depredação das sedes dos poderes em Brasília-DF, ocorrida em 8 de janeiro de 2023, em que

a falta de intervenção da PM colaborou para esse resultado. Assim, como já apontamos em nosso artigo (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2024), embora haja uma distância entre o discurso e a efetiva ação golpista, as bases sociais do autoritarismo estão presentes nos meios policiais, indicando a baixa adesão desses agentes de segurança pública aos valores democráticos.

As observações relatadas nesta seção têm, portanto, indicado que o uso intensivo de redes sociais e aparatos tecnológicos – utilizados para a manutenção da ordem em manifestações políticas – não consolidam uma visão profissionalizada de polícia, como gostariam alguns de nossos entrevistados. O uso intensivo do aparato tecnológico não distânciava a polícia militar ou os policiais da forte politização testemunhada nos últimos anos. Ao contrário de representar uma blindagem à política, o uso dos aparatos tecnológicos serve de meio pelo qual a politização se desenvolve.

### **Conclusão da seção**

Nesta parte, buscamos enriquecer os estudos em sociologia digital por meio da investigação em redes sociais tanto abertas quanto fechadas. Utilizando uma combinação de observação direta e entrevistas semi-estruturadas, destacamos os benefícios de adotar uma perspectiva que considere as interações tanto *online* quanto *offline*.

A seção revela que o papel das redes sociais na divulgação das atividades policiais e na construção de narrativas políticas é indiscutivelmente significativo. Ao longo deste texto, analisamos como a PMESP utiliza essas plataformas para propagandear suas ações, e que parte de seus agentes tendem a promover discursos alinhados ao bolsonarismo e, por vezes, até mesmo para impulsionar carreiras políticas individuais. A intensificação do uso das redes sociais pelos policiais militares reflete não apenas uma busca por prestígio e legitimidade, mas também uma adesão crescente a ideais ultraconservadores e, em alguns casos, antidemocráticos.

É evidente que as redes sociais têm sido palco não apenas da divulgação das atividades policiais, mas também de debates políticos que refletem os conflitos e divisões presentes na sociedade brasileira. O apoio de uma parcela significativa dos policiais militares ao bolsonarismo, identificado em estudos recentes, é um fenômeno preocupante que demanda atenção e ação por parte das instituições democráticas. A resposta da PMESP ao uso político das redes sociais por parte de seus membros demonstra um esforço para coibir manifestações político-partidárias e posturas antidemocráticas. No entanto, a radicalização observada em grupos fechados, especialmente no *WhatsApp*, sugere que há desafios significativos a serem

enfrentados no combate à disseminação de ideais autoritários dentro das próprias instituições policiais, e eventualmente passa-se das ideias à ação

Os agentes percebem limitações na expressão de discursos em espaços abertos e, por isso, buscam refúgio em ambientes privados para compartilhar conteúdos que são contestados publicamente. As plataformas digitais privadas e fechadas se tornaram particularmente atraentes para a mobilização de grupos extremistas, especialmente entre os segmentos mais conservadores da sociedade.

Assim, a análise das redes sociais fechadas da PMESP revela uma série de dinâmicas complexas que influenciam tanto a prática do policiamento quanto a percepção da polícia na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a utilização do *WhatsApp* como ferramenta de comunicação entre policiais militares demonstra a praticidade dessa plataforma no compartilhamento de informações relevantes à operação do policiamento, porém também levanta preocupações quanto à distração causada pelo uso recreativo, que pode afetar o julgamento dos policiais. A participação em grupos comunitários e de vigilância nas redes sociais reflete as tensões existentes entre diferentes segmentos da sociedade, destacando a polarização política e a reprodução de estereótipos.

Além disso, a militarização da política e a politização da polícia são fenômenos observados, especialmente no contexto do Brasil contemporâneo. O alinhamento de parte das forças de segurança com agendas ultraconservadoras, como o bolsonarismo, e a participação ativa de policiais em eventos antidemocráticos levantam sérias preocupações sobre o compromisso desses profissionais com os valores democráticos e os direitos humanos. A ascensão de líderes políticos oriundos das fileiras da polícia militar e a influência dessas instituições nos poderes Legislativo e Executivo contribuem para a consolidação de uma agenda militarizada de policiamento. É importante observar como processos de socialização e convencimento formam uma cultura policial informal autoritária e que investir apenas em educação policial, tecnologias e procedimentos formais não são suficientes para afastar policiais militares dos contínuos discursos autoritários e extremistas.

Os grupos de *WhatsApp* frequentados por policiais emergiram como terrenos férteis para a disseminação da propaganda bolsonarista, que se tornou uma tendência e tomou conta dos grupos enquanto os conteúdos setoriais foram relegados a segundo plano. A análise das redes sociais fechadas da PMESP revela as transformações nas identidades policiais e na percepção da polícia na sociedade, as complexas interações entre as esferas política, policial e social. O desafio de conciliar a segurança pública com os valores democráticos e os direitos humanos permanece, destacando a necessidade de um debate amplo e aberto sobre o papel das

forças de segurança na construção de uma sociedade mais justa e segura para todos os cidadãos. A relação entre militarização da política, policialização do estado e o uso das redes sociais pelas instituições policiais reflete uma complexa interação entre poder, ideologia e comunicação. É fundamental que esses fenômenos sejam compreendidos e abordados de maneira holística, visando garantir a preservação dos princípios democráticos e o respeito aos direitos fundamentais de todos os cidadãos.



## Considerações Finais

Esta tese apresenta uma análise detalhada das transformações no policiamento ostensivo e das dinâmicas sociais racializadas na atuação da PMESP. Ao explorar tanto as continuidades autoritárias quanto os esforços de modernização e profissionalização do policiamento, a pesquisa destaca a persistência de desigualdades raciais na operação de um policiamento cada vez mais tecnificado, além da influência da polarização política e do conservadorismo, especialmente após a ascensão de Bolsonaro e de ex-policiais militares ao poder Legislativo.

Por mais que argumentem que as desigualdades raciais não se fazem presentes apenas no policiamento, que estão incorporadas nas relações sociais e nas instituições tanto privadas quanto públicas, é no policiamento que é observado o resultado mais perverso da discriminação: a violência, a tortura física e psicológica e a morte.

Adianto que estou distante de ser um defensor da academia de ensino superior em relação à questão da discriminação, já que sou um estudante oriundo do sistema de cotas e compreendo que a universidade desempenha um papel significativo na reprodução das desigualdades raciais. Aquém de pensar na minha própria trajetória e de como foi árduo concluir esse doutorado, compreendi que, assim como as instituições policiais, a academia possui seus filtros e mecanismo de distinção, que por mais que não sejam claros, demarcam os espaços e possibilidades que os discentes terão em seu desenvolvimento acadêmico.

Quando observo que as escassas possibilidades de financiamento são atribuídas a partir de fundamentos meritocráticos, que ignoram as desigualdades e as trajetórias dos candidatos me parece plausível que as universidades sejam espaços de reprodução da inquisitorialidade. Como Kant de Lima (2023) observou, trata-se de um processo liberal que nivela desiguais como se fossem iguais e, portanto, passíveis a um tratamento universal. Por outro lado, os alguns Programas de Pós-Graduação, ainda com dificuldades de efetivar uma equidade, buscam em seus processos seletivos incorporar o sistema de cotas similares ao da graduação. O mesmo não ocorre com as fundações de amparo à pesquisa, que sequer levam em consideração a condição socioeconômica e as desvantagens racializadas de seus postulantes. Essas instituições acabam por reproduzir o que Byfield definiu como processo histórico de distintas relações de dominação e formas estruturantes de saber e poder favorecendo, assim, a classe média branca que teve condições melhores de estudos em relação aos alunos de escolas públicas e negros. A partir dessa ótica compreendi que, assim como a PMESP, essas

instituições produzem e reproduzem desigualdades. Por conta disso, na primeira seção desta tese, acreditei ser necessário descrever as condições em que esta pesquisa foi realizada.

Na segunda seção, a análise se centrou nas reformas democráticas e na implementação de novas tecnologias no policiamento, revelando a continuidade de práticas autoritárias e desigualdades estruturais mesmo num ambiente de inovação técnica. A evolução do policiamento ostensivo reflete a transição de um modelo artesanal para uma abordagem mais técnica e democrática. Apesar dos avanços, desafios significativos persistem, influenciados pela herança autoritária e a complexidade das demandas contemporâneas. As práticas punitivas e reativas, prevaletentes nas políticas de segurança pública, contrastam com a necessidade de uma abordagem preventiva e comunitária. É crucial reconhecer a importância de uma abordagem holística e inclusiva no enfrentamento do crime, envolvendo a sociedade civil e promovendo direitos humanos.

Na terceira seção, debateu-se a evolução do policiamento ostensivo em São Paulo e no Brasil, refletindo sobre as profundas transformações impulsionadas por demandas sociais, crises institucionais e a busca por profissionalismo e eficácia. A formação policial transitou de um modelo militarizado para uma abordagem mais técnica e multidisciplinar, incorporando disciplinas sobre Direitos Humanos, diversidade e ética. No entanto, desafios persistem devido ao legado autoritário ainda enraizado nas estruturas organizacionais e culturais das polícias militares. Superar essa herança exige mudanças nos currículos e na cultura institucional.

Além disso, as narrativas dos policiais militares em São Paulo refletem uma tapeçaria complexa de experiências e desafios, desde a academia até as periferias urbanas. A dicotomia entre teoria e prática, percebida pelos policiais, destaca a necessidade de flexibilidade e discernimento por parte do agente individual, enquanto a formação formal e informal molda as identidades profissionais e pessoais dos agentes, imbuindo-os de habilidades técnicas e valores que os acompanham ao longo de suas carreiras. O medo, frequentemente oculto pela imagem de bravura, emerge como uma realidade cotidiana para esses profissionais.

A quarta seção demonstra, como no último século, que as forças policiais passaram por uma significativa profissionalização, marcada pela predominância da formação militar e a crescente complexidade das funções, agora amplamente dependentes de tecnologias avançadas. Essas tecnologias têm transformado a autopercepção dos policiais, que passaram de meros executores de tarefas a gestores de dados e cientistas forenses. As demandas sobre o policiamento, vindas de diversas correntes ideológicas, pressionam por uma abordagem mais inteligente e sofisticada na aplicação da lei, destacando a necessidade de clareza nos procedimentos operacionais e especialização nas funções policiais. Essas ferramentas são

amplamente usadas para aumentar a produtividade policial em operações de suspeição, apreensões e prisões, mas são sub-utilizadas para promover transparência e controlar abusos. O debate sobre o Programa Olho Vivo e o uso de câmeras corporais mostra que decisões políticas podem alterar a finalidade das tecnologias, influenciando a perpetuação ou mitigação das desigualdades e violências. Apesar das capacidades de controle proporcionadas pela tecnologia, as decisões durante o patrulhamento ainda dependem do discernimento dos policiais, que frequentemente recorrem a usos informais das ferramentas e encontram maneiras de contornar as regras.

Apesar dos investimentos em tecnologia, a persistência das disparidades raciais na letalidade policial e no tratamento dispensado às comunidades negras e pardas destaca a necessidade urgente de enfrentar o racismo institucional e a seletividade presentes no sistema de segurança pública. A violência policial e o racismo institucional são problemas enraizados em legados históricos de colonialismo e discriminação. As práticas policiais contemporâneas, marcadas por discriminação e abuso contra populações negras e marginalizadas, evidenciam a necessidade urgente de reformas profundas e políticas inclusivas. Ainda assim, os esforços progressistas não produziram resultados significativos no controle do crime e das ações policiais.

Outro ponto observado foi a resistência individual e coletiva aos mecanismos de accountability, bem como a utilização de equipamentos não oficiais que fazem parte do cotidiano das polícias militares. A troca de informações fora dos canais oficiais reduz a capacidade de controle da instituição, criando redes de comunicação que se sobrepõem à hierarquia de comandos, como no uso de *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram* para divulgar ações abusivas. O uso das redes sociais pelos policiais, tanto para propaganda quanto para promover discursos, destaca a influência da polarização política e a adesão a ideais ultraconservadores. A radicalização observada em grupos fechados, como no *WhatsApp*, revela desafios significativos para a promoção da transparência como também as complexas interações entre as esferas política, policial e social, destacando a necessidade de um debate amplo sobre o papel das forças de segurança e o uso das mídias digitais.

Assim, a contribuição desta tese para a sociologia reside na observação dos processos de socialização que moldam uma cultura policial autoritária, ressaltando a importância de monitorar as ações das instituições policiais, incluindo as mídias digitais, com o desejo de fortalecer os valores democráticos e reduzir as desigualdades raciais.

## Referências

ADORNO, Sérgio. Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo: novembro, n. 43, 1995.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. Monopólio Estatal da Violência. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Lima, R. S. Ratton, J. L. Azevedo, R. G. (orgs). Editora Contexto, São Paulo, 2014 p.187-197.

ALBERNAZ, E. R. (2015). Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa “política do cotidiano”. *Confluências | Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito*, 17(2), 86-99. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/conflu17i2.p448>. Acesso em 15 dez. 2023.

ALEXANDER, Michelle. **A Nova Segregação**. Boitempo Editorial, 2018.

ALVES, J. A. (2011). Topografias da Violência: Necropoder e Governamentalidade Espacial em São Paulo. **Revista Do Departamento De Geografia**, 22, 108-134. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.2011.0022.0006>. Acesso em 15 dez. 2023.

ALVITO, Marcos. A hora de Acari. In: VELHO, G; ALVITO, M.. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura. Belo Horizonte**: Editora UFMG, 2013.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66. A história da polícia que mata**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1992.

BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento**. São Paulo: Fundação Ford, 2001.

BAYLEY H. David; SKOLNICK H. Jerome. **Nova Polícia: Inovações nas polícias de seis cidades Norte-Americanas**. EdUsp, São Paulo, 2006.

BARREIRA, Cezar; ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, Carlos B.; MARTINS, Heloisa T. S.. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: Anpocs, 2010, p.303-373

BESEN, Beatriz; ANSARA, Soraia, 2021. Violência estrutural e marcas ditatoriais: análise psicossocial a partir de narrativas periféricas; **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 16(2), São João del-Rei, abril-junho de 2021. e-3909. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v16n2/03.pdf>. Acesso em 23 out. 2023.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. Ed USP, São Paulo 2003.

BORGES, Yara Gonçalves Emerik. A atividade policial e os Direitos Humanos. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, n. 48, p. 1-15, 2011. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/atividade-policial-e-os-direitos-humanos>. Acesso em 3 de jan. 2024.

BOUDON, Raymond. **Efeitos Perversos e Ordem Social**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

BRITO, Francisco de Assis Toscano de et al. **Direitos humanos e cidadania em foco: percepções sobre a formação do policial militar da Paraíba**. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7197>. Acesso em 13 de jan. 2024.

BUENO, Samira. **Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas/Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/d5b61503-b75a-415a-892b-121447cd3285/content>. Acesso em 23 out. 2023.

BUENO, Samira; CARVALHO, Leonardo. Diretriz do MJSP sobre câmeras corporais endossa mudanças no programa olho vivo. Fonte Segura. Edição n.233. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/diretriz-do-mjsp-sobre-cameras-corporais-endossa-mudancas-no-programa-olho-vivo/#:~:text=Neste%20sentido%2C%20a%20portaria%20648,e%20que%20visa%20padronizar%20procedimentos>. Acesso em 03 Jun. 2024.

BYFIELD, Natalie P. Race science and surveillance: police as the new race scientists. **Social Identities**, v. 25, n. 1, p. 91-106, 2019. Disponível em <file:///C:/Users/rafa/Downloads/Byfield-Researchgate-Racescienceandsurveillance.pdf>. Acesso em 23 out. 2023.

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros**. São Paulo, Ed 34, 2000.

Cani LE, Nunes JA. Erros judiciais em tempos de digital surveillance: os algoritmos de reconhecimento facial em questão. **Rev Bras Direito Processual Penal** [Internet]. (2):679–712. Disponível em: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v8i2.720>.

CEDRO, André. **Mortes Recíprocas: Sentidos da Violência em Luziânia**. Rio de Janeiro, Autografia, 2023.

CESARINO, Letícia. **O Mundo do Avesso: verdade política na era digital**. UBU editora, 2002.

CEDRO, André; MACEDO, Henrique; SINHORETTO, Jacqueline. Tecnologias, Novas Formas de Controle e Policiamento. In: **Policiamento ostensivo e relações raciais**. Estudo comparado de formas contemporâneas de controle do crime. Rio de Janeiro: Autografia/InEAC, 2021 p. 375-392.

CRESWELL, John. **Projeto de Pesquisa – métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

COELHO, Edmundo Campos. A Criminalização da marginalidade e a Marginalização da criminalidade. **Revista de Administração Pública**; Rio de Janeiro Vol. 12, Ed. 2 (1978), pp. 139-161.

COSTA, Arthur T. Maranhão. **Entre a Lei e a Ordem**. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2004.

COSTA, Arthur T. Maranhão; LIMA, Renato S. Segurança pública. In: LIMA, R.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 482-490.

COSTA, José Fernando Andrade. Quem é o “cidadão de bem”? **Psicologia USP**, 2021, volume 32, e190106. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/wZ8DHtsYrgSc7tTZKJZSszS/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 25 ago. 2023.

COSTA, E. S., & Schucman, L. V. (2022). Identidades, Identificações e Classificações Raciais no Brasil: O Pardo e as Ações Afirmativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 22(2), 466–484. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68631>. Acesso em 25 mai. 2024.

COUTO, Eduardo Henrique Scanoni do. **Educação em direitos humanos na formação policial militar em Pernambuco**: uma análise do curso de formação de soldados/2015. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25194>. Acesso em 10 de dez. 2023.

CRUZ, Ana Paula Galdeano. **Para falar em nome da segurança**: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança. 2009. 294 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000468698>. Acesso em: 30 mar. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da injustiça**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2000.

DENARI, Giuliana Bueno. **Batom na caveira: um estudo sobre as mulheres na Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos/ Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8101/DissGBD.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 25 ago. 2023.

DESLANDES, S., & COUTINHO, T.. (2020). Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. **Cadernos De Saúde Pública**, 36(11), e00223120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00223120>. Acesso em: 15 set. 2023.

DIAS, Camila. PCC. **Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência** – Coleção Saberes Monográficos, Ed. Saraiva, São Paulo, 2012.

DONATO, Roberto dos Santos. **Educação em Direitos Humanos na Polícia Militar do Rio Grande do Sul**: considerações e propostas. Dissertação de Mestrado. Univ. Minho, 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-27092012-093421/publico/DissertacaoTexto\\_Final\\_Adilson\\_Paes\\_de\\_Souza.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-27092012-093421/publico/DissertacaoTexto_Final_Adilson_Paes_de_Souza.pdf) Acesso em: 22 maio. 2022.

DUARTE, Daniel Edler. “The Making of Crime Predictions: Sociotechnical Assemblages and the Controversies of Governing Future Crime”. **Surveillance & Society**, vol. 19, n. 2, pp. 199-215, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/352779058\\_The\\_Making\\_of\\_Crime\\_Predictions\\_Sociotechnical\\_Assemblages\\_and\\_the\\_Controversies\\_of\\_Governing\\_Future\\_Crime](https://www.researchgate.net/publication/352779058_The_Making_of_Crime_Predictions_Sociotechnical_Assemblages_and_the_Controversies_of_Governing_Future_Crime) Acesso em 04 jan. 2023.

DUNNING, Chris M.; HOCHSTEDLER, Ellen. Satisfação com a Comunicação em uma Organização Policial: Os relatórios “Shooting the Shit”, “Horsenecking” e “Brownie”. In: **Administração do Trabalho Policial**. GREENE, Jack R (org.). São Paulo, edeusp, 2002 p. 155-173.

DUQUE, Robson Cabanas. Aprendizados para implantação de programas de câmeras corporais (bodycams) em instituições policiais. **Instituto Sou da Paz**. 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/analises-e-estudos/analises-e-estatisticas/letalidade-policial/?show=documentos#10190-3>. Acesso em 25 jan. 2024.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Globo, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. (vol. 1). 5ª edição, São Paulo. Editora Globo, 2006, Pg.239-256; p. 337-424.  
\_\_\_\_\_. **O Negro no Mundo do Branco**. São Paulo, Global Editora, 2007.

FERNANDES, Heloísa. **Política e Segurança**. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1974.

FERRARI, Geverson Aparício. **A Brigada Militar e os Direitos Humanos: práticas e percepções sobre Direitos Humanos nas escolas de formação de praças durante a sociabilização secundária**. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/106932>. Acesso em 24 de out. 2023.

FERREIRA, Luísa M. A.; MACHADO, Marta R. de A.; MACHADO, Maíra Rocha. **Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização**. Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 94, p. 05-29, Nov. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000300001>. Acesso em 15 set. 2023.

FORMAN JR, James. **Locking up our own: crime and punishment in Black America**. Farrar, Straus and Giroux, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra. Brasília: CNJ, 2018. (Justiça Pesquisa). Relatório analítico propositivo. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/132>. Acesso em 15 set. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 26 dez. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **As câmeras corporais na polícia militar do Estado de São Paulo: processo de implementação e impacto nas mortes de adolescentes**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/as-cameras-corporais-na-policia-militar-do-estado-de-sao-paulo/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/as-cameras-corporais-na-policia-militar-do-estado-de-sao-paulo/). Acesso em 25 jan. 2024.

FRANÇA, Fábio Gomes de; SILVA, Róbson Rodrigues da. Caserna de símbolos: ação ritual, liminaridade, sofrimento e distinção na cultura policial militar. **Revista Antropolítica**, v. 54, n. 3, Niterói, p. 485-510, 3. quadri., set./dez., 2022

FREITAS, Lauro Soares de. **A institucionalização do modelo de gestão CompStat na Polícia Militar de Minas Gerais sob a perspectiva teórica do Translation e Trabalho Institucional**. Belo Horizonte, 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD\\_ANYMN4/1/tese\\_lauro\\_vers\\_o\\_final\\_ceppead.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD_ANYMN4/1/tese_lauro_vers_o_final_ceppead.pdf). Acesso em 15 set. 2023.

FREITAS, Raquel Coelho De; NÓBREGA, Luciana Nogueira. Indignação epistêmica e decolonização do conceito de minorias. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n.3, p. 1742–1770, 2023. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217989662023000301742&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217989662023000301742&tlng=pt). Descarregado 11 dez 2022.

GARCIA, Cristiano H. **O que está faltando aqui é disciplina de formar polícia**. Análise da introdução da disciplina Direitos Humanos na formação policial militar no Espírito Santo. UENF, 2013. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/TESE-CRISTIANO.pdf> Acesso em: 22 maio. 2022.

GARLAND, David. **A Cultura do controle**. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOMES, Letícia Pereira Simões. **A (in)visibilidade da questão racial na formação dos soldados da Polícia Militar**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-20032019-101356. Acesso em: 2024-05-27.

GREENE, Jack R. Introdução. In: **Administração do Trabalho Policial**. GREENE, Jack R (org.). São Paulo, edeusp, 2002 p. 9-17.

GOLDSTEIN, H. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Fundação Ford, 2003.

GUERRA, Maria Pia. G934p Polícia e ditadura: a arquitetura institucional da segurança pública de 1946 a 1988 / Maria Pia Guerra. -- Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. 152 p. (Coleção LAB-MDH laboratório de tecnologia para pesquisa em memória e direitos humanos, v.1) Disponível em: [https://www.academia.edu/44660910/GUERRA\\_M\\_P\\_Pol%C3%ADcia\\_e\\_ditadura\\_a\\_arquitetura\\_institucional\\_da\\_seguran%C3%A7a\\_p%C3%BAblica\\_de\\_1964\\_a\\_1988\\_Bras%C3%ADlia\\_MJ\\_UnB\\_2016](https://www.academia.edu/44660910/GUERRA_M_P_Pol%C3%ADcia_e_ditadura_a_arquitetura_institucional_da_seguran%C3%A7a_p%C3%BAblica_de_1964_a_1988_Bras%C3%ADlia_MJ_UnB_2016) Acesso em 23 set. 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo, Editora 34, 2002. \_\_\_\_\_. (2006). Depois da democracia racial. **Tempo Social**, 18(2), 269–287. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200014>. Acesso em 23 mai. 2024.



HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Humanitas, 2013.

HARCOURT E. Bernard. **Neoliberal Penalty: A Brief Genealogy**. The Law School the University Of Chicago, June, 2008.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/IUPERJ, 2005.

HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; VINUTO, Juliana. Masculinidades no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: disputas e polarizações. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2022 p. 165-186 Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.12928>. Acesso em: 07 jun. 2024.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: SAGE Publications, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA, PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICÍDIO. **Boletim IPPES 2023: Notificações de mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios entre profissionais de segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://ippesbrasil.com.br/laboratorio-de-estudos/publicacoes/>. Acesso em 23 mai. 2024.

JESUS, Maria Gorete Marques de; Duarte, D. E.. O que sabemos e o que não sabemos sobre o impacto das câmeras corporais na segurança pública. **Fonte Segura - Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, Site, p. 1 - 1, 22 nov. 2023.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

\_\_\_\_\_. Cultura Jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.10, n. 4, junho, 1999. P. 65-84

\_\_\_\_\_. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Rev. Sociol. Polit.** no.13 Curitiba Nov. 1999.

\_\_\_\_\_. Direitos Civis, Estado de Direito e "Cultura Policial": A Formação Policial em Questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 41, p.241-256, 2003.

\_\_\_\_\_. Éticas e práticas na segurança pública e na justiça criminal. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Lima, R. S. Ratton, J. L. Azevedo, R. G. (orgs). Editora Contexto, São Paulo, 2014 p.187-197.

\_\_\_\_\_. Roberto. Processos inquisitoriais de culpabilização de agentes públicos: uma perspectiva comparativa. *Revista Estudos Políticos*, v. 14, n. 27, p. 2–38, 2023.

LEITE, Dorgival Renê Tolentino *et al.* "**Os soldados passaram pronto**": um estudo sobre a formação do soldado policial na Paraíba e a educação em Direitos Humanos. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13773>. Acesso em 15 de mai. 2023.

LIMA, Renato Sérgio de. "**Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana: Uma Análise dos Homicídios Cometidos no Município de São Paulo**". Dissertação de Mestrado 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001100827>. Acesso em: 15 set. 2023.

LIMA, Renato Sérgio de.; BORGES, Dorian. Estatísticas Criminais no Brasil. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Lima, R. S. Ratton, J. L. Azevedo, R. G. (orgs). Editora Contexto, São Paulo, 2014 p.213-226.

LIMA RS de., SINHORETTO J., BUENO S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Soc estado** [Internet]. 2015Jan;30(1):123–44. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100008>. Acesso em: 15 set. 2023.

LIMA, Renato Sérgio de. Informe de análise: policiais, democracia e direitos. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2022. Disponível em: ISBN 978-65-89596-24-0. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/74b9681e-52b8-4beb-aba3-d1c9e6c3075f> Acesso em: 22 set. 2022.

LUIZ, Ronilson de Souza. **O Currículo de Formação de Soldados da Polícia Militar frente às demandas democráticas**. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2003. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9947>. Acesso em 19 de mai. 2023.

LUPTON, Deborah. Sociologia digital: para além do digital, rumo ao sociológico. **Prelúdios**, Salvador, v. 8, n. 8, p. 137-145, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/37834>. Acesso em: 15 set. 2023.

MACEDO, Henrique de Linica Santos. “**Confrontos**” de ROTA: a intervenção policial com “resultado morte” no estado de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8579>. Acesso em: 15 set. 2023.

\_\_\_\_\_. **A Política da Polícia Militar do Estado de São Paulo**: A construção da hegemonia do policiamento ostensivo. São Paulo, 2022. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/17504/A%20Pol%C3%ADtica%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar%20do%20Estado%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf?sequence=5&isAllowed=y> Acesso em 23 out. 2023

MACEDO, Henrique; CEDRO, André. Militarização e bolsonarização na segurança pública: Heranças do autoritarismo no Brasil? **Extremo: O mandato de Bolsonaro**. Curitiba, Editora Kotter, 2021 p. 57-74.

MACEDO; Henrique; CEDRO, André; BATITTUTI, Eduardo. Letalidade Policial e viés Racial em São Paulo e Minas Gerais. **Sociedade e Estado**, 2024. (no prelo).

MANNING, K. Peter. As tecnologias de Informação e a Polícia. In: TONRY, MICHAEL; MORRIS, Norval. **Policiamento Moderno**. Edusp, 2003 p- 375-426.

MANSO, Bruno Paes. **Crescimento e Queda de Homicídios em São Paulo 1960 e 2010**. Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. Tese de Doutorado, junho de 2012. Disponível em: <https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/20-102-1-PB.pdf> Acesso em 23 out. 2023.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: **Cidadania, classe social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. p. 57- 114.

MATTOS, Kênia R. **No Interior da Medida: Punição e Relações Raciais no Sistema Socioeducativo na cidade de São Carlos**. São Carlos 2023. (Dissertação de Mestrado.

Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/18913/dissertacao\\_kenia\\_rodrigues\\_mattos.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/18913/dissertacao_kenia_rodrigues_mattos.pdf?sequence=3&isAllowed=y) Acesso em 23 out. 2023.

MAYNARD, Robyn. **Policing Black lives: State violence in Canada from slavery to the present**. Fernwood Publishing, 2017.

MENKE, Ban A.; WHITE, Mervin F.; CAREY, William L. Profissionalização da Polícia: Em busca da excelência ou de poder político? In: Administração do Trabalho Policial, GREENE, Jack R (org.). São Paulo, edusp, 2002 p. 85-117.

MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas**. São Paulo: Scritta, 1991.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. FORUM SOCIOLOGICO, n. 45, p. 11-22, 2014.

MIRANDA, Dayse (org). **Por que os Policiais se Matam? Diagnóstico e prevenção do Comportamento Suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MISKOLCI, R. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160>. Acesso em: 15 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. Contemporânea: **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 275- 297, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/525>. Acesso em: 15 set. 2023.

MISKOLCI, R., & BALIEIRO, F. de F. (2018). Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. *Revista Brasileira De Sociologia - RBS*, 6(12). Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.237>. Acesso em: 15 set. 2023.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil: estudo de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia**. São Paulo, EdUSP, 2003.

MONTEIRO, Joana; FAGUNDES, Eduardo; GUERRA, Julia; PIQUET, Leandro. Avaliação do impacto do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Rede de Pesquisa – Relatórios. FGV. 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/32874>. Acesso em 25 jan. 2024.

MUCCHIELLI, Laurent (Org.). **La frénésie sécuritaire. Retour à l'ordre et nouveau contrôle social**. Paris: La Découverte, 2008.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. A Crise de identidade das Polícias Militares: Dilemas e Paradoxos da Formação. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p. 187-198, 2001. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11985> Acesso em 23 out. 2023.

MUNIZ J de O, SILVA WF da. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. **Cad CRH** [Internet]. 2010Dec;23(60):449–73. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000300002>. Acesso em 23 out. 2023.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício. Mandato policial. LIMA, RS de; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014, 491-502.

NEME, C. **A Instituição Policial na Ordem Democrática**: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

NÓBREGA JÚNIOR JMP da. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. **Rev Sociol Polit** [Internet]. 2010 Feb; 18(35):119–30. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000100008>. Acesso em 23 out. 2023.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1.

NONET, Philippe e SELZNICK, Philip. “Jurisprudência e Ciência Social”. In: **Direito e Sociedade: a transição ao sistema jurídico responsivo**. Editora Revan, 2010. pp. 39-69.

OLIVEIRA, Renan Theodoro, PICCIRILLO, Debora, GOMES, Aline Mizutani. A experiência precoce e racializada com a polícia [recurso eletrônico]: contatos de adolescentes com as abordagens, o uso abusivo da força e a violência policial no município de São Paulo (2016 – 2019). São Paulo: NEV/USP, 2023. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2023/06/relatorio-SPLSS-abordagem-digital.pdf> Acesso em 23 out. 2023.

Ouvidoria do Estado de São Paulo. **Uma análise crítica sobre suicídio policial. São Paulo, setembro de 2019.** Disponível em: [https://www.crpsp.org/uploads/impresso/3236/WYXm9tCyN-HN\\_wQTPK7xPc0PTnrrN\\_5.pdf](https://www.crpsp.org/uploads/impresso/3236/WYXm9tCyN-HN_wQTPK7xPc0PTnrrN_5.pdf). Acesso em 25 mai. 2024.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. **Rev. Direito GV**. 2015, vol.11, n.2, pp.407-428. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/5sWmchMftYHrmcgt674yc7Q/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 out. 2023.

PERON, Alcides Eduardo dos Reis; ALVAREZ, Marcos César. “Governing the City: The Detecta Surveillance System in São Paulo and the Role of Private Vigilantism in the Public Security”. *Sciences et Actions Sociales*, n. 12, pp. 33-68, 2019. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-sciences-et-actions-sociales-2019-2-page-33.htm>. Acesso em: 14 abr. 2024.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista Usp**, n. 9, p. 45-56, 1991.

PIRES, Álvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. **Novos Estudos CEBRAP**, Nº 68, março 2004, p. 39-60.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se Policial: o processo de construção da identidade profissional do policial nas academias de polícia**. Curitiba: Appris editora, 2021.

QUEIRÓZ, Jamil Amorim de *et al.*, **Práticas de abordagens operacionais no contexto das relações Fortalecimento da Democracia: Evidências para a efetivação das recomendações da CNV étnico-raciais: desafios para a formação do policial militar**. 2015. Dissertação de Mestrado: Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT\\_9a56649bde74e705dfe52e6f0b37b03d](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_9a56649bde74e705dfe52e6f0b37b03d). Acesso em: 22 maio. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMOS, Silvia. Violência, crime e mídia. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Lima, R. S. Ratton, J. L. Azevedo, R. G. (orgs). Editora Contexto, São Paulo, 2014 p. 175-186.

RAMOS, Paulo C. **Contrariando a Estatística: genocídio, juventude negra e participação política**. São Paulo: Alameda, 2021.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.

RIBEIRO L., " Policiamento Comunitário ", em Lima R, Ratton J. Azevedo R. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**, São Paulo, éd. Contexto, 2014. p. 435-444

ROCHA, B. S. da., & UZIEL, A. P. (2024). Da ordem indizível ao imperativo flagrante: O “tirocínio” como recurso de suspeição nas abordagens policiais. Dilemas: **Revista De Estudos De Conflito E Controle Social**, 17(1), e54568. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v17.n.1.54568>. Acesso em: 12 abril. 2024.

SANSONE, Livio. (2002). Fugindo para a força: cultura corporativista e "cor" na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Afro-asiáticos**, 24(3), 513–532. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000300004>. Acesso em: 12 janeiro. 2024.

SANTOS, L. G. de M., COSTA, A. B. da., DAVID, J. da S., & PEDRO, R. M. L. R.. (2023). Reconhecimento Facial: Tecnologia, Racismo E Construção De Mundos Possíveis. **Psicologia & Sociedade**, 35, e277141. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277141>. Acesso em: 24 outubro. 2023.

SANTOS, Simone Maria; OLIVEIRA, Livia Henriques. Direitos Humanos e atuação policial: percepções dos policiais em relação a uma prática cidadã. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/446>. Acesso em: 15 maio. 2024.

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. **"Matar muito, prender mal": Desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP**. Editora Autografia, Rio de Janeiro, 2020.

SEGATO, Rita Laura. «Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial», **e-cadernos CES** [Online], 18 | 2012, posto online no dia

01 dezembro 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533> Acesso em: 15 maio. 2024.

SENASP. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. 2014. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/2320>. Acesso em: 15 maio. 2024.

SIENA, D. P. B. **São Paulo contra o crime: governamentalização da segurança pública?** Dissertação de mestrado em Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2017.

SILVA, S. de A.. (2015). Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. Intercom: Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação, 38(2), 339–342. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442015217> Acesso em 23 out. 2023.

SILVA, Daniel Augusto da; MARCOLAN, João Fernando. Tentativa de suicídio e suicídio no Brasil: análise epidêmica. [São Paulo]: **Revista USP**, v. 54 n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.rmrp.2021.181793>. Acesso em 30 mai. 2023.

SILVESTRE, Giane et al. **Controle do crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2018.

SIMON, Jonathan.; SILVESTRE, Giane. Governando através do crime. In: CARLEN, Pay; FRANÇA, Leandro Ayres. **Criminologias Alternativas**. Canal Ciências Criminais, 2017.

SINHORETTO, Jacqueline. **Os Justicadores e sua justiça: linchamento, costume e conflito**. Dissertação de mestrado. São Paulo - USP. Fev de 2001. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/01/down175.pdf> Acesso em 23 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Linchamentos: insegurança e revolta popular. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 72–92, 2009. DOI: 10.31060/rbsp. 2009. v3.n1.41. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/41>. Acesso em: 4 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades da justiça. **Anuário Antropológico**. V.35 N.2, 2010. p. 109-123. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.930> Acesso em: 4 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. Dilemas, v. 7, p. 167-196, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7246> Acesso em: 4 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades da justiça», **Anuário Antropológico** [Online], v.35 n.2 | 2010, posto online no dia 02 novembro 2015, consultado o 27 março 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/930>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.930> Acesso em 23 out. 2023.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe A L de. O encarceramento em massa em São Paulo. **Tempo social** [Internet]. 2013 Jun;25(1):83–106.: Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100005> Acesso em 23 out. 2023.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria C. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante**. São



Paulo: UFSCAR, 2014. Disponível em: [https://bradonegro.com/content/arquivo/12122018\\_123502.pdf](https://bradonegro.com/content/arquivo/12122018_123502.pdf) Acesso em 23 out. 2023.

SINHORETTO, Jacqueline; DE LIMA, Renato Sérgio. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 119, 2015.

SINHORETTO, Jacqueline *et al.* São Paulo. In: **Policiamento ostensivo e relações raciais**. Estudo comparado de formas contemporâneas de controle do crime. Rio de Janeiro: Autografia/InEAC, 2021 p. 255-371.

SINHORETTO, Jacqueline; CEDRO, André; MACEDO, Henrique, 2022. New Technologies and Racism in Ostensive Policing; in São Paulo **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** – Rio de Janeiro – Vol. 15 – no 3 – SET-DEZ 2022 – pp. 803-826. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15n3.47068> Acesso em 23 dez. 2023.

SINHORETTO, J., CEDRO, A., & MACEDO, H. (2024). Policiais e bolsonarismo: a expressão de discursos discriminatórios em redes sociais abertas e fechadas. **Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia**. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a57753>. Acesso em 03 abr. 2024.

SINHORETTO, Jacqueline; MACEDO, Henrique, 2024. Policing, race and class in Latin America. (no prelo).

SINHORETTO, Jacqueline; TONCHE, Juliana. Militarization and Penal Alternatives: Antagonistic Strategies for Crime Control in Brazil (no prelo).

SINHORETTO, Jacqueline; ARAUJO, Isabela; CINQUINI, Bruna. Militarização do controle em três contextos: construindo a teoria do campo estatal de administração de conflitos (no prelo).

SOUZA, L. A. F. de., & SERRA, C. H. A.. (2020). Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social**, 32(2), 205–227. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.158668> Acesso em 23 dez. 2023.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e conflitualidades**. Porto alegre: Tomo editorial, 2009.

THEODORO, Renan; PICCIRILLO, Debora; GOMES, Aline M. Org. A experiência precoce e racializada com a polícia [recurso eletrônico]: contatos de adolescentes com as abordagens, o uso abusivo da força e a violência policial no município de São Paulo (2016 – 2019). São Paulo: FFLCH: NEV, 2023. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/a-experiencia-precoce-e-racializada-com-a-policia-2016-2019/>. Acesso em 22 dez. 2023.

TONRY, Michael; MORRIS, Norval. **Policiamento Moderno**, Edusp, São Paulo, 2003.

VITALE, S. Alex. **Fim do Policiamento**, Autonomia Literária, São Paulo, 2021.